

ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

volume 33 • número 2 • maio-agosto 2020



As várias faces dos feminismos

memória, história, acervos

ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

Rio de Janeiro • volume 33 • número 2 • maio/agosto 2020

© 2020 Arquivo Nacional

Praça da República, 173 | 20211-350 | Rio de Janeiro, RJ, Brasil
revista.acervo@arquivonacional.gov.br
revistaacervo.an.gov.br
facebook.com/revistaacervo | twitter.com/RevistaAcervo

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons – Atribuição CCBY 4.0, sendo permitida a reprodução parcial ou total, desde que mencionada a fonte.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Justiça e Segurança Pública

André Luiz de Almeida Mendonça

ARQUIVO NACIONAL

Diretora-geral

Neide Alves Dias De Sordi

Coordenadora-geral de Acesso e Difusão Documental

Luana Farias Sales Marques

Coordenador-geral de Administração

Leandro Esteves de Freitas

Coordenadora-geral de Gestão de Documentos

Mariana Barros Meirelles

Coordenadora-geral de Processamento e Preservação do Acervo

Aluf Alba Vilar Elias

Coordenadora-geral regional no Distrito Federal

Larissa Candida Costa

Coordenadora de Pesquisa, Educação e Difusão do Acervo

Leticia dos Santos Grativol

Supervisora de Editoração

Mariana Simões

Supervisora de Programação Visual

Giselle Teixeira

Edição de texto e revisão

Flora Matela Lobosco | Maria Cristina Martins | Mariana Simões

Revisão de tradução

Maria Elisa Bustamante

Projeto gráfico, diagramação e capa

Simone Kimura

Imagem da capa: Nathércia da Cunha Silveira, líder da Aliança Nacional das Mulheres, 1926. Arquivo Nacional. Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. BR_RJANRIO_Q0_ADM_CPA_VFE_FOT_16 / **Seção Dossiê Temático:** Kathleen Cleaver, militante dos Panteras Negras, 1972. Arquivo Nacional. Fundo Correio da Manhã. BR_RJANRIO_PH_0_FOT_5502_001 / **Seção Documento:** Verso de fotografia com carimbo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), 1928. Arquivo Nacional. Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. BR_RJANRIO_Q0_ADM_CPA_VFE_FOT_8.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Maria Beatriz Nascimento – Arquivo Nacional)

Acervo : revista do Arquivo Nacional. – Vol. 1, n. 1,
(jan./jun. 1986) - Rio de Janeiro : O Arquivo, 1986 -
v. ; 24 cm.

Quadrimestral.
Sumário em português, espanhol e inglês.
Descrição baseada em: Vol. 33, n. 2, (maio/ago. 2020).
Cada número possui um tema distinto.
ISSN: 0102-700-X

1. Arquivos – Periódicos. 2. Documentos – Periódicos.
3. História - Periódicos. I. Arquivo Nacional (Brasil).

CDD 025.171

Ficha catalográfica elaborada por
Natália Marques de Souza (CRB7/5223)

Editor científico

Thiago Cavaliere Mourelle

Editoras do dossiê

Magali Gouveia Engel | Natália de Santanna Guerellus | Rachel Soihet

Editora executiva

Flora Matela Lobosco

Conselho editorial

Adriano Luiz Duarte | UFSC, SC, Brasil

Ana Canas D. Martins | Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal

Ana Maria Camargo | USP, SP, Brasil

Angela de Castro Gomes | Unirio, RJ, Brasil

Beatriz Galloti Mamigonian | UFSC, SC, Brasil

Beatriz Teixeira Weber | UFSM, RS, Brasil

Caio Cesar Boschi | PUC-Minas, MG, Brasil

Celia Maria Leite Costa | MIS, RJ, Brasil

Durval Muniz de Albuquerque Júnior | UFPE, PE, Brasil

Francisco José Calazans Falcon | Universo, RJ, Brasil

Georgete Medleg Rodrigues | UNB, DF, Brasil

Heloísa Liberali Bellotto | USP, SP, Brasil

Ilmar Rohloff de Mattos | PUC-Rio, RJ, Brasil

Ines Nercesian | Universidade de Buenos Aires, Argentina

Isa Maria Freire | UFPB, PB, Brasil

Ismênia de Lima Martins | UFF, RJ, Brasil

James Green | Brown University, Estados Unidos da América

Jane Felipe Beltrão | UFPA, PA, Brasil

José Bernal Rivas Fernández | Universidade da Costa Rica, Costa Rica

Jurandir Malerba | UFRGS, RS, Brasil

Luciana Duranti | Universidade British Columbia, Canadá

Luciana Quillet Heymann | Fiocruz, RJ, Brasil

Luís Reis Torgal | Universidade de Coimbra, Portugal

Marcia Regina Romeiro Chuva | Unirio, RJ, Brasil

Margarida de Souza Neves | PUC-Rio, RJ, Brasil

Maria Cândida D. M. Barros | Museu Paraense Emílio Goeldi, PA, Brasil

Maria Efigênia Lage de Resende | UFMG, MG, Brasil

Maria Hilda Baqueiro Paraíso | Ufba, BA, Brasil

Mercedes de Vega | Archivo General de la Nación, México

Michael Cook | Universidade de Liverpool, Liverpool, Reino Unido

Miguel Ángel Márdero Arellano | Ibiot, RJ, Brasil

Norma Cortés Gouveia de Melo | UFRJ, RJ, Brasil

Patrícia Sposito Mechi | Unila, PR, Brasil

Paulo Knauss de Mendonça | UFF, RJ, Brasil

Rosa Inês de Novais Cordeiro | UFF, RJ, Brasil

Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva | Ufba, BA, Brasil

Selda Vale da Costa | Ufam, AM, Brasil

Sidney Chalhoub | Unicamp, SP, Brasil

Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira | Uerj, RJ, Brasil

Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes | USP, SP, Brasil

Acervo consta nos seguintes repositórios e sítios acadêmicos

Citas Latinoamericanas em Ciências Sociais y Humanidades

Diretório de Revistas do Seer-Ibiot

Directory of Open Access Journals

Google Scholar

Latindex

Open Academic Journals Index

Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico

Red Latinoamericana de Revistas Académicas em Ciências Sociais y Humanidades – LatinREV

Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

As várias faces dos feminismos

Memória, história, acervos

volume 33 • número 2 • maio /agosto 2020

Editorial Editorial / Editorial 5

Apresentação Presentation / Presentación 7

ENTREVISTA INTERVIEW / ENTREVISTA

Margareth Rago

por Anadir Miranda 13

Ana Rita Fonteles Duarte

por Magali Gouveia Engel 21

DOSSIÊ TEMÁTICO THEMATIC DOSSIER / DOSSIER TEMÁTICO

Circulação de saberes

Publicações brasileiras sobre mulheres, gênero e feminismos no depósito legal (1960-1999)

Circulation of knowledge: Brazilian publications on women, gender and feminisms in the legal deposit (1960-1999) / Circulación de conocimiento: publicaciones brasileñas sobre mujeres, género y feminismos en el depósito legal (1960-1999)

Maise Caroline Zucco 27

Las africanas de la fragata Dos Hermanos en Cuba

Madres, después de esclavas (1817-1837)

The African women of the Dos Hermanos slave ship in Cuba: slaves first, mothers second (1817-1837) / As africanas da fragata Dos Hermanos em Cuba: mães, depois de escravas (1817-1837)

Aisnara Perera Díaz

María de los Ángeles Meriño Fuentes 43

(Re)posicionando o feminismo islâmico

(Re)placing islamic feminism / (Re)posicionando el feminismo islámico

Margot Badran 69

Qual feminismo?

Reflexões sobre o feminismo conservador e a escrita militante de Amélia Rodrigues (1861-1926)

What feminism? Reflexions on conservative feminism and the militant writing of Amélia Rodrigues (1861-1926) / ¿Qué feminismo? Reflexiones sobre el feminismo conservador y la escritura militante de Amélia Rodrigues (1861-1926)

Ana Paula Vosne Martins 95

Autonomia e solidariedade no movimento de mulheres negras no Brasil na década de 1980

Autonomy and solidarity in the black women's movement in Brazil in the 1980s
Autonomía y solidaridad en el movimiento de mujeres negras en Brasil en la década de 1980

Bárbara Araújo Machado 117

Poetisas e escritoras fora da ordem

Out of bounds poetess and women writers / Poetisas y escritoras fuera de la orden

Símele Soares Rodrigues 140

Mulheres no acervo de uma instituição científica

O Instituto Oswaldo Cruz (1930-1970)

Women in the holdings of a scientific institution: the Instituto Oswaldo Cruz (1930-1970) / Mujeres en la colección de una institución científica: el Instituto Oswaldo Cruz (1930-1970)

Nara Azevedo

Luiz Otávio Ferreira

Daiane Silveira Rossi 164

É o que eu vou fazer!

Feminismos possíveis na adaptação cinematográfica de Mulher Maravilha

It's what I'm going to do! Possible feminisms in the film adaptation of Wonder Woman
¡Eso es lo que haré! Posibles feminismos en la adaptación cinematográfica de Mujer Maravilla

Lucas do Carmo Dalbeto

José Carlos Marques 186

ARTIGOS LIVRES ARTICLES / ARTÍCULOS LIBRES

História e memória das resistências negras na Bahia a partir do Acervo Nivalda Costa

History and memory of black resistences in Bahia through Nivalda's Costa Collection
Historia y memoria de la resistencia negra en Bahia de la Colección Nivalda Costa

Débora de Souza

Rosa Borges 208

RESENHA REVIEW / REVISIÓN

Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade, de Heloisa Buarque de Hollanda

A enorme força expressiva da explosão feminista

The huge expressive strength of the feminist explosion / La enorme fortaleza expresiva de la explosión feminista

Paulo Brito do Prado 230

DOCUMENTO DOCUMENT / DOCUMENTO

O fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no Arquivo Nacional

The collection Brazilian Federation for Women's Progress in Arquivo Nacional / El fondo de Federación Brasileña para el Progreso Femenino en Arquivo Nacional

Carolina Calixto

Viviane Gouvêa 239

Editorial

Caras(os) leitoras(os),

Com esta edição, a *Acervo* reafirma seu comprometimento em tratar de temas relevantes para a sociedade brasileira e que envolvam o trabalho e as reflexões, entre tantos profissionais, também de arquivistas e historiadores. Os arquivos que mostram as lutas e conquistas da mulher precisam vir à tona, para que brasileiras e brasileiros conheçam seu passado e reconheçam a difícil trajetória cumprida (e a se cumprir) rumo à igualdade entre homens e mulheres – citada no primeiro inciso do artigo quinto de nossa Constituição.

Dessa forma, como revista do Arquivo Nacional – a maior instituição arquivística da América Latina –, a *Acervo* cumpre a missão institucional de trazer à luz documentos e publicar artigos de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros e estrangeiros, destacando, neste número, a diversidade de estudos que estão sendo desenvolvidos sobre os feminismos. “Feminismos”, no plural, para abarcar as múltiplas perspectivas e a importância que desempenham na sociedade contemporânea.

O Arquivo Nacional, juntamente com o Arquivo Histórico do Itamaraty, o Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados e o Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas, detêm o rico acervo da bióloga e feminista brasileira Bertha Lutz (1894-1976), um dos exemplos de preservação da história dos diferentes feminismos, inscrito no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco em 2018. Ainda no acervo do Arquivo Nacional, são preservados 26 conjuntos documentais privados de personalidades femininas, como a historiadora e ativista do movimento negro Maria Beatriz do Nascimento, Eulália Maria Lahmeyer Lobo, primeira brasileira a doutorar-se em História, e Niomar Moniz Sodré Bittencourt, fundadora do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Estes e outros documentos são um convite à pesquisa.

O dossiê *As várias faces dos feminismos: memória, história, acervos* foi conduzido pelas editoras convidadas Magali Gouveia Engel, doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora visitante da Universidade Federal da Bahia, Natália de Santanna Guerellus, doutora em História Social da Cultura pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora ATER (attaché temporaire d’enseignement et de recherche) na Universidade Lyon 3, França, e Rachel Soihet, doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e professora titular da UFF.

Agradecemos às(aos) autoras(es), pareceristas e todos que, juntos, construíram esta edição. Convidamos para que acessem o mais novo meio de divulgação da Acervo, o perfil no twitter - @RevistaAcervo -, onde destacamos os artigos publicados, as chamadas das próximas edições e os lançamentos.

Boa leitura!

Thiago Cavaliere Mourelle, editor científico
Flora Matela Lobosco, editora executiva

Apresentação

Feminismo anarquista, feminismo negro, feminismo cristão, feminismo islâmico, ecofeminismo, feminismo decolonial (ou descolonial), feminismo latino-americano, feminismo imigrante... Em tempos e espaços diversos, empunhando várias bandeiras de luta, enfrentando violentas críticas e embates, perpassados por tensões teóricas e políticas fragmentadoras, os feminismos estão presentes em todos os continentes e cumprem um papel fundamental na sociedade contemporânea. Mas, para melhor compreendê-los em sua historicidade e complexidade, torna-se cada vez mais necessário refletir sobre a importância da preservação de acervos que guardam as memórias do engajamento feminino em lutas políticas fundamentais pelos direitos das mulheres, contra as discriminações e os preconceitos de gênero, contra a escravidão de africanas(os), contra o racismo e as desigualdades sociais e econômicas, pela democracia, entre muitas outras.

O dossiê *As várias faces dos feminismos: história, memória, acervos* foi organizado por iniciativa da revista *Acervo*, do Arquivo Nacional, justamente com o objetivo de conferir visibilidade ao papel essencial das coleções arquivísticas, referentes aos mais diversos tipos de fontes, na construção de análises inscritas no âmbito da história das mulheres, dos movimentos feministas e das relações de gênero em contexto mundial.

Abrimos a edição com as entrevistas concedidas por duas historiadoras que, pertencentes a gerações distintas, têm se dedicado aos estudos feministas. Margareth Rago (Unicamp) pertence ao grupo das jovens pioneiras que construíram a área da história das mulheres e das relações de gênero no Brasil. Suas primeiras pesquisas geraram duas publicações fundamentais para o campo – *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil, 1890-1930* (1985) e *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930* (1991). Além disso, juntamente com Adriana Piscitelli, Elisabeth Souza-Lobo e Mariza Corrêa, integrou um grupo de estudos do gênero, criado em 1990, com o objetivo de organizar um núcleo de pesquisas, o que, de fato, ocorreria três anos depois, com a fundação do Núcleo de Estudos do Gênero Pagu (Unicamp) e dos *Cadernos Pagu*. A partir do lugar de historiadora feminista e dos feminismos, Rago nos fala, respondendo às questões colocadas por Anadir Miranda, sobre sua trajetória intelectual, sua produção no âmbito dos estudos feministas, o recente processo de feminização da cultura e as tendências atuais dos principais enfoques teóricos e políticos dos pensamentos e ações no campo do feminismo, entre outros temas fundamentais.

Na segunda entrevista, Ana Rita Fonteles Duarte (Universidade Federal do Ceará – UFC) nos conta que seu interesse na área dos estudos feministas levou-a a desenvolver uma pesquisa sobre o jornalismo feminista de Carmen da Silva em sua monografia de final do curso de graduação em Comunicação Social e Jornalismo. Esse tema foi também o objeto central de sua dissertação de mestrado em História Social, realizada no Programa de Pós-Graduação em História da UFC, publicada com o título *Carmen da Silva: o feminismo na imprensa brasileira* (2005). A partir daquele ano, Ana Rita Fonteles Duarte passou a dedicar-se ao estudo sobre o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará, tema de sua tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), publicada em 2012, com o título *Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Durante o período do doutorado, integrou o Laboratório de Estudos de Gênero e História (2006), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História e ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Composto por pesquisadoras(es) ligadas(os) aos estudos de gênero, entre as quais Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro, tornou-se uma das principais referências no campo. Na entrevista realizada por Magali Engel, Ana Rita Fonteles Duarte nos fala sobre sua atuação como uma das pesquisadoras do projeto “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”, coordenado pela professora Cristina Scheibe Wolff. Narra como chegou a uma documentação de extrema relevância, referente à vigilância dos movimentos feministas promovida pelos órgãos de repressão da ditadura militar no Brasil da década de 1970. Discorre sobre a riqueza e o potencial destas fontes para problematização e análise de temáticas bastante diversas, especialmente no que tange aos impactos para o campo dos estudos feministas.

Os artigos que compõem esta edição podem ser agrupados em torno de três temas. O primeiro refere-se aos *acervos que guardam memórias femininas e feministas*, disponibilizados em arquivos, bibliotecas e outros tipos de instituição. É o caso do texto de Maise Caroline Zucco (Universidade Federal da Bahia – Ufba), “Circulação de saberes: publicações brasileiras sobre mulheres, gênero e feminismos no depósito legal (1960-1999)”. Baseada na coleção do depósito legal, a autora identifica publicações feministas brasileiras difundidas no país de 1960 a 1990. O artigo “Mulheres no acervo de uma instituição científica: o Instituto Oswaldo Cruz (1930-1970)”, assinado por Nara Azevedo, Luiz Otávio Ferreira e Daiane Silveira Rossi, três pesquisadores da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, analisa a coleção arquivística da Fundação Oswaldo Cruz, constituída por documentos

institucionais e pessoais relativos ao campo brasileiro das ciências biomédicas e da saúde pública (fins do século XIX a início do XXI). No estudo, as autoras e o autor buscam dar visibilidade à presença feminina, destacando, sobretudo, a figura de bibliotecárias, enfermeiras e pesquisadoras que atuaram na referida instituição entre os anos de 1930 e 1970. Na seção Artigos Livres, encontramos o estudo de Débora de Souza e Rosa Borges, ambas da Ufba, sobre a história e a memória das resistências negras na Bahia, a partir do acervo de Nivalda Costa (1952-2016). A importante intelectual negra desempenhou papel fundamental de militância nas lutas pela preservação e valorização das culturas, das artes, das religiosidades e memórias afro-brasileiras, atuando como antropóloga, líder religiosa, educadora e artista. Por fim, na seção Documento, o artigo “O fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no Arquivo Nacional”, de Carolina Calixto (Universidade Federal Fluminense – UFF) e Viviane Gouvêa (Arquivo Nacional), analisa o fundo arquivístico e a trajetória da referida associação durante o período do regime civil-militar brasileiro. A FBPF foi fundada em agosto de 1922, na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa de Bertha Lutz (1894-1976), cientista brasileira e uma das mais importantes líderes das lutas pelos direitos civis e políticos das mulheres.

O segundo grupo de textos reúne reflexões abrangentes sobre os feminismos islâmico, conservador e negro, proporcionando, assim, o acesso a dimensões inéditas das múltiplas e complexas questões que vêm permeando as trajetórias históricas dos movimentos e dos estudos feministas. Nesse sentido, o artigo de Margot Badran (Georgetown University), intitulado “(Re)posicionando o feminismo islâmico”, já publicado em inglês e francês, foi disponibilizado pela autora com um prefácio dedicado especialmente a este número da revista *Acervo*. O texto aborda os percursos das principais discussões no interior dos movimentos femininos e feministas islâmicos, através de uma abordagem transnacional, que abarca os últimos trinta anos. Consideramos, assim, que o estudo de Badran é uma importante contribuição original, capaz de trazer grandes frutos para o âmbito dos estudos feministas brasileiros. O texto “Qual feminismo? Reflexões sobre o feminismo conservador e a escrita militante de Amélia Rodrigues (1861-1926)”, assinado por Ana Paula Vosne Martins (Universidade Federal do Paraná – UFPR), traz igualmente uma análise original, importante no atual contexto brasileiro, e voltada para a história de nossos feminismos conservadores. Vosne Martins se debruça sobre a trajetória da escritora baiana Amélia Rodrigues, no interior do movimento feminista católico do início do século XX, demonstrando a complexa relação entre as perspectivas progressistas e conservadoras, no que

dizia respeito à participação das mulheres na sociedade. Bárbara Araújo Machado (UFF/Observatório da Classe Trabalhadora), em sua investigação sobre a autonomia e a solidariedade no movimento de mulheres negras no Brasil na década de 1980, conta-nos a trajetória de formação dos primeiros grupos feministas negros, no contexto da abertura política e redemocratização no Brasil. A autora nos traz as principais questões surgidas no movimento, bem como os mecanismos de memória utilizados por suas participantes pioneiras para contarem sua própria história.

Finalmente, os três artigos citados a seguir constituem análises inscritas no campo da *história das mulheres e das relações de gênero*. Em “Las africanas de la fragata Dos Hermanos em Cuba: madres, después de esclavas (1817-1837)” – publicado originalmente em inglês, na *Women’s History Review* –, as historiadoras cubanas Aisnara Perera Díaz (Casa de la Cultura de Bejucal, Unión Nacional de Historiadores de Cuba – Unhic) e María de los Ángeles Meriño Fuentes (Casa de la Cultura de Bejucal, Unhic e Unión de Escritores y Artistas de Cuba – Uneac) analisam características da experiência da maternidade no cativo, bem como a luta de mulheres libertas para resgatar seus filhos e assumir o controle sobre seu destino. A investigação fundamenta-se no processo desencadeado pelo decreto instituído pelo rei espanhol Fernando VII, em 1817, que libertou mais de duzentos(as) africanos(as) da fragata Dos Hermanos, que seriam comercializados(as) como escravos(as), em 1795. Segue-se ao estudo das autoras cubanas o artigo de Símele Soares Rodrigues (Université Jean Moulin Lyon 3), intitulado “Poetisas e escritoras fora da ordem”. Soares Rodrigues explora com acuidade os arquivos do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (Deops/SP), analisando documentos relativos a escritoras vigiadas pelo governo e tidas como subversivas e “fora da ordem”. A autora nos mostra o poder político da arte na pena de mulheres que ousaram desafiar os lugares tradicionais atribuídos a elas pela sociedade brasileira do século passado. Por fim, Lucas do Carmo Dalbeto (Universidade do Oeste Paulista – Unoeste) e José Carlos Marques (Unesp/Bauri), no artigo intitulado “É o que eu vou fazer! Feminismos possíveis na adaptação cinematográfica de *Mulher Maravilha*”, refletem sobre as possíveis representações feministas do filme *Mulher Maravilha* (2017), dirigido pela cineasta e roteirista estadunidense Patty Jenkins. Os autores constroem o artigo a partir de considerações originais sobre as relações entre os estudos de gênero, a crítica feminista e o cinema contemporâneo.

A resenha “A enorme força expressiva da explosão feminista”, assinada por Paulo Brito do Prado (Secretaria de Estado da Educação de Goiás), nos

conduz a reflexões em torno de uma das mais recentes e importantes obras de uma grande intelectual feminista brasileira contemporânea, Heloisa Buarque de Hollanda, publicada com o título *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*, em novembro de 2018.

Em tempos especialmente difíceis, quando a tragédia assume proporções planetárias, atravessando todas as dimensões das vidas humanas, e de modo singular as das mulheres, esperamos que a leitura dos textos aqui reunidos possa trazer à tona a experiência original de grupos femininos que lutam(ram) por seus direitos. As investigações sobre ações e reflexões dos personagens e grupos feministas e femininos abordados revelam diferentes aportes para repensarmos a sociedade que queremos e que poderemos construir após a crise mundial provocada pela pandemia de um vírus que sufoca as vozes de suas vítimas.

Magali Gouveia Engel (Uerj/Ufba)

Natália de Santanna Guerellus (Université Jean Moulin)

Rachel Soihet (UFF)

editoras do dossiê

ACCERVO

Entrevista

Interview / Entrevista

Margareth Rago é historiadora, formada pela Universidade de São Paulo (USP), com mestrado e doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora livre-docente do Departamento de História da Unicamp, aposentou-se em 2015 e vinculou-se ao mesmo departamento como professora colaboradora.

[Acervo] Quando analisamos sua trajetória e produção intelectual percebemos logo que você é uma historiadora dos sujeitos desviantes, das experiências que se constituem nas margens, desestabilizadoras da norma, do hegemônico. Ao resgatar as experiências de prostitutas, anarquistas, feministas, você demonstra uma visível preocupação com a questão do agenciamento desses sujeitos, das estratégias que desenvolvem como reação aos dispositivos e mecanismos de regulação e normatização social. Esse tipo de narrativa histórica apresenta significativo potencial para o empoderamento daquele(as) que a consomem, no sentido de ajudá-los(as) a ter maior consciência de como se operam na cultura os processos de objetivação e subjetivação e, nesse sentido, de agir em relação a eles. Ao produzir suas pesquisas, isso é algo que você pensa, que a instiga? É possível dizer que você é uma historiadora libertária?

[Margareth Rago] Considero um elogio me chamar de historiadora libertária e agradeço. Na verdade, o esforço e o investimento nas pesquisas que realizei tiveram como objetivo dar uma contribuição e fazer a diferença para os setores excluídos da história, desde longa data. Creio que, por isso mesmo, demorei uma década entre me formar em história na Universidade de São Paulo (USP), em 1970, e fazer pós-graduação em história na Unicamp, com meus antigos colegas de graduação. Buscava algo que me motivasse profundamente, que desse sentido ao meu trabalho e à minha vida. Era uma questão política e existencial, além de profissional. E custei a encontrar, mesmo porque, em 1970, ainda não havia nascido o Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp, nem Foucault havia publicado *Vigiar e punir* ou *História da sexualidade I* – que são de 1975 e 1976 –, nem eu conhecia os anarquistas do meu país. O movimento feminista engatinhava, mesmo que em sua chamada “segunda onda”. Mas fui cursar a graduação em filosofia, na USP, em 1976, e nesse momento o mundo começava a se abrir novamente, já que, ao mesmo tempo, murmurava-se o fim da ditadura e havia rumores do surgimento dos “novos movimentos sociais”.

Ao longo da pesquisa que desenvolvi com a imprensa anarquista das décadas iniciais do século XX, em São Paulo e no Rio de Janeiro, para a realização do mestrado, no início dos anos oitenta, e que resultou no livro *Do cabaré ao lar, a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista*, fui descobrindo não apenas a riqueza do anarquismo, suas propostas, interpretações, teorias, como a história do movimento anarquista, dos grupos libertários que viveram no Brasil nesse período e que, até então, eram absolutamente desconhecidos. Finalmente, quando o livro foi publicado, em 1985, recebi um telefonema do Jaime Cubero, velho militante

anarquista, convidando-me para apresentar esse trabalho no Centro de Cultura Social, no Brás, antigo bairro operário... Imagine meu espanto e alegria! Sempre ouvia dizer que os anarquistas não existiam mais, que haviam morrido com a derrota da Revolução Espanhola, em 1939, e eram tempos de ditadura, em que os encontros se tornavam absolutamente impossíveis. Foi um encontro inesquecível! Parecia que nos conhecíamos desde sempre, e experiências desse tipo começaram então a se suceder.

É claro que, para mim, a história é fundamental, necessária para nos fortalecer, enraizar, dizer quem somos, de onde estamos vindo... Aliás, adorei o “museu” do filme *Bacurau*, do Kleber Mendonça, tem tudo a ver. Do mesmo modo, adoro quando o líder indígena Ailton Krenak afirma que, antes de chegar esse “clube da humanidade” dizendo quem são os humanos com direito à vida, os indígenas já existiam, têm história, “nosso único banco de dados”, como afirma um historiador famoso.

[Acervo] *O feminismo tem se constituído como um tema de análise recorrente ao longo da sua trajetória como historiadora. Você se debruça sobre seus sujeitos, suas histórias, suas representações. Tanto que se tornou referência obrigatória para quem pretende estudar a história do feminismo no Brasil. Nesse sentido, poderia nos relatar um pouco da sua trajetória como historiadora feminista e dos feminismos? Falar de algumas temáticas/problemáticas às quais tem se dedicado, enfatizando fontes e acervos que servem de base para suas pesquisas históricas sobre o tema?*

[Margareth Rago] Quase toda feminista reconhece que teve muitas atitudes feministas na vida, desde cedo, mas que não sabia identificá-las como feminismo. Posso dizer o mesmo. Até os vinte anos, em 1970, falava-se muito pouco em feminismo no Brasil, mesmo sendo estudante de história na USP e participando do movimento estudantil. Éramos marxistas e acreditávamos que o importante era a luta social geral... O feminismo foi chegando no meu “segundo turno”, quando fui fazer filosofia, na USP novamente, em 1976, e encontrei jovens falando do aborto, da emancipação feminina, do direito ao corpo.

Esses temas obviamente faziam parte da minha vida, afinal passei pelo “maio de 68”, atuando nos meios estudantis e defendendo essas causas, mas a ideia de que o importante era a revolução social, o fim das desigualdades entre as classes, a revolução proletária, tomava todo o espaço. As mudanças foram acontecendo, entre a descoberta do anarquismo, que pregava o amor livre, o prazer sexual para as mulheres, o encontro com a anarcofeminista Maria Lacerda de Moura, e o feminismo que começava

a se constituir no país, com intelectuais e militantes hoje muito conhecidas, como Heleieth Saffiotti, Heloisa Buarque de Holanda, Maria Lygia Quartim de Moraes, Suely Koffes, Amelinha Teles, Crimeia Schmidt, entre muitas outras.

Quando estudava o movimento anarquista no Brasil, já vinha munida de muitas das reflexões e conceitos de Michel Foucault, que apontava para as formas de sujeição, de disciplinarização social e de medicalização do corpo, que falava em biopoder, biopolítica e em temas que ninguém sequer havia pensado, como a história da loucura, da prisão e da sexualidade. Entre Foucault, Deleuze, anarquismo e feminismo, fui chegando aos temas que me interessavam, em especial, a história da sexualidade e da medicalização do corpo feminino, e é claro que esses temas me ajudavam a me situar, a entender minha rejeição à figura normativa da mulher. Eu buscava meu espaço nessas pesquisas, consciente ou inconscientemente, mas isso não importava, então. Daí, decidi estudar a história da prostituição, entendendo que seria um excelente caminho para desestigmatizar não só as prostitutas, mas todas as mulheres, que, até essa época, aprendiam a moral cristã, que não deveriam sentir desejo sexual, a não ser comedidamente e para reprodução, que deveriam casar-se e servir à família em primeiro lugar.

Mais recentemente, estou aprendendo novamente com Foucault, com seu último livro *Les aveux de la chair* (2018), que a maldição de Eva, responsável pela queda da humanidade, desde o século I, foi retomada pela teoria da degenerescência, no século XIX, na qual se destaca o famoso doutor Cesare Lombroso, nome de rua e de shopping em São Paulo e autor de *La donna delinquente, la prostituta e la donna normale*. Nesse livro, o pai da criminologia explica que as prostitutas são “degeneradas-natas”, mulheres que têm quadris largos, testa curta, são tagarelas, desarticuladas, egoístas, gostam de gatos e não querem ser mães... O equivalente masculino é o “delinquente-nato”, vagabundos, criminosos, anarquistas, comunistas, perversos, a lista é longa.

[Acervo] *Em alguns dos seus artigos mais recentes você discute a feminização da cultura nas últimas décadas, advinda da entrada maciça das mulheres no espaço público, incluindo aí o campo científico. Poderia nos falar um pouco mais sobre esse processo histórico e o quanto ele tem impactado as relações sociais e as formas como concebemos o mundo atualmente?*

[Margareth Rago] Entendendo que a produção feminista investia muito na denúncia das formas de opressão das mulheres, o que considero

absolutamente necessário, decidi partir para um outro caminho, aquele que mostrasse o lado positivo e transformador da entrada das mulheres na cena pública, a maneira pela qual, trazendo outras experiências, referências e interpretações, as mulheres contribuem para transformar e ampliar o mundo masculino, pautado por valores e interpretações geralmente conservadoras, misóginas, herdeiras dos ensinamentos de Agostinho, de sua influente mãe, santa Mônica, e da medicina vitoriana, desde o século XIX, também herdeira do cristianismo.

Achei que deveríamos não apenas dar visibilidade às mulheres escritoras, artistas, cineastas, cientistas, engenheiras, arquitetas, médicas, políticas, mas também teorizar sobre suas práticas, evidenciando como subvertem a cultura dominante e o imaginário social. Assim, está claro que as mulheres trazem outras concepções de política, corpo, beleza, saúde, sexualidade, feminilidade e maternidade, e, para fundamentar essas reflexões, foi fundamental recorrer à “filosofia da diferença”, em especial a Foucault, Deleuze, Derrida, entre outros, e às teóricas feministas que se referenciam por essa filosofia, como Tania Swain, Norma Telles, Ivone Gebara, no Brasil, e Judith Butler, Wendy Brown, Margaret McLaren, Johanna Oksala, Dianna Taylor, Elisabeth Grosz, Rosi Braidotti, entre muitas outras, no exterior. Logo, aprendi com a feminista grega Eleni Varikas, quando deu um curso na Unicamp, em meados dos anos oitenta, a importância de pensar o conceito de filoginia, oposto a misoginia. Aos poucos, fui notando que o movimento feminista e as mulheres, em geral, produziam efeitos muito positivos na vida social, forçando todo mundo a “tirar os bobes da cabeça” e perceber que precisavam deixar de ser misóginos. Abriu-se para mim a possibilidade de pensar em um mundo filóginos, aquele em que a cultura feminina não seria mais desqualificada como desnecessária, pobre e inferior, o que de fato aconteceu.

Atualmente, é visível o impacto que traz o feminismo negro, não apenas com a publicação de antigas autoras como Angela Davis, que marcou fortemente a minha geração, na década de 1970, mas as jovens brasileiras, que não apenas recuperam as pioneiras, como Lélia Gonzalez e Suely Carneiro, mas que produzem novas leituras de suas experiências, da história do racismo, recorrendo também a importantes autores, como Achille Mbembe. Fica claro que hoje é impossível pensar as desigualdades e hierarquias de classe e de gênero sem se referir às questões raciais, às formas de exclusão e humilhação por que passam as mulheres negras e certamente os homens negros também. E o “feminismo comunitário”, proposto pelo grupo Mujeres Creando, da Bolívia, que reúne muitas indígenas, camponesas, intelectuais, traz experiências de solidariedade

fundamentais para todas nós, ampliando as possibilidades de conexão para fora da “filosofia do sujeito” ou “da representação”.

[Acervo] *Parece-me que essa perspectiva filógina vem caracterizando fortemente os feminismos contemporâneos, que buscam, além de denunciar desigualdades de gênero e avançar na questão da equidade, também resgatar e valorizar as perspectivas das mulheres. São muitas iniciativas e projetos de/ sobre/para mulheres, comprometidos com a questão da representatividade, da união, da sororidade. Ao mesmo tempo, algumas feministas, como a nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, defendem que essa ética feminista precisa ser alargada, incluindo a sociedade como um todo. Então, minha questão para você, como historiadora feminista e dos feminismos, é sobre como podemos localizar esse momento atual do feminismo na sua história mais ampla. Você acha que chegamos a um momento de conciliação entre as correntes igualitaristas e diferencialistas?*

[Margareth Rago] *Creio que o feminismo sempre propôs a construção de redes de solidariedade e amizade entre as mulheres, senão esse movimento não teria sido possível, nem teria se expandido da maneira como o fez, ao longo dos últimos 50 anos. É muito impressionante o crescimento e a explosão dos feminismos, agora no plural, com uma ramificação incrível de grupos, com seus interesses específicos, de leituras, temas, reflexões, de interferências em todas as áreas da vida social, cultural, intelectual e econômica. Vale notar que a esquerda nunca conseguiu se unir da maneira como fez e faz o movimento feminista. Trotskistas, comunistas, anarquistas sempre racharam e se enfraqueceram com disputas internas, para a alegria da direita. Na contramão dessas posições, as feministas, embora críticas e briguentas inclusive entre si, conseguiram manter uma certa coesão, abrindo-se para discutir as novas tendências e pautas. Lembro-me das enormes discussões que trouxe a entrada da categoria gênero, a partir de 1990, no Brasil, o que já havia também acontecido nos Estados Unidos. Muitas feministas entenderam que, com o gênero, teríamos de falar também dos homens, e, mais uma vez, abriríamos mão de nossos interesses para colocar o foco neles... Ainda assim, não houve um racha e surgiram vários núcleos de estudos das mulheres e do gênero. Do mesmo modo, o surgimento dos estudos queer também não significou a sua rejeição e exclusão, muito embora haja feministas que recusem determinados temas e teorias. Em suma, acho que os feminismos se construíram, desde os anos setenta, unindo-se, dialogando, acrescentando, criando redes de solidariedade, expandindo incrivelmente os campos de*

atuação, da luta por políticas públicas à feminização da área médica ou do ensino da história, que então passava a se ocupar das mulheres, do corpo feminino, da vida no privado. Coisas de mulheres...

[Acervo] *Li uma entrevista que você concedeu à revista Época, em 2015, e me chamou bastante atenção sua acertada interpretação a respeito desse novo momento do feminismo, cujos meios e capacidade de mobilização são totalmente novos e têm definido largamente as formas a partir das quais se constroem os diálogos e as relações entre as(os) feministas e os grupos com os quais procuram estabelecer interlocução. Assistimos, nos anos recentes, a uma ampliação enorme do debate feminista no Brasil, tanto por conta das possibilidades de divulgação propiciadas pelas novas tecnologias em rede, quanto pelo contexto político reacionário em relação às pautas das mulheres. “O feminismo está na moda, virou pop”, como você mesma disse à revista Época em 2015. E, de lá para cá, isso parece ter se acentuado ainda mais. O feminismo está nas redes, nas ruas, nos produtos de consumo. Por vezes, abordado de maneira extremamente superficial e estereotipada. O que você tem a falar sobre isso? Como conciliar essa apropriação capitalista do feminismo com sua almejada e bem-vinda (des)guetização?*

[Margareth Rago] Você toca em um ponto fundamental, a meu ver, ao pensar nos feminismos em nossos dias. Sem dúvida, a governamentalidade neoliberal – termo que Foucault cria para falar dessa nova tecnologia do poder, a “condução ou governo das condutas” pelo poder pastoral – nos ameaça a todos e todas, ao ter como objetivo não apenas as privatizações e o fim dos direitos sociais, mas a produção da subjetividade neoliberal. Trata-se, segundo Foucault, de formar o “empresário de si mesmo”, um indivíduo que se pensa como empresa, devendo elevar a rentabilidade de seu “capital humano” pessoal, segundo a teoria de Gary Becker, economista da Escola de Chicago, falecido em 2014. Christian Laval e Pierre Dardot, em *A nova razão do mundo*, criaram a noção de “neossujeito”, referindo-se a essa nova figura, que se pensa como autônoma, inovadora, criativa, mas que, na verdade, experimenta uma forma sofisticadíssima de sujeição, ao ter sua vida totalmente gerenciada pelos valores do mercado, pela racionalidade empresarial, devendo assumir todos os riscos, sob pena de ser considerado um loser ou fracassado. O psicanalista Aldo Ambrózio estudou profundamente o tema em seu recente livro, *Empresariamento da vida: discurso gerencialista e processos de subjetivação*.

O movimento feminista realizou importantes avanços em múltiplas dimensões da vida das mulheres e da coletividade, mas ainda são

relativamente limitadas as reflexões sobre a produção da subjetividade, em que pese a enorme experiência de crítica à identidade feminina tradicionalmente valorizada. A discussão sobre a subjetividade, a liberdade e a ética coloca-se também para os feminismos como um dos grandes desafios, especialmente quando se percebe a falência dos discursos tradicionais da esquerda, o crescimento das forças conservadoras e reacionárias no capitalismo empresarial globalitário, que visam inibir a potência da vida em todos os níveis, o fortalecimento dos fundamentalismos, da intolerância e dos preconceitos que bloqueiam os encontros e as conexões possíveis. Produzir novas e criativas formas de existência, contextos mais humanizados de sociabilidade e de formação de subjetividades éticas é fundamental se desejamos construir um mundo menos misógino, violento e desigual. Nessa direção, são de extrema relevância as discussões sobre as “políticas do comum”, trazidas por vários autores, como Toni Negri, Pierre Dardot, Christian Laval e Silvia Federici, entre outros, opondo-se à expansão neoliberal avassaladora.

A partir de convite da *Acervo*, a entrevista foi realizada por Anadir Miranda, doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero dessa instituição.

Ana Rita Fonteles Duarte é professora efetiva do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, atuando nas linhas de pesquisa Cultura e Poder e Memória e Temporalidades do Programa de Pós-Graduação em História da instituição. É também coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Gênero, junto ao CNPq. Entre seus livros publicados estão *Carmen da Silva – o feminismo na imprensa brasileira* (2005) e *Jogos da memória – o movimento feminino pela anistia no Ceará (1976-1979)*, lançado em 2012.

[Acervo] Gostaríamos que nos contasse um pouco sobre como você chegou à documentação referente à vigilância dos movimentos feministas promovida pelos órgãos de repressão da ditadura militar no Brasil da década de 1970.

[Ana Rita Fonteles Duarte] Em meados de 2008, eu estava na fase final da escrita de minha tese sobre o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e fui a Brasília, ao Arquivo Nacional, porque queria escrever um tópico sobre as formas pelas quais o MFPA era visto pelos órgãos de vigilância durante a ditadura militar. Minhas narradoras, no Ceará – assim como dona Therezinha Zerbini, presidente nacional do movimento (falecida em 2015), a partir de São Paulo –, tinham mencionado que, apesar de tomarem uma série de cuidados em sua atuação, inclusive registrando a organização em cartório, sempre foram vigiadas, eram fotografadas ao chegarem e saírem de reuniões, frequentemente, seguidas por carros caracterizados. Queria entender se, mesmo usando o gênero, muitas vezes incorporando figuras tradicionais de mães em defesa de suas famílias para se protegerem em sua atuação política, elas eram percebidas como “perigosas” ou coisa assim. Consegui encontrar uma série de documentos, tanto sobre a atuação do movimento como de algumas participantes, apontadas como subversivas ou a serviço de organizações de esquerda infiltradas no MFPA. O cotidiano de algumas reuniões e atos públicos também se descortinou em alguns informes. Ocorre que, naquele momento da pesquisa, não pude acessar muitos documentos e nem examiná-los na íntegra, antes de solicitar a cópia. O processo de pesquisa, por conta das restrições de sigilo, ainda em vigor naquele ano, obrigavam o pesquisador que desejasse acessar o fundo SNI (Serviço Nacional de Informações), do Arquivo Nacional, a marcar horário com um funcionário, fornecer diversas palavras-chave para que esse mesmo funcionário procedesse à pesquisa e enviasse, em um ou dois meses, um relatório com possíveis documentos para serem solicitados, mediante pagamento via guia de recolhimento da União (GRU). Assinávamos uma série de termos de compromisso nos responsabilizando pelas informações utilizadas. Ao final de 2016, já professora da Universidade Federal do Ceará, no Departamento de História, e coordenando o Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Gênero (GPEHG), recebi a notícia de que o projeto que havíamos inscrito, a convite da professora Cristina Scheibe Wolff, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para concorrer ao edital da Capes chamado “Mulheres de luta” – lançado ainda na gestão de Renato Janine Ribeiro à frente do Ministério da Educação –, havia sido contemplado. Junto a outras pesquisadoras de diferentes universidades, iríamos pesquisar as

memórias dos feminismos, no Brasil, durante os anos 1970 e 1980. Como ideia de pesquisa, em meio a uma série de outros temas instigantes apresentados pela equipe, sugeri trabalhar, especificamente, no projeto, com a visão dos órgãos de vigilância sobre os movimentos feministas no Brasil daquele período. Eu não conhecia trabalhos sobre a temática e a pesquisa possibilitaria que eu voltasse, em 2017, aos documentos com os quais havia tomado contato dez anos antes. Eu tinha certeza da existência de informes sobre os movimentos feministas. Fui ao Rio de Janeiro, em meados do segundo semestre, para realizar meu pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense e, no Arquivo Nacional, me informaram que o fundo SNI tinha sido praticamente todo digitalizado e, com um cadastro feito do meu próprio computador, de casa, eu mesma poderia realizar a pesquisa e baixar os documentos em PDF para a leitura. Isso se deveu à Lei de Acesso à Informação, ao projeto Memórias Reveladas e ao próprio trabalho da Comissão da Verdade, implantada por Dilma Rousseff. Fiquei animadíssima e iniciei a pesquisa com a participação de uma bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic).

[Acervo] *Que tipo de informações podemos encontrar nessas fontes? Você poderia citar alguns exemplos mais expressivos?*

[Ana Rita Fonteles Duarte] A maior parte da pesquisa sobre os feminismos nesse período é feita a partir de entrevistas, jornais e documentos produzidos pelas próprias entidades de mulheres. Para além da dificuldade que tínhamos, até alguns anos atrás, para acessar essa documentação, tenho outras hipóteses sobre o “desinteresse” ou secundarização dessas fontes pelos estudos históricos, que remetem a questões políticas e de gênero e seus impactos sobre a pesquisa. Há uma perspectiva de resgate muito evidente das memórias das militantes, pelas pesquisadoras, considerando sua ausência nas memórias hegemônicas sobre a resistência à ditadura e a reorganização dos movimentos sociais no período da abertura política; os movimentos feministas não se constituíram como movimentos de massa durante a ditadura, como foi o caso do movimento estudantil e também do operário em diferentes períodos. O interesse maciço das pesquisas sobre movimentos sociais no período concentra-se sobre esses campos, além das organizações armadas e partidos políticos de esquerda. Lembremos que, para muitos integrantes da esquerda, o feminismo não foi bem aceito, tendo sido combatido ou desqualificado por sua suposta ação “divisionista”; muitas das integrantes ou ex-integrantes dos movimentos feministas não acreditavam que sua atuação política em

defesa das mulheres geraria preocupação numa vigilância sistemática. Esses fatores certamente impactam na forma de organização dos acervos e na busca por documentos. Os dossiês em fundos como o Deops-SP (Arquivo Público do Estado de São Paulo) e Dops-RJ (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro), em sua maior parte, não são organizados em pastas específicas sobre os movimentos feministas. Trata-se de um trabalho de garimpo em pastas de assuntos muitas vezes díspares, que exigem mais conhecimento prévio sobre trajetórias de militantes. Isso vem mudando bastante com a digitalização, embora nem todos os acervos tenham sido digitalizados. No caso do fundo SNI, do Arquivo Nacional, foi possível encontrar relatórios mais específicos sobre a visão dos órgãos de vigilância sobre o feminismo, no Brasil, documentos sobre entidades e militantes específicas, por todo o país, coberturas de reuniões, atos públicos, congressos. Em anexos, muitos dos informes trazem jornais das organizações, recortes de jornais da grande mídia sobre os movimentos, panfletos, teses de entidades para os congressos, cartazes, regimentos internos etc.

[Acervo] *Como esses dados impactaram a sua percepção sobre os movimentos feministas brasileiros do período? E quais as principais questões que poderiam ser suscitadas a partir de análises dessas fontes, cuja investigação viria a contribuir de modo decisivo para o campo dos estudos feministas?*

[Ana Rita Fonteles Duarte] Penso que uma das contribuições mais importantes, especialmente do fundo SNI, diz respeito ao acesso a documentos sobre movimentos feministas de vários lugares do Brasil, possibilitando pensar em realidades muito específicas, para além do eixo Rio-São Paulo. A história dos feminismos no Brasil ainda é muito contada por essa vertente, quando sabemos que várias outras entidades se organizaram, se articularam e atuaram a partir de realidades outras. O trabalho do Laboratório de Estudos em Gênero e História da UFSC vem ajudando a romper essa construção, mas ainda há muito a ser feito. Para meu caso específico, como pesquisadora no Ceará, os documentos possibilitaram romper com uma hegemonia de memória que circunscrevia a atuação das mulheres a basicamente um grupo no estado. Pude ter acesso, a partir dos informes, a outras entidades, militantes e vertentes ideológicas. Há documentos que apresentam grupos na maior parte do país e buscam mapear todas as entidades atuantes em cada estado da federação, seus membros e a articulação política com partidos ou organizações de esquerda, em sua maioria. Aliás, de modo geral, podemos perceber que, para os órgãos de vigilância que atuaram no período, o feminismo era considerado apenas mais uma

forma de infiltração dos “comunistas” nos movimentos sociais. As mulheres não teriam autonomia e seriam arregimentadas para desenvolver os planos desses grupos formados e dirigidos, em sua maior parte, por homens. Esse entendimento, embora revele uma visão preconceituosa ou estereotipada por parte dos agentes e seus superiores, não deixa de inspirar-se no fato de que, especialmente no processo de abertura política, vários partidos e organizações, mesmo discordando ou secundarizando as lutas feministas, tentaram influenciar a luta das mulheres, ajudando na fundação de entidades e disputando teses e votações. Mas essa questão não resume a atuação dos movimentos feministas e tampouco explica todos os seus conflitos e rupturas. Os documentos também ajudam a pensar nos embates entre lutas gerais e específicas, no âmbito dos movimentos de mulheres em suas relações com os projetos de saída da ditadura e da construção democrática. O cotidiano dos embates entre as militantes é documentado na cobertura de congressos e atos públicos, com a descrição de falas, desabaços, denúncias, documentação de notas e faixas. Os desentendimentos sobre a aprovação de bandeiras relacionadas à legalização do aborto foram muitos e posicionaram as mulheres em diferentes vertentes, apontando a necessidade de investigar as relações de algumas entidades com a igreja católica. Os embates e negociações com movimentos sociais e a chegada dos feminismos a regiões menos urbanizadas e aos movimentos de camponeses, com o apoio ou não da Igreja, também devem ser pensados. Há registros dessa atuação. A cobertura e vigilância sobre pequenos grupos faz também pensar sobre as formas de infiltração de agentes mulheres em reuniões e na perspectiva de traições e colaborações entre militantes e a repressão. Temos testemunhos, em entrevistas, de identificação de agentes infiltradas em grandes assembleias, mas, muitas vezes, os informes trazem relatos de coberturas “aparentemente” tranquilas, em reuniões realizadas com até 15 pessoas.

A entrevista foi realizada por Magali Gouveia Engel, uma das editoras convidadas deste número. Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas, foi professora na Universidade Federal Fluminense (UFF), na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e, atualmente, é professora visitante na Universidade Federal da Bahia (Ufba).



Dossiê temático

Thematic dossier / Dossier temático

Circulação de saberes

Publicações brasileiras sobre mulheres, gênero e feminismos no depósito legal (1960-1999)

Circulation of knowledge: Brazilian publications on women, gender and feminisms in the legal deposit (1960-1999) / Circulación de conocimiento: publicaciones brasileñas sobre mujeres, género y feminismos en el depósito legal (1960-1999)

Maise Caroline Zucco

Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com pós-doutorado em Antropologia Social pela mesma instituição. Professora do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (Ufba)
maisecz@ufba.br

RESUMO

O trabalho buscou investigar as publicações feministas, sobre estudos das mulheres e de gênero, que circularam no Brasil entre as décadas de 1960 e 1990, tomando como base o depósito legal. Esse mecanismo, que assegura a doação de exemplares comercializados no país para a Biblioteca Nacional, serviu de instrumento para refletir sobre os desafios da pesquisa.

Palavras-chave: depósito legal; estudos feministas; circulação do conhecimento.

ABSTRACT

The work sought to investigate the feminist publications on women's and gender studies, which circulated in Brazil between the 1960s and 1990s, based on the legal deposit. This mechanism, which ensures the donation of copies sold in the country to the Biblioteca Nacional, served as an instrument of reflection on the challenges of research.

Keywords: legal deposit; feminist studies; circulation of knowledge.

RESUMEN

El trabajo buscó investigar las publicaciones feministas sobre estudios de mujeres y género, que circularon en Brasil entre los años 1960 y 1990, con base en el depósito legal. Este mecanismo, que garantiza la donación de copias vendidas en el país a la Biblioteca Nacional, sirvió como instrumento para reflexionar sobre los desafíos de la investigación.

Palabras clave: depósito legal; estudios feministas; circulación del conocimiento.

Os arquivos são instâncias que povoam o fazer historiográfico. É sobre esses espaços que nos debruçamos sobre as mais distintas fontes, que encontram no exercício arquivístico sua organização, seleção e salvaguarda. Arquivos religiosos, do poder judiciário, correspondências e registros de matrículas discentes são alguns dos exemplos da natureza das fontes que podem nos levar à escrita de uma dada história, sobre um determinado recorte temporal e espacial. Esses arquivos, mortos ou permanentes, assim como os arquivos ativos ou temporários, registram as memórias institucionais e proporcionam a consulta de documentos de períodos históricos diferentes, que, a partir das discussões sobre a história do tempo presente, ampliam o leque de possibilidades de coleta de fontes (Pinsky, 2018).

Início o debate com a temática do arquivo, pois é a ele atribuída a função de proteção e conservação documentais, mas essa função ocorre também em outras instâncias, como nas bibliotecas. Temos, nessas instituições, o registro dos livros e periódicos disponíveis, bem como das documentações regionais e locais, em alguns casos. São espaços em que encontramos ainda documentos relativos aos empréstimos e circulação dessa bibliografia ou, no caso da Biblioteca Nacional, a arrecadação de todas as publicações comercializadas no país, sejam elas traduções ou versões em língua original.

Esse foi o ponto de partida de minha tese de doutorado, intitulada *Viagens e permanências dos feminismos: o trânsito de saberes no eixo sul do conhecimento (Brasil e Argentina, 1960-1999)*, defendida no ano de 2014. Em um dos capítulos do trabalho, identifiquei as publicações de autoras, fora do Norte global, que possuem materiais cadastrados na Biblioteca Nacional, considerando as normativas de obrigatoriedade de doação de livros comercializados para a instituição, ação nominada depósito legal (Zucco, 2014).

Nesse sentido, não pretendo estabelecer um exercício de identificação e nomeação desse material – embora ele conseqüentemente ocorra –, mas uma análise dos trabalhos nacionais encontrados, discutindo os desafios na construção de uma história da produção do conhecimento ligada ao campo dos estudos feministas, de gênero e da história das mulheres, tomando como base o depósito legal. Esse mecanismo foi um dos instrumentos encontrados para a realização da pesquisa que, como qualquer fonte, precisa ser confrontada e não tomada como um dado conclusivo.

O recorte temporal da pesquisa foi extenso, da década de 1960 a 1999, e compreendeu o depósito legal tanto no Brasil como na Argentina. Os

mecanismos de busca on-line pelos materiais nos acervos impulsionaram a análise das descontinuidades que visibilizariam características dessa circulação, focada em um campo determinado do conhecimento, assim como a identificação dessa produção centrada em países latino-americanos ou do Sul global.

Como resultado dessa etapa investigativa brasileira, realizada na Biblioteca Nacional, foi possível identificar um considerável aumento no número de publicações com o passar das décadas. Na década de 1960, não foi encontrado nenhum registro de publicação dentro do recorte temático, embora seja grande o número de livros sem registro de data na busca realizada (um total de 25 obras). Na década de 1970, há o registro de 11 livros; na década de 1980, essa quantidade sobe para 65. De forma semelhante ao depósito legal de publicações do campo feminista argentino, no Brasil, uma grande quantidade de livros é verificada durante a década de 1990, quando a Biblioteca Nacional registrou 142 livros na temática. Esses números corroboram a ideia de que o aumento de publicações nesse campo do saber está mais associado à consolidação dos estudos de gênero nas universidades do que às barreiras impostas pela ditadura civil-militar, uma vez que cada país passou por regimes ditatoriais em anos distintos.

Entender as dificuldades presentes nesse processo investigativo nos mostra a fragilidade dos números absolutos que uma pesquisa pode trazer. Essa é a primeira problematização empreendida neste artigo.

Desafios do depósito legal

A aproximação com a discussão sobre o depósito legal se deu a partir da busca por registros das publicações feministas e sobre mulheres no Brasil ao longo das décadas. Inicialmente, foram consultados catálogos de editoras, mas as trajetórias, reorganizações e fechamentos dessas entidades resultaram em um registro descontínuo de dados e na parcialidade na coleta das informações. Alguns questionamentos foram pontos de partida para o empreendimento desse levantamento, como qual é o volume quantitativo de publicações nacionais e internacionais na temática, acessível no Brasil; quais materiais foram traduzidos, publicados ou comercializados em língua original; o que estava circulando em diferentes épocas no país, considerando os interesses do mercado editorial. Essas informações estariam, em tese, no levantamento dos espaços que salvaguardam o depósito legal e, assim, a pesquisa se voltou para determinadas instituições.

Conforme definição da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o depósito legal é uma obrigação, estabelecida por lei, a partir da qual toda entidade, pública ou privada, e toda pessoa que produza qualquer tipo de documentação, reproduzida de forma múltipla, deve depositar um ou mais exemplares em uma instituição nacional reconhecida; e é por meio da IFLA (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias) que o depósito legal é definido. As discussões em torno do tema no mundo datam da segunda metade da década de 1970. Com a realização de congressos, houve ampliação do debate, culminando na publicação da *Legislação para o depósito legal: diretrizes*, em 2000 (Larivière, 2000, p. 3), servindo tanto como instrumento de orientação para países que não possuíam leis sobre o depósito legal, como para aqueles que gostariam de atualizar suas normativas.

Mesmo frente aos parâmetros internacionais, a regulamentação do depósito legal acontece de forma específica em cada país. Nesse sentido, não há um padrão sobre a instituição em que as publicações devem ser depositadas e a quantidade de exemplares que deverão ser doados para esse fim. A variedade ainda se encontra nos dispositivos legais, pois, no Canadá e Nigéria, as leis que incidem sobre o depósito legal estão vinculadas às disposições sobre as bibliotecas nacionais e, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, estão ligadas aos direitos autorais, por exemplo. O modelo mais adotado no mundo é o estabelecimento de uma lei específica para o depósito legal. Apenas na Holanda não há a obrigatoriedade de doação, esta ocorrendo de forma voluntária, o que, nem por isso, tornou o sistema de depósito legal no país insatisfatório (Uribe; Steenkist, 2005, p. 8).

No Brasil, o depósito legal é regido pela lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004. Na norma, além da exigência da doação de um ou mais exemplares produzidos nacionalmente, qualquer obra estrangeira que trazer alguma indicação do editor ou da instituição que irá comercializá-la no Brasil deve ser doada, sendo de responsabilidade dos impressores essa atividade, com a certificação das autoras e autores, bem como das pessoas responsáveis pela editoração, no prazo de trinta dias após a publicação da obra. Todo material coletado através desse dispositivo fica salvaguardado na Biblioteca Nacional, que o disponibiliza para consultas e é receptora dos valores correspondentes às multas pagas pela não realização do depósito legal.

As normativas nos mostram o interesse em assegurar de forma legal que o depósito seja realizado e que os materiais publicados sejam preservados sob domínio público, mas é fato que, nem nos dias de hoje, com o acesso à informação através da internet, a lei é amplamente conhecida.

Algumas avaliações sobre a efetividade desse mecanismo de coleta foram empreendidas, como o trabalho de Vera Lúcia Maia Lellis, realizado em 1989, que identifica uma contribuição diferenciada entre as editoras comerciais e as editoras oficiais: entre os anos de 1980 e 1987, editoras comerciais contribuíram com 86,48% de sua produção, enquanto as oficiais, com apenas 13,52% (Lellis, 1989, p. 205-218). Já na avaliação realizada por Luciana Grings e Stela Pacheco, em 2010, as autoras sinalizam que o recebimento de 150 exemplares por dia e a baixa quantidade de pessoas nessa função dificultavam a cobrança e a divulgação das leis, bem como o impacto dos altos custos de postagem na arrecadação (Grings; Pacheco, 2010, p. 84). Luciana Grings, em texto escrito para a revista *Bibliotheca Cultural Informativa*, ainda pontua que, nos anos de 2015 e 2016, foram recebidas mais de 78 mil peças a cada ano (entre periódicos, material sonoro, iconográfico, cartográfico etc.); dessas, 28 mil eram livros (Grings, 2017). Ou seja, num ranking do depósito legal de 2004, o Brasil estava na décima primeira posição de arrecadação, coletando pouco mais da metade do que é comercializado e circulado no país, um número considerado médio pelas(os) especialistas na área (Bazán, 2004, p. 3).

Nesse sentido, em que medida poderíamos considerar o depósito legal um instrumento de identificação dos materiais que foram comercializados e circularam pelo Brasil, no que tange especificamente à produção bibliográfica do campo dos estudos sobre as mulheres, estudos feministas e de gênero? Seria um mecanismo confiável de identificação da produção bibliográfica nacional? Poderia nos trazer informações confiáveis sobre as bibliografias estrangeiras e as traduções que tiveram espaço no mercado editorial brasileiro, no que se refere aos estudos ligados às mulheres e às relações de gênero?

Ao estabelecer esse exercício de crítica dos instrumentos de pesquisa, das seleções dos processos investigativos, assumimos a parcialidade das narrativas historiográficas e as armadilhas na produção de resultados quantitativos das pesquisas. Reconhecer essas armadilhas não é um movimento de descredibilização ou invalidação do que foi feito, mas de honestidade diante da posição desse saber e do reconhecimento de seus limites. Traz-nos a importância do confronto entre distintas fontes, que deve ser adotado independentemente da sua natureza.

Dessa forma, talvez o depósito legal nos traga muito mais referências bibliográficas atravessadas pelo interesse e conhecimento das pessoas diante da doação das publicações do que seja uma fonte sobre o que circulou no país em uma determinada temática. Essa doação ainda pode estar mediada pelo que foi considerado relevante pelas editoras, seja por

aspectos mercadológicos, seja pelos temas e sujeitos presentes nesses debates. São essas preocupações que proporcionam outro olhar para essas fontes e uma releitura desse material.

Mulheres, feminismos e gênero: quem faz parte do depósito legal?

Os trabalhos que analiso são materiais cadastrados como livros no catálogo da Biblioteca Nacional e respondem à pesquisa pelas palavras-chave: feminismo(s), feminista(s), estudos de gênero e gênero. Inicialmente, foram realizadas uma busca on-line e visitas à instituição para acesso ao material. Alguns trabalhos que estavam em língua estrangeira foram identificados como dissertações encadernadas em espiral, sendo retirados dessa catalogação. Essa exclusão ocorreu considerando que esses materiais não passaram pela seleção das editoras, nem eram destinados à ampla comercialização. Nesse sentido, não estariam associados à ideia de circulação nacional e trânsito desses conhecimentos, embora sirvam como instrumento para a avaliação do depósito legal.¹

Apenas a título de apresentação do que foi identificado na pesquisa mais ampla, dos livros encontrados nessas três décadas (pois não foram encontradas publicações de 1960), 66 deles eram traduções, sendo que, delas, apenas três de origem latino-americana. Da Europa, foram encontrados 32 livros traduzidos, 13 originalmente franceses. Tanto no Brasil como na Argentina, o maior número de traduções encontradas no catálogo foi estadunidense, num total de 28 obras. Na Argentina, o número de publicações europeias foi alto, com ênfase na Espanha, o que sinaliza a proximidade da língua como uma característica a ser considerada no processo de circulação de publicações. Contudo, essa lógica não se aplica quando tratamos da Biblioteca Nacional do Brasil. Não temos mais material português arrecadado pelo depósito por conta da familiaridade da língua.

Durante as décadas de 1960 a 1990, encontramos entre duas e três publicações diferentes, latino-americanas, sendo incorporadas à salvaguarda nacional de publicações. Entretanto, na década de 1980, identificamos pelo menos três edições do livro de Domitila Barrios de Chungara, *Se me deixam falar: depoimento de uma mineira boliviana* (1984, 1986 e 1987), figura que visibilizou a situação das pessoas trabalhadoras da mineração

¹ Importante destacar que há uma série de opções metodológicas impostas à classificação das informações coletadas que não estão descritas aqui, mas encontram-se em minha tese de doutorado.

na Bolívia e levantou a voz contra as ditaduras em seu país. Com base na mudança do número de publicações no acervo da Biblioteca Nacional durante as referidas décadas e o aumento na arrecadação de exemplares durante os anos 1990, não podemos observar um crescimento que se reflita também no número de publicações do Sul global. Ou seja, não há um aumento de publicações latino-americanas, que discutam temáticas relativas às mulheres ou aos feminismos, encontradas nos últimos anos da pesquisa, que seja proporcional ao crescimento da arrecadação na área.

Estabelecendo pontes entre o material encontrado e as discussões teóricas do campo dos estudos de gênero sobre as migrações dos conhecimentos nos eixos globais, Claudia de Lima Costa identifica que textos viajam a partir de um visto que privilegia os grandes centros, produções geralmente de autoras e autores brancos, em um fluxo que se desloca do “primeiro” para o “terceiro mundo” (Costa, 2000). Em acréscimo, representam traduções, que são traições² culturais, atravessando fronteiras e aportando em contextos diferenciados, muitas vezes se despolitizando. Nessa lógica, as grandes teorias, abstratas, produzidas em territórios hegemônicos academicamente, possuem uma transitoriedade espacial maior e fundamentam estudos dos mais diferentes contextos mundiais. O conhecimento desse Sul global, tomado muitas vezes como subalterno, faz uso dessa produção teórica para analisar sua realidade, sendo atribuída a outros atores a expectativa acadêmico-reflexiva de produção de conhecimento ligada a estudos de caso (Costa, 2003).

Nessa reflexão, podemos ainda considerar as análises epistêmicas mais amplas. A concepção de ciência moderna, que atravessa a historicidade da produção do conhecimento científico, produziu o apagamento de sujeitos e fez uma seleção dos seus sucessos. A crise dessa modernidade está associada à impossibilidade de previsão e domesticação dos padrões científicos, bem como ao reconhecimento da existência de outros saberes opostos por parte das ciências humanas. Dessa forma, os saberes locais, os exercícios etnográficos, superam a colonialidade da produção do conhecimento moderno e evidenciam a população indígena, quilombola, as mulheres e tantos outros sujeitos que estiveram fora do centro de interesse. Mais contemporaneamente, ainda podemos dizer que saem do patamar de “estudos sobre os sujeitos” para assumirem os protagonismos

2 O termo traição é utilizado em discussões no campo da tradução ao problematizar os atravessamentos culturais dos textos. Traduzir para outra língua é tornar inteligível e atribuir significado em outro território e contexto, ocorrendo distanciamento do sentido literal das palavras em sua língua materna, ou ainda a criação de outros termos.

dos estudos sobre suas realidades, se tornando um campo de “estudos dos sujeitos sobre si”.

Nelly Richard, em *Experiência e representação: o feminino, o latino-americano*, afirma que a teoria é a ferramenta do feminismo para transformar os sistemas dominantes, mas a noção de experiência – defendida pelo feminismo latino-americano – vai contra a “abstração neutralizante do saber” (Richard, 2002, p. 145). É a partir do conceito de experiência que, segundo a autora, é possível lutar contra a cientificidade do saber objetivo em prol de um lugar específico da enunciação, situado, e que designa processos de atuação. Em oposição à concepção moderna, haveria um sentido socialmente posicionado dos conhecimentos produzidos, antagonico aos exercícios científicos tomados como universais, que tratam de lugares e tempos determinados, de sujeitos sem identidade, mas que só o podem fazer por representarem as normatividades étnico-raciais, de gênero, sexualidade, entre outras. As relações de poder permeiam as produções do conhecimento, que definem as temáticas relevantes, validadas pelo campo acadêmico, as correlações territoriais e culturais, entre outros elementos. Temos também nessas comparações internacionais as disparidades de circulação de conhecimento de acordo com os espaços territoriais nos quais esse saber é produzido.

Abordando o Brasil, as conexões entre as distintas regiões do país, a historicidade dos grupos de pesquisa sobre as mulheres, feminismos e relações gênero e a própria história das universidades podem subsidiar esse debate sobre os elementos quantitativos da arrecadação de livros via depósito legal. Dessa forma, podemos entender a produção de um dado campo do conhecimento nacionalmente.

Regionalidades e o campo dos estudos feministas e de gênero

Na Biblioteca Nacional, dos 218 livros encontrados, 175 são editados em localidades brasileiras.³ Desses, a grande maioria situa-se no Sudeste do

³ Publicações nacionais encontradas na Biblioteca Nacional (1960-1999) por localidade e quantidade de publicações: Aparecida (SP), 2; Araraquara (SP), 1; Bauru (SP), 1; Belém (PA), 1; Belo Horizonte (MG), 2; Brasília (DF), 5; Campinas (SP), 1; Curitiba (PR), 1; Florianópolis (SC), 5; Fortaleza (CE), 2; Goiânia (GO), 1; João Pessoa (PB), 1; Maceió (AL), 3; Niterói (RJ), 2; Pelotas (RS), 1; Petrópolis (RJ), 12; Porto Alegre (RS), 4. publicação com edição no Rio de Janeiro e em São Paulo, 1; publicação conjunta entre Brasília e Rio de Janeiro, 1; publicação conjunta entre Brasília e São Paulo, 3; publicação conjunta entre Madri e Rio de Janeiro, 2; publicação conjunta entre Rio de Janeiro e São Paulo, 4; Recife (PE), 3; Rio de Janeiro (RJ), 47; Salvador (BA), 2; São Bernardo do Campo (SP), 1; São Leopoldo (RS), 2; São Paulo (SP), 63; Seropédica (RJ), 1. Total: 175.

Brasil, sendo que os municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo, juntos, representam 62,85% do depósito legal nesse tema, nas três décadas estudadas. As demais regiões do país possuem números consideravelmente baixos. Somando as publicações do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil, elas representam pouco menos de 15% de todo o material encontrado.

Da capital brasileira, foram identificados cinco livros; um da região Centro-Oeste (Goiânia); um da região Norte (Belém); 11 do Nordeste (João Pessoa, um; Fortaleza, dois; Salvador, dois; Maceió, três e Recife, três) e 13 da região Sul (Curitiba, um; Pelotas, um; São Leopoldo, dois; Porto Alegre, quatro e Florianópolis, cinco). Assim, as demais localidades brasileiras reúnem um total de 31 publicações frente às 136 do Sudeste do país.

A centralidade de livros em uma determinada localidade acontece tanto no Brasil como na Argentina, pois, enquanto no caso brasileiro Rio de Janeiro e São Paulo representam o maior montante de livros, no caso argentino, as publicações feministas e de estudos de gênero estão centradas em Buenos Aires, o que reflete os polos das grandes editoras nos dois países, não necessariamente situadas em suas capitais.⁴

As parcerias de localidades nacionais na editoração de livros encontram-se localizadas na capital brasileira, Brasília, na cidade de São Paulo e no Rio de Janeiro, além de duas publicações do Rio de Janeiro com a cidade de Madri, na Espanha. Essas junções resultam em um total de 11 livros que demonstram a expressividade da região Sudeste do país na produção de publicações sobre os estudos de gênero e feminismo.

Conectando o atravessamento temporal da pesquisa com a conjuntura do Brasil, torna-se relevante identificar as atividades de censura, referentes à ditadura civil-militar de 1964. O prédio do Departamento Federal de Segurança Pública em Brasília, o qual sediaria o Serviço de Censura e Diversões Públicas (SCDP), foi inaugurado em 1965 e, com a nova Constituição, dois anos depois, as atividades de repressão foram centralizadas no governo federal. O Ato Institucional número 5 manteve o status centralizador e enrijeceu a censura. Em jornais como *O Estado de São Paulo*, censores passaram a ocupar espaço na redação, o que, em contrapartida, gerou a formação de outro nicho na comunicação: a imprensa alternativa, também chamada imprensa nanica, que não fugiu a essa dinâmica (Reimão, 2011, p. 19-29). Os anos de maior repressão aos

4. A comparação entre países, aqui apresentada, foi discutida de forma mais ampla em minha tese de doutorado.

meios culturais foram de 1968 a 1972 e durante o governo Geisel (1974-1979). Contudo, ela não atuou da mesma forma quanto aos periódicos, aos livros, aos filmes e às peças de teatro, por exemplo. Enquanto revistas e jornais já estavam sendo liberados da censura, ela foi reforçada em relação aos livros e outras atividades culturais (Reimão, 2011, p. 56-57).

A crise econômica que vigorava no Brasil em 1982 afetou diretamente o mercado editorial, o que não resultou em queda no mercado consumidor livreiro. A partir de 1984, houve uma ascensão das vendas, uma vez que a leitura representava uma atividade de lazer com baixos custos diante desse momento de recessão. A crise do Plano Cruzado⁵ e o bloqueio das contas bancárias durante o governo de Fernando Collor de Mello, no entanto, representaram momentos difíceis para as editoras, que desaceleraram lançamentos e, na época, eram más pagadoras dos direitos autorais. A situação muda apenas em fins da primeira metade da década de 1990, com o Plano Real, que durante o governo de Itamar Franco buscou a estabilização das reformas econômicas, o que influenciou o campo editorial. É importante destacar que os resquícios da censura no Brasil, edificada na conjuntura da ditadura civil-militar da década de 1960, ainda existiam estruturalmente, e, somente na gestão de Fernando Henrique Cardoso, o Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e Expressão seria fechado, através de um decreto, em 1995 (Hallewell, 2005, p. 538-709).

Acrescida à trajetória dos problemas econômicos e à estabilização do mercado editorial até a década de 1990, temos a história do campo dos estudos de mulheres, feministas e de gênero no Brasil. Se as discussões, que se iniciaram nos espaços acadêmicos no final de década de 1960, trabalhavam com o termo “mulher”, em períodos subsequentes, o debate foi aprofundado com a crítica a uma ideia de “condição feminina” e a utilização do termo “mulheres”, que reconheceu a pluralidade identitária inerente a esses estudos. Sob influência das discussões internacionais, foi a partir da década de 1980 que a utilização do termo passou a ser substituída, gradativamente, por “gênero”. Essa nova perspectiva de abordagem eliminou o determinismo biológico enraizado na utilização de termos como “sexo” ou “diferença sexual”, considerando a construção cultural e social. Com a proposta de gênero, os homens assumiram espaço no campo de estudos, já que este não se pautava no enfoque dos

⁵ Primeiro plano econômico pós-ditadura militar, iniciado no ano de 1986, no governo de José Sarney.

indivíduos femininos, mas sim nas condições sociais e nas relações estabelecidas entre eles (Heilborn, 1999, p. 4).

O conceito de gênero, produto de discussões acadêmicas feministas, passou a ser incorporado nas reflexões no exterior e foi apropriado e traduzido para o contexto brasileiro. Como os termos “feminismo” e “teorias feministas” eram associados à ideia de militância, foi através da utilização do termo “estudos de gênero” que as acadêmicas brasileiras se ajustaram às formalidades exigidas pelas instituições científicas, conquistando um espaço seguro nesse meio, além de um lugar de sofisticação teórica dentro do “gueto” que representavam os “estudos da mulher” (Costa, 1998, p. 134-135).

A Fundação Ford impulsionou esse campo de estudos, identificando no Brasil, desde a década de 1970, um território para o desenvolvimento de pesquisas ligadas aos seus interesses. Com o objetivo intervencionista diante das políticas públicas e atuando nas desigualdades sociais, a fundação buscou investir nesse campo de pesquisa, tendo em vista a importância das mulheres no processo de modernização dos países. Esse momento de efervescência dos feminismos coadunava com a construção de novos modelos familiares e de feminilidade, que poderiam proporcionar o controle populacional (Heilborn, 1999, p. 5-6).

Devido à estrutura institucional consolidada no país, a Fundação Carlos Chagas assumiu a administração financeira dos recursos da Fundação Ford, ofertando bolsas de pesquisas. Esse movimento promoveu o crescimento dos estudos no Brasil em um período em que o campo estava em construção. A materialização do interesse dentro da Fundação Carlos Chagas pelos estudos de gênero ocorreu na década de 1970, com a criação do Coletivo de Pesquisa sobre a Mulher. Em 1978, foi formulada a proposta do Programa de Estudos sobre a Mulher, Educação e Trabalho, composto por profissionais como Carmem Barroso. Posteriormente, outros projetos foram consolidados, e os recursos cresceram (Sorj, 2004, p. 120). Iniciou-se, assim, um movimento de expansão das pesquisas diante do incentivo promovido pelos recursos internacionais e em meio aos debates do que seria nomeado posteriormente segunda e terceira ondas feministas no Brasil. Novos núcleos de pesquisa foram criados e até hoje temos a ampliação do debate nas mais distintas áreas do conhecimento.

Voltando aos números do depósito legal, esse elemento referente ao crescimento do campo de estudos, que poderia representar um aumento nas produções da área, possivelmente foi minado pela crise, no mesmo período, ocorrida nas vendas de livros científicos como os de sociologia, medicina, entre outros (Hallewell, 2005, p. 538-709). Nesse sentido,

mesmo diante do crescimento dessas produções, os problemas que o mercado enfrentava podem ter influenciado na disparidade existente entre as décadas aqui analisadas, quando se trata dos livros que foram publicados e enviados à Biblioteca Nacional.

Pensando nas características dessas publicações por região, em Goiânia, a única publicação encontrada é de 1996, sem identificação de autoria, com o título *Estudos de gênero*,⁶ publicada pela Universidade Católica de Goiás; e, em Belém, a segunda região com apenas um registro, o livro encontrado é de 1997, intitulado *Desafios de identidade: espaço tempo de mulher*, de Maria Luiza Miranda Álvares e Eunice Ferreira dos Santos. As autoras, ambas professoras da Universidade Federal do Pará, organizaram o livro como resultado do V Encontro Rede Regional Norte-Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (Redor). Assim, é uma coletânea de trabalhos sobre especificidades das duas regiões brasileiras.

As publicações comercializadas por editoras do Sul do Brasil foram, em sua maioria, das cidades de Florianópolis e de Porto Alegre. Na primeira das capitais, identificamos apenas uma publicação na década de 1980, *A sagrada família: a questão do gênero em famílias católicas* (1987), de Maria Regina Azevedo Lisboa, professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que trabalha na área dos estudos de gênero e religião. Além da publicação já mencionada e de outra de uma professora da mesma instituição, Luzinete Simões Minella, *Gênero e saúde reprodutiva* (1999), os demais registros são da Editora Mulheres. Fundada em 1995 por docentes aposentadas da UFSC, Zahidé Lupinacci Muzart, Elvira Sponholz e Susana Funck, a editora possui uma trajetória na publicação de escritoras e seus romances, poesias, coletâneas ou traduções. Em artigo na *Revista Estudos Feministas*, Zahidé se refere aos desafios editoriais e aponta que o livro mais vendido pela editora foi *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*, organizado por Joana Maria Pedro e Miriam Pillar Grossi, disponível no acervo da Biblioteca Nacional (Muzart, 2004). Com a edição de cerca de 90 livros, não encontramos uma parcela considerável da diversidade da Editora Mulheres no acervo pesquisado. Nesse sentido, a grande vendagem de determinadas publicações pode ter sido o critério de envio para a Biblioteca Nacional.

⁶ Sem informações adicionais sobre a publicação, como a autoria, não foi possível o acesso ao livro.

Nas publicações de Porto Alegre, além de trabalhos de profissionais que atuam no campo acadêmico, como os de Carmem Hein de Campos, *Criminologia feminista* (1999), e de Dionysia Bono Lemieszek, *A mulher na história* (1997), encontramos uma tradução para o português de *A conscientização da mulher no mundo do homem* (1983), de Sheila Rowbotham. Uma vez que a Editora Mulheres passou a funcionar efetivamente em 1996, essa pode ter sido a primeira tradução do campo dos estudos feministas publicada por uma editora do Sul do Brasil.

No Nordeste, o maior número de publicações é de Maceió, duas delas sem identificação de autoria, e uma intitulada *Lily Lages, médica, feminista, deputada, literata: biografia*, de Solange Lages, professora da Universidade Federal do Piauí. As três publicações de editoras de Recife encontradas foram *Ser ou não ser feminista* (1981), de Ana Montenegro;⁷ *Martha de Hollanda: feminismo e feminilidade* (1984), de Cristina Inojosa; e *Ideias e dinâmicas para trabalhar com gênero* (1999), de Ana Paula Portella. Este último foi lançado pelo SOS Corpo – Instituto Feminista pela Democracia, organização da sociedade civil, fundada em 1981. Embora sua criação seja datada da década de 1980, é a partir dos anos 2000 que encontramos seu material organizado no endereço eletrônico da instituição, não sendo possível identificar se outros materiais poderiam ser doados ao depósito legal.

Em Salvador, as duas publicações encontradas são de pesquisadoras ligadas à Universidade Federal da Bahia: *Violência e ideologia feminista na obra de Clarice Lispector* (1999), de Raimunda Bedasee, e *Metamorfoses: gênero na perspectiva interdisciplinar* (1998), organizado por Elizete Silva Passos, Ivira Iracema Alves e Márcia Macêdo, publicação da Coleção Baianas, resultado dos trabalhos apresentados no III Simpósio de pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações de Gênero – ocorrido em Salvador, em outubro de 1997. A coleção mencionada é organizada até hoje pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, grupo de pesquisa criado em 1983. Embora o grupo possua uma longa trajetória de publicações, elas se iniciaram em 1997, um ano antes da doação do número salvo-guardado na Biblioteca Nacional. Os demais números não se encontram nos registros da instituição, sediada no Rio de Janeiro.

Jacira Melo, em dossiê sobre publicações feministas brasileiras, debate o tratamento editorial e a comunicabilidade desse material e destaca

⁷ No catálogo on-line da Biblioteca Nacional consta o nome de Lucia Garcia da Fonseca como coautora, mas nenhuma publicação com essa especificidade foi encontrada.

haver uma grande quantidade de publicações que são resultado de eventos acadêmicos, oficinas e projetos de pesquisa. Para a autora, mais do que esforços na visibilização das ações empreendidas pelos grupos de pesquisa e das atividades acadêmicas, essas publicações devem ser analisadas como “ação política direta, de disseminação de ideias, propostas, questões e conceitos” (Melo, 2003, p. 298-301).

O perfil de grande parte das publicações que circularam nacionalmente sobre mulheres é constituído por autoras ligadas ao campo acadêmico dos estudos de gênero e feminismos, segundo os dados do depósito legal. As disparidades quantitativas entre as distintas regiões do país podem estar associadas à falta de conhecimento sobre as normativas apenas em certa medida, pois é possível identificar que os materiais foram enviados de forma parcial para a biblioteca por certos grupos. Em uma outra perspectiva, os altos custos de envio podem ter representado um entrave, que as editoras da região Sudeste não enfrentaram.

Outra característica em relação a essas publicações está associada aos recortes e à territorialidade. Há uma série de trabalhos que se propõem a discutir o Brasil, mas estes não estão localizados em estados fora de São Paulo e do Rio de Janeiro. Ou seja, são esses dois estados que comportam discussões de âmbito nacional como *Mulher, sociedade e Estado no Brasil* (1982), de Carmen Barroso; *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil* (1980), de Branca Moreira Alves; e *Masculino/feminino, tensão insolúvel: sociedade brasileira e organização de subjetividade* (1996), de Maria Isabel Mendes de Almeida. Fora dos dois polos editoriais, apenas a cidade de Curitiba possui uma publicação que se autointitula um estudo do país: *As ideias feministas no Brasil (1918-1932)* (1986), de Sonia Cristina da Fonseca Machado. Entretanto, embora seja uma editora de outra localidade, possui uma característica que perpassa as demais publicações do Sudeste, estabelecendo que falar do Brasil seria falar das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

São diversas as formas como esse movimento narrativo ocorre. Em certos trabalhos, outras cidades e estados são mencionados de forma ilustrativa e o fio condutor da análise está situado na territorialidade Sudeste. Em outros, há maior paridade no debate, mas Rio e São Paulo fazem parte da discussão. Temos ainda os casos em que os trabalhos se autointitulam referentes ao “Brasil”, mas só tratam de eventos ocorridos em São Paulo e Rio de Janeiro, como é o caso do livro *O que é feminismo?* (1981), de Branca Moreira Alves. Nesse cenário, eventos ocorridos no Nordeste ou Norte não são tomados como o “todo nacional” nos estudos desse campo.

De forma avaliativa, o depósito legal, no que se refere ao recorte temático, apresenta uma série de autoras importantes para o campo dos estudos feministas e de gênero. Entretanto, não pode ser considerado o único instrumento para identificação dos materiais que circularam no Brasil durante distintas décadas. Livros como *Mulher na sociedade de classe*, de Heleieth Saffioti, com primeira edição em 1976, não se encontram no catálogo. A primeira tradução dentro da temática, registrada pela Biblioteca Nacional, é o livro sobre feminismo e arte de Herbert Marder, datado de 1975. Entretanto, o livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, originalmente publicado em 1949, possui algumas edições em português sem data, que, aparentemente, são anteriores a 1970.

Mesmo reconhecendo os limites dessa opção metodológica, ainda é possível fazer uma série de reflexões que podem ampliar o debate. Se o depósito legal é parcial e no futuro será mais difícil a coleta das publicações que não foram salvaguardadas, esse acervo poderá ser o parâmetro da nossa memória bibliográfica, do que materialmente conseguimos mensurar sobre a comercialização de livros no país. Nesse sentido, como memória futura que pode vir a ser, ele nos mostra um perfil de autoria majoritariamente branca e uma autoridade discursiva para falar do que é Brasil pertencente a certos sujeitos. Dadas as devidas proporções, temos nosso Norte global, que baliza as produções de conhecimento e possui uma circulação diferenciada situada no Sudeste do país.

Referências

- BAZÁN, Claudia B. *Visibility of international recommendations for legal deposit of publications in national legislations*. Netherlands: International Federation of Library Associations and Institutions, 2004. Disponível em: http://archive.ifa.org/VII/s1/pub/legal_deposit_2004-e.pdf. Acesso em: 16 nov. 2019.
- COSTA, Claudia de Lima. As publicações feministas e a política transnacional da tradução: reflexões do campo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 254-264, 2003.
- _____. As teorias feministas nas Américas e a política transnacional da tradução. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 43-48, 2000.
- _____. O tráfico do gênero. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 134-135, 1998.
- GRINGS, Luciana. O que você sempre quis saber sobre o depósito legal, mas ninguém te contou. *Biblio Cultura Informacional*, Rio de Janeiro, 26 abr. 2017. Disponível em: <https://biblio.cartacapital.com.br/tudo-sobre-deposito-legal/>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- _____; PACHECO, Stela. A Biblioteca Nacional e o controle bibliográfico nacional: situação atual e perspectivas futuras. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, jul./dez. 2010.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2005.
- HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. *Estudos*

- de gênero no Brasil. In: MICELE, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré, 1999. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/102_653_EstudosdeGeneronoBrasil1.pdf. Acesso em: 13 mar. 2008.
- LARIVIÈRE, Jules. *Legislación sobre depósito legal: directrices*. Paris: Unesco, 2000. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000121413_spa. Acesso em: 13 de maio de 2011.
- LELLIS, Vera Lúcia Maia. Controle da produção editorial brasileira. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 2, n. 17, jul./dez. 1989.
- MELO, Jacira. Publicar é uma ação política. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, 2003.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. Histórias da Editora Mulheres. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, p. 103-105, 2004.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2018.
- REIMÃO, Sandra. *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2011.
- RICHARD, Nelly. Experiência e representação: o feminino, o latino-americano. In: _____. *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G. de; NUNES, João Arriscado. Introdução – Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, B. de S. (org.). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 21-121.
- SORJ, Bila. Estudos de gênero: a construção de um novo campo de pesquisa no país. In: COSTA, Albertina de O.; MARTINS, Ângela M.; FRANCO, Maria Laura P. B. (org.). *Uma história para contar: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas*. São Paulo: Annablume, 2004.
- URIBE, Richard; STEENKIST, Robert Max. *El depósito legal en los países de Latinoamérica en 2005: su vigencia y normatividad, estadísticas comparativas*. Bogotá: Cerlalc, 2005.
- ZUCCO, Maise Caroline. *Viagens e permanências dos feminismos: o trânsito dos saberes no eixo sul do conhecimento (Brasil e Argentina, 1960-1999)*. 2014. 400 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

Recebido em 30/9/2019
Aprovado em 3/2/2020

Las africanas de la fragata Dos Hermanos en Cuba Madres, después de esclavas (1817-1837)

The African women of the Dos Hermanos slave ship in Cuba: slaves first, mothers second (1817-1837) / As africanas da fragata Dos Hermanos em Cuba: mães, depois de escravas (1817-1837)

Aisnara Perera Díaz

Doctora en Ciencias Históricas por la
Universidad de La Habana
aisnara.perera@gmail.com

María de los Ángeles Meriño Fuentes

Doctora en Ciencias Históricas por la
Universidad de Oriente
maria.fuentes.perera@gmail.com

RESUMEN

En 1817, el rey de España decretaba la libertad de más de doscientos africanos vendidos como esclavos de la fragata Dos Hermanos en 1795. Desde este interesante proceso, la comunicación muestra algunas de las características de la maternidad en cautiverio así como los esfuerzos de las libertas por rescatar a sus hijos y asumir el control sobre su destino.

Palabras clave: esclavitud; maternidad; Cuba; siglo XIX.

ABSTRACT

In 1817, the Spanish king decreed the emancipation of over two hundred Africans transported on the Dos Hermanos frigate, who had been sold as slaves in Cuba in 1795. Regarding this interesting process, this paper explains some of the characteristics of mothering under slavery, including the freedwomen's efforts to rescue their children and regain control over their fates.

Keywords: slavery; mothering; Cuba; 19th century.

RESUMO

Em 1817, o rei de Espanha decretou a libertação de mais de duzentos africanos vendidos como escravos da fragata Dos Hermanos em 1795. A partir desse interessante processo, o artigo revela algumas das características das vivências da maternidade sob cativo, bem como os esforços das libertas em resgatar seus filhos e assumir o controle sobre seu destino.

Palavras-chave: escravidão; maternidade; Cuba; século XIX.

Entre la abigarrada muchedumbre congregada día a día en las inmediaciones de la Plaza de Armas habanera, era habitual la presencia de hombres y mujeres africanos pues se localizaban allí varios tribunales, las escribanías públicas y las oficinas de la capitania general. Sin embargo, en el segundo semestre de 1818 los más observadores pudieron darse cuenta que, en bancos y portales del centro administrativo de la colonia, un grupo de mujeres negras, algunas acompañadas de sus hijos pequeños, se había unido al paisaje habitual, revelando a los curiosos los detalles de la azarosa historia que las había llevado ante los miembros del Real Consulado de Agricultura y Comercio de la isla de Cuba:¹ ellas y sus compañeros de viaje eran libres porque en agosto del año anterior el rey de España lo había proclamado en una Real Cédula. Para algunas, la decisión iba más allá de la propia emancipación personal ya que abría las puertas de la ansiada libertad a sus descendientes. No obstante, para hacer valer ese derecho y el de ser madres, tendrían que desplegar todas las habilidades y experiencias adquiridas en los más de veinte años transcurridos desde su forzoso arribo a la capital cubana.

La Real Cédula, firmada por Fernando VII en 1817, ponía fin a un proceso judicial en el Tribunal de Comercio adjunto al Real Consulado, instruido en abril de 1795, a raíz de la captura de la fragata negrera inglesa *Brothers* en aguas caribeñas por corsarios al servicio de la república francesa. La carga humana transportada había sido vendida por veinticinco mil pesos a tres comerciantes españoles que, a su vez, organizaron su venta en la feria habanera. Como era de esperarse, el representante del dueño de la embarcación, conocida a partir de entonces como *Dos Hermanos*, solicitó de inmediato su restitución, basando su reclamo en la incapacidad de los corsarios para poseer y vender esclavos, teniendo en cuenta que la Asamblea Nacional francesa había abolido la esclavitud en 1794.

El sugerente argumento fue entendido por los burócratas del Consejo de Indias de una manera diferente, a saber, como los africanos habían sido capturados por individuos cuyo gobierno no reconocía la esclavitud, adquirirían, de manera automática, la libertad y dicho estado, imprescriptible según las leyes castellanas, no lo habían perdido a pesar del tiempo

1 El Real Consulado de Agricultura y Comercio era un órgano consultivo integrado por hacendados y comerciantes, fue establecido por Real Cédula de 4 de abril de 1794. El Tribunal del consulado, por su parte – compuesto por el prior y dos cónsules, para “la más breve y fácil administración de justicia en los pleitos mercantiles y la protección y fomento de la agricultura y comercio” –, inicio sus sesiones el 16 de junio de 1795, días después de haberse instalado la Junta de Gobierno (Catálogo...,1943, p. XVIII).

transcurrido. Gracias a esta lectura de los hechos, la manumisión de los forzados viajeros del Dos Hermanos era legal y a la Junta de Gobierno del Real Consulado le correspondió dar cumplimiento a la voluntad de su rey, debiendo, para hacerlo, “averiguar y descubrir con toda preferencia el paradero de los negros que existan vivos y al instante [ponerlos] en libertad”.²

El proceso judicial “seguido por d. Ignacio Pica contra d. Felipe Alwood sobre un cargamento de negros bozales” y el administrativo tramitado por los cónsules habaneros generaron más de treinta expedientes, sin contar las menciones a los “negros de Pica” – como fue nombrado el caso por los funcionarios consulares – que se hicieron en las actas de la Junta de Gobierno de la citada institución. Se trata de un acervo de enorme riqueza por su diversidad tipológica y abundancia de detalles, disponiéndose para la investigación de las listas de los compradores originales de 1795, de las escrituras de ventas posteriores, de las partidas bautismales de los adultos y los niños nacidos en Cuba, las opiniones de los juristas sobre la Real Cédula, los interrogatorios a propietarios y aspirantes a libertos, entre otros.

El presente artículo se basa en tales documentos, considerando su utilidad para analizar la actuación de un grupo de mujeres beneficiadas con la medida, quienes intentaron primero demostrar su pertenencia a la célebre armazón y luego, localizar e identificar a sus hijos, teniendo en cuenta que, al momento de la manumisión, la mayoría no estaba junto a ellas. Haciéndose énfasis en las discusiones respecto a la capacidad de las africanas para asumir la crianza de sus vástagos desenvueltas en medio del proceso así como sobre las ideas que las partes involucradas, funcionarios, propietarios y libertas, expusieron para sostener y legitimar sus intereses. Integrándose nuestra perspectiva al conjunto de trabajos desarrollados por otros colegas sobre la exclusión de las mujeres esclavizadas de las ideas de maternidad,³ dada su falta de capacidad legal y moral, para cuidar de sus hijos y la contestación que las mismas recibieron. En tal sentido, examinamos las expresiones llegadas hasta nosotros de las africanas del Dos Hermanos que, en cierta medida, se contrapusieron

² Archivo Nacional de Cuba (ANC). Tribunal de Comercio, leg. 357, n. 4. Sexta pieza. 1818.

³ La producción discursiva cubana sobre maternidad se puede consultar en Provencio (2009, p. 231-267). Según la autora, la maternidad – “que no está dada por la condición femenina, ni es resultado del determinismo biológico, sino que es resultado de una cultura y una ideología” –, como aprendizaje, aparece con regularidad en la prensa cubana a partir de los años cuarenta del siglo XIX.

con sus acciones a las de sus ex señores y de los funcionarios más interesados en el control social y en la defensa de sus intereses de clases.

Por otra parte debemos considerar que su visibilidad dentro del proceso se ajusta al patrón de género detectado en prácticamente todos los espacios esclavistas del Nuevo Mundo. Existen, sin embargo, varios detalles que le aportan singularidad al caso del Dos Hermanos, en primer lugar cuando la libertad les fue concedida, algunas se habían manumitido a sí mismas o a sus hijos, otras se encontraban *coartadas*⁴ por haber entregado sumas parciales a cuenta de su valor e incluso una de ellas para lograrlo había acudido ante un juez demandando a su señora. Evidencias de que en el tiempo transcurrido desde su llegada a la isla se habían familiarizado con los usos legales y consuetudinarios que normaban las relaciones entre amos y cautivos, por tanto la decisión del monarca solo fue el mecanismo legal perfecto que, valga decir, no tendrían otros hasta la aprobación de las leyes abolicionistas de 1870 y 1880, para reclamar un nuevo posicionamiento en la jerarquizada sociedad cubana.

En segundo lugar, la comunidad del Dos Hermanos fue de las pocas liberadas de conjunto y por decisión de la Corona española pues, antes que ellos, habían recibido tal beneficio, en 1800, los 94 bozales capturados en 1795 al sur de las costas de la villa de Trinidad y unos meses después los llamados esclavos del rey empleados en las minas del cobre en Santiago del Prado, en el oriente de la isla. Sin embargo todos debieron vencer múltiples obstáculos en el camino hacia la libertad pues las disposiciones legales cobraron sentido gracias a las presiones ejercidas sobre los encargados de cumplirlas. Se trata, en fin, de experiencias que, como han mostrado los estudios sobre esclavitud y derecho, tienen mucho en común con la de los cautivos que, en Brasil o los Estados Unidos, acudieron a los mecanismos judiciales para reivindicar sus derechos.

Esclavitud y libertad en el centro de la plantación cubana

El miércoles 3 de diciembre de 1817, los asistentes a la Junta de Gobierno del Real Consulado de Agricultura y Comercio de La Habana escucharon, por voz del secretario, el texto de la Real Cédula, fechada en Madrid el 20 de agosto del propio año, en la cual Fernando VII comunicaba su voluntad de declarar libres a doscientos siete africanos vendidos en la capital

4 Sobre la coartación, su inserción en las normativas legales de la esclavitud y su influencia en la dinámica de las relaciones entre amos y esclavos ver: De La Fuente (2007, p. 659-692).

cubana en el lejano 1795.⁵ La repentina actualización del caso en medio de las negociaciones para la firma de un tratado de abolición del tráfico con Gran Bretaña se debió, más que a las gestiones del apoderado del Consulado habanero en Madrid – a quien se le había encomendado su seguimiento –, al interés de algunos miembros del Consejo de Indias al revisar “los copiosos materiales” que – relativos al tema esclavitud – se habían acumulado por años en dicha instancia. Para aquellos que no se doblegaban ante las presiones del lobby negrero, el expediente del litigio sería la ocasión de mostrar a los engreídos criollos y a los no menos prepotentes comerciantes españoles establecidos en La Habana, que el poder radicaba en Madrid y que, en determinados asuntos, ellos no tendrían otra opción que cumplir las decisiones sancionadas por el rey (Torneró, 1996, p. 87).

De tal suerte, si desde el Tribunal de Comercio preguntaban sobre los derechos que a su libertad pudieran tener los negros apresados por los franceses en 1795, la respuesta podía ser recomendar su libertad, más si se partía de un antecedente como la emancipación concedida a los bozales de la goleta Nuestra Señora del Carmen, en 1800. La decisión suponía, además, un gesto de “buena voluntad” hacia los abolicionistas, mostrando, a una España generosa con un grupo de africanos esclavizados en Cuba; africanos que, dicho sea de paso, habían sido traficados por comerciantes ingleses, lo que se le recordaba a la gran potencia, demasiado olvidada de su papel en el comercio que ahora con tantas energías hostigaba.

En el tiempo transcurrido mucho habían cambiado la sociedad y economía cubana, datos simples ilustran el gran salto producido en algo más de veinte años: si en 1795 se habían introducido 5.832 cautivos, para 1817 estos alcanzaban la impresionante cifra de 30.322, si en el propio año se exportaban 14.659 toneladas de azúcar, en 1817 serían 45.896 (Fraginals, 1978, tomo II, p. 108); la conclusión era bien simple: esclavos, preferentemente varones, eran igual a azúcar. Las evidencias de tal desarrollo estaban tanto en la exitosa inserción de los productos agrícolas: azúcar y café, en el circuito del comercio mundial capitalista, tras la ruina de la colonia francesa de Saint Domingue, como en la definitiva presencia de los capitales radicados en la isla en el tráfico atlántico. Apreciándose, como consecuencia, una abrupta transformación demográfica entre la población cautiva, sobre todo en el occidente y en los indicadores sexo, edad y procedencia hacia un esquema que privilegiaba a los hombres jóvenes afri-

⁵ ANC. Tribunal de Comercio, leg. 357, n. 4. Sexta pieza. 1818. f. 181-183. Justo es decir que la cifra de 207 era solo la que originalmente los dueños de la embarcación estimaron como base para su reclamo, en verdad, en 1795, fueron vendidos solo 197 africanos.

canos. Cuba, en suma, se había transformado en una exitosa colonia de plantación y su elite, agrupada en instituciones como el Real Consulado, disfrutaba de una excelente posición para negociar con Madrid medidas que le beneficiaban e incluso para no acatar aquellas lesivas a sus intereses, como ocurría con el tratado para la supresión del comercio de africanos, suscrito en septiembre de 1817 con Gran Bretaña.

La amenaza sobre el suministro de mano de obra ocupaba toda la atención de los cónsules habaneros, quienes redactaron y enviaron al rey de España una extensa representación en la cual intentaban, en medio de amargas quejas, “demostrar las inconsecuencias del abolicionismo británico”, a la vez que pedían una prórroga para continuar el tráfico y “traer del África las esclavas negras que tanta falta nos hacen” (Cuevas; Reyes, 1986, p. 131). Justo es decir que fue la Corona la primera en mostrar interés en que los hacendados cubanos compraran mujeres, así en 1804 se recomendaba “que en los ingenios y haciendas donde hay solos negros bozales, se pongan negras [...] hasta que estén casados todos los que deseen este estado”.⁶ Fueron, sin embargo, pocos los que hicieron caso de la recomendación pues, tan pronto como en 1805, la casa de comercio habanera consignataria de una embarcación con 80 negras se quejaba de la imposibilidad de su venta “a menos de acordar o bien una baja considerable [de precio] o bien unos plazos dilatados”, solicitando permiso para reexportarlas a otro destino (Tornero, 1996, p. 58-59).

A lo que se unía la presión abolicionista, lográndose algunos avances como lo evidencia el aumento, desde 1815 y hasta 1820, experimentado en la proporción de las introducidas en la isla, sobrepasando el 30% del total y alcanzando, en el último año, el récord del 49,1% nunca antes logrado (Esteve, 2014, p. 114). De cualquier manera es fácil convenir con el análisis sobre la provisión de brazos en este período realizado por el historiador español Pablo Tornero, cuando afirma que los hacendados “siguieron aferrados a la idea de la productividad inmediata y nunca se preocuparon por estimular el crecimiento de la población esclava en el interior” (Tornero, 1996, p. 61). Ampararse en la urgencia de introducir mujeres fue, en todo caso, un pretexto para mantener el tráfico pues, durante los más de cuarenta años de comercio ilegal – cuando más cautivos se introdujeron en la isla – los negreros no tuvieron como prioridad satisfacer esa “necesidad” de mujeres. Afirmación que no desconoce el empeño de algunos

⁶ ANC. Reales Cédulas y Ordenes, leg. 40, n. 56. Real Orden reservada prorrogando el libre comercio de esclavos, ordenando respetar la cédula de 1789 para su tratamiento e importar esclavas para facilitar la procreación. Aranjuez, 22 de abril de 1804.

hacendados por equilibrar sus dotaciones y aumentarlas mediante la reproducción natural.⁷ Valga insistir aquí en una verdad generalmente aceptada, según Antonio del Valle Hernández, secretario del consulado, las esclavas tenían un único destino: proporcionar a las fincas, nacimientos mediante, los brazos necesarios; con una importante salvedad, la creencia de que tal hecho biológico estuviera sancionado por el santo matrimonio católico no significaba su consideración como madres, ya que tal condición era totalmente incompatible con la esclavitud.⁸ De hecho, ser estimadas por el “poder” de “fabricar” siervos no resultó óbice para que fueran incorporadas, a la par de los hombres, a los duros trabajos de campo, como macheteras, moledoras y cargadoras de caña, de tal suerte, el “ideal” reproductor fue desplazado por las urgencias de la producción azucarera.⁹

Fue en este contexto que los miembros de la Junta de Gobierno del Consulado debieron ocuparse de localizar, identificar y manumitir a los viajeros del Dos Hermanos. Así, lo primero, fue conocer quiénes los habían adquirido y luego citarlos sin levantar sospechas –“en países como este podía causar mucha sensación entre los esclavos la noticia de la libertad concedida por su majestad a doscientos y tantos negros africanos introducidos desde época tan remota”–¹⁰ a comparecer ante el funcionario designado para ejecutar la real disposición. Los datos sobre unos y otros se encontraban en el *Diario de venta de la fragata*, lográndose establecer que, entre mayo y julio de 1795, un total de 80 individuos adquirieron 194 esclavos (127 hombres y 67 mujeres), de los cuales solo 19 eran conocidos, siendo convocado el resto por los diarios que circulaban en la ciudad.

Entre agosto y diciembre de 1818 se obtuvo la información, ofrecida por 18 propietarios y por la iniciativa de 5 mujeres (4 libertas y 1 sierva) y 2 hombres (esclavos), que se presentaron para reclamar su derecho a la libertad y a la de sus hijos o para que se le reintegrara lo invertido en su

7 Para un estudio de caso donde se evidencia el éxito del crecimiento natural en un ingenio habanero remitimos a Perera Díaz; Meriño Fuentes (2006, p. 201-237).

8 Para la historiadora norteamericana Aisha K. Finch (2010), la elite de los hacendados cubanos varió su percepción al respecto en los años en que se hizo más difícil adquirir esclavos en el mercado ilegal, con intentos por animar los matrimonios y crear ciertas condiciones de “domesticidad” para que las mujeres actuaran como esposas.

9 Un examen de los inventarios de haciendas azucareras realizados a lo largo del siglo XIX y en distintas regiones de la isla demuestra que las mujeres eran ubicadas en tareas que no se ajustaban a su género, ya que se les asignaban trabajos no habituales para las mujeres libres. Para una valoración de esta problemática en el Caribe inglés ver: Bush (1990).

10 Estas fueron las palabras del prior del Real Consulado en la sesión de la Junta de Gobierno del 15 de julio de 1818. ANC. Junta de Fomento, leg. 150, n. 7410. Expediente sobre el cumplimiento de la Real Cédula de 20 de agosto de este año, que declara libres los 207 negros que, apresados por un corsario francés, fueron rescatados por d. Ignacio Pica y otros.

auto compra. Los señores aportaron datos sobre 21 africanos, de los cuales 9 fueron reportados como fallecidos (7 hombres y 2 mujeres), 2 vendidos (1 hombre y 1 mujer), sin más noticias de los presuntos compradores y, finalmente, 10 (4 hombres y 6 mujeres) fueron ubicados residiendo en la ciudad. Justo es decir que los propios cautivos y algunos libertos tuvieron un importante papel en la divulgación de la noticia y en la identificación de los “auténticos negros de Pica” pues la novedad corrió de boca en boca y fue tema de muchos comentarios.¹¹

Así, de las declaraciones aportadas al inicio del proceso, Miguel Puche, arará,¹² José Dolores Tariche, María de Regla Ángeles y María de Jesús Rivero (llamada Omone en su tierra), todos carabalí oru,¹³ emergió una versión de lo acontecido en 1795 decisiva para probar quiénes habían compartido la travesía atlántica. Logrando introducir, desde una pregunta-respuesta base, sus puntos de vista, por momentos íntimos, de lo ocurrido. Iniciativa que, sin lugar a dudas, fue importante pues, a diferencia de cualquier otro grupo de individuos puesto de común acuerdo para mentir sobre un mismo punto, los africanos del Dos Hermanos, conscientes de ser parte de una comunidad unida por las penurias del viaje y por la experiencia de vivir una esclavitud racializada, muy distinta a la que pudieran experimentar en su tierra de origen (Lovejoy, 2003, p. 55-70), no se limitaron a responder un interrogatorio pre-establecido por lo que, detenerse en los detalles, fue su manera de reafirmar la autenticidad de los hechos.

El propio Miguel Puche, manumitido en septiembre de 1818, se presentaba, con orgullo, como “el más ladino de los negros de la expedición, por cuya razón traía el encargo de capataz [lo que era] un mayor motivo para conocer a d[i]chos negros”.¹⁴ Que todos confiaran en su astucia y habilidad lo demuestra el haber sido el primero en responder, afirmando “que la negra María Francisca e[ra] su paisana y compañera de viaje”; así también María de Jesús Rivero, cuando explicaba haber realizado un mismo “viaje desde Guinea a esta ciudad en un propio barco donde comían y correspondían al rancho” y que “el buque en que [...] venían tuv[o] un

¹¹ En 1824, Henry Theo Kilbee, el primer juez de la Comisión Mixta anglo española establecida en La Habana desde 1820, se hacía eco del acontecimiento incluyendo menciones al caso (Memorandum, 1825).

¹² Como arará fueron conocidos en Cuba los africanos fon y mahi, provenientes de la enseada de Benin (Sogbossi, 1998).

¹³ La denominación oru alude a un grupo de individuos adscritos al pueblo Igbo.

¹⁴ ANC. Tribunal de Comercio, leg. 357, n. 4. Sexta pieza. 1818. f. 280 vto.

choque con otro” aunque “no supo la razón porque entonces se ocultaba a sus conocimientos y a las hembras las metieron en bodega”.¹⁵ Actitud fruto de la solidaridad y evidencia de que la noticia había convocado no solo a los esclavos sino a los que, como aquella, habían pagado, peso a peso, el costo de su libertad.

Sin lugar a duda los sobrevivientes del Dos Hermanos – reunidos a propósito de la novedad hecha pública en 1818 – manifestaron, en su actuar, la funcionalidad de las redes, articuladas, en este caso – desde la reciprocidad, el apoyo y el intercambio de favores – a partir de la pertenencia a una misma armazón: “la de los negros de Pica” y de un objetivo común: la libertad. Intercambiar sobre las disímiles experiencias vividas, unos en el campo, otros en la ciudad, fue un recurso para ampliar sus conocimientos sobre los usos y las costumbres y/o las instituciones y las leyes que funcionaban en la tierra donde el tráfico los había relocalizado. También, sus habilidades y conocimientos para negociar e influir en sus destinos – digamos presionar para ser vendidos o justificar la pertinencia de vivir fuera del poder de su propietarios – adquiridas de la presencia, entre aquellos, de libertos y coartados, permitiéndoles acudir ante los señores del consulado no como “bozales” a recibir, pasivamente, la “gracia” concedida pues, si en el tiempo transcurrido, la esclavitud había devastado la vidas de algunos, a otros los había preparado para un largo período de intenso aprendizaje cultural.

De madre libre no pueden nacer esclavos: los hijos del Dos Hermanos

Como se aprecia en las cifras ofrecidas con anterioridad, la mayoría de los africanos de los que se tuvieron noticias eran mujeres. Dato relevante si tenemos en cuenta que constituyeron el 34% de los vendidos en 1795, lo cual sugiere, en primer lugar, que buena parte de las introducidas en la isla terminaban empleadas en la economía de servicios de la ciudad o en pequeños poblados de sus alrededores y, en segundo, que sus posibilidades de sobrevivir eran algo mayores que las de sus compañeros esclavizados en las plantaciones azucareras y de café.¹⁶

¹⁵ ANC. Tribunal de Comercio, leg. 357, n. 4. Sexta pieza. 1818. f. 284.

¹⁶ Por lo general, cuando se hablaba de los esclavos fallecidos en las plantaciones, no se hacía distinción entre hombres y mujeres, aunque por lógica se entiende que eran ellos los que más morían al constituir el mayor por ciento de las dotaciones. No obstante, un análisis desde la variante género sería de mucha utilidad teniendo en cuenta que ellas, además de estar sometidas a largas jornadas de trabajo y accidentes laborales, corrían riesgos adicionales como los que resultaban del embarazo y el parto.

Justamente la presencia femenina introdujo un interesante elemento al proceso de ejecución de la Real Cédula: el principio jurídico de *partus sequitur ventrem*, que los integrantes de la Junta Consular decidieron aplicar para manumitir a los hijos de las africanas del Dos Hermanos. De esta manera, un criterio incorporado al célebre código castellano de las Siete Partidas de Alfonso X, el Sabio, proveniente del derecho romano¹⁷ empleado para la definición del estado de esclavitud y para ofrecerle impunidad a los señores al garantizar que las relaciones sostenidas con sus cautivas “not undermine property-holding in slaves, because the resulting children followed the mother’s status and remained enslaved – unless, of course, the slaveholder exercised his patriarchal rights and chose to free the child or the mother” (Cowling, 2013, p. 54), como bien sugiere la historiadora inglesa Camillia Cowling, servía en La Habana de 1818 para proteger la libertad.¹⁸

Ahora bien, ¿por qué la Junta Consular, “no diciéndose expresamente en la cédula que sean libres los hijos – como alegaba don José María Rodríguez, el propietario de un joven criollo de oficio tabaquero – los declaró tales?” La respuesta parece bien simple pues, mientras los amos se remitían a la letra del documento para oponerse a la libertad de los hijos de las africanas, los cónsules a su espíritu para determinar que “tratándose de rigurosa justicia, estos negros [...] no debieron ser esclavos,”¹⁹ por lo que la manumisión decretada en 1817 los restituía a la condición de libertad adquirida en marzo de 1795 tras ser capturados porque, como todos sabían, de vientres libres no podían nacer cautivos.

Debemos considerar, además, que defender de cuestionamientos al citado principio reforzaba su legitimidad y vigencia, si se tiene en cuenta que era la única vía por la cual el sistema se reproducía en las Américas, a diferencia de África, por ejemplo, donde se “hacían” esclavos en las guerras, por deudas y sentencias judiciales; siendo preferible afectar a unos

¹⁷ “Cuarta Partida. Título XXI, ley I. Sobre las maneras en que se hacen los siervos, los que nacen de las siervas, ley II. De cuales condiciones son los que nacen de sierva y de hombre libre: Nacido siendo hombre de padre libre y de madre sierva estos tales son siervos, porque siguen la condición de la madre cuanto a servidumbre o franqueza, Más los hijos que naciesen de madre libre e padre siervo serían libres, porque siempre siguen la condición de la madre, según es sobredicho” (Lucena, 2005, p. 536).

¹⁸ Este principio fue decisivo para que las familias esclavas optaran como estrategia invertir en la manumisión de las mujeres. Ver: Perera Díaz; Merino Fuentes (2009b). Cowling (2013) explica la conexión entre este principio y las legislaciones de “vientre libre” que en Cuba y Brasil sirvieron como procedimiento de abolición gradual.

¹⁹ ANC. Tribunal de Comercio, leg. 397, n. 15. Incidente a los autos obrados sobre la libertad de negros de la expedición rescatada por d. Ignacio Pica y socios promovido por d. José María Rodríguez para que se le pague la importancia de los de su propiedad ya manumitidos. 1818.

pocos dueños que dejar pasar la oportunidad de validar uno de los pilares jurídicos de las relaciones de servidumbre. Valga señalar que durante el proceso se demostró también la utilidad del aludido principio para invisibilizar la paternidad de aquellos unidos, legítima o consensualmente, con las africanas del Dos Hermanos. Con lo cual se reafirmaba “el poder patriarcal de los esclavistas sobre los hombres esclavizados” (Cowling, 2013, p. 54), sirviendo, entre otras cosas, para poner en duda la realización de estos en el ámbito familiar y afectivo pues, aun cuando los padres intervenían activamente en la manumisión de sus hijos, tal carácter les podía ser negado e incluso usurpado mediante la imposición de condiciones humillantes (Perera Díaz; Meriño Fuentes, 2009).

Los amos debieron responder entonces una interrogante sencilla y directa: “si la negra antes o después de su dominio ha tenido o dado a luz algunos hijos”, contestando afirmativamente solo seis de los ocho compradores que habían adquirido mujeres; de las cuales dos africanas habían procreado solo uno hijo, dos habían tenido tres hijos, una, cuatro hijos y otra siete hijos: en total 19 descendientes cuyas edades oscilaban entre los cuatro y los veinte años. Justo es destacar que varios de los declarantes se tomaron el trabajo de indagar sobre la vida de las que ya no estaban en su poder. Así, el nieto de uno de los compradores reseñaba, en pocas palabras, el recorrido de Ana Josefa Díaz carabalí,²⁰ quien se había manumitido pero continuaba viviendo en la ciudad y tenía tres hijos, “José María de color pardo, como de 18 años, esclavo actualmente del presbítero Liberato García, vecino del Calvario, dos hembras llamadas Manuela de condición libre de cómo 16 años y María de Regla de 14 años esclava pero no sabe de quien”.²¹

De las declaraciones sacamos en claro la notable excepción de Juana de Dios viví,²² la única que permanecía unida a su hija, pues todas sus compañeras transitaron por la experiencia de ser vendidas y separadas de sus pequeños o de manumitirse y dejarlos tras de sí. Por lo que la libertad concedida fue el punto de partida para la reunificación familiar, proceso no libre de conflictos, de tal suerte que debieron demostrar, mediante

²⁰ Carabalí fue la denominación genérica aplicada a los africanos procedentes de los mercados de Viejo y Nuevo Calabar en la ensenada de Biafra, donde “convivían varios grupos étnicos: igbo, ibibio, igala, efik, ijo, ogoni, el área ha sido definida por su poca diversidad cultural y económica. De estas etnicidades, el igbo, ibibio e ijo forman las más grandes y la mayoría de los distintos grupos los que, a su vez, pueden subdividirse en comunidades culturales más pequeñas” (Gomez, 1998, p. 124).

²¹ ANC. Tribunal de Comercio, leg. 357, n. 4. Sexta pieza. 1818.

²² Como viví se conocieron en Cuba los africanos del pueblo ibibio, ubicado en la actual Nigeria.

escrituras de ventas, partidas de bautismos y declaraciones de testigos, la existencia, en servidumbre, de sus hijos, localizarlos y denunciar a los señores negados a cumplir la voluntad del rey.

La reconstrucción de los itinerarios recorridos por los niños y jóvenes nos pone en contacto directo con la realidad estremecedora del día a día de los condenados a la esclavitud. Es indudable que, en tales condiciones, fue un desafío crear y mantener una familia, sin embargo sus madres creyeron, como antes lo hicieron otras, que la utopía era posible y lo hicieron imaginando, quizás, que un día tendría fin el impedimento material de participar, con toda plenitud, en la crianza de sus hijos. María Josefa Villanueva, carabalí, por ejemplo, según refería la parda libre Rita Gómez, su primera señora,

a los dos años más o menos parió en su propia casa una negrita a quien se le puso por nombre María Catalina, la cual hace muchos años vendió a don Manuel Madrazo por doscientos y pico de pesos en pago de cierto crédito [...] que dicha negra salió de su poder y cree que la han tenido varios amos y existe hoy bajo la servidumbre de unas señoras morejones de extramuros.²³

El mismo día que la primera dueña de María Josefa hacía estas declaraciones, la mujer, manumitida en 1802, tras demandar a su señora ante un tribunal habanero,²⁴ se personaba en la secretaría consular llevando la certificación del acta del bautismo recibido por su hija el martes 5 de diciembre de 1797 en la iglesia habanera del Espíritu Santo. La fe bautismal, a diferencia de otras unidas por esos meses al expediente, obraba en poder de su madre desde abril de 1806, indicio que podemos interpretar como un proyecto o intento, no realizado entonces, de negociar su libertad, teniendo en cuenta que estos documentos generalmente se obtenían como evidencias para ser presentadas en juicio.

Lo anterior nos permite suponer que entre madre e hijas existía algún contacto, aunque a falta de otras certezas sea difícil establecer su grado y frecuencia, sin embargo otro detalle nos ilumina en este intento. Cuando, en marzo de 1800, Rita Gómez elevaba a contrato público la venta de María Josefa a favor del moreno libre Antonio Abad Borrajo, dejaba constancia de sus enfermedades “del pecho con unas fluxiones (catarros) continuas

²³ ANC. Tribunal de Comercio. leg. 357, no. 4. Sexta pieza. 1818.

²⁴ Valga decir que María Josefa Villanueva fue, hasta donde alcanzan nuestras referencias, la primera de sus compañeros de travesía en alcanzar la libertad, en 1802, tras denunciar en el tribunal del teniente gobernador habanero la pretensión de su señora, una morena libre y africana como ella, de exigirle para su manumisión un precio que ella consideraba excesivo.

y una nube en los ojos” y de sus tachas “soberbia y respondona”,²⁵ defectos que no la hicieron desmerecer en su valor, pero que encontramos reproducidos en su hija María Catalina, según consta en la escritura de su última venta, fechada el 25 de mayo de 1818.²⁶ Los defectos, por su parte, apuntaban a rasgos de la personalidad de las esclavas que resultaban intolerables para sus amos, soberbia a la “cólera e ira expresadas con acciones descompuestas o palabras altivas e injuriosas”, y respondona, al vicio de contestar irrespetuosamente (Diccionario..., 2009); conductas nada que ver con la pasividad, sumisión y disciplina esperadas de un cautivo. ¿Aprendería la joven de 18 años este comportamiento del frecuente contacto con su insumisa y emprendedora madre? Admitimos que la pregunta resulta más sugestiva que conclusiva la respuesta pero, no por ello renunciamos a creer la posibilidad de que entre ambas existiera un intercambio de enseñanzas y de consejos útiles para sobrevivir en el ambiente opresivo de la capital cubana.

Las historias de las africanas del Dos Hermanos resultan ser muy similares, por lo que cabe precisar que, en 1818, la característica que mejor las definía era la dispersión. Particularidad que tipifica a muchas familias esclavas de las grandes ciudades como La Habana pues, aun cuando las autoridades recomendaban a los dueños no separar las madres de sus hijos pequeños, nada impidió a muchos propietarios empeñarse – ventas o donaciones mediante – en enajenar cada cautivo nacido en su poder, demostrando un desprecio total por la condición humana de aquellos, pero también el contenido económico de la esclavitud ya que, en ocasiones, dichas ventas resultaban ser una vía para mitigar una situación de penuria material.²⁷ Lo que sin dudas explica la diáspora familiar – pensada, en este contexto, como la separación de una parentela por consanguinidad y/o afinidad – padecida por la mayoría de los criollos que, al ser manumitidos, se encontraban en poder de amos distintos a los de sus

25 ANC. Protocolo de Marina. 1800. Escritura de venta de 26 de marzo de 1800, Mariano Villanueva y Rita Gómez, marido y mujer a favor del moreno libre Antonio Abad Borrajo.

26 Aunque el vendedor afirmaba que María Catalina estaba sana y sin tacha, creyó prudente advertirle a la compradora que “padeció una gran inflamación de los ojos que fue necesario ponerle un cáustico, sano del mal, aunque quedó con una pequeña nubecita en un ojo que se le disipó con unos colirios, que la misma negra expone que en nada está impedida de la vista como todo consta a la compradora por noticias que le ha dado que también padece de dolores de hijadas en todas sus lunas, así mismo la tacha de respondona”. ANC. Tribunal de Comercio, leg. 327, n. 21. Doña María de la Merced Morejón contra sus causantes. 1818.

27 En un estudio del mercado de esclavos en la jurisdicción de Bejucal entre 1800 y 1886, detectamos que algunos amos, sobre todo los de pocos recursos, procedían a la venta de los hijos de sus esclavas a los pocos meses de nacidos, como la manera más rápida de obtener algún dinero en efectivo o para pagar deudas (Perera Díaz; Meriño Fuentes, 2009b, p. 44-45).

madres, diáspora que solía extenderse desde barrios capitalinos como el del Horcón, hasta cafetales e ingenios enclavados en la jurisdicción habanera, pasando por pequeños pueblos de campo como Jaruco y Guanabo, situados a varias leguas de la ciudad.

Valga decir que eran muchos los factores en contra de la estabilidad de las familias esclavas en las ciudades, desde el bajo índice de posesión de cautivos por hogares, hasta la mayoritaria presencia en ellos de mujeres relacionadas sexual y sentimentalmente con hombres que, en caso de ser siervos, no lo eran de los amos de aquellas. Debiendo considerarse también la precariedad económica de sus señores, pues pertenecer a un amo pobre era un problema agregado a su ya desventajosa situación, porque eran estos los más exigentes en el cobro de los jornales, los que menos atenciones podían ofrecerles si se enfermaban y los más reacios a asumir los costos de una parturienta y la manutención de niños de poca edad.²⁸ Claro que en estos casos el ser mujer significaba soportar con impotencia que sus hijos pequeños se pusieran en venta para solventar un problema financiero. O por el contrario ser vendidas ellas, como ocurrió con la ya citada María Josefa Villanueva, teniendo en cuenta que muchos compradores no consideraban una buena inversión la adquisición y/o posesión de mujeres con niños, de ahí las advertencias hechas en los anuncios para que los potenciales compradores eligieran si comprar a madres e hijos, o solo a unos de ellos.²⁹

En suma, que el mercado interno e inter-regional se nutría diariamente de cientos de esclavos y esclavas, hijos, padres, madres, hermanos y abuelos, de otros cautivos y de personas libres. Consecuentemente se producían separaciones y rupturas, que solo unos pocos podían vencer, como hicieron las africanas del Dos Hermanos. Sin embargo y como era lógico que sucediera, algunas de ellas hallaron mayor resistencia en su intento, por parte de los propietarios, pues los jóvenes, a diferencia de sus madres, estaban en el umbral de las edades más óptimas y llegarían muy pronto al pleno desarrollo de sus capacidades laborales, téngase en cuenta que, en

²⁸ ANC. Escribanía de Antonio Daumy, leg. 635, n. 2. Diligencias que promueve el síndico procurador general en representación de María del Socorro, esclava de d. Ignacio Vicente de Ayala. 1828.

²⁹ En la prensa habanera eran frecuentes anuncios como estos: se vende una negra mandinga, de edad de 22 años, regular cocinera, lavandera y planchadora, sana y sin tachas, con un hijo de tres meses, en 500 ps, y sin la cría en 450 libras. Otra, conga, de edad como de 28 años, buena sirvienta de casa, sana y sin tachas, en 500 pesos libres para el comprador; también dos hijos de esta, hembra y varón, una de 7 y otro de 3 años, ambos en 400 pesos, solos, con la madre ó alguno de los dos (*Diario de La Habana*, Lunes, 12 de octubre de 1818, el destacado es nuestro).

virtud de su condición de criollos, sus precios eran superiores (Bergad; García; Barcia, 1995). Sirva de ilustración la ya citada María Catalina quien fue vendida en quinientos pesos, cantidad muy superior a los doscientos veinticinco que, en 1795, había costado su madre.³⁰

Por ello, eran de esperarse actitudes beligerantes como la de aquel vecino que tenía en su poder “una negrita criolla de 12 años, nombrada María de Regla,” hija de Urequea conocida por su nombre cristiano de Monserrate Acosta, carabalí, comprada en la villa de Guanabacoa, hacía apenas tres meses por 300 pesos quien, sin muchos miramientos, calificaba como despojo la decisión del rey.³¹ Pero, ni protestas ni demoras impidieron el otorgamiento de las libertades y para hacer más “dolorosa” la pérdida, la Junta Consular se mantuvo firme en no acceder a las exigencias de indemnización de algunos propietarios por los gastos hechos en el cuidado y crianza de los libertos nacidos en sus casas.

Madres al fin...

En un proceso rodeado de semejantes tensiones no sería extraño que algunas de las africanas vieran en peligro el ejercicio de su maternidad, como le ocurrió a María Josefa Sánchez, carabalí oru, quien se había liberado a sí misma y a su hijo más pequeño cuando este aún estaba en su vientre, todo porque su ex amo, don Salvador Bozotil, residente en un pequeño poblado rural, intentó mantener en su poder a sus siete hijos. Así, obligado a conducirlos a la capital, se presentó el 12 de diciembre de 1818 llevando a Luis de once años, Juan Francisco de diez, Bonifacio de nueve, María de la Merced de quince, Cecilia de ocho, Valentina de cinco y María del Loreto de cuatro, declarando en el acto que todos habían “nacido en su propia casa, los quiere y trata no como a cautivos sino con el cariño de hijos, dándoles buena educación e imponiéndoles aquellos sentimientos propios de una buena moral para que algún día sean útiles en la sociedad.” Y preparando, con este inconfundible argumento paternalista, el ánimo de los cónsules para su propósito, que reforzaba con una razón más práctica: la menor edad de los hijos de la africana no les permitiría sobrevivir como libres, teniendo en cuenta que no podían depender, para ello, de la madre quien, a los ojos del señor, solo era “una negra liberta avenida a un

³⁰ ANC. Tribunal de Comercio, leg. 324, n. 21. Da María de la Merced Morejón contra sus causantes, 1818. f. 3 vto.

³¹ ANC. Tribunal de Comercio, leg. 357, n. 4. Sexta pieza. 1818. f. 287.

miserable salario que no puede corresponder con el necesario alimento de tantas criaturas.”³² Apareciendo él – con la promesa de “conservar a los pupilos bajo su tutela, supuesta la indigencia de la madre para educarlos y sostenerlos, hasta que sean capaces de dirigirse por sí y no verlos expuestos al sacrificio” – para evitar la catástrofe.

María Josefa descubrió, no obstante, la maniobra de Bozotil, quien llegó a insinuar incluso que debía ser resarcido de los gastos hechos en la crianza de los muchachos, intentando continuar, ahora como “tutor”, al mando de su familia.³³ Su reacción quedó registrada por el secretario del tribunal pues

...al fin es madre y por un derecho natural y positivo no puede separársele de que estén a su abrigo pues se haya muy capaz para sostenerlos y que por este remedio no sufran algún día la dureza de la servidumbre en que han estado y que nunca están mejor los hijos que al abrigo de sus padres.³⁴

Así, después de haber reivindicado un derecho hasta entonces negado, la que “al fin era madre”, transcendía el papel de reproductora, “de mano de obra” decidida a tomar el control sobre sus descendientes. Observándose, además, que no rebatía las manifestaciones de afecto del amo hacia sus hijos – aunque en honor a la verdad no podemos saber si lo hizo porque las palabras llegadas hasta nosotros fueron “transcritas” por los encargados de registrarlas – perfectamente creíbles si tenemos en cuenta que muchos señores tomaban a los pequeños, sobre todo en sus primeros años de vida, como objetos sobre los cuales volcar expresiones de cariño.³⁵ Creíbles también porque la familia de la africana era la única en la pequeña finca del

³² ANC. Tribunal de Comercio, leg. 104, n. 16. María Josefa, carabalí oru, reclama el precio de su libertad y también la manumisión de 7 hijos que tiene bajo servidumbre de don Salvador Bosoti (alias el Maltés) residente en el partido del Gabriel.

³³ ANC. Tribunal de Comercio, leg. 104, n. 16. María Josefa, carabalí oru, reclama el precio de su libertad y también la manumisión de 7 hijos que tiene bajo servidumbre de don Salvador Bosoti (alias el Maltés) residente en el partido del Gabriel.

³⁴ ANC. Tribunal de Comercio, leg. 104, n. 16. María Josefa, carabalí oru, reclama el precio de su libertad y también la manumisión de 7 hijos que tiene bajo servidumbre de don Salvador Bosoti (alias el Maltés) residente en el partido del Gabriel. f. 5 vto. El destacado es nuestro. Como ha mostrada la profesora Cowling (2013), este argumento fue utilizado ampliamente tanto por la retórica abolicionista, que en el proceso de emancipación cubano y brasileño evidenció una tendencia hacia la “feminización, para resaltar los valores familiares y de la maternidad”, como por las mujeres al plantear sus reclamos ante las autoridades que gestionaban la aplicación de la ley de vientre libre en los respectivos países.

³⁵ Las manifestaciones y gestos de cariño se explotaban en muchas demandas judiciales como evidencia de paternidad. ANC. Audiencia de Santiago de Cuba, leg. 789, n. 18.095. Autos promovidos por el caballero síndico procurador general reclamando de d. Clemente Braud la libertad de su esclava nombrada Feliciano. 1837-1839.

labriego don Salvador, quien posiblemente la comprara para proporcionarle una compañera a su fiel esclavo Lorenzo. No obstante, las sentidas palabras del señor adquieren otro matiz cuando descubrimos que Bozotil tenía para entonces once hijos contemporáneos con los que pretendía mantener a su abrigo y, ciertamente, podía ser un padre preocupado aunque su empeño era más bien a favor de darle a los suyos, primero compañeros de juegos y después sirvientes con un valor de mercado.³⁶

Conocedora, por su parte, del trasfondo real de la retórica de su ex señor y decidida a salvar a sus hijos de la “dureza de la servidumbre,” se proclamaba María Josefa en capacidad para “criarlos” o, en otras palabras, en condiciones de alimentarlos, vestirlos y velar por la salud de cada uno de ellos, como se esperaba hiciera cualquier mujer libre. Constituyéndose dicha acción en muestra de autonomía, al suponer que la libertad la capacitaba para formar individuos útiles, de hecho ya se había manifestado de tal manera al trasladarse a la capital, buscar un sitio donde vivir y dar a luz al pequeño rescatado desde su vientre. Posicionamiento que, valga decir, fue compartido por el doctor Manuel Coimbra abogado del consulado, quien recomendaba a los cónsules desestimaran la propuesta de Bozotil, es decir, no volvieran los hijos de la africana al poder “de quien los [había tenido] como esclavos”. Convirtiéndose la madre en “depositaria provisional” de sus vástagos, los que llevó consigo hasta tanto se tomara el acuerdo definitivo respecto a su libertad.

La postura de don Salvador Bozotil no estaba, sin embargo, muy lejos del sentir de Andrés de Jáuregui, prior del Real Consulado, quien, desde septiembre de 1818, había expresado preocupación por la cantidad de niños y jóvenes que dejarían de estar bajo la supervisión de sus amos sin que sus padres estuvieran preparados para recibirlos. Por ello y en vista de la necesidad de tomar las precauciones “convenientes [...] para que estos negros pasando tan repentinamente al estado de personas libres y especialmente los de menor edad, no abusen de su libertad”,³⁷ propuso se pasara noticia a la justicia ordinaria – residía en los Alcaldes y Gobernadores – de los que se liberaban y que a los menores de edad, los más expuestos al extravío según la opinión general de los miembros de

³⁶ La familia procreada por Salvador Bozotil García y Rosa Llanes Lugo, entre 1802-1815, la reconstruimos a partir de los registros bautismales de la parroquia de San Pedro de Quivicán.

³⁷ Acta de la Junta de Gobierno del 23 de septiembre 1818. ANC. Junta de Fomento, leg. 150, n. 7.410. Expediente sobre el cumplimiento de la Real Cédula de 20 de agosto de este año que declara libres los 207 negros que, apresados por un corsario francés, fueron rescatados por d. Ignacio Pica y otros.

la junta, los tribunales de justicia les nombraran tutores que velaran por ellos o maestros para enseñarles oficios. No obstante, la razón se imponía, por mediación del propio doctor Coimbra, quien tuvo a bien recordarles a todos en noviembre del propio año que

por las leyes del reino y por las de la naturaleza los padres libres son los curadores legales de sus hijos que no pudiéndosele negar ese derecho más cuando la misma Real Cédula del asunto expresa que estos libertos no queden sujetos a la tutela [de] los noventa y cuatro [de la goleta Nuestra Señora del Carmen] es mi parecer que a los padres les sean entregados sus hijos pudiendo cuando más acerca de esto darse aviso a la justicia ordinaria, como previene la junta, para, en desempeño de su celo, tomen conocimiento de la aplicación de dichos hijos [previniendo] la vagancia y vicios que esta naturalmente trae, sin desprenderlos de los padres, mientras no estén convencidos del mal proceder de estos sobre la educación y entretenimiento de sus hijos y que el que no tuviera padre se observe puntualmente lo resuelto por la referida junta.³⁸

Aun cuando el abogado se refiriera a “los padres” como curadores y recomendara la entrega de los menores, también debió hablar puntualmente de las madres pues fueron ellas quienes lideraron los reclamos. En principio porque les correspondía, a tono con la normativa *partus sequitur ventrem*, aportar las evidencias de su maternidad, aun cuando en varios de los casos – María Josefa Sánchez y Lorenzo García, María de Regla Angele, carabalí, y Juan Nepomuceno Ponce, congo, Ana Josefa Díaz y Andrés Calvo, congo, y María Monserrate Acosta y Ciriaco del Rey, carabalí – eran familias legítimamente constituidas. Por supuesto, tratándose de esclavas – mujeres destituidas de moral – era natural el cuestionamiento de la paternidad biológica de sus compañeros pues muchos sabían que un registro bautismal podía ser alterado para atribuirle al esposo-esclavo el fruto de una relación con otro hombre, generalmente el amo.³⁹

En tal sentido las evidencias señalan que los hijos mayores de Ana Josefa y Monserrate eran resultado de su unión con individuos blancos,

³⁸ ANC. Tribunal de Comercio, leg. 357, n. 4. Sexta pieza. 1818. f. 309 vto. 11 de noviembre de 1818.

³⁹ ANC. Escribanía de Antonio Daumy, leg. 580, n. 11. María del Carmen Moya, negra, sobre que d. Juan de Dios Armas, su dueño, le otorgue carta de libertad. 1804. Moya denunciaba que “siendo casada la indujo su amo al quebranto de la fidelidad conyugal ofreciéndole la libertad y a cualquier hijo que tuviera con ella, [y claro por ser] una cosa tan estimable la rindió el ofrecimiento [dando] a luz un párvulo pardo, cuya prole ha quedado cautiva como lo evidencia haberlo puesto por su esclavo en la partida de bautismo y por hijo de mi marido, estando a la vista su calidad parda y la semejanza con su hechor”.

de hecho el propio Ciriaco admitía que a “José Ramón, como pardo lo trajo su mujer ya nacido cuando se casó, pero que son sus hijos legítimos Severina Juana, Blas María y Juan José”, trazando, desde los indicadores legitimidad y color una distinción entre los hermanos. Porque tanto el africano como sus interlocutores, escribano, secretario y los cónsules, conocían muy bien las implicaciones, en la sociedad patriarcal cubana, de la asunción de la paternidad no solo en las actas bautismales de sus niños sino por el público reconocimiento de esta responsabilidad. Justo es decir entonces que el examen realizado por la historiadora norteamericana Karen Morrison de las solicitudes de reconocimiento de hijos “naturales” por parte de libertos africanos y criollos, demuestra que el comportamiento de Ciriaco no era excepcional, resaltando, a su vez, la importancia de las relaciones entre padres e hijos como una suerte de contrapeso al limitado calificativo matrifocal otorgado a las familias afrocubanas (Perera Díaz; Meriño Fuentes, 2006, p. 157-188; Morrison, 2007, p. 55-80).

No obstante, cabe una advertencia: la participación masculina en las reclamaciones a favor de los hijos se limita a la de Ciriaco del Rey. Ausencia que podemos atribuir no tanto a la disolución, por muerte o abandono, de estas relaciones o a un desentendimiento de los padres respecto al destino de sus hijos sino a que, en las demandas tramitadas por el Juzgado Consular habanero, lo importante era – al margen de la legitimidad del nacimiento – demostrar la descendencia por vía materna.

En cuanto al hijo de Ana Josefa Díaz debemos decir que la diferencia cromática entre aquel y sus hermanas menores debió ser aclarada para dejar bien establecida su identidad. Más aún porque en la partida bautismal aparecía José de la Concepción como “negrito” y ante los ojos de los funcionarios se presentaba un “mulatito”, aportando la explicación salvadora el nieto del primer dueño de la africana, “creo que esta diferencia [nació] – decía en carta al secretario del tribunal – de que como los mulatos no se conocen hasta los tres o cuatro meses de nacidos y a él lo bauticé a los ocho días, de ahí es que más bien creyeron ser negro por serlo la madre y lo pusieron de esa condición”. Concluyendo que la duda se esclarecía aun más porque Ana Josefa había sido “propiedad de mi abuelo comprada a la expedición a quien ha agraciado Rey”.⁴⁰ ¿Qué hubiera pasado con el joven de color más claro sin la respetable palabra de este señor blanco? No dudamos hubiera alcanzado, como efectivamente lo hizo, la manumisión, pero quizás el proceso se dilataría unos meses, tiempo para que su

40 ANC. Tribunal de Comercio, leg. 357, n. 4. Sexta pieza. 1818.

madre consiguiera testigos, dígase la madrina de José de la Concepción o viejos compañeros de cautiverio, para que declararan la certeza de su maternidad.

Llegado a este punto se evidencia una contradicción en el proceso, pues si los propios cónsules habían decidido la libertad de los hijos de las africanas, también estuvieron considerando retirarles la tutela. Pero la postura de María Josefa Sánchez y el dictamen del abogado parecieron suficientes para que los miembros de la junta consular aceptaran que los dueños no tenían facultades para someter a custodia a los jóvenes criollos porque, siendo sus madres libres, era a ellas a quienes correspondía su gobierno y conforme a este criterio actuaron. Lo que no significaba, por supuesto, que una repentina confianza en la capacidad de aquellos hombres y mujeres los llevara a respetar la opinión del jurista, de hecho a los pocos días de haber recibido la conga María Francisca Rodríguez, madre soltera, y su hijo José Rufino, un joven de veinte años, calesero y tabaquero, sus documentos de libertad, desde el Real Consulado se pasaba aviso al comisario del barrio donde residían para que “cuidara que Rufino, *que está a cargo de su madre*, se ocupe en sus dos ejercicios o en el que más le convenga para sus ventajas de modo que portándose como hombre libre pueda hacer compatible este bien con los derechos de la sociedad”.⁴¹

De la lectura de las actas de las sesiones donde se discutieron estos temas se desprende que, para los cónsules, el desempeño de las libertas como madres se reducía a poder controlar y disciplinar a sus hijos, sobre todo mediante el trabajo, quedando tal papel en duda cuando se le atribuía cierta incapacidad moral para desempeñarlo y manejarse en el mundo de los libres a quienes salían “repentinamente” del cautiverio. Según este razonamiento, la servidumbre no propiciaba la adquisición de dotes maternas, aun cuando algunas fuesen empleadas como amas de leche o cuidadoras de niños, ni mucho menos las dotaba de la autoridad necesaria para educar y formar individuos útiles a la sociedad, de ahí el propósito de intervenir, mediante tutores o maestros de oficios, en la educación y el aprovechamiento del potencial laboral de los jóvenes.

No debiéndose perder de vista tampoco que los miembros del Real Consulado, como parte de la elite blanca, eran generadores y transmisores del discurso patriarcal y, si pocos meses antes solicitaban “traer del África las esclavas negras que tanta falta nos hacen,” valorándolas solo en su capacidad reproductiva, no era para nada extraño que marginaran

⁴¹ ANC. Tribunal de Comercio, leg. 357, n. 4. Sexta pieza. 1818.

a las mujeres negras en la crianza de sus vástagos. Por supuesto, tal concepción también incluía a las mujeres blancas, aun cuando funcionara de manera diferente para unas y otras como se ha encargado de explicar la historiadora norteamericana Sara Franklin (2006), no debiendo olvidarse que cuando se trataba de “padres indigentes” incapaces de educar a sus hijos y de formar hombres útiles al Estado, no se hacía distinción de colores. Así, en el *Bando de Buen Gobierno*, publicado en 1819, el capitán general ordenaba a los comisarios de barrio presentasen a todos los “niños de diez años cumplidos, de cualquier color, que estén sin ejercicio u aplicación conveniente” para ser entregados a un maestro, dando por supuesto que padres y madres no desempeñaban su cometido (*Bando...*, 1819, p. 5-6).

Por parte de los propietarios debemos considerar, además de su apego a estas ideas, el interés económico y que ciertamente hasta ese momento, mal que bien, sobre ellos había descansado la “educación” de los hijos de sus esclavas. Al menos era su deber curarlos, vestirlos y alimentarlos, pero incluso, si eran previsores, les harían aprender algún oficio que elevaría su precio en el mercado de brazos y su calificación para aportar buenos jornales. Pero justo hasta aquí habrían cumplido con su papel de “padres de familia” y nadie hubiese osado criticarles, como se hacía a las africanas, si los libertos nacidos y criados bajo su techo cometían algún delito, se dedicaban a la bebida o al juego.

Para una mujer esclava o liberta su realización como madre se hacía objetiva cuando era capaz de intervenir en la manumisión de sus descendientes. Los medios para lograrlo podían ser disímiles, lo que contaba era el fin perseguido: rescatar el fruto de su vientre si era posible desde antes de darle a luz, acudir tras el que había sido vendido al campo,⁴² viajar largas jornadas para llegar a un funcionario y denunciar una injusticia, conseguir préstamos o asumir compromisos riesgosos, piénsese por ejemplo en las que se ofrecían a criar de sus pechos a niños blancos, porque al hacerlo descuidaban la alimentación de aquellos cuya libertad negociaban.⁴³ Vencido este primer y definitorio paso, el resto no era menos fácil y entraba en una esfera ajena a la buena voluntad y al amor maternal; con

⁴² ANC. Escribanía de Daumy, leg 597, n. 8. Diligencias promovidas por María Bárbara Magallanes sobre que el sor conde de Santa María de Loreto otorgue carta de libertad a su hijo Eustaquio. 1813-1818.

⁴³ ANC. Escribanía de José R. y Francisco Cabello Oseguera, leg. 457, n. 7. Incidente al in-testado del lic. d. Pedro de Jesús Acosta promovido por el caballero síndico procurador general a nombre de la negra Agueda Josefa, que quedó entre los bienes de aquel, reclamando su libertad. 1837-1841.

toda certeza solo una minoría podría escapar de la pobreza, aprender a leer y a escribir o, en suma, evitar ser víctimas de la discriminación y del castigo policial por el color de su piel.

Las africanas del Dos Hermanos conocían los criterios que, sobre ellas, se manejaban, sabían que, además de ser juzgadas por su condición socio racial, lo eran por haber accedido a la libertad de una manera no prevista en las normas comúnmente aceptadas, constituyéndose entre el resto de sus vecinos, en las únicas supervisadas sin haber cometido delito alguno, a menos que ser libres se considerase como tal. Haciendo frente, además, a la actitud beligerante de algunos propietarios que no entendían que la manumisión era inmediata e inapelable, resistiéndose a ser despojados del servicio de los pequeños y jóvenes libertos, condicionando la libertad al reintegro del valor pagado por ellos y recurriendo, una y otra vez, al pretexto de la “menor edad” y al supuesto extravío en su conducta si abandonaban el hogar señorial. Llegando un momento en que, según el secretario del juzgado, las mujeres dejaron de ir por las oficinas a interesarse por el estado de sus reclamaciones por temor a que empeorara su situación. Así, la ya citada María Josefa Sánchez, sencillamente, dejó transcurrir más de un año antes de volver a hacer acto de presencia para recoger las siete cartas de libertad correspondientes a sus hijos, creyendo que el tiempo era la mejor arma para derrotar a quienes intentaban limitar su papel de madre.

Las buenas intenciones podían tropezar, sin embargo, como en efecto lo hicieron, con la cruda realidad generada por la esclavitud. De tal suerte, en varios grupos familiares, la convivencia entre padres e hijos, tiempo antes, poco menos que extraños, engendró conflictos y desencuentros de diversa índole, ya fuese la desobediencia e incluso la explotación sexual de las jóvenes, quizás como un medio de ingresar recursos a la precaria economía doméstica, pues no debe olvidarse que quienes egresaban del cautiverio lo hacían desprovistos de recursos y dependientes, en muchos casos, de las mismas actividades antes realizadas. Otros, corrieron peor suerte, digamos que el pardo José de la Concepción, hijo de Ana Josefa Díaz, murió a consecuencia de una puñalada recibida en una reyerta en el barrio extramuros de Jesús María.⁴⁴ No hemos de concluir, entonces, como lo hizo el secretario del tribunal, al precisar que su trágico final se debió al hecho de haber salido del dominio de su amo el presbítero. En

⁴⁴ ANC. Tribunal de Comercio, leg. 357, n. 4. Sexta pieza. 1818. Informe del secretario Blas Ignacio de Zárate de 19 de febrero de 1820.

verdad, la violencia social no hacía distinción entre libres y cautivos, ni entre blancos y negros, tal como lo sugieren las denuncias sobre robos, asaltos y los procesos judiciales que involucraban a unos y otros pues (Carredano; Cienfuegos, 2003, p. 45-64), la muerte de este joven no fue resultado del fracaso de su madre porque, sencillamente, ella no había podido inculcar los principios religiosos, morales y sentimentales considerados inherentes al ejercicio de la maternidad y, cuando le llegó la ocasión para hacerlo, ya era tarde, el tiempo y las circunstancias vitales se encargaron de concluir la obra que la esclavitud había iniciado.

Conclusiones

Llegado a tal punto podemos destacar algunas cuestiones que la historia de estas mujeres revela. En primer lugar, la evidente discrepancia entre los miembros de la Junta de Gobierno del Real Consulado y las africanas respecto a su capacidad para asumir el destino de sus familias, justo porque en la época la maternidad se definía como un oficio de mujeres blancas y libres limitado “al cuidado y crianza de los hijos” (Garrigós, 2009, p. 358). Apreciándose, en segundo lugar, cómo, desde dicha visión cargada de preconceptos raciales e ideológicos, se suponía que el proceso de identificación de los hijos con la madre no se realizase de forma “natural” siempre y cuando esta fuese esclava. De ahí que los conflictos y desencuentros ocurridos no se apreciaran como resultado del distanciamiento y de la falta de diálogo que la separación física traía consigo sino como consecuencia de la ineptitud para vivir en libertad. Suplir tal incapacidad dependía, supuestamente, de figuras de autoridad ajenas al entorno familiar, dígame los antiguos dueños o los maestros de oficios o, en última instancia, los agentes del orden.

Por demás, la posición de los miembros del Real Consulado habanero resultó coherente con el interés del estado colonial por mantener una estricta vigilancia sobre la población libre de ascendencia africana, en nombre de la seguridad pública, de la estabilidad política y del éxito del proyecto económico adoptado. En tal sentido, los hijos de estas mujeres eran brazos útiles pero, a la vez, individuos susceptibles a la influencia de las ideas contrarias al orden vigente, lo que explica los intentos por someterlos a una forma de control laboral que terminó siendo de naturaleza policial.

Finalmente, para las africanas que habían tenido descendencia, la gracia recibida fue la posibilidad de reconstruir la unidad familiar, para hacerlo tenían como único capital la libertad, pues, aun cuando algunas recibieron de vuelta el precio pagado por su manumisión, formaban par-

te ya de esa mayoritaria capa de pobres que habitaban en los barrios más humildes de la capital cubana. Pudiéndose afirmar que, desde el estatus de libertas, su primer acto estuvo dirigido a reivindicar su realización como madres, papel que, probablemente, las hizo visibles para el resto de la sociedad, representada en sus amos y en los señores cónsules, pero también para sus descendientes a los que, hasta entonces, poco o nada habían podido ofrecer.

De esta manera, a lo largo del proceso para cumplir el mandato de Fernando VII, se hizo patente el protagonismo de las madres, justo porque eran las indicadas para reconocer a sus hijos a través de un ejercicio de genealogía que involucró también a los padrinos y luego, porque demostraron tener las habilidades culturales necesarias para reconstruir el itinerario de los que no estaban junto a ellas. Ciertamente que no pudieron evitar las separaciones pero una forma de disminuir el daño fue mantenerse al corriente del paradero de sus pequeños. El éxito dependió, en gran medida, de cuanta información pudieran aportar sobre los compradores o de los lugares hacia los cuales se desplazaron llevando a sus hijos e hijas y de la solidaridad que entre ellas desplegaron para demostrar, cuando fue preciso, que eran parte de la comunidad del Dos Hermanos y por tanto libres, condición que en una sociedad regida por la esclavitud se constituía en la mayor riqueza y, por ende, en la herencia más preciosa a transmitir a sus descendientes.

Una versión de este artículo fue publicada en *Women's History Review*, volume 27, issue 6, p. 892-909, 2018.

Referencias

- BANDO de Buen Gobierno del Esc. Señor Juan Manuel Cagigal, gobernador y capitán general de la isla de Cuba, publicado el 18 de octubre de 1819. Habana: Oficina de Arazosa y Soler, impresores del Gobierno y Capitanía General, 1819. p. 5-6.
- BERGAD, Laird; GARCÍA, Fe Iglesias; BARCIA, María del Carmen. *The Cuban slave market (1700-1880)*. Cambridge, N.Y.: Cambridge University Press, 1995. p. 38-72.
- BROWN, Carolyn; LOVEJOY, Paul E. (ed.). *Repercussions of the Atlantic slave trade: the interior of the bight of Biafra and the African diaspora*. Trenton: Africa World Press, 2010.
- BUSH, Barbara. *Slave women in Caribbean society (1650-1832)*. Bloomington: Indiana University Press, 1990.
- CARREDANO, Juan Bosco Amores; CIENFUEGOS, Sigfrido Álvarez. *Violencia y conflictividad social: una aproximación al estudio de la violencia en la Cuba colonial (1785-1810)*. *Ibero-Americana Pragensia Supplementum*, Praga, v. 11, p. 45-64, 2003.
- CATÁLOGO del Real Consulado y Junta de Fomento. La Habana: Publicaciones del

- Archivo Nacional, Imprenta El siglo XX, 1943. p. XVIII.
- CHÁVEZ, María Eugenia. *Honor y libertad: discursos y recursos en la estrategia de libertad de una mujer esclava (Guayaquil a fines del periodo colonial)*. Gotemburgo: Departamento de Historia e Instituto Iberoamericano de la Universidad de Gotemburgo, 2001.
- CORRESPONDENCE with British commissioner at Sierra Leone, Havana, Rio de Janeiro, Surinam, Cape of Good Hope, Jamaica, Loanda and Boa Vista relating to the slave trade, January 1 to December 31, 1846, class A. London: William Clowes and Sons, 1847. p. 113.
- COWLING, Camillia. *Conceiving freedom: women of color, gender and the abolition of slavery in Havana and Rio de Janeiro*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2013.
- CUEVAS, Eduardo Torres; REYES, Eusebio. *Esclavitud y sociedad*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1986. p. 131.
- DE LA FUENTE, Alejandro. Slaves and the creation of legal rights in Cuba: coartación and papel. *Hispanic American Historical Review*, Durham, n. 87, p. 659-692, november 2007.
- DÍAZ, María Elena. *The virgin, the king, and the royal slaves of El Cobre: negotiating freedom in colonial Cuba (1670-1780)*. Stanford: Stanford University Press, 2000.
- DICCIONARIO de la Real Academia Española de la Lengua. Microsoft Encarta, 2009.
- ELTIS, David; RICHARDSON, David; BEHRENDT, Stephen D.; KLEIN, Herbert S. (ed.) *The Atlantic slaver trade (1527-1867): a database*. New York: Cambridge University Press, 1999.
- ESTEVE, Beatriz Joda. *El comercio de esclavos a Cuba (1790-1840): una proporción femenina*. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, Bogotá, 41.2, p. 107-130, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.15446/achsc.v41n2.48783>.
- FERRER, Ada. *Freedom's mirror: Cuba and Haiti in the age of revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- FINCH, Aisha K. Scandalous scarcities: black slave women, plantation domesticity and travel writing in nineteenth-century Cuba. *Journal of Historical Sociology*, v. 23, n. 1, p. 101-143, March 2010.
- ORDE, Darryll; JONES, G. I. *The ibo and ibibio speaking peoples of South Eastern Nigeria*. London: The International African Institute; Stone and Cox Ltd., 1967. p. 51.
- FRAGINALS, Manuel Moreno. *El Ingenio: complejo económico social cubano del azúcar*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1978. tomo II, p. 108.
- FRANKLIN, Sara L. *Patriarchy and slavery*. In: _____. *Suitable to her sex: race, slavery and patriarchy in nineteenth-century colonial Cuba*. 2006. Dissertation submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of doctor of Philosophy, Department of History, The Florida State University, Tallahassee, 2006.
- MERIÑO FUENTES, María de los Ángeles; PÉREZ DÍAZ, Aisnara. *Del tráfico a la libertad: el caso de los africanos de la fragata Dos Hermanos en Cuba (1795-1837)*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2014.
- _____. *Matrimonio y familia en el ingenio: una utopía posible (1825-1886)*. *Caribbean Studies*, San Juan, Universidad de Puerto Rico, v. 34, n. 1, p. 201-237, Jan./Jun. 2006.
- GARRIGÓS, Lucía Provencio. *Las madres cubanas no son madres sino a medias: discurso teórico y disciplina de la maternidad (1790-1868)*. In: JIMÉNEZ, Francisco Chacón; ESTRADA, Ana Vera (ed.). *Dimensiones del diálogo americano contemporáneo sobre la familia en la época colonial*. Murcia: Ediciones de la Universidad de Murcia, 2009.
- GOMEZ, Michael A. *Exchanging our country marks: the transformation of African identities in the colonial and antebellum South*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1998. p. 124.
- GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade – as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- JOHNSON, Walter. *Soul by soul: life inside the antebellum slave market*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- KLEIN, Herbert. *The Cuban trade in a period of transition, 1790-1843*. In: *The middle pasaje: comparative studies in the Atlantic slave trade*. Princeton: Princeton University Press, 1978. p. 200-227.
- KNIGHT, Franklin W. *Slave society in Cuba*

- during the nineteenth century. Madison: University of Wisconsin Press, 1970.
- LERNER, Gerda. *The creation of patriarchy*. New York: Oxford University Press, 1986. p. 217-218.
- LOVEJOY, Paul. *Transformaciones trasatlánticas: orígenes e identidades de los africanos en América*. Del Caribe, Santiago de Cuba, n. 41, p. 55-70, 2003.
- LUCENA, Manuel. *Leyes para esclavos: el ordenamiento jurídico sobre la condición, tratamiento, defensa y represión de los esclavos en las colonias de la América española*. Madrid: Fundación Mapfre Tavera; Fundación Ignacio Larramendi, 2005. p. 536.
- MACHADO, Maria Helena P. T. Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 42, p. 157-193, 2010.
- MEMORANDUM relating to slaves in the island of Cuba, fechado en La Habana el 9 de octubre de 1824. In: *Correspondence with British Commissioner at Sierra Leone, Havana, Rio de Janeiro and Surinam relating to the slave trade, 1824-1825, class A*. London: R. G. Clarke, 1825. p. 122-124.
- MORRISON, Karen Y. Creating an alternative kinship: slavery, freedom and nineteenth-century afro-cuban hijos naturales. *Journal of Social History*, Oxford, v. 41, issue 1, p. 55-80, fall 2007.
- MURRAY, David. *Odious commerce: Britain, Spain and the abolition of the Cuban slave trade*. New York: Cambridge University Press, 1980.
- OSAKWE, Nneka Nora. Semantic implications of Ohu and Amadi: the aftermath of slavery in Nkanu and Ezeagu. In: Brown, Carolyn; Lovejoy, Paul E. (ed.). *Repercussions of the Atlantic slave trade: the interior of the Bight of Biafra and the African diaspora*. Trenton: Africa World Press, 2010. p. 253.
- PERERA DÍAZ, Aisnara; MERIÑO FUENTES, María de los Ángeles. *Estrategias de libertad: un acercamiento a las acciones legales de los esclavos en Cuba (1762-1872)*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2015. tomo II, p. 121-130.
- _____. *El cabildo carabalí viví de Santiago de Cuba: familia, cultura y sociedad (1797-1909)*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2013. p. 72-90.
- _____. *La cesión de patronato: una estrategia familiar en la emancipación de los esclavos en Cuba (1870-1880)*. San Antonio de los Baños: Editorial Unicornio, 2009a.
- _____. *Para librarse de lazos, antes buena familia que buenos brazos: apuntes sobre la manumisión en Cuba (1800-1881)*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2009b.
- _____. *Esclavitud, familia y parroquia en Cuba: otra mirada desde la microhistoria*. Santiago de Cuba: Editorial de Oriente, 2006. p. 157-188.
- SOGBOSSI, Hipolyte Brice. *La tradición ewé-fon en Cuba*. La Habana: Fundación Fernando Ortiz y Universidad de Alcalá, 1998.
- TALBOT, P. Amaury. *Life in Southern Nigeria: the magic, beliefs and customs of the ibibio tribe*. London: Frank Cass & Co. Ltd, 1967.
- TORNERO, Pablo. *Crecimiento económico y transformaciones sociales: esclavos, hacendados y comerciantes en la Cuba colonial (1760-1840)*. Madrid: Centro de Publicaciones Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1996. p. 87.

Recebido em 30/9/2019
Aprovado em 11/2/2020

(Re)posicionando o feminismo islâmico

(Re)placing islamic feminism / (Re)posicionando el feminismo islâmico

Margot Badran

PhD pela Oxford University, bolsista do Woodrow Wilson International Center for Scholars e Senior Fellow do Center for Muslim-Christian Understanding da Georgetown University
m-badran@northwestern.edu

RESUMO

Este artigo, publicado originalmente em 2010, traz um panorama das duas primeiras décadas do feminismo islâmico, quando este passa do nível nacional a um discurso global e ao ativismo coletivo transnacional/nacional. O movimento obtém algumas conquistas, como aquelas no plano das reformas legais e na diminuição de restrições ao acesso das mulheres a certas profissões nos países muçulmanos.

Palavras-chave: feminismo islâmico; reformas legais; transformação social.

ABSTRACT

This article, originally published in 2010, considers the trajectory of Islamic feminism over its first two decades, when it moves from the national level to a global discourse and transnational/national collective activism. It sees some achievements in the arena of legal reform as in the lifting of restrictions on women's access to certain professions in Muslim countries.

Keywords: Islamic feminism; legal reforms; social transformation.

RESUMEN

Este artículo, publicado originalmente en 2010, presenta un panorama de los dos primeros decenios del feminismo islâmico, cuando pasa del plano nacional a un discurso global y a un activismo colectivo transnacional/nacional, logrando algunas conquistas en materia de reformas jurídicas y reduciendo las restricciones al acceso de las mujeres a determinadas profesiones en los países musulmanes.

Palabras clave: feminismo islâmico; reformas jurídicas; transformación social.

Prefácio à tradução brasileira

Este artigo trata das duas primeiras décadas do feminismo islâmico, passando de um discurso global ao ativismo coletivo transnacional/nacional. A segunda década do feminismo islâmico – momento em que discurso igualitário e ativismo político unem-se – obteve algumas conquistas no plano das reformas legais, notadamente a da revisão do direito da família (no Marrocos) e na diminuição de restrições ao acesso das mulheres a certas profissões (como a de juízas, no Egito). O feminismo islâmico iniciou sua terceira década enquanto movimentos revolucionários irrompiam em diferentes países árabes. Compatriotas de todas as religiões, classes e idades exigiam a queda dos governantes autocráticos e a aplicação de novos princípios. Entre os muçulmanos que protestavam havia progressistas, defendendo ideais igualitários articulados quer ao discurso feminista islâmico, quer aos discursos seculares democráticos e aos direitos humanos, assim como islamistas fundamentalistas, defensores do patriarcado no Estado e de sociedades organizadas religiosamente. Com a repressão às manifestações políticas, incluindo a supressão das forças do islã político ou de qualquer política invocando o islã, qual é o futuro do feminismo islâmico nas sociedades pós-revolucionárias de maioria muçulmana? E quais as principais reverberações surgidas em outros lugares? Estas são questões a ponderar enquanto se revê a trajetória do feminismo islâmico à medida que este avança em sua terceira década. Um discurso igualitário ou uma doutrina do islamismo aparece de modo articulado. E quanto à relação entre o(s) diversos contexto(s) e políticas?

“Eu vejo o feminismo islâmico no centro de uma transformação que avança no interior do islã. Chamo-a “transformação”, e não “reforma”, pois não se trata de reformar as alegações e práticas patriarcais que se infiltraram no islã; trata-se, mais do que isto, de transformar o que se acredita ser o “islã” através de um realinhamento entre ele e a mensagem corânica, no que tange à igualdade de gênero e à justiça social... Transformação que procura trazer à tona o sentido profundo da mensagem corânica em sua percepção e eloquência” (Badran, 2009, p. 323-338).¹

¹ Este artigo foi escrito originalmente como contribuição à *Conference on Islamic Feminism*, organizada pela Islam & Laicité e pela Unesco, sendo publicado em francês como “Le féminisme islamique en mouvement”, em *Existe-t-il un féminisme musulman?* (Paris: l’Harmattan,

Começo com estas palavras, que escrevi em 2007, ao considerar a trajetória do feminismo islâmico e seu objetivo transformador. O feminismo islâmico surgiu como um discurso novo sobre mulheres, gênero e igualdade no islã, além de uma íntima combinação entre o conhecimento existencial das mulheres e suas releituras do Alcorão e de outros textos religiosos, emergindo simultaneamente em diversas partes da comunidade muçulmana (*umma*) mundial nos últimos anos do século XX. Era uma época em que o movimento político no interior do islã (islamismo) andava de vento em popa e procurava reimportar, em nome da religião, o pensamento e as práticas patriarcais que se encontravam em vias de extinção; sendo também o momento em que muitas mulheres alcançavam níveis elevados de educação e formação, sendo motivadas, por uma intensa consciência de gênero, a relerem por si próprias os textos religiosos islâmicos e a não se deixarem intimidar em suas ações. Por mais inquietante que possa ter sido para os islamistas, o novo discurso feminista islâmico foi acolhido favoravelmente por mulheres muçulmanas a nível global, sinal inequívoco de que se tratava de uma necessidade urgente.²

O feminismo islâmico é o primeiro discurso feminista de base teológica a suscitar uma ampla receptividade, atraindo mulheres de diversas camadas sociais. As teologias da libertação cristã e judaica, presentes notadamente nos Estados Unidos, foram compartimentadas, ou seja, atraíram somente os poucos interessados em assuntos de doutrina religiosa e prática ritual. Os feminismos muçulmanos seculares emergentes, por sua vez, incluíram o pensamento moderno islâmico como uma das vertentes junto a outras, como o nacionalismo secular e argumentos humanitários, sendo originais igualmente por terem surgido em plena era da globalização e serem caracterizados por sua conectividade global.³

No coração do feminismo islâmico está o princípio da plena igualdade (*al-musawa*) entre os seres humanos (*insan*) dentro de uma lógica religiosa, sendo a igualdade de gênero uma condição *sine qua non*. Sem igualdade de gênero não pode haver justiça social, outra preocupação central do movimento. Além disso, o feminismo islâmico promove a ideia e a

2007). Foi também traduzido em versão resumida pela edição árabe do *Le Monde diplomatique* (nov. 2006), com o título “Itlaq al-haraka al-niswiyya al-islamiyya”.

² Menciono o caso específico dos questionamentos entre algumas mulheres no Egito em prol do desenvolvimento de um discurso de libertação feminina no interior do Islã em Badran (1993). Igualmente, sobre o contexto inicial do feminismo islâmico, ver: Badran (1999). Ambos constam em Badran (2009), nos capítulos 6 e 9, respectivamente.

³ Sobre as diferenças entre os feminismos cristão, judaico e islâmico, ver: Badran (1999).

prática da igualdade plena entre os seres humanos na continuidade entre o espaço público e o privado; no islã, a afirmação inequívoca da igualdade humana no interior da família e da sociedade constitui, neste sentido, um avanço histórico.⁴ Ao conectar exegese e prática, o feminismo islâmico torna-se força decisiva na superação da dominação patriarcal nos contextos muçulmanos.⁵

Proponho, no presente artigo, uma reflexão sobre o feminismo islâmico, que completa agora duas décadas, e que entra, atualmente, numa segunda fase. Como historiadora, vejo que esta nova fase já despontava em meados da primeira década do século XXI, caracterizando-se por uma mudança no pensamento feminista islâmico em direção a um novo patamar de reflexão hermenêutica sobre o Alcorão, e pela aproximação da jurisprudência islâmica. Embora o feminismo islâmico tenha surgido originalmente como um novo discurso – ao contrário do(s) feminismo(s) secular(es) muçulmano(s), que surgiram principalmente enquanto movimentos sociais –, seu elemento militante, perceptível desde o início, deve-se às feministas seculares, que lhe deram uma mãozinha. Uma das outras marcas da segunda fase do feminismo islâmico é sua maior extensão, robustez e organização coletiva transnacional, consolidando-o como um movimento social global de impulso considerável atualmente. Essas observações levam à questão fundamental trazida por este texto: como (re)posicionar o feminismo islâmico?

Começarei, então, o artigo, lembrando os primeiros passos do feminismo muçulmano, conhecido como feminismo secular, apresentando, na sequência, a transição para o feminismo islâmico. Em seguida, observarei a primeira e segunda fases deste feminismo. Finalmente, explorarei sua dimensão militante e sua evolução em direção a um movimento social global.

O feminismo muçulmano emergente

Para melhor compreender o aspecto inovador do feminismo islâmico é importante observar rapidamente o modelo anterior de feminismo no contexto muçulmano, surgido, primeiramente, em vários países muçulmanos na

⁴ Propus uma definição e uma descrição do feminismo islâmico numa conferência pública intitulada *Islamic feminism: what's in a name?* (Islamic..., 2002). Aparece também, em versão revisada, em outras publicações, como Badran (2009, p. 242-252).

⁵ Wadud (2006, p. 16) escreve: “minha preocupação com o desenvolvimento de argumentos e análises teóricas do Islã é que a teoria não tem sentido a não ser por sua aplicação prática”.

África e na Ásia, no início do século XX, sendo conhecido como feminismo secular. Essas militantes, pioneiras no contexto muçulmano, basearam-se e expandiram as ideias modernas, secular-nacionalistas e humanitárias islâmicas da época, elaborando, assim, seu próprio discurso feminista original.⁶ Era um feminismo emergente de base nacional (em contraste com o feminismo islâmico transnacional ou global que virá em seguida) que visava possibilitar a participação da mulher na esfera pública; isto é, na construção da nação e da sociedade em plena época colonial e nos primeiros tempos pós-coloniais. As feministas nacionalistas muçulmanas, juntamente com compatriotas de outras religiões, lutaram para garantir que as novas instituições dos Estados soberanos emergentes respondessem às necessidades de todos os cidadãos e que estes, tanto femininos como masculinos, pudessem participar na constituição e no funcionamento do Estado e da sociedade modernos. É importante salientar que o(s) feminismo(s) muçulmano(s) secular(es) pioneiro(s) era(m) endógeno(s), ou seja, surgiram no interior dos contextos nacionais, culturais e religiosos e foram elaborados em relação às realidades, ao pensamento e às exigências locais. Os detratores dos feminismos muçulmanos (seculares) dentro dessas mesmas sociedades, desde o momento em que surgiram e até hoje, reforçaram a ideia de que esses eram fenômenos estrangeiros, mais especificamente ocidentais. Ainda hoje, mesmo entre aqueles que apreciam a história do feminismo secular, é possível ouvir a exclamação de que somente com o feminismo islâmico os muçulmanos finalmente produziram um feminismo *endógeno*.⁷

O conceito de igualdade que o feminismo muçulmano secular articulou foi, portanto, o de *igualdade cidadã*. No entanto, mesmo esta luta estava incompleta, pois as feministas seculares restringiam suas exigências cidadãs à esfera pública da sociedade nacional/secular, mas não formularam a igualdade entre mulheres e homens no interior da família. Assim, as duas dimensões sobre as quais as muçulmanas feministas seculares não conceberam a igualdade – e que constituíam então o “impensável”, segundo Arkoun (2002) – foram: 1) o segmento religioso da esfera pública, mais especificamente, o domínio das profissões religiosas e da liderança

6 Como exemplos do feminismo endógeno muçulmano, ver: Jayawardena (1986); Badran (1995; 2009); Paidar (1995).

7 Mir-Hosseini (2006, p. 638), por exemplo, escreve: “As muçulmanas, como outras mulheres no mundo, sempre foram conscientes das desigualdades de gênero e sempre resistiram a ela, mas foi preciso chegar aos últimos anos para ver emergir um feminismo duradouro, e de origem endógena”.

ritual e 2) a esfera privada da família, regulada legalmente pela religião. Era, de fato, cedo demais para se reivindicar a entrada das mulheres nas profissões religiosas e sua participação na liderança ritual, visto a educação formal limitada das mulheres e a restrição de seu acesso ao espaço público, incluindo até mesmo a restrição no acesso ao culto coletivo.⁸

Por outro lado, os assuntos relacionados à família tinham maior relevância imediata para as mulheres da época. Durante os processos de secularização dos Estados de maioria muçulmana, o único domínio deixado à regularização das autoridades religiosas foi justamente o da família. Dessa forma, a família permaneceu sob o domínio de uma teia de noções e práticas culturais, supostamente islâmicas, ainda que essas noções sofossem variações significativas e mesmo contraditórias, seja em termos de classe, seja na diferença entre o mundo rural/urbano, ou ainda entre os diferentes países. As feministas da época, assim como a sociedade em geral – embora estivessem conscientes das diferenças existentes entre as classes sociais e entre o mundo urbano e o rural –, concebiam como “natural” e religiosamente dado o modelo tradicional de família patriarcal, com seus papéis assimétricos de gênero moldados por um sistema idealizado de complementaridade sob a chefia masculina, mais do que sob um sistema de igualdade de gênero.⁹ As feministas seculares, influenciadas pelo pensamento moderno islâmico do final do século XIX e início do século XX, apenas insistiram na reforma legal da família patriarcal e na melhora das condutas morais, exortando os homens a cumprirem suas obrigações, a não usarem indevidamente o pedido de divórcio unilateral e a não praticarem a poligamia.¹⁰ Para se pensar a igualdade de gênero no seio da família seria necessário, no entanto, ir além dos limites do pensamento moderno islâmico primitivo.

A tarefa de elaborar um discurso rigoroso sobre a igualdade de gênero no islã, que incluísse a reflexão sobre a igualdade no seio da família, e de desalinhar a relação inextrincável entre o patriarcado e o islã, foi assumida pelas feministas islâmicas no final do século XX. Na

8 Entre as primeiras reivindicações públicas do feminismo secular no Egito (formuladas em 1911), figurava o acesso das mulheres às mesquitas para a prece em comum (Badran, 1995, p. 69).

9 Ver: Wadud (2006, p. 27-28); Mir-Hosseini (2009, p. 23; 2007, p. 629-645).

10 Sobre o pensamento islâmico moderno desenvolvido pelo egípcio Shaikh Muhammad 'Abduh, que teve grande influência no mundo muçulmano, ver: Hourani (1983, p. 130-160). Acerca da interpretação das feministas egípcias sobre a reforma da família, ver: Badran (1995, p. 124-141); e em relação às reivindicações feministas pan-árabes sobre a reforma do estatuto pessoal, ver: Badran (1995, p. 221-250).

verdade, elas tentaram erradicar o patriarcado por completo, ao invés de simplesmente tolerar a sua existência no domínio religioso público e na esfera familiar. A essa altura, como acaba de ser indicado, havia mulheres muçulmanas sensíveis às discussões de gênero e que possuíam a formação e as ferramentas necessárias (resultantes do acesso à educação em todos os domínios e níveis, pelo qual as primeiras feministas seculares tinham lutado tão arduamente) para expor o patriarcado, na família e na sociedade, como algo não-islâmico. Uma notável exceção foi a libanesa Nazira Zain al-Din, uma mulher formada em ciências religiosas ainda no início do século XX, que recebeu educação em casa através de seu pai, um erudito religioso. Quando jovem, ela publicou o livro *al-Sufur wa al-Hijab* (O desvelamento e o véu) em Beirute, em 1927, aos 23 anos, sendo fortemente atacada pelas autoridades religiosas. Após publicar seu segundo livro, acabou por se retirar do debate público intelectual.¹¹ Já no final do século XX, havia um número significativo de mulheres muçulmanas bem preparadas para se engajar na empreitada da exegese religiosa e romper o *establishment* religioso patriarcal masculino, assim como refutar seus argumentos e as reivindicações dos ideólogos islâmicos, e lutar contra as crenças fervorosamente mantidas pela sociedade conservadora em geral.

A transição rumo a um novo paradigma feminista

Nas últimas duas décadas do século XX, tanto nas sociedades muçulmanas mais antigas da África e da Ásia como nas novas comunidades muçulmanas do Ocidente, mudanças importantes vêm acontecendo. Com as mulheres da classe média trabalhando cada vez mais fora de casa e contribuindo com a renda familiar, os maridos e as esposas tendem a compartilhar mais frequentemente a tomada de decisões e as responsabilidades domésticas. Nessa direção, ao lado da crescente igualdade efetiva que se operou no interior da família muçulmana, articulou-se a igualdade entre os sexos, especialmente entre as esposas e os maridos, passando ambos a serem corresponsáveis pela família.

No Ocidente, com a rápida expansão do número de mulheres convertidas, muitas delas passaram a procurar no Alcorão respostas para suas percepções do islã como uma religião de igualdade e de justiça, mas

¹¹ Ver a introdução à obra de Zain al-Din e excertos de seus dois livros (*Al-Sufur wa al-Hijab*, Beirut, 1927; *Al-Fatah wa al-Shuyukh*, Beirut, 1928), com apresentação de Margot Badran e Miriam Cooke em Badran; Cooke (2004). Ver igualmente: Shaaban (1995, p. 61-77).

que tinha sido subvertida por práticas patriarcais (que se diziam islâmicas) usuais na comunidade muçulmana (Badran, 2006). Ao mesmo tempo, mulheres muçulmanas que imigraram da África e da Ásia para o Ocidente, assim como todo novo cidadão muçulmano vivendo em países ocidentais, vivenciaram em si um doloroso conflito entre o islã patriarcal e as ideias e práticas igualitárias prevalecentes e legalmente aplicadas em seus novos países de residência. Elas também testemunharam e frequentemente experimentaram em suas peles o significado da desigualdade entre grupos raciais, étnicos e religiosos em países onde a igualdade vigora como princípio e é expressa em leis. Essa experiência acabou por torná-las intolerantes a todas as formas de desigualdade, incluindo as de gênero.

Concomitantemente, o novo termo “gênero”, elaborado por pesquisadores no interior do *Women’s Studies* norte-americano – braço intelectual do feminismo da segunda onda –, constituiu-se como uma nova ferramenta analítica difundida nos círculos acadêmicos. O conceito de gênero tornou-se um instrumento fundamental para as mulheres cristãs, judias e muçulmanas, estudiosas da religião e teólogas, através do qual é possível colocar em questão as leituras patriarcais das escrituras e as práticas relacionadas a elas dentro de suas respectivas comunidades. O termo gênero foi logo adotado por agentes públicos, especialmente em comunidades em desenvolvimento, e logo passou a ter ampla circulação global (Badran, 2009, p. 192-211).

Nos anos 1980 e início dos anos 1990, operou-se a grande mudança de paradigma nas discussões de gênero no mundo muçulmano, identificada como feminismo islâmico. Seria a ascensão do grupo de mulheres que se autodenominavam “estudiosas-ativistas”¹² e que tornavam explícito seu compromisso com a fé muçulmana, frequentemente anunciando-se como “mulheres de fé” (uma referência consciente ao termo corânico, *mu’minat*) (Webb, 2000, p. XI).¹³ Uma notável exceção que prova a regra é a da feminista secular marroquina Fátima Mernissi, socióloga e professora na Universidade Muhammad V, em Rabat, que produziu um texto

¹² Quando uso o termo “estudiosa-ativista”, refiro-me exclusivamente às mulheres assumidamente religiosas que são atualmente produtoras do discurso feminista islâmico. Embora também use o termo “feministas islâmicas” ao falar destas mulheres, faço-o como categoria analítica, mas plenamente consciente de que a maioria delas evita o rótulo, ainda que, nessa segunda fase do feminismo islâmico, algumas intelectuais já passem a aceitar a identidade feminista.

¹³ Para uma análise acerca do ativismo articulando a reflexão intelectual e as circunstâncias externas, ver: Bullock (2005).

inovador sobre o feminismo islâmico, intitulado, em francês, *Le harem politique* (1987).¹⁴ Raja Rhouni, pesquisadora marroquina da nova geração, analisa a trajetória de Mernissi como escritora de textos feministas “seculares” e “religiosos”, problematizando as complexidades e complicações do trabalho altamente influente de Mernissi (Rhouni, 2009; 2011).¹⁵

Mesmo que as mulheres produtoras de textos feministas islâmicos possam se identificar publicamente como “mulheres de fé” (*mu'mina*), expondo suas convicções religiosas, isso não confere necessariamente a elas a autoridade ou o rigor necessário para interpretar os textos sacros (*ijtihad*), nem mesmo garante o envolvimento intelectual crítico com a fonte religiosa. No entanto, sinaliza o alto nível de interesses pessoais envolvidos nesse engajamento.¹⁶

Pesquisadoras muçulmanas sensíveis às discussões de gênero embarcaram na releitura do Alcorão, revisitando as ações e palavras do profeta Maomé (*ahadith*) e formulando reconsiderações sobre a jurisprudência islâmica (*fiqh*). Geralmente, as criadoras das principais obras recentes sobre mulheres e gênero no islã possuem doutorado, especializando-se em diversas disciplinas acadêmicas, incluindo as ciências religiosas islâmicas. Sendo assim, as estudiosas-ativistas veem-se como engajadas na missão de revisão ou de reforma do pensamento intelectual e da erudição islâmica.¹⁷ Todavia, o *establishment* masculino dos estudiosos da religião, também chamados *ulemah*, tem frequentemente respondido mais com ataques do que através de críticas construtivas, enquanto que os principais intelectuais reformistas têm, na sua maioria, ignorado o trabalho delas.¹⁸ Contudo, é importante notar que alguns dos mais relevantes

14 Traduzido em inglês por Mary Jo Lakeland como *Women and islam: an historical and theological inquiry* (Oxford: Basil Blackwell, 1991) e também sob o título *The veil and the male elite: a feminist interpretation of women's rights in islam* (Cambridge: Perseus, 1991).

15 Ver igualmente: Badran (2009, p. 243-245); Cooke (2001, p. 70-74).

16 A afirmação pública da identidade religiosa, definindo-se como “mulher de fé” e mulher piedosa, é problemática para alguns, talvez para muitos, uma vez que tende a desmerecer aquelas que não afirmam publicamente sua posição religiosa (variada e complexa, como não poderia deixar de ser em termos individuais), podendo ser desqualificadas como más praticantes, sobretudo numa época em que os islâmicos (fundamentalistas) exercem forte pressão em torno de demonstrações públicas da piedade religiosa (tal como eles a concebem).

17 Por exemplo: Kecia Ali, Asma Barlas, Fatima Mernissi, Ziba Mir-Hosseini, Sa'idiyya Shaikh, Hidayet Tuksal, Amina Wadud.

18 A. Wadud (2006, p. 189) não mede as palavras quando diz: “gênero é uma categoria de pensamento que boa parte dos homens intelectuais não respeita, mesmo quando se exprimem a favor de uma reforma islâmica”. Acenar com a cabeça em direção aos direitos das mulheres no islã não significa necessariamente levar a sério o discurso feminista islâmico. Nesse sentido, ver, por exemplo: Hunter (2009).

estudiosos progressistas do islã têm levado a sério o trabalho das mulheres estudiosas-ativistas.¹⁹

Em meio à comunidade intelectual e ativista muçulmana, as feministas seculares foram as primeiras a apreciar o trabalho inovador das estudiosas-ativistas no que concerne ao islã e às questões de gênero.²⁰ Elas o reconheceram como uma mudança de paradigma no interior do feminismo e deram a ele o nome de “feminismo islâmico”. O termo acertou em cheio e proporcionou uma insígnia perfeita e de alta ressonância no interior do movimento, criando um modo de se apropriar e de se posicionar em torno desses novos trabalhos. As definições, popularizadas nas redes pelas “mulheres de letras” muçulmanas seculares, ajudaram a espalhar o novo feminismo islâmico, surgido junto com a expansão da internet, difundindo de imediato o novo pensamento de gênero a um público global de grande alcance.

No final dos anos 1990, aumentando rapidamente após a virada do século XXI, acadêmicos, ONGs e *think tanks* organizaram diversos fóruns sob a forma de conferências e workshops internacionais. Nesses eventos, estudiosas-ativistas apresentaram seus trabalhos e engajaram-se em estratégias de mudança junto a muçulmanas de grupos ativistas mais amplos, incluindo feministas seculares. Tais eventos, sob a bandeira explícita do feminismo islâmico, foram organizados por muçulmanos e não muçulmanos em países ocidentais. Nos países de maioria muçulmana, feministas islâmicas também realizaram conferências de vanguarda, mas sem usar o nome “feminismo”.

Muçulmanos espanhóis – em sua maioria convertidos, pertencentes à Junta Islâmica liderada por Abdennur Prado, escritor e poeta, organizaram em Barcelona a primeira grande Conferência Internacional sobre Feminismo Islâmico, aberta ao grande público. O objetivo era potencializar o intercâmbio global e fortalecer o apoio mútuo entre aqueles que promovem a ideia e a prática de um islamismo igualitário.²¹ A Junta Islâmica

¹⁹ Mernissi reconhece o apoio de seu colega Ahmad al-Khamlichi, professor de direito muçulmano na Universidade Muhammad V, que resultou no livro *Le harem politique*. Importantes pesquisadores iranianos reagiram favoravelmente aos escritos de Ziba Mir-Hosseini acerca da igualdade e da justiça de gênero no islã. Especialista em religião muçulmana, o egípcio Nasr Abu-Zayd interessou-se particularmente pelos trabalhos das feministas islâmicas e ele mesmo chegou a aprofundar a discussão.

²⁰ Ver, por exemplo: Acar (1991); Yamani (1996, p. 262-282); Mir-Hosseini (1996, p. 286-320); Najmabadi (1998, p. 59-84) e Badran (2009, p. 215-241).

²¹ Abdennur Prado explica que “as conferências foram o resultado do trabalho da Junta Islâmica na Espanha. Através de numerosas atividades, como conferências, publicações e estratégias de comunicação através das plataformas digitais (*webislam*) e dos meios de

convocou ainda mais duas conferências, uma em 2007 e outra em 2008. Conferências internacionais organizadas no Ocidente contaram com a presença de palestrantes do mundo todo, especialmente muçulmanos e mulheres, mas também homens, e atraíram participantes da Europa e de outros continentes. A imensa publicidade que se seguiu a essas conferências chamou a atenção do grande público ao redor do globo, que pouco ou nada sabia sobre o feminismo no contexto islâmico.

Ironicamente, as feministas muçulmanas seculares – as primeiras a promover o trabalho das estudiosas-ativistas, na contramão do *establishment* e da corrente dominante religiosa muçulmana –, têm sido vistas com apreensão por parte das mesmas estudiosas-ativistas, ainda que isso tenha mudado nos últimos anos. Estas, ao explicitarem sua afiliação religiosa, têm implicado e, por vezes, declarado publicamente que as muçulmanas “seculares” distanciaram-se da religião. As estudiosas-ativistas expressam mal-estar e mesmo hostilidade ao verem seus trabalhos caracterizados como “feminismo islâmico”, sendo particularmente inflexíveis ao rejeitarem o termo como definição identitária, e chegam a se arrepiar quando o rótulo lhes é conferido, sendo menos resistentes se, ao lado da definição, for deixado claro que elas próprias não a aceitam. Algumas estudiosas-ativistas alegam que o feminismo é ocidental e/ou distanciam-se do termo por este ser amplamente associado ao Ocidente pelos muçulmanos. No entanto, aquelas que afirmam que o feminismo é ocidental não só demonstram a sua ignorância em relação à longa história do feminismo muçulmano na África e na Ásia, como também contribuem para a perpetuação de estereótipos negativos sobre os muçulmanos e sobre o feminismo. Além disso, acabam por corroborar com os ocidentais que, também na sua arrogância e ignorância, afirmam que os muçulmanos são incapazes de produzir feminismo e que o islã é intrinsecamente patriarcal (Badran, 2002). Outra ironia ainda se dá na medida em que, embora o discurso do feminismo islâmico quebre com as dicotomias secular/religioso, oriental/ocidental, muçulmanos/não muçulmanos, tais binarismos acabem sendo reforçados pelas atitudes e práticas sociais de algumas de suas criadoras.

comunicação impressos (*verde islamismo* e livros) tentamos enviar mensagens à sociedade demonstrando que o islã não só é totalmente compatível com os valores básicos das sociedades democráticas, incluindo a igualdade de gênero, mas ele também pode contribuir com a nossa sociedade”. Prado (2008) editou uma série de contribuições das duas primeiras conferências de Barcelona, realizadas em 2005 e 2007. É igualmente autor de *El islam anterior al Islam* (Barcelona, Oozebap, 2008).

Feminismo islâmico: primeira fase

Em meados da década de 1980, precisamente no momento em que o conceito de gênero surgia como novo termo analítico e a segunda onda do feminismo norte-americano alcançava o ápice (Wadud, 2006, p. 3), a afro-americana Amina Wadud iniciou uma pesquisa que resultaria no livro *Qur'an and woman: rereading the sacred text from a woman's perspective* (1992). O trabalho foi saudado internacionalmente de imediato como um tratado pioneiro do islamismo igualitário de gênero e logo seria reconhecido como pedra angular do feminismo islâmico. Wadud, que se tornou teóloga conhecida e professora de estudos islâmicos na Virginia Commonwealth University, foi pioneira no uso do gênero como instrumento de análise numa investigação sistemática sobre a igualdade de gênero no Alcorão.²² É interessante observar que mulheres muçulmanas no início do século XX, provenientes da África e da Ásia, também se apropriaram rapidamente dos novos conceitos do “feminismo”, criando movimentos de libertação ao mesmo tempo que as mulheres ocidentais. Sendo assim, embora as muçulmanas tenham participado da construção do “feminismo” e do conceito de “gênero” desde o começo, elas foram, em seguida, desconsideradas, tanto por muçulmanos como por não muçulmanos, e classificadas como meras imitadoras de modelos ocidentais.

Através do seu estudo hermenêutico, Wadud propôs uma teoria que problematiza a igualdade de gênero no Alcorão. Seu trabalho compreende tanto a esfera pública quanto a privada, ou seja, trata tanto da família como da sociedade, ou ainda do interior da comunidade islâmica (*umma*). Ao fazê-lo, Wadud denuncia o patriarcado como sendo não islâmico. As feministas seculares, como mencionado, tinham se esforçado em reformar a família patriarcal, tanto do ponto de vista legal quanto do comportamento. No entanto, os homens sempre estiveram reticentes a qualquer forma de controle sobre suas prerrogativas, tais como a autoridade sobre as mulheres, o divórcio unilateral ou a poligamia, que consideravam como direitos religiosos e fundamentais. De fato, a tentativa de reforma das leis relativas à família muçulmana consistiu no maior

²² “O gênero, como categoria de pensamento, é um dos aspectos mais significativos desta evolução do entendimento humano [em direção a uma expressão plena da ética muçulmana] e representa uma noção essencial no sentido de elevar o nível de um *ethos* islâmico que seja mais próximo da intenção universal da mensagem divina tal como é revelada contextualmente no Alcorão” (Wadud, 1992, p. 205-206).

fracasso dos movimentos feministas seculares muçulmanos ao longo do século XX.²³

No início dos anos 1970, Wadud recém convertera-se ao islã e, “ao fazer a transição”, como ela diz, empenhou-se apaixonadamente em estudar a religião.²⁴ Consciente de que as mulheres não eram tratadas de forma igual nas sociedades muçulmanas (como em outras sociedades), ela quis entender se o islã era responsável e, mais particularmente, se o próprio Alcorão proclamava a diferença entre mulheres e homens. Começando por essa questão, e empregando uma hermenêutica da unicidade de Deus (*tawhid*), a autora descobriu que não era o caso. Deus é uno e acima dos humanos, que estão, ao mesmo tempo, em paralelo e em igualdade. Para um ser humano considerar-se acima dos outros no interior de uma concepção patriarcal, ou seja, na medida em que os homens se consideram acima das mulheres, eles associam-se a Deus e violam, em consequência, o princípio do *tawhid*.²⁵ Na terminologia religiosa, eles cometem o pecado do “associacionismo” (*shirk*). Demonstrando mais uma vez que todos os seres humanos são iguais, Wadud examina a noção corânica de “confiança” ou “agência” (*khalifa*), afirmando que Deus criou o ser humano (*insan*), como “agente” ou como aquele(a) a quem foi “confiada” (*khilafa*) a administração da terra. Todo ser humano é, portanto, um “confiado(a)” ou um agente, seja homem ou mulher.²⁶

Além de realizar essa análise sistemática, Wadud apontou para os numerosos versículos (*ayas*) do Alcorão que enunciam explicitamente a ideia de igualdade de gênero. Invocando a exortação, contida no próprio Alcorão, de que ele deve ser lido sempre no “seu melhor sentido”, a autora argumentou que os ideais mais elevados do texto superam as leituras literais que podem negá-los. Um exemplo é o versículo 4:3, que permite a um homem casar-se com até quatro esposas. Segundo a autora, este versículo é escrito num contexto particular e está condicionado a um tratamento igual e justo entre as esposas, tendo como ideal a monogamia e, portanto, a igualdade de gênero entre os esposos. Restavam, no entanto, árduos obstáculos que Wadud teria que manobrar ou contornar. Um deles era o famoso versículo *daraba*, que parece autorizar o espancamento

23 Os sucessos mais notáveis no que diz respeito à reforma do direito da família foram os modelos seculares impostos pelo Estado.

24 Ela converteu-se em 1972.

25 Sobre o *tawhid*, ver: Wadud (1992, p. 25-26; 2006, p. 24-38).

26 Sobre o *khalifa*, ver: Wadud (1992, p. 23; 102; 2006, p. 14-15; 32-37; 42; 47). Sobre a *khilafa*, ver: Wadud (1992, p. 74; 85; 91; 2006, p. 33; 35-37; 48; 80; 261).

das esposas. Wadud, assim como outros autores, escolheram explicá-lo usando uma análise linguística que demonstra os múltiplos significados da palavra *daraba*, que pode ser interpretada como “partir” (numa viagem) ou como “partir” (alguém) (Wadud, 1992, p. 76).²⁷ De todo modo, Wadud foi capaz de oferecer argumentos convincentes para uma teoria do Alcorão que compreendesse a igualdade de gênero.

Para combater a corrente patriarcal, a maioria das mulheres muçulmanas precisava de uma nova forma de pensar o gênero, um modelo islâmico de igualdade, antes que pudesse efetivamente mudar as suas vidas – particularmente no contexto da família, onde as desigualdades mais gritantes permaneciam –, assim como na campanha por mudanças no campo do direito. O trabalho de Wadud proporcionou isso a elas, atraindo entusiasticamente mulheres muçulmanas de diversas partes do globo, orgulhosas em descobrir, e logo em aceitar, uma versão igualitária do islã pronta para substituir a versão patriarcal que lhes tinha sido entregue.

A hermenêutica igualitária de gênero de Wadud foi transmitida rapidamente através da internet e seu trabalho foi referenciado em sites de organizações de mulheres muçulmanas que proliferaram nos anos 1990. Seu livro foi traduzido em muitas línguas de países de maioria muçulmana, bem como nas principais línguas ocidentais. Quando *Qur'an and woman* foi reeditado pela Oxford University Press, em 1999, alcançou um público ainda maior e foi disponibilizado na internet por tempo limitado. O livro de Wadud foi ensinado em cursos de universidades norte-americanas frequentados por muitos muçulmanos, de diferentes partes do mundo, assim como não muçulmanos dos Estados Unidos e de outros países.

Uma década depois de Wadud ter defendido a igualdade de gênero com base no Alcorão, Asma Barlas – paquistanó-americana que serviu no corpo diplomático do Paquistão antes de emigrar para os Estados Unidos na década de 1980, e atualmente professora de política e diretora do Centro de Estudos de Cultura, Raça e Etnicidade do Ithaca College (Nova York) – publicou “*Believing women*” in islam: *unreading patriarchal interpretations of the Qur'an* (2002, p. 212). Circulando da mesma forma que o de Wadud, e também traduzido em muitas línguas, o livro de Barlas foi amplamente considerado como um texto feminista islâmico seminal

²⁷ Ver igualmente as explicações de Bakhtiar's (2007) acerca da palavra *daraba*, em sua tradução e introdução ao Alcorão.

(p. XI). No livro, a autora pergunta: o Alcorão é um texto patriarcal? Construído em diálogo com o *Qur'an and woman*, de Wadud, e através de uma exegese textual cuidadosa, empregando, da mesma forma, os conceitos de *tawhid* e *khilafa*, e engajada em análises desconstrutivas, Barlas demonstra de modo convincente que o Alcorão não deve ser lido como um texto patriarcal.²⁸

Ambas as estudiosas tiveram o cuidado de contextualizar os textos corânicos, demonstrando que as normas e práticas patriarcais existentes na época e no lugar da revelação do Alcorão – as quais, segundo elas, as escrituras procuravam justamente corrigir – persistiram à medida que o islã se expandia e foram absorvidas nas posteriores interpretações do Alcorão. As normas e práticas antigas influenciaram, mais tarde, a consolidação da jurisprudência islâmica, ou o *fiqh*, considerada a principal escola de jurisprudência dos séculos IX e X, momento em que seus próprios fundadores estavam sob a influência das estruturas e práticas patriarcais de sua época (Stowasser, 1994).

Ao apresentar argumentos islâmicos convincentes para a elaboração de uma teoria da igualdade de gênero, as autoras demonstram de modo coerente que a família patriarcal é não islâmica. A argumentação encontra eco entre as mulheres muçulmanas, pois, ao mesmo tempo em que legitima seus esforços individuais para se libertarem das restrições patriarcais impostas, fornece ferramentas para a ação coletiva. Todavia, as limitações inerentes a esses esforços interpretativos iniciais também se tornaram visíveis. Os impulsos interpretativos inovadores suscitaram novas críticas, incluindo autocríticas, e confinaram teóricas e ativistas em determinados guetos. As teóricas fundadoras do feminismo islâmico têm sido criticadas como apologéticas, de um lado, mas também, pelo que N. H. Abu-Zayd, M. Arkoun e R. Rhouni classificam de “fundacionalismo” – ou seja, por terem permanecido cativas da tradição erudita patriarcal com a qual desejavam romper (Abu-Zayd, 1999). Enquanto algumas das feministas islâmicas permaneceram ancoradas na primeira fase (que persiste ao lado da nova), outras, libertando-se das restrições da apologética, se afastaram do fundacionalismo e avançaram em direção ao que Rhouni chama de “crítica de gênero islâmica pós-fundamentalista” (Rhouni, 2009, p. 251-273; 2011).

²⁸ Sobre o *tawhid*, ver: Barlas (2002, p. 12-13; 79; 94-95; 101-103; 106; 108-109; 141-142; 177; 210). Sobre a *khilafa*, ver: Barlas (2002, p. 106-107).

Feminismo islâmico: segunda fase

O movimento em direção ao pensamento “fora da caixinha” é o prelúdio da segunda fase mais ousada do feminismo islâmico. Essa mudança tornou-se evidente em meados da primeira década do século XXI. O afastamento da apologética foi acompanhado pela diminuição no antagonismo entre algumas estudiosas-ativistas e o termo “feminismo islâmico”, e mesmo em relação ao feminismo *per se* já que, de fato, os dois fenômenos estão relacionados.

Wadud exemplifica, nesse sentido, o salto para a segunda fase do feminismo islâmico. Em seu segundo livro, *Inside the gender jihad*, publicado em 2005, ela anuncia explicitamente que irá além de suas apologéticas anteriores (p. 187-188). Ela sublinha a importância de se ler o Alcorão não simplesmente como um texto fixo, mas “como uma palavra ou um texto em processo”. E continua: “Um aspecto importante deste desafio é a possibilidade de refutar o texto, de responder a ele, ou até de lhe dizer ‘não’ [...]. Pessoalmente, cheguei a passagens onde o modo com que o texto diz o que ele diz é simplesmente inadequado, ou mesmo inaceitável, qualquer que seja o esforço interpretativo” (p. 190, grifo do original). Ela afirma que certas práticas prevaletentes na época e no local da revelação, as quais o Alcorão tolerou e controlou ao invés de imediatamente erradicar, tornaram-se, mais tarde, inaceitáveis. A escravidão é o principal exemplo, pois foi uma prática tolerada e regulamentada, mas que se tornou inaceitável, tendo sido declarada como tal e, em seguida, eliminada. O espancamento de esposas e a poligamia são outros exemplos nesse sentido. Rejeitá-los estaria de acordo com o espírito e com os princípios elevados do Alcorão, além dos entendimentos atuais sobre justiça e igualdade. Por enquanto é preferível simplesmente dizer “não” a se envolver na complicada hermenêutica da tradição escolástica patriarcal. Dizer “não” ao que já não é aceitável não equivale a rejeitar o Alcorão, e pode ser visto, ao contrário, como uma maneira de celebrar e resgatar os princípios elevados da escritura. “Com a evolução humana em direção às disciplinas pós-modernas e ao desconstrutivismo dos significados”, diz Wadud, “aceitamos o fato de que somos potencialmente guiados pelo texto, ainda que não sejamos limitados às suas particularidades” (p. 197).

Enquanto algumas estudiosas-ativistas têm privilegiado dedicar-se a novos trabalhos hermenêuticos, outras têm concentrado seus esforços na análise da jurisprudência islâmica (*fiqh*) visando promover o islamismo igualitário. A compreensão de que a jurisprudência é utilizada para legitimar as leis muçulmanas estatais (ou seja, leis explicitamente

fundamentadas no *fiqh*) – especialmente as leis de família muçulmana, também chamadas leis do estatuto pessoal – têm preocupado especialmente as feministas islâmicas.

Como já mencionado, uma das preocupações constantes das feministas muçulmanas seculares foi a reforma das leis da família muçulmana. Desde o início do século XX, elas tentaram reformar as leis, mobilizando o discurso moderno islâmico. O sucesso, no entanto, foi mínimo, e as feministas permaneceram na lógica do modelo patriarcal de família, procurando simplesmente promover mudanças legais e comportamentais que resultassem no cumprimento dos assim chamados “papéis atribuídos” aos homens, assim como se esperava das mulheres, permitindo assim uma complementaridade funcional de gênero.

As feministas islâmicas que procuram mudanças jurídicas em prol de um modelo igualitário de família descobriram que era necessário ir além do *fiqh*. No entanto, torna-se impossível dialogar com a jurisprudência tradicional e com a fortaleza criada em torno da família patriarcal, para construir um modelo igualitário de família. A antropóloga jurídica iraniana Ziba Mir-Hosseini, nascida em Londres, mas que atua como consultora internacional e professora visitante na Universidade de Nova York, aparece na vanguarda dos esforços legais nesse sentido. Embora firmemente empenhada em permanecer dentro da lógica do islã, ela defende uma nova jurisprudência. Mir-Hosseini argumenta historicamente e de modo inequívoco que o *fiqh* tradicional foi construído numa época patriarcal, em que as práticas igualitárias não eram a norma, e que, embora pudesse ser uma expressão jurídica adequada à sua época, na atual conjuntura de ideias e práticas generalizadas de igualdade de gênero, inclusive no contexto da família, é necessário construir uma nova jurisprudência que responda às realidades sociais existentes (*ma'amalat*). Mir-Hosseini (2006, p. 629-645; 2007) insiste ainda na necessidade de fugir dos limites do patriarcado tal como aparecem no *fiqh*, a fim de alcançar a igualdade e a justiça indissociavelmente ligadas a essa jurisprudência.

O feminismo islâmico tem enfrentado igualmente a confusão que se faz entre a *shar'iah*, lei de origem divina inspirada no Alcorão, e o *fiqh*, a jurisprudência islâmica, que é, por sua vez, criada pelo homem, e não sagrada, podendo ser, portanto, modificada. As leis que regem a família muçulmana, leis estatais baseadas em diferentes interpretações do *fiqh*, têm sido comumente consideradas como leis baseadas na *shar'iah*. A confusão, que podemos supor proposital, dificulta a mudança das leis sobre a família muçulmana devido ao medo de se adulterar algo de caráter

divino.²⁹ Mir-Hosseini não só expõe a confusão entre o *shar'iah* divino e o *fiqh* criado pelo homem, como também aponta para outros problemas, como a distinção feita pela jurisprudência islâmica entre o *sibadat*, rituais prescritos ou deveres religiosos tais como oração, jejum etc., fixados como obrigatórios, e os *mu'amalat*, ou regras sociais, sujeitas, portanto, a mudanças. A autora chama a atenção para a noção generalizada de que o casamento é considerado um dever religioso. Astuciosamente, tal sacralização do matrimônio com base no *fiqh* faz com que pareça errado alterar a lei familiar, também chamada lei do estatuto pessoal.

Essas leis regulariam, nesse caso, os *mu'amalat*, ou seja, as relações sociais na família, ainda que, ao mesmo tempo, o casamento seja popularmente entendido como um dever religioso. A rede transnacional Women Living under Muslim Laws publicou um compêndio dessas leis que demonstra sua considerável variação de base *fiqh* em diferentes países, sabendo que a maioria das leis da família existe nos Estados seculares. Embora possa parecer que o *establishment* islâmico é livre para regular como quiser a família, na realidade, o Estado prevalece, em geral, sobre a promulgação e a modificação das leis da família muçulmana. O Estado predomina sobre o *establishment* religioso na determinação das suas necessidades políticas e práticas, de modo que uma alteração, não só de grandes como de menores proporções, torna-se possível quando politicamente deliberada. No entanto, tanto o *establishment* religioso quanto o Estado têm defendido a versão patriarcal da família. Nos países de maioria muçulmana, a família, tal como é legalmente constituída pelo Estado e pelo *establishment* religioso, continua sendo o pilar do patriarcado; mesmo com a forte crise das práticas patriarcais na esfera pública secular, muitas delas instigadas e protegidas pelo próprio Estado.³⁰

A base de uma reforma jurídica só poderá acontecer quando o Estado for favorável a um modelo igualitário de família, como se viu na recente reforma do código da família (*Mudawwana*) no Marrocos, construído a partir de um modelo igualitário. A incansável campanha das feministas seculares marroquinas, desde os anos 1980, em prol de uma nova lei da família, e seu acesso, num momento decisivo, ao discurso feminista islâmico, levou-as à vitória (Eddouda, 2003; Salima, 2005). A transformação

²⁹ Para uma discussão recente e clara quanto a essa distinção, ver: Mir-Hosseini (2009, p. 2-3).

³⁰ Sobre o exemplo egípcio, ver: Margot Badran (2009, p. 17-55).

do direito da família no Marrocos serve, assim, de exemplo para outros países muçulmanos.

A combinação vigorosa entre global e local, entre teoria e ativismo, começou a se constituir logo após o feminismo islâmico ter emergido com sua nova e impressionante articulação em torno da igualdade de gênero, rompendo com o modo patriarcal de se conceber o islã.³¹ Percebo agora como as redes feministas transnacionais, apelidadas por V. M. Moghadam de TFNs, formadas a partir de meados dos anos 1980, têm desempenhado, e continuam a desempenhar cada vez mais, um papel crucial na passagem do discurso ao ativismo (Moghadam, 2005).

O feminismo islâmico como um movimento social global

Quando as estudiosas-ativistas analisaram o princípio de igualdade humana no Alcorão, insistiram que, do ponto de vista da ética e da justiça, o imperativo seria pô-lo em prática. Os conservadores muçulmanos afirmam insistentemente, no entanto, que o islã já deu às mulheres os seus direitos, de modo a encerrar a discussão e prevenir ações de protesto. O desafio torna-se, desse modo, como pôr em prática um islamismo igualitário.

As ativistas que procuram implementar a igualdade e a justiça de gênero, apoiadas no trabalho das novas teóricas muçulmanas, incluem em suas práticas muçulmanos e não muçulmanos. Esse ativismo compartilhado reflete as realidades sociais modernas, abrigando tanto muçulmanos como indivíduos de outras religiões, tanto no contexto nacional quanto no transnacional, e mesmo no seio familiar (estando os casamentos mistos a aumentar constantemente). Um objetivo central desta colaboração transnacional tem sido a mudança das leis familiares muçulmanas que sustentam a versão patriarcal da família – último bastião do patriarcado –, para transformar tais leis de acordo com um modelo igualitário e em diálogo com as condições sociais contemporâneas.

Duas importantes redes feministas transnacionais, formadas em meados da década de 1980, desempenham papel fundamental na utilização do discurso feminista islâmico emergente visando a construção de um movimento social global; e duas outras foram formadas mais tarde, à medida que o feminismo islâmico avançava para sua segunda fase. A partir da

³¹ A generalização aqui presente não pretende indicar haver uma única forma e prática do patriarcado, nem ignorar suas mudanças ao longo do tempo e em diferentes espaços, mas simplesmente tratar de um modelo.

articulação e da organização global do feminismo islâmico, criaram-se rapidamente, e de modo intensificado, formas de ativismo coletivo local. O movimento é inverso ao da trajetória dos feminismos seculares muçulmanos, que primeiro emergiram como movimentos sociais dentro do espaço nacional, para depois se difundirem.³² A evolução global do ativismo social feminista islâmico não foi alterada e permanece central, mesmo com os movimentos sociais locais; ambos fortalecendo-se mutuamente. Muitas mulheres que participam do estabelecimento de redes globais são igualmente, e intensamente, ativas nas organizações locais, movendo-se entre os dois campos, o nacional e o global, o real e o virtual.

Analisarei, a partir de agora, quatro redes feministas transnacionais que têm ocupado um lugar central no processo de construção de um movimento feminista social islâmico global. Volto-me, nesse sentido, para o quadro transnacional.³³ As duas primeiras redes feministas transnacionais, Women Living under Muslim Laws (WLUML) e Sisterhood is Global Institute (SIGI), foram fundadas por feministas seculares ainda em 1984, durante o apogeu da segunda onda feminista em diferentes partes do mundo.

Women Living under Muslim Laws (WLUML) foi liderada por Marieme Helie-Lucas, nascida na Argélia, mas vivendo na França, em resposta ao apelo das mulheres argelinas no combate ao novo projeto retrógrado de Lei da Família Muçulmana, repentinamente imposto ao país. O apoio entusiasta das mulheres estrangeiras aos esforços locais contra o projeto constituiu o início do que viria a ser a vasta rede WLUML. Desde o início, os membros da rede incluíam muçulmanos e não muçulmanos de diferentes países da África e da Ásia sob a égide das leis muçulmanas. A WLUML permanece, durante suas quase três décadas de existência, focada nas questões jurídicas das sociedades muçulmanas, dedicando-se igualmente à difusão de informação, assim como à emissão de alertas e à prática jurídica.³⁴

A fim de promover mudanças com base em novas interpretações do *fiqh*, a WLUML procurou desmistificar a noção de que as leis da família

³² Embora o movimento feminista egípcio tenha surgido publicamente, de maneira organizada e independente, sob a liderança da União Feminista Egípcia, junto à Aliança Internacional para o Sufrágio da Mulher, ele já se expressara de outras formas. Passou-se uma década antes que as feministas muçulmanas pudessem se organizar regionalmente, e, ainda assim, o quadro nacional continuou a ser o mais importante.

³³ A análise das interseções entre ativismo transnacional e nacional é tema de outro artigo.

³⁴ Sobre o WLUML, ver: Shaheed (1995, p. 51-60) e Moghadam (2005).

muçulmana são sagradas (definidas como *shar‘iah*) e, portanto, imutáveis. Com esse objetivo, WLUML iniciou uma vasta coleta dos códigos em vigor no mundo muçulmano. Após dez anos de pesquisa (de 1991 a 2001), a WLUML publicou em 2003 um compêndio das leis familiares (incluindo leis muçulmanas, seculares e consuetudinárias) em países de maioria muçulmana, intitulado *Knowing our rights: women. Family, laws and customs in the muslim world* (Conhecendo nossos direitos: mulheres. Família, leis e costumes no mundo muçulmano).³⁵ O trabalho abrangente demonstrou a diversidade das leis da família muçulmana, promulgadas ao longo do tempo e em cerca de vinte países, e de que modo elas se basearam em interpretações díspares da jurisprudência islâmica e/ou resultaram de influências externas, embora sejam consideradas como leis puramente islâmicas. A principal consequência – e a mensagem transmitida pela WLUML – é ter demonstrado que as leis são simples produtos de mãos humanas, e não criações sagradas, sendo, portanto, passíveis de serem modificadas. Esse é o ponto chave constantemente defendido por Mir-Hosseini junto a outras feministas islâmicas. Em 2009, a WLUML disponibilizou o livro on-line, assim como a revisão realizada em 2006, para que um público amplo pudesse ter acesso ao material e utilizá-lo para fins ativistas.

A segunda rede já existente quando da emergência do feminismo islâmico é Sisterhood is Global Institute (SIGI), especialmente engajada no ativismo intercomunitário de gênero. Mahnaz Afkhami, norte-americana nascida no Irã, e outras feministas muçulmanas de destaque, têm atuado à frente da rede transnacional criada pela proeminente feminista americana Robin Morgan, em 1984 (Moghadam, 2005). Sob a liderança de Mahnaz Afkhami, no início dos anos 1990, e de Haleh Vaziri, o SIGI foi pioneiro na criação de um manual de direitos humanos citando o *hadith* e versículos do Alcorão, destinado a propagar em idioma religioso os direitos das mulheres a todos os muçulmanos. Lançado pela primeira vez em inglês em 1996, e traduzido em seguida nas diversas línguas faladas nas sociedades muçulmanas ao redor do mundo, *Claiming our rights: a manual for women’s human rights education in muslim societies* (Clamando por nossos direitos: manual para a educação das mulheres

³⁵ Publicado primeiramente em forma de brochura em 2003 pelo WLUML, atualizado e publicado novamente em 2006, incluiu notadamente os dados atualizados sobre países de imigração como o Canadá, onde as militantes conseguiram impedir a instituição de instâncias muçulmanas de arbitragem nas questões familiares. O Canadian Council of Muslim Women (CCMW) publicou *Muslim and Canadian family laws: a comparative primer* sob a direção de Lynda G. Clarke e Pam Cross (Canadian..., 2006).

sobre os direitos humanos nas sociedades muçulmanas) teve um impacto significativo, permitindo às mulheres verem-se como seres humanos iguais, com direitos iguais, no contexto de um islã igualitário. A jurista Madhavi Sunder argumenta que “o estudo de tais manuais renova o olhar sobre como os direitos reais evoluem de forma diferente do direito teórico” (Sunder, 2003). As ativistas muçulmanas atuam na promoção prática de mudanças nas atitudes e comportamentos das mulheres comuns no âmbito do islamismo igualitário, enquanto continuam a longa campanha em torno da reforma legal das leis familiares muçulmanas. Essas ativistas, incluindo feministas seculares e feministas islâmicas, são conscientes de que não basta o argumento religioso para que haja mudança legal, é preciso travar uma luta política, além da vontade do Estado em colocar tais mudanças em prática.

A emergência da nova fase do feminismo islâmico e o avanço representado pela promulgação de um código da família igualitário no Marrocos coincidem com o surgimento de duas novas iniciativas militantes globais que são, ao mesmo tempo, expressão desse movimento e motor ativo de sua difusão.

Musawah (igualdade, em árabe) define-se como Global Movement for Equality and Justice in the Muslim Family (Movimento Global em prol da Igualdade e Justiça na Família Muçulmana). Ele tem sido levado à frente pelo Sisters in Islam in Malaysia, grupo pioneiro de ativistas e teóricas do feminismo islâmico formado em meados dos anos 80, e liderado há muitos anos pela veterana Zainah Anwar. Os membros de *Musawah* incluem acadêmicos e ativistas que ocupam lugares proeminentes em organizações nos seus diversos países. *Musawah* afirma inequivocamente que muitas das leis e dos códigos da família muçulmana hoje em vigor não são “nem viáveis no mundo contemporâneo, nem defensáveis em bases islâmicas”. *Musawah* exige leis e políticas que apoiem a igualdade de direitos de gênero, incluindo direitos de herança iguais, tema muitas vezes ausente da agenda feminista.³⁶ *Musawah* realizou o Global Meeting for Equality and Justice in the Muslim Family (Encontro Global pela Igualdade e Justiça na Família Muçulmana), em Kuala Lumpur, em

³⁶ Ver o portfólio do *Musawa: a global movement for equality and justice in the muslim family*. Em discurso público pronunciado no Cairo em 1931, a feminista egípcia Saiza Nabarawi declarou que a desigualdade frente à herança tornava-se um anacronismo a partir do momento em que as mulheres ganhavam dinheiro e contribuía para o sustento material da família; mas ela não fez disso uma crítica explícita direta. No ano anterior, uma estudante de direito tinha exigido a igualdade em relação à herança e fizeram questão de assinalar que ela corria o risco de ser acusada de apostasia (Badran, 1995, p. 134).

fevereiro de 2009, reunindo um conjunto impressionante de proeminentes mulheres, acadêmicas e ativistas. *Musawah* abriga apenas militantes muçulmanas, tanto feministas islâmicas quanto seculares, mas convidou mulheres não muçulmanas que estivessem relacionadas ou que pudessem cooperar com o projeto feminista islâmico.

A outra importante rede formada durante a segunda fase do feminismo islâmico chama-se WISE (Women's Islamic Initiative in Spirituality and Equality), e adota uma estratégia de amplo alcance. WISE, iniciada pela ASMA (American Society for Muslim Advancement), foi lançada numa grande conferência internacional em Nova York, em 2006, atraindo muçulmanos e não muçulmanos, mulheres “religiosas” e “seculares”, feministas e muçulmanas reticentes ao feminismo. Inicialmente, WISE oscilou entre os conceitos de igualdade e equidade, ambivalência expressa na necessidade de escolha da definição da sigla E, de WISE (*equality* ou *equity*), definida inequivocamente em 2008, como igualdade. A maioria das mulheres que integra a WISE (WISE Women) é muçulmana, mas o grupo também acolhe as não muçulmanas. Tanto a WISE como a ASMA compreendem a importância vital da ação intercomunitária, uma vez que muçulmanos e membros de outras religiões vivem em estreita proximidade, não só no Ocidente, como em sociedades muçulmanas mais antigas. Essa característica está comumente expressa no casamento intercomunitário, já comum, mas que continua a aumentar entre as gerações mais jovens.

Uma especificidade da WISE é a criação do Global Women's Shura Council,³⁷ composto por pesquisadoras e ativistas de gerações diversas. O objetivo é reforçar a autoridade das mulheres e ampliar a difusão dos trabalhos das intelectuais muçulmanas. O conselho defende a utilização de novos arcabouços teóricos desconhecidos no tradicional *fiqh*, notadamente a igualdade de gênero; o que se torna um claro exemplo do avanço que caracteriza a segunda fase do feminismo islâmico em relação a tradicionais modos de pensamento. Por isso mesmo, o conselho é consciente das dificuldades existentes entre a utilização de uma abordagem audaciosa e a tentativa de ter amplo alcance. O conselho *Shura* esforça-se, através da informação e da interação, em contribuir com a transição entre a situação atual de injustiça dentro do patriarcado e um futuro islamismo igualitário.

³⁷ *Shura* – assembleia consultiva – é um termo islâmico consagrado, ligado à ideia de poder deliberativo.

As quatro redes acima apresentadas permanecem ativas. Muitos indivíduos participam de uma ou mais dessas redes, o que facilita a interatividade entre elas. A cultura de formação de redes transnacionais, muçulmanas e não muçulmanas, continua a se desenvolver, o que assegura ao feminismo islâmico uma posição privilegiada e de segurança.

O feminismo muçulmano – secular ou islâmico – parece estar confluindo cada vez mais, uma vez que suas militantes cooperam em conferências e workshops e adotam múltiplos lugares de fala. Algumas reivindicam simultaneamente a dupla identidade de feministas seculares e islâmicas, enquanto outras, sem definirem uma identidade para si, agem num *continuum* que vai do secular ao religioso. As feministas muçulmanas têm convergido porque partilham o objetivo comum de libertar o islã do patriarcado e de transformar em realidade o sonho de um islã igualitário, especialmente no que concerne a família, última rocha no castelo patriarcal.

Eu gostaria de terminar por onde comecei – pela ideia de transformação –, evocando Wadud: “Discussões sobre a plena igualdade das mulheres muçulmanas parecem impossíveis sem uma profunda transformação no interior do próprio islã” (Wadud, 2006, p. 188). Parte dessa transformação implica em criar um espaço genuíno para a diversidade, num mundo onde muçulmanos e não muçulmanos vivem lado a lado, num mundo onde a disputa entre visões patriarcais e igualitárias ainda cria animosidades.

Traduzido por Natália de Santanna Guerellus

Artigo publicado pela primeira vez em francês, com o título “Où en est le féminisme islamique?”, *Presses de Science Po – Critique Internationale*, n. 46, p. 25-44, 2010, acompanhado de uma versão em inglês. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-critique-internationale-2010-1-page-25.htm#>. A presente tradução foi realizada a partir do original em inglês fornecido pela autora.

Eu gostaria de agradecer a Stephanie Latte Abdallah por ter organizado o workshop sobre o feminismo islâmico, que nos permitiu compartilhar trabalhos e iniciar um debate, assim como por seus comentários pertinentes sobre a minha contribuição. Agradeço igualmente a Janine Mossuz-Lavau, debatedora do meu texto, por seus comentários e sugestões, assim como aos demais participante do

seminário por suas questões e comentários. As observações em termos comparativos feitas por Azade Kian, com quem fiquei feliz em continuar a discussão sobre o feminismo islâmico, muito me ensinaram. Agradeço enfim a minha colega no Woodrow Wilson International Center for Scholars em Washington, Philippa Strum, por sua leitura atenciosa da primeira versão deste artigo. Margot Badran

Nota da tradutora: Agradeço, junto às outras editoras do dossiê “As várias faces dos feminismos”, a Margot Badran, pela generosidade em nos ter concedido o direito à tradução deste texto excepcional sobre o feminismo islâmico contemporâneo, e por ter preparado um prefácio exclusivo para a tradução brasileira. Natália de Santanna Guerellus

Referências

- ACAR, Feride. Women in the ideology of islamic revivalism in Turkey: three islamic women's journals. In: TAPPER, Richard (ed.). *Islam in modern Turkey: religion, politics and literature in a secular state*. London and New York: I.B. Tauris. p. 280-303.
- ABU-ZAYD, Nasr Hamid. Qadiyyat al-mar'a bayna sindani al-hadigha wa mitrakati al-taqalid (A questão da mulher entre o martelo da modernidade e a bigorna da tradição: um estudo de história dos textos), Alif, Cairo 1999.
- ARKOUN, Mohammed. *The unthought in contemporary islamic thought*. Londres: Saqi, 2002.
- BADRAN, Margot. *Feminism in Islam: secular and religious convergences*. Oxford: Oneworld, 2009.
- _____. *Feminism and conversion: comparing British, Dutch and South Africa life stories*. In: Karin Nieuwkerk (ed.). *Women embracing islam in the West*. Austin: University of Texas Press, 2006.
- _____; COOKE, Miriam (ed.). *Opening the gates: an anthology of Arab women's writing*. 2. ed. Bloomington: University of Indiana Press, 2004 (1.ed., 1990).
- _____. *Towards islamic feminisms: a look at the Middle East*. In: AFSARRUDIN, Asma (org.). *Hermeneutics and honor in islamic/ate societies*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- _____. *Feminists, islam, and nation: gender and the making of modern Egypt*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- _____. *Gender activism: feminists and islamists in Egypt*. In: MOGHADAM, Valentine (org.). *Identity politics and women: cultural reassertions and feminisms in international perspective*. Boulder, CO: Westview Press, 1993.
- BAKHTIAR'S, Laleh. *The sublime Qur'na*. Chicago: Kazi Publications, 2007.
- BARLAS, Asma. "Believing women" in islam: unreading patriarchal interpretations of the Qur'an. Austin: University of Texas Press, 2002. p. 212.
- BULLOCK, Katherine (ed.). *Muslim women activists in North America: speaking for ourselves*. Austin, TX: University of Texas Press, 2005.
- CANADIAN Council of Muslim Women (CCMW). *Muslim and Canadian family laws: a comparative primer*. Toronto: CCMW, 2006.
- COOKE, Miriam. *Women claim islam: creating islamic feminism through literature*. London: Routledge, 2001. p. 70-74.
- EDDOUDA, Souad. *Women, gender, and the State in Morocco: contradictions, constraints, and prospects*. 2003. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade Muhammad V University, 2003.
- HOURANI, Albert. *Arabic thought in the liberal age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. p. 130-160 (1.ed., 1962).

- HUNTER, Shireen T. (ed.). *Reformist voices of islam: mediating islam and modernity*. Armonk, NY and London: M. E. Sharpe, 2009.
- ISLAMIC Feminism: what's in a name?, 2002, Cairo. *Al Ahram Weekly*. Cairo: American Research Center, jan. 2002.
- JAYAWARDENA, Kumari. *Feminism and nationalism in the third world*. London: Zed, 1986.
- MERNISSI, Fatima. *Le harem politique*. Paris: Michel Albin, 1987.
- MIR-HOSSEINI, Ziba. *Toward gender equality: muslim family laws and the shari'ah*. In : ANWAR, Zainah. *Wanted: equality and justice in the muslim family*. Petaling Jaya: Sister in Islam, 2009. p. 23.
- _____. *Islam and gender justice*. In: CORNELL, Vincent J.; SAFI, Omid (ed.). *Voices of Islam*. 5 v. Westport: Greenwood, 2007.
- _____. *Muslim women's quest for equality: between islamic law and feminism*. *Critical Inquiry*, 32, p. 629-645, verão 2006.
- _____. *Stretching the limits: a feminist reading of the Shari'a in post-Khomeini Iran*. In: YAMANI, Mai (ed.). *Feminism and Islam: legal and literary perspectives*. New York: New York University Press, 1996. p. 286-320.
- MOGHADAM, Valentine M. *Globalizing women: transnational feminist networks*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 2005.
- NAJMABADI, Afsaneh. *Feminism in an Islamic Republic: years of hardship, years of growth*. In: HADDAD, Yvonne; ESPOSITO, John (ed.). *Islam, gender, and social change*. New York: Oxford University Press, 1998 p. 59-84.
- PAIDAR, Parvin. *Women in the political process in 20th century Iran*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- PRADO, Abdennur. *La emergencia del feminismo islámico: seleccion de ponencias del primer y segundo Congreso Internacional de Feminism Islámico*. Barcelona: Oozebap, 2008.
- RHOONI, Raja. *Secular and "Islamic feminist" critiques in the work of Fatima Mernissi*. Leiden: Brill, 2009.
- _____. *Deconstructing islamic feminism: a look at Fatima Mernissi*. In: BADRAN, Margot (ed.). *Gender and islam in Africa: rights, sexuality and laws*. Stanford: Stanford University Press, 2011.
- SALIMA, Zakia. *Between islam and feminism: new political transformations and movements in Morocco*. 2005. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, 2005.
- SHAABAN, Bouthaina. *The muted voices of women interpreters*. In: AFKHAMI, Mahnaz (org.). *Faith and freedom: women's human rights in the muslim world*. Syracuse: Syracuse University Press, 1995. p. 61-77.
- SHAHEED, Farida. *Networking for change: the role of women's groups in initiating dialogue on women's issues*. In: AFKHAMI, Mahnaz (ed.). *Faith and freedom: women's Human Rights in the muslim world*, 1995, p. 51-60.
- STOWASSER, Barbara. *Women in the Qur'an, traditions, and interpretation*. New York and Oxford: Oxford University Press, 1994.
- SUNDER, Madhavi. *Piercing the veil*. *The Yale Law Journal*, New Haven, v. 112, n. 1.399, p. 1.443, 2003.
- WADUD, Amina. *Inside the gender jihad*. Oxford: Oneworld Publications, 2006. p. 16.
- _____. *Qur'an and woman: rereading the sacred text from a woman's perspective*. Kuala Lumpur: Penerbit Fajar Bakati, 1992; New York: Oxford University Press, 1999.
- WEBB, Gisela (ed.). *Windows of faith: muslim women scholar-activists in North America*. Syracuse: Syracuse University Press, 2000. p. XI.
- YAMANI, Mai. *Some observations on women in Saudi Arabia*. In: _____. (ed.). *Feminism and islam: legal and literary perspectives*. New York: New York University Press, 1996. p. 262-282.

Recebido em 30/9/2019
Aprovado em 14/2/2020

Qual feminismo?

Reflexões sobre o feminismo conservador e a escrita militante de Amélia Rodrigues (1861-1926)

What feminism? Reflexions on conservative feminism and the militant writing of Amélia Rodrigues (1861-1926) / ¿Qué feminismo? Reflexiones sobre el feminismo conservador y la escritura militante de Amélia Rodrigues (1861-1926)

Ana Paula Vosne Martins

Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR)
ana_martins@uol.com.br

RESUMO

O artigo trata de um tema pouco explorado pela história das mulheres, as relações entre o feminismo e o catolicismo conservador do começo do século XX. Analisa a disputa em torno do significado do feminismo nos textos da escritora baiana Amélia Rodrigues, em suas considerações a respeito do sufrágio e da ação social das mulheres católicas.

Palavras-chave: feminismo; conservadorismo; catolicismo; agência feminina.

ABSTRACT

The article discusses the relations between feminism and catholic conservatism from the beginning of the 20th century, a subject that has not been widely explored by women's studies. It also analyzes the disputes around the meaning of feminism in Amélia Rodrigues's texts, a writer from Bahia, starting from her considerations about suffragism and the social action of catholic women.

Keywords: feminism; conservatism; catholicism; feminine agency.

RESUMEN

El artículo trata de las relaciones entre el feminismo y el catolicismo conservador del comienzo del siglo XX, un tema poco explorado por la historia de las mujeres. También analiza la disputa alrededor del significado del feminismo en los textos de Amélia Rodrigues, escritora de Bahia, partiendo de sus consideraciones con respecto al sufrágio y la acción social de las mujeres católicas.

Palabras clave: feminismo; conservadurismo; catolicismo; agencia femenina.

O feminismo que não desintegra a mulher do lar, esse terá sempre as bênçãos da Igreja. A Igreja é imutável na verdade de seus dogmas, mas não é imóvel. Ela é um organismo vivo. Não é indiferente às transformações políticas e sociais que agitam o mundo. Por isto, a Igreja abençoa tanto a mulher que trabalha para viver honradamente no escritório comercial, datilógrafa ou contabilista, ou no exercício das profissões liberais, ou desempenhando funções administrativas, como a que vai purificar as urnas, com a sua fé intencional e participar da vida pública do país.¹

Este pequeno texto foi lançado de um avião que sobrevoou a cidade do Rio de Janeiro no dia 11 de maio de 1928. Na aeronave estavam três integrantes da direção da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), a presidenta Bertha Lutz, a tesoureira Carmen Velasco Portinho e a primeira-secretária Marina Amália Faria. O objetivo do voo feminista era lançar sobre o centro da cidade três documentos para fazer propaganda da causa que abraçavam. Foram lançados três documentos: uma breve conferência de Rui Barbosa sobre a igualdade entre homens e mulheres; a Declaração dos Direitos da Mulher, composta por seis enunciados e elaborada pela FBPF, e o texto supracitado, de autoria do bispo de Niterói, dom José Pereira Alves.

A princípio pode causar estranheza que um bispo da Igreja Católica assinasse um texto que se somaria à propaganda feminista da década de 1920, levando em consideração a histórica suspeição da Igreja pelo feminismo ou mesmo sua condenação como mais uma das nocivas inovações modernizadoras, tão rechaçadas pela Santa Sé desde a época do papa Pio IX, quando o feminismo não era uma dessas inovações, e fortalecidas pelo antimodernismo recalcitrante dos papas Leão XIII e Pio X. Mas, conhecendo um pouco mais da biografia de dom José Pereira Alves, a estranheza cede lugar para a compreensão dessa inusitada aliança entre o feminismo da FBPF e um representante da alta hierarquia da Igreja Católica brasileira.²

¹ Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, O Jornal, 13 maio 1928, p. 3.

² As informações biográficas de dom José Pereira Alves encontram-se nos sítios eletrônicos da Arquidiocese de Niterói (Dom José..., 2012) e da Fundação José Augusto (José..., s.d.).

O pernambucano dom José faz parte de um clero formado pelo ímpeto reformador do movimento ultramontano da Igreja Católica, tendo frequentado o importante centro de formação do Seminário de Olinda. Foi ordenado em 1907 e nomeado bispo diocesano de Natal em 1923 pelo papa Pio XI. Ainda no Nordeste brasileiro foi um clérigo reconhecido não só por sua liderança religiosa, mas igualmente por ser um intelectual eloquente e integrante de diversas associações culturais, além de ter atuado com vigor na imprensa católica. Dom José foi um representante da Igreja militante e do clero combativo com autoridade sobre o laicato, atento às “transformações políticas e sociais que agitam o mundo”, a fim de direcioná-las de acordo com a doutrina e o pensamento católico. Compreende-se, assim, que um texto da lavra do bispo de Niterói fosse lançado sobre a cidade do Rio de Janeiro na companhia de textos feministas e seculares, manifestando o apoio pastoral da Igreja Católica a um certo feminismo, deixando claro que a principal missão das mulheres era a vida dedicada à família e ao lar, mas sem opor-se às outras reivindicações, como a educação, o trabalho e o sufrágio. dom José expressava com esse pequeno, mas persuasivo texto, uma mudança de rumos bastante significativa da Igreja Católica em relação ao feminismo, ou a uma interpretação cristã do feminismo, importante para as causas da FBPF, em especial a conquista do voto feminino, que passou a contar com apoio dos católicos a partir das décadas de 1920 e 1930.

No entanto, as relações entre o feminismo e o catolicismo nem sempre foram assim tão colaborativas e amistosas. Foi um longo percurso iniciado, pelo menos, há cinquenta anos nos países europeus. No Brasil, esta relação começou a ser construída na década de 1920, com muita cautela e sem manifestações públicas das autoridades religiosas, sendo esse texto de 1928, provavelmente, a primeira expressão favorável e pública de uma autoridade eclesiástica sobre o sufrágio e o feminismo.

Tendo em vista a extensão de um debate histórico sobre o feminismo católico ou feminismo cristão, neste artigo o foco será ajustado para dois contextos diferentes, mas inter-relacionados. Primeiro, será objeto de discussão a organização do movimento feminino católico internacional e sua aproximação parcial das reivindicações do feminismo secular, em particular o direito ao voto. O objetivo dessa análise é compreender como o catolicismo ressignificou o feminismo a fim de lhe dar um sentido coerente com a doutrina católica e mantê-lo sob a orientação pastoral da autoridade religiosa. Num segundo momento, o foco se ajusta para a produção do debate católico sobre o feminismo no Brasil, representado pela influente e reconhecida escritora baiana Amélia Rodrigues, tendo em

vista sua militância pelo uso público da palavra em defesa da fé e da Igreja Católica, bem como do movimento feminino católico internacional. Com as conferências e os artigos de Amélia Rodrigues, o público católico brasileiro conheceu os termos da disputa sobre qual feminismo seria correto, um feminismo conservador e orientado pela religião.

Feminismo, uma palavra em disputa

Geralmente associado a um movimento em defesa dos direitos civis e políticos das mulheres, quando analisado numa perspectiva histórica o feminismo abrange diferentes expectativas e significados, agentes e práticas, sendo difícil, senão mesmo impreciso, estabelecer uma única definição. Karen Offen (1988) mostra em abordagem histórica e comparativa não só os diferentes significados do feminismo em suas origens históricas ocidentais, mas também as disputas políticas e ideológicas no uso de palavras como feminismo e feminista, manifestas, desde as décadas de 1880 e 1890, em diferentes países europeus e nos Estados Unidos. Segundo Offen, essas palavras podiam expressar uma concepção legalista ou individualista de “direitos da mulher”, assim como demandas reformadoras da sociedade e dos costumes, estas com poucas ou escassas invocações ao vocabulário ou ao ideário liberal de autonomia do indivíduo, reforçando muito mais o valor da diferença moral e da responsabilidade social feminina. Apesar das diferenças entre os modelos individualista e relacional dos discursos a respeito do feminismo finissecular, Offen nota de maneira bastante perspicaz que nem sempre essas diferenças ou oposições foram tão nítidas assim, às vezes se sobrepondo na enunciação de um mesmo discurso. Ou seja, é necessária não só a análise das circunstâncias históricas e/ou contextuais para compreender as disputas em torno daquelas palavras, mas igualmente da singularidade dos enunciados a respeito do que as pessoas pensavam ou queriam dizer quando as utilizavam em seus discursos.

A partir do final do século XIX, as palavras feminismo e feminista passaram a estar vez cada mais presentes na imprensa e nos discursos públicos realizados por mulheres e homens envolvidos com o debate sobre direitos ou, como era bastante comum se dizer à época, a contribuição da mulher à sociedade e aos então chamados “problemas sociais”. O espectro político e ideológico do debate era bastante amplo para incluir enunciados e argumentos de direita, de esquerda, liberais, socialistas, seculares, religiosos, conservadores, homens e mulheres alinhados com as mais diferentes correntes de pensamento e que disputavam os significados de

palavras que revolviam o fundo de valores morais sobre gênero, classe e raça, não se tratando, portanto, de um debate restrito a uma concepção liberal de direitos individuais. Havia muito mais em jogo, como os diferentes participantes do debate sobre o feminismo bem sabiam.

Interessante notar como dois grupos ideologicamente opostos acabaram convergindo na rejeição ao feminismo dos direitos ou individualista, geralmente associados à defesa dos direitos políticos e à autonomia das mulheres, pelo menos desde a publicação do polêmico livro de John Stuart Mill (1997), em parceria com Harriet Taylor Mill, em 1869, *A sujeição da mulher*. Socialistas marxistas e católicos se colocaram do mesmo lado, embora recorrendo a argumentos bem diferentes, para desqualificar a reivindicação pelo direito ao voto feminino, considerando que, para os primeiros, esta era tida como uma questão diversionista e secundária frente à luta de classes, sendo qualificada, pejorativamente, como uma reivindicação de mulheres burguesas (Boxer, 2007).³ Já para os católicos e alguns setores protestantes mais conservadores, a rejeição se fundamentava em outro campo, a moral, pois viam como uma séria ameaça à ordem familiar, patriarcal e social o envolvimento das mulheres com a política, como se o exercício do voto pudesse “masculinizá-las”, afastando-as da sua missão primordial no lar, desviando-as das finalidades para as quais haviam sido criadas por uma autoridade superior e divina (Dawes, 2011).

A respeito dessa posição dos católicos ainda é preciso lembrar que a suspeição quanto à política não tinha fundamento somente numa visão conservadora a respeito do gênero e do lugar que as mulheres deveriam ocupar numa ordem social e familiar. A suspeição, senão mesmo a rejeição à política por parte dos católicos em países liberais e republicanos, desde a década de 1870, foi em parte influenciada pela “questão romana”, desencadeada no processo da unificação italiana envolvendo a disputa pelos Estados Pontifícios e a resistência liderada pelo papa Pio IX. O *non expedit*, uma fórmula de dissuasão, foi uma medida adotada por Pio IX que considerava *não conveniente* a participação dos católicos na política italiana. Por não se tratar de uma medida de alcance universal, sua vigência teve maior impacto na Itália, e, mesmo assim, católicos mais

³ Sobre a posição dos socialistas marxistas a respeito do sufrágio feminino, ver: Clara Zetkin (1906) e Rosa Luxemburgo (1912). É importante sublinhar que nem todos os socialistas compartilhavam da rejeição ao feminismo sufragista. Socialistas não alinhados ao marxismo apoiaram a reivindicação do sufrágio feminino pelo menos desde a década de 1860, de acordo com o clássico estudo de Barbara Taylor (1983).

moderados questionaram se tal decisão não enfraqueceria ainda mais os católicos frente ao avanço dos políticos liberais e socialistas.

De qualquer forma, tendo em vista que o pontificado de Pio IX foi fortemente marcado pelo reforço da hierarquia, da doutrina dogmática e do combate aos inimigos da Igreja (socialismo, indiferentismo, racionalismo, modernismo, secularismo, franco-maçonaria), não se pode subestimar o alcance do *non expedit*, mesmo restringindo-se mais ao contexto político italiano (Dawes, 2011). Pelo menos se pode conjecturar a respeito da forte oposição ao secularismo, neste caso representado pela política, e da visão de mundo religiosa cada vez mais coesa e dirigida pela autoridade clerical, criando as condições para a suspeita política. Não se defende neste artigo que aquelas circunstâncias tivessem exercido forte influência sobre a oposição dos católicos ao sufrágio feminino, mas não se pode negligenciar seu impacto em um contexto fortemente marcado pela retórica de combate e de defesa dos interesses da Igreja. Afinal, por que as mulheres iriam querer participar de um processo político ímpio, senão mesmo imoral, que chancelava a separação entre a Igreja e o Estado, e que se abria para a influência crescente dos inimigos da Igreja?

Contudo, em outros países europeus de maioria católica, a suspeição dos laicos foi cedendo para o pragmatismo político, contando com apoio do clero e das autoridades religiosas. Com o crescimento de grupos e partidos políticos liberais, republicanos e socialistas, os católicos começaram a se organizar politicamente e a lançar candidaturas próprias em países como França, Bélgica, Áustria, Alemanha.⁴ O envolvimento com a política, e mesmo a participação nas eleições locais e para a escolha dos representantes nos parlamentos dos países europeus, contou com o importante fundamento das encíclicas de Leão XIII, em particular a *Rerum Novarum* (1891), na qual se condensa a teoria do catolicismo social, tão importante para o impulso associativista e a organização dos corpos intermediários ao Estado.⁵ Nas mais diversas publicações da época, os intelectuais e as lideranças católicas laicas e religiosas passaram a defender com firmeza a organização dos católicos com vistas à sua intervenção

4 Na Itália, esse processo só ocorreu depois de 1919, quando o papa Bento XV suspendeu o *non expedit* e apoiou a criação do católico Partido Popular Italiano (Dawes, 2011).

5 É importante destacar que sob essa fórmula, catolicismo social, organizavam-se as mais distintas correntes de pensamento e de orientação política, abrangendo católicos intransigentes, reacionários, democratas, progressistas, de direita, conservadores. Sobre esse complexo tema, ver o livro de Mayeur (1986).

nos problemas sociais – a ação social católica –, mas, igualmente, a participar do processo político como parte de um projeto mais amplo, ambicioso e de longa maturação durante o século XX, que foi a construção do projeto político de uma democracia cristã.

E as mulheres católicas? Qual seria a sua participação na ação social e no esforço de promover os valores católicos na sociedade e na política? Teriam alguma contribuição a dar, alguma participação, ou sua ação deveria se restringir ao espaço privado, às práticas de caridade e às manifestações devocionais, como sempre fizeram? Estas e outras perguntas sobre a contribuição das mulheres à sociedade não foram formuladas somente pelos católicos, mas, naquele contexto de mobilização laica em defesa da Igreja e dos valores católicos, expressavam o caráter de urgência que a ação social adquirira em um contexto mais amplo de combate, no qual as boas mulheres católicas foram chamadas a tomar parte, respeitando as diferenças de gênero, ou seja, a cada um as suas capacidades e esferas de ação.

Há uma produção historiográfica bem consistente sobre a mobilização feminina católica na virada do século XIX, na Europa e em alguns países americanos, como Estados Unidos, Chile, Argentina, Uruguai e Brasil. Esses estudos mostram como, para muitas mulheres, a mobilização em associações caritativas, educativas e culturais não era uma novidade, tendo em vista a experiência com uma prática associativa mais tradicional, como as Damas de Caridade, assim como as associações devocionais mais antigas, fortalecidas pelo catolicismo de reação do século XIX, como o Apostolado da Oração e a Pia União das Filhas de Maria. No entanto, naquele contexto finissecular, houve uma inflexão nos discursos clericais e laicos, masculinos e femininos, sobre a tão enaltecida influência ou contribuição da mulher para as urgências do tempo. Aquele momento passara a exigir muito mais do que orações, piedade e devoção das mulheres: requeria a disposição para uma ação mais abrangente, para o conhecimento e, igualmente, para a intervenção social pelo uso da palavra, grandes novidades para as mulheres católicas laicas (Sarti, 1984; Fayet-Scribe, 1984; Giorgio, 1994; Fouilloux, 1995; Cova, 2000; Della Suda, 2007; Cova; Dumons, 2010; Barry, 2011).

Amélia Rodrigues, a escritora baiana militante, alertava para a mudança de atitudes que o tempo de mobilização e combate exigiria das católicas: “ou trabalhamos, ou nos entregamos de mãos atadas à ideia inimiga e serviremos de ornato ao seu carro de triunfo, como na Antiga Roma os prisioneiros de guerra iam acorrentados ao carro do vencedor”. Na sequência de seu artigo, afirmava que nada era mais danoso à causa da

Igreja e do Cristo do que a inação, porque esta era “cúmplice do inimigo”. Chamava a atenção das suas leitoras para não ficarem caladas e sem ação frente aos ataques à Igreja Católica, aos maus costumes e à indiferença. Para ela, a mulher católica de ação jamais poderia ser indiferente.⁶

Esse chamado à ação e ao despertar de forças contra o indiferentismo religioso e o avanço das “forças inimigas” da Igreja encontrou resposta na organização de um verdadeiro movimento de massa feminino, especialmente nos países europeus, menos no Brasil, para grande decepção de Amélia Rodrigues. Os casos francês e italiano são os mais expressivos desse tipo de mobilização feminina, a princípio mais aristocrático, antirrepublicano e intransigente, mas que, ao se expandir, atraiu mulheres jovens de classes médias, com formação secundária e universitária, e também das classes mais populares, principalmente trabalhadoras que atuavam no setor de serviços, comerciárias e operárias, arrefecendo as posições políticas mais intransigentes e reacionárias, e fortalecendo posições mais democráticas e populares (Della Sudda, 2007).

Envolvidas com assuntos correlatos à questão social (educação, assistência às mães e às crianças pobres, proteção às trabalhadoras, organização popular) e à propaganda católica por meio da imprensa e das conferências públicas cada vez mais frequentes na virada do século XIX para o XX, as mulheres católicas se organizavam em associações, ligas, uniões locais e nacionais, revelando o que o intelectual católico francês Max Turmann (1905) chamou de “despertar das energias femininas”. Esse despertar se fazia ainda mais urgente, segundo Turmann e outros apologistas do movimento feminino católico, devido à concorrência de outros movimentos femininos seculares ou de protestantes. Entre estes, começava a ganhar espaço e atenção o movimento feminista, ou, simplesmente, o feminismo.

No contexto finissecular a palavra feminismo tinha, como já foi comentado, vários significados, podendo ser associada a diferentes correntes de pensamento e de orientação política. No entanto, na imprensa de maior circulação, o feminismo passou a ser representado cada vez mais como um movimento sectário de mulheres rebeldes que desejavam inverter a ordem natural (e social) das coisas. Com a criação de publicações feministas nas décadas de 1880 e 1890, em alguns países europeus, bem como de organizações e congressos feministas, a visibilidade de suas demandas sociais e políticas passou a despertar reações e oposição de

6 Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. Rodrigues, Amélia. *A União*, 4 maio 1919, p.2.

setores conservadores, entre eles os católicos. Houve ainda outra questão importante, relacionada à suspeição e rejeição católica ao feminismo, que foi a sua associação com os livres-pensadores e os socialistas, não importando as diferenças que havia entre as correntes feministas, afinal o trabalho da estereotipia consistia em produzir uma imagem homogênea e negativa do feminismo e das feministas (Scholz, 2012; Riot-Sarcey, 2002; Käppeli, 1994).

Para o que interessa à discussão deste artigo, a rejeição católica ao feminismo se deu, inicialmente, por se tratar de um movimento secular e de livres-pensadoras. Max Turmann (1905) e a Viscondessa d'Adhemar (1900) observaram em seus livros que o feminismo no século XIX se tornara uma “doutrina” antirreligiosa, formado por associações que mais pareciam “capelas” ou “partidos” que politicamente variavam da extrema esquerda ao centro, com posições republicanas e socialistas. No entanto, o que mais chamava a atenção era a ausência de uma direção religiosa no movimento, tanto que é da autoria de um intelectual convertido ao catolicismo, Ferdinand Brunetière, uma tipologia bastante replicada nos textos do começo do século XX. Haveria, segundo Brunetière, dois feminismos, o revolucionário, ateu e antirreligioso; e o feminismo cristão (Fayet-Scribe, 1990, p. 51).

É interessante notar que, apesar da rejeição católica ao feminismo como movimento associado ao individualismo, ao socialismo, ao ateísmo e à subversão, houve por parte de alguns influentes intelectuais católicos a compreensão de que certas reivindicações feministas eram justas, como os direitos relativos à propriedade, ao reconhecimento da paternidade, à educação, assim como a importância social das mulheres, geralmente ligada à ideia de valor ou de capacidades femininas. O feminismo revolucionário não podia ser aceito pelos católicos porque, segundo a interpretação corrente, as feministas revolucionárias ou as livres-pensadoras consideravam os homens inimigos e usurpadores dos direitos das mulheres. Somado a essa interpretação “viril” pela via da inimizade entre os sexos, os opositores católicos consideravam que as feministas revolucionárias estavam erradas em lutar por ideais emancipatórios, que as levariam para uma vida solitária, desregrada e infeliz, além de considerarem que a emancipação sem limites ou freios diminuiria o valor moral e social das mulheres, tornando-as arremedos da masculinidade, nem mulheres, nem homens. A palavra “emancipação”, na visão de mundo católica, não tinha sentido algum, afinal o lugar das mulheres no lar, na família ou nas associações voltadas para a ação social já estava mais do que reconhecido e esse reconhecimento fazia parte da

ação civilizatória do cristianismo. Nesse contexto, ganha visibilidade a narrativa histórica de que o cristianismo fora responsável pela melhoria das condições sociais das mulheres e sempre que elas foram humilhadas, desrespeitadas e rebaixadas ao servilismo, senão à escravidão da luxúria masculina, isto se deu em momentos históricos de perseguição religiosa ou quando a influência do cristianismo declinou, citando-se como exemplo a época do Renascimento.

Essa é uma narrativa histórica do papel civilizador do cristianismo e da defesa da mulher bastante presente em vários livros escritos por intelectuais católicos do começo do século XX, em uma clara demonstração da impertinência do debate sobre a emancipação feminina. Se havia injustiças flagrantes nas leis, sua correção e o estabelecimento da justiça não implicavam incorrer em erro, que seria afastar as mulheres da sua missão primordial no lar e semear a discórdia entre homens e mulheres. Injustiças deveriam ser corrigidas dentro da ordem legal, social e de gênero.⁷

Apesar das suspeitas, não foi possível descartar completamente a palavra feminismo para o vale dos erros e das impiedades, afinal, o movimento crescia e ganhava cada vez mais adeptos entre setores ideologicamente moderados, inclusive entre os católicos moderados e o clero, como explica Elaine Clark (2004) sobre o apoio de parte do clero inglês às sufragistas católicas, e mesmo na Itália (Dawes, 2001). Os católicos ressignificaram o feminismo, tendo em vista que não podiam simplesmente negar que muitas das reivindicações associadas a esse movimento eram consideradas justas e coerentes com o catolicismo social. Mesmo sem unanimidade, a expressão feminismo cristão começou a ser cada vez mais usada desde o final do século XIX, embora Turmann insistisse em afirmar que na França não havia nada como feminismo cristão ou feminismo católico, como existia na Itália e na Inglaterra, mas sim movimento feminino católico, citando como referência o livro da Viscondessa d'Adhemar (1900).

Um exemplo desse processo de ressignificação foi o envolvimento das católicas com a campanha sufragista desencadeada em diferentes países a partir da primeira década do século XX. O sufragismo revela como as mulheres católicas não estavam todas unidas no mesmo *front*, apesar de a maioria manter-se obediente às diretrizes da Igreja, que era contrária ao voto feminino. Mesmo em países de maioria católica como a Itália, houve um movimento católico sufragista, de curta duração, mas atuante e em

7 Alguns desses livros são de Lamy (1901) e de Turmann (1905).

defesa dos valores católicos que deveriam irrigar a democracia (Dawes, 2011).

Desde o começo do século XX, houve uma lenta, mas constante mudança na atuação política dos católicos, e naquele cenário as mulheres, nas suas respectivas associações militantes pelas causas da Igreja, passaram também a atuar politicamente em favor da eleição dos políticos católicos (Della Suda, 2007). Foi ainda nesse momento que o debate sobre o sufrágio feminino começou a angariar mais simpatizantes entre os católicos, especialmente na Bélgica e na Inglaterra (de minoria católica), países nos quais se formaram as primeiras ligas católicas sufragistas (Clark, 2004).⁸ O cenário estava dividido. De um lado, mas por motivos diferentes, estavam católicos intransigentes e socialistas marxistas contrários ao sufrágio; de outro, os católicos moderados e as mulheres católicas sufragistas que consideravam importante o voto, não só para a defesa dos valores cristãos, mas também para o fortalecimento moral, social e político das próprias mulheres.

O papa Pio X (1903-1914) não foi favorável a essas mobilizações sufragistas, tanto que, na Itália, desmobilizou parte do movimento laico mais moderado e silenciou as católicas sufragistas que, desde 1900, organizaram-se em torno de associações e de revistas, sendo as primeiras católicas europeias a se definirem como feministas cristãs (Dawes, 2011). A reação de Pio X se fez ainda mais contundente com a encíclica *Il Fermo Proposito*, de 1905, para a instituição e o desenvolvimento da Ação Católica. Nesta encíclica, chama os laicos para sua missão apostólica em torno da restauração cristã, o que significava atuação em associações exclusivamente católicas, masculinas e femininas.

Pode-se compreender que, para muitas mulheres, a única forma de defender uma causa que consideravam justa, como o sufrágio feminino, seria ressignificar o feminismo, dando-lhe um sentido cristão, tanto na amplitude das ações femininas na sociedade, quanto na participação política. Embora as autoridades religiosas não usassem a expressão “feminismo cristão”, preferindo “movimento católico feminino”, ela passou a ser uma expressão conhecida e divulgada nos meios católicos e na imprensa, havendo inclusive uma revista com esse nome, dirigida pela católica francesa Marie Maugeret, *Le Féminisme Chrétien*, publicada desde 1896. Como explica Turmann, ao redor de Maugeret e de sua revista, as

⁸ Sobre o interessante movimento feminino católico sufragista na Bélgica, ver o sítio eletrônico do Centre d'Archives et de Recherches pour l'Histoire des Femmes: http://www.avg-carhif.be/cms/dossier_fpol_fr.php.

mulheres católicas se reuniram para tratar de questões religiosas e sociais, provando às feministas revolucionárias e livres-pensadoras que era possível defender reivindicações femininas e se manter fiel à Igreja (Turmann, 1905, p. 20).

Foi somente após o fim da Primeira Guerra Mundial que o sucessor de Pio X, o papa Bento XV (1914-1922), aprovou o sufrágio feminino e os intransigentes perderam espaço, tendo que aceitar a nova orientação da Santa Sé. A partir de então, o feminismo cristão ou o feminismo com Deus passou a ser mais compreensível para os católicos, tendo em vista o apoio papal às reivindicações femininas por direitos civis e políticos. Mesmo assim, o que se observa é uma atitude de cautela por parte do clero, que raramente tratava publicamente do assunto. Segundo Scholz (2012), Bento XV apoiou o voto feminino não porque fosse simpático à campanha sufragista, nem ao feminismo, mas por ter adotado uma posição política mais pragmática que seus dois antecessores, esperando que as mulheres como eleitoras pudessem desequilibrar o jogo político não só na Itália, mas em todos os países católicos: um feminismo com Deus e pelas forças da tradição.

O feminismo cristão se definiu por um jogo de espelhamento reverso com o feminismo secular ou revolucionário. Para os intelectuais laicos e o clero, não se tratava de abraçar o feminismo ao adjetivá-lo (ou espiritualizá-lo) como cristão, mas construir uma oposição cristã ao feminismo rejeitado, o feminismo secular. Como explica Sylvie Fayet-Scribe (1990, p. 52), era um discurso maniqueísta: o feminismo revolucionário era ateu, mau, rebelde; o feminismo cristão estava com Deus, era bom e respeitava a ordem. Mesmo em relação ao sufrágio, é interessante notar que não houve uma adesão incondicional, pois em quase todos os textos católicos do começo do século – como foi o caso de Amélia Rodrigues – o direito ao voto não deveria ser universal, afinal nem todos estavam preparados para o exercício consciente e bem orientado desse direito.

Para os intelectuais católicos moderados e parte do clero, afirmar que o feminismo era cristão poderia até mesmo ser considerado uma tautologia, afinal, se o cristianismo foi responsável historicamente pela defesa e valorização das mulheres, qualquer ação no presente com estas mesmas finalidades reiterava o que o cristianismo sempre fizera: estar ao lado das mulheres e protegê-las. A definição cristã do feminismo ainda carece de mais estudos, visto que em cada país as católicas deram a sua própria interpretação. Algumas mais ousadas, como as inglesas, apoiaram sem restrições as sufragistas não católicas. Outras, mais cautelosas, defendiam o que consideravam justo para todas as mulheres e, principalmente, para

as mais pobres e necessitadas, além das reivindicações mais associadas à tradição feminista, como a educação e a profissionalização.

No meio católico brasileiro, essa discussão foi bastante restrita e cercada de cautelas. A expressão “feminismo cristão” aparece muito raramente na imprensa católica, em favor de expressões como o “movimento feminino católico” ou “ação social feminina”. A principal porta-voz foi Amélia Rodrigues, traduzindo para seu público leitor as interpretações dos intelectuais católicos europeus, que ela conhecia muito bem, assim como o movimento feminino que ela tanto admirava e desejava ardentemente que fosse emulado pelas católicas brasileiras.

A militância conservadora de Amélia Rodrigues

A história do feminismo integra um discurso político que coloca em relevo o protagonismo das mulheres em defesa dos direitos e a recusa aos ordenamentos sociais e culturais opressivos e excludentes. Essa história, em linhas gerais, construiu uma narrativa liberatória, emancipacionista e progressista, e também das ações de resistência, de recusa, de rebeldia e de contra-hegemonia de outros feminismos, como o feminismo negro, lésbico, muçulmano, decolonial, entre tantas outras interseções sociais e culturais. Apesar da dificuldade de se falar hoje de uma história singular do feminismo, do ponto de vista político a escrita histórica do feminismo se coloca no terreno da crítica à modernidade, à cultura, aos preceitos universalistas, tradicionalistas e hegemônicos do poder.

No entanto, essa memória histórica deixou de lado um tipo de agência feminina que é menos conhecida e lembrada: a agência conservadora. A discussão desenvolvida na primeira parte deste artigo trata dos delineamentos históricos dessa agência e de suas peculiares interfaces com o feminismo, uma combinação ideológica que parece contraditória, como se o feminismo fosse um movimento ou um conjunto de valores antitéticos ao conservadorismo.

Talvez essa leitura se deva a uma forte vinculação entre o feminismo e a resistência, a subversão e a ressignificação das normas hegemônicas, conforme salientou a antropóloga Saba Mahmood (2005) ao problematizar a agência de mulheres muçulmanas. Segundo Mahmood, o conceito de agência na teoria feminista se sustenta no pressuposto da resistência à dominação e da liberdade como um ideal social. O feminismo, de acordo com a autora, fornece uma análise de como as sociedades são constituídas a partir da exclusão e dominação das mulheres e, ao mesmo tempo, fornece uma direção para a mudança da situação das

mulheres da condição de marginalidade, submissão e dominação. Mas como compreender práticas, conhecimentos e subjetividades que não seguem um roteiro progressista ou políticas liberatórias, mas que em diferentes níveis e intensidades afirmam um lugar de ação para as mulheres e outros grupos sociais subalternizados? Seriam essas outras formas de agência tão somente expressões da subordinação, reprodução, conformismo, ou “falsa consciência”, se não seguem aquele roteiro progressista? Neste artigo se defende que a compreensão da diversidade da agência política e social das mulheres requer a análise de situações e contextos específicos, e não pode ficar circunscrita ao modelo interpretativo dos pares subordinação/subversão ou repressão/resistência.

A partir dessas considerações sobre o conceito de agência, na segunda parte do artigo o foco de análise se desloca para as ideias e ações da professora e escritora baiana Amélia Rodrigues (1861-1926), que, mesmo sem nunca ter se definido como uma feminista, defendeu causas que foram do feminismo secular de uma maneira muito singular e nada liberal, fazendo uma interpretação conservadora de ideias e causas feministas que não estavam em contradição com seus tão caros princípios e valores católicos. Suas ideias são aqui destacadas porque ela foi a única escritora católica a defender pela imprensa uma ação feminina militante e a tratar abertamente da discussão sobre o sufrágio feminino e o feminismo nas duas primeiras décadas do século XX.

Amélia Rodrigues nasceu em 1861, numa família de pequenos proprietários rurais de uma localidade próxima à cidade de Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo Baiano. Teve uma educação católica tutoriada pelo cônego Alexandrino do Prado, que a iniciou nas letras, na história, na religião e em outros conhecimentos da cultura letrada que eram então restritos à educação dos meninos. Ela foi aprovada em concurso público para professora, começando sua carreira no magistério em Santo Amaro. Depois de 1881, foi professora em Salvador, cidade onde se estabeleceu e fundou sua própria escola mista, o que não era comum na época. Na década de 1880, começou a escrever, dedicando-se a diferentes gêneros, como a poesia, o teatro, romances, obras de cunho moral e religioso, crônicas, além de ter publicado muitos artigos na imprensa baiana e depois na carioca (Alves, 1998; Passos, 2005).

Amélia Rodrigues não foi a única voz feminina no meio intelectual católico brasileiro da virada do século XIX para o XX. O destaque de Amélia Rodrigues se deve ao tom combativo e incansável de seus textos e conferências, que oscilava entre o convencionalismo, o sentimentalismo e a ironia. Sua escrita militante se intensificou na década de 1910 e

no período em que esteve no Rio de Janeiro, entre 1919 e 1920, quando passou a defender o voto feminino, posição esta que ela só assumiu publicamente a partir de 1919, ano em que o papa Bento XV passou a apoiar o sufrágio feminino. No Rio de Janeiro e em Niterói, Amélia Rodrigues contou com o apoio do clero, especialmente dos salesianos, que publicaram seus livros e ensaios, além do cardeal Arcoverde, na sua intenção de criar no Rio de Janeiro uma organização nacional de mulheres católicas, a Aliança Feminina, que para seu desgosto malogrou pela falta de adesão das cariocas.⁹

Ela tinha uma visão bastante peculiar sobre as mulheres, tendo em vista a época em que começou a escrever, o final do século XIX. Para Amélia, era chegada a hora de as mulheres combinarem nas suas ideias e ações a bondade das santas, tão tradicionalmente associada à feminilidade católica, com a força das atletas. Força tinha o sentido de disposição de caráter, de firmeza de princípios e solidez da fé para não esmorecer frente aos inimigos da Igreja, mas também para se opor aos males do século, entre eles o feminismo “sem Deus”, que ela tanto condenava, mas que acabou adaptando para o repertório de ideias conservadoras.

O catolicismo que Amélia defendia era um catolicismo prático e ao mesmo tempo profundamente espiritual; um catolicismo militante no sentido de alertar as mulheres a deixarem a passividade de lado e ampliarem seus objetivos para além da devoção e das obras de caridade. Para ela, as mulheres católicas tinham um importante papel a desempenhar no mundo, o que requeria formação religiosa e intelectual, mas igualmente disposição para o protagonismo público, fosse pelas obras de ação social, fosse pelo uso da palavra falada e escrita.

Defensora ardorosa da ação social feminina, que incluía as tradicionais obras de caridade, a organização de associações católicas de propaganda e divulgação doutrinária, as ações públicas em defesa do catolicismo e a criação de associações católicas educativas, ela obteve apoio da imprensa, como se pode perceber pelo artigo sem autoria com o sugestivo título “Ce que femme veut...”:

O feminismo vai em marcha vitoriosa. Não há como negar a evidência. Em toda parte, nos mais adiantados povos do mundo, não há forças que contenham

⁹ É importante lembrar que Amélia foi uma das fundadoras da Liga Católica das Senhoras Baianas em 1910, na cidade de Salvador, organização que fez parte da Federação Internacional das Ligas Católicas Femininas, criada em Bruxelas no mesmo ano com o apoio do papa Pio X e do alto clero francês e belga.

o ímpeto que arrasta a mulher para a efetiva colaboração na vida intensa do mundo. E já agora registramos que também entre nós a Ação Social Feminina está tomando um incremento fortíssimo, promissor de resultados surpreendentes em futuro muito próximo. Não se trata, é claro, da ação social em moldes ridículos como a dos batalhões do feminismo carnavalesco da professora Daltro. Trata-se de uma vasta organização de fins realmente patrióticos e dignos, à altura do momento e das necessidades que este inspira. À testa do movimento social feminino desta capital, e já estendendo a sua influência por alguns Estados, está uma senhora, brasileira distintíssima, escritora de nome feito, já não apenas em seu Estado natal, a Bahia, mas em todo o Brasil: D. Amélia Rodrigues, jornalista e autora de excelentes volumes de alto valor literário. Aí têm as nossas patrícias gentis uma bela oportunidade: aliem-se a D. Amélia Rodrigues e ... para a frente! Afilie-se as brasileiras à ação social cujo primeiro impulso está sendo dado pela distinta escritora, jornalista e romancista baiana.¹⁰

Há neste artigo alguns elementos fundamentais no debate católico sobre o feminismo. Primeiro, chama a atenção a resignificação semântico-política que o autor realiza com a palavra feminismo, reconhecendo a ambiguidade do termo e preferindo a expressão recorrente nos escritos católicos, ação social feminina. Segundo, a distinção que o autor faz entre o mau feminismo e o bom feminismo, o ateu e o cristão; nota-se também no texto uma parte aqui não citada na qual o autor define quem são as feministas e como devem ser preparadas: são mulheres que devem ter uma formação intelectual para que possam exercer uma liderança de elite, algo muito presente nos discursos da época sobre a formação da elite católica, masculina e feminina.

Esse texto parece ser uma epígrafe à personalidade e ao protagonismo público de Amélia Rodrigues, que a partir de 1919 se posicionou em relação ao feminismo e à ação das mulheres. Em um artigo de caráter histórico publicado no jornal católico *A União*, Amélia explicava que a ação católica feminina foi criada no fim do século XIX na Europa, e particularmente na França, para se contrapor ao feminismo revolucionário chefiado por Eliza Farnham (autora americana feminista e atea), Louise

10 Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *O Jornal*, “Ce que femme veut”, 26 fev. 1919, p. 2. A referência à professora Leolinda de Figueiredo Daltro demonstra como os católicos rechaçavam o feminismo secular e o ativismo político. Além de sufragista e indianista, Daltro fundou o Partido Republicano Feminino em 1910, tendo sido muito criticada e ridicularizada pela imprensa da época (Schumacher; Brazil, 2000, p. 318-319).

Michel, anarquista, feminista, sindicalista francesa do século XIX, e Maria Deraisme, fundadora da Associação pelos Direitos das Mulheres, uma livre-pensadora, sufragista e maçom. Interessante como ela mistura as diferentes vertentes do feminismo em uma só categoria, o feminismo revolucionário, fazendo uma paráfrase de parte do livro de Max Turmann, que ela demonstra ter lido e ser admiradora.

Ela reconhece que o feminismo revolucionário das livres-pensadoras lançou as sementes de reivindicações que considerava fecundas e necessárias nos dias em que escrevia. Mas era preciso que o catolicismo reagisse e também lançasse as suas próprias sementes. Portanto, ela não se opunha às reivindicações por direitos das mulheres, mas chamava para as católicas a organização desse movimento.

Era preciso que o catolicismo reagisse pela voz e pela ação de suas representantes mais conspícuas. Como deixar crescer, sem lhe dar combate, essa proliferação perigosa? A luta se impunha no mesmo terreno, sustentada por combatentes do mesmo sexo e auxiliada por lutadores já experimentados do sexo forte.¹¹

Admiradora do movimento feminino católico internacional, Amélia Rodrigues enaltecia as organizações das mulheres católicas como sendo não só um instrumento necessário na grande luta da restauração, mas como um dique que faria frente ao feminismo sem Deus. Novamente, em paráfrase ao livro de Turmann, ela sustenta:

Não nos iludamos. O motivo que determinou a arregimentação das francesas cristãs ainda subsiste e aí vem ele para nós. Mulheres de orientação moral contrária à nossa, ou para as quais todos os credos são igualmente bons querem assentar também no Brasil suas tendas e aqui manter seus arraiais; querem apossar-se de nossas jovens e educá-las ao seu modo e nós... fechamos os olhos... fechamos a boca... e abrimos o coração hospitaleiro a qualquer vento que sopra.

Aprendamos também a falar. Que a nossa voz ressoe nas alturas da sociedade brasileira e se faça escutar com atenção e agrado. Promovamos conferências públicas em propaganda de nossos princípios. Quantos sacerdotes zelosos terão prazer em ajudar-nos, já em salões particulares, já no púlpito, em

¹¹ Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *A União*, “Conferências”, Amélia Rodrigues, 24 ago. 1919, p. 2.

Centros Católicos e outros; quantos oradores seculares se prontificarão a unir sua voz à nossa, entusiasmados pelo mesmo ideal.¹²

Como o debate sobre o voto feminino se tornava cada vez mais acalorado na imprensa brasileira nas décadas de 1910 e 1920, e arregimentava opiniões opostas sobre o feminismo, Amélia explicou sua posição a respeito do sufrágio, adotando uma posição bastante cuidadosa. Até então, como obediente católica, ela foi francamente contrária ao voto, pois considerava que as mulheres brasileiras não estavam preparadas intelectual e moralmente para essa responsabilidade, tendo em vista que dificilmente votariam em candidatos católicos se os seus maridos, pais e amigos não quisessem, pois elas não tinham força moral e convicção suficientemente desenvolvidas para se impor. Portanto, seria um grande equívoco a concessão desse direito às mulheres despreparadas, que só contribuiriam para fortalecer os livres-pensadores, indiferentistas, protestantes, maçons e inimigos da Igreja Católica.

Em 1920, ela escreveu um artigo no qual se percebe como, cautelosamente, passou a defender o direito ao voto a partir do apoio do papa Bento XV e da experiência arregimentadora dos católicos franceses para ampliar sua base política. Amélia escreve:

Já não se trata de pedir a opinião de ninguém; trata-se de um fato real que se impõe mais depressa do que esperávamos... Viram os homens que no correr desta guerra cruel as mulheres se mostraram à altura do século, viram que elas se tornaram, pela força das circunstâncias, chefes de família, viram que não lhes falta critério, nem inteligência e reclamaram o seu concurso para ajudá-los a legislar, isto é, a dirigir os destinos dos povos. Resta que a impiedade e a descrença não se apossam delas como se apossou dos legisladores em detrimento da Igreja Católica... Os mais irredutíveis adversários do voto feminino outrora já estão se convencendo de que nas circunstâncias presentes a coisa muda de figura. O que parecia desastre para a família agora se avalia como sua salvação. Agora é tomar a coragem com as duas mãos e aceitar o fato consumado ou a consumir-se e tirar dele todo o partido possível para o bem social... E nós, brasileiras, não nos prepararemos também para ir às urnas quando chegar a nossa vez? Embora entre nós as eleições não passem de burlas, desde que as apurações são feitas ao sabor dos governos e em benefício dos candidatos

¹² Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, A União, “Conferências”, Amélia Rodrigues, 24 ago. 1919, p. 2.

oficiais, não valerá a pena, em todo caso, estudarmos esta momentosa questão a fim de que o voto não encontre despercebidas ignorantes, meros autômatos? Acordemos, brasileiras, para a vida real. Sacudamos o torpor do cérebro o quanto antes. O assunto não admite demoras e a ele se prendem nossos mais preciosos interesses. Estudai-o!¹³

Apesar das cautelas e prudências com as quais Amélia cercou a discussão sobre o voto feminino, ela conhecia o debate sobre o feminismo cristão, com o qual se alinhava e que expôs numa conferência intitulada *Ação feminina*, pronunciada no Círculo Católico na cidade do Rio de Janeiro, em 1919, e publicada na íntegra pelo jornal *A União*. Contra o feminismo revolucionário e não cristão, Amélia defendia o movimento feminino que se organizava internacionalmente e que deveria ter como padroeira a guerreira Joana D'Arc, beatificada em 1909 por Pio X e canonizada em 1920 por Bento XV. As brasileiras deveriam se organizar em defesa de seus direitos e da questão social nas hostes de um feminismo com Deus, ou seja, como intérpretes católicas dessas causas. Seu discurso é pleno de metáforas militares e de combate, muito comum no discurso militante católico da época. Contrária às organizações femininas não católicas, Amélia instava suas ouvintes a se unirem em uma organização nacional católica, voltada para a ação social, organização que ela fundou no Rio de Janeiro, a Aliança Feminina, mas que teve curta duração.

Em 2 de março de 1919, Amélia Rodrigues publicou um longo artigo no qual tratava da visibilidade das mulheres no mundo contemporâneo e do reconhecimento que vinham obtendo fora de seus lares, como trabalhadoras, escritoras e cidadãs, tendo em vista que seus direitos civis e políticos começavam a ser reconhecidos pelos governos de alguns países. Para Amélia,

O que parece claro é que do momento político atual do mundo vão surgir grandes coisas, e uma delas, quem sabe, será talvez em futuro não muito remoto, a emancipação definitiva da mulher, equiparando os seus direitos aos do homem, emancipação considerada até agora como simples utopia de imaginações exaltadas ou sonho de ambições mórbidas.¹⁴

¹³ Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *A União*, “As francesas católicas se preparam para o voto”, Amélia Rodrigues, 1 fev. 1920, p. 2.

¹⁴ Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, *A União*, “Às senhoras brasileiras”, Amélia Rodrigues, 2 mar. 1919, p. 2.

O Brasil não passaria ao largo dessas mudanças, mas Amélia temia que a emancipação feminina se desviasse pelo que chamava de “mau caminho”, ou seja, uma emancipação sem os freios da autoridade e da moral, que afastasse as mulheres do lar, da família e da religião. Seu conceito de emancipação era delimitado pelos “deveres peculiares do sexo [feminino]”, pois apesar de Amélia valorizar as capacidades morais e intelectuais das mulheres, ela não concebia uma individualidade feminina autônoma. Sua concepção de emancipação estava enquadrada pelos valores católicos e conservadores. Seguindo as formulações clericais e de intelectuais católicos sobre as diferenças de gênero, Amélia reconhecia que essas diferenças eram naturais e justificavam assimetrias e hierarquias que não deveriam ser abolidas, afinal homens e mulheres respondiam a um plano superior e divino no qual cada um tinha seu lugar e seus deveres, não de forma antagônica, mas complementar e harmoniosa.

A emancipação que ela e suas congêneres europeias defendiam requeria a participação feminina no mundo público como uma extensão dos deveres morais até então restritos ao mundo da casa e da família. Amélia e tantas outras mulheres conservadoras, católicas ou não, que viveram a intensidade das mudanças sociais e culturais da virada do século XIX para o XX, consideravam que as mulheres tinham capacidades para atuar em um mundo cada vez mais complexo e desafiador a partir de suas qualidades ditas naturais e morais, aperfeiçoadas e mesmo ampliadas pela educação. A emancipação feminina nos quadros referenciais do conservadorismo requeria educação escolar de qualidade, sólida formação moral e religiosa, conhecimento dos problemas sociais e disposição e prontidão para agir no mundo, mas de forma orientada pela autoridade clerical. Delimitavam, portanto, as fronteiras de uma agência feminina conservadora.

As ideias divulgadas pela escrita militante de Amélia Rodrigues, e das mulheres do movimento católico internacional que ela tanto admirava, são reveladoras dos paradoxos do conservadorismo feminino, por um lado tão marcado pelo conformismo e a obediência, mas por outro, mobilizador da ação das mulheres no mundo público pela religião, educação, profissionalização e, principalmente, pelo acesso à palavra. O debate sobre o feminismo e o sufrágismo é bastante revelador desses paradoxos e dos limites discursivos que não foram verticalmente impostos pela Igreja ou pelos intelectuais laicos, mas por elas mesmas. Na polifonia do debate internacional sobre o feminismo, os direitos das mulheres e a emancipação feminina, as católicas militantes da restauração não titubearam a respeito de a qual feminismo (ou movimento feminino) deveriam se aliar

e defender. Para elas, o feminismo só tinha sentido se delimitado pelos valores cristãos e por uma concepção conservadora de autonomia e de ação, na qual conceitos como indivíduo, liberdade e emancipação, tão importantes na formulação do discurso feminista secular, não tinham sentido em uma visão de mundo hierárquica como aquela fornecida pelo catolicismo restaurador daquele tempo.

Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo CNPq como bolsista de produtividade.

Referências

- ALVES, Ivía. *Amélia Rodrigues: itinerários percorridos*. Salvador: Núcleo de Incentivo Cultural de Santo Amaro, 1998.
- BARRY, Carolina (org.). *Sufragio femenino: prácticas y debates políticos, religiosos y culturales en Argentina y América*. Buenos Aires: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2011.
- BOXER, Marilyn J. Rethinking the socialist construction and international career of the concept of “bourgeois feminism”. *The American Historical Review*, v. 112, n. 1, p. 131-158, february 2007. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4136009>. Acesso em: 20 maio 2014.
- CLARK, Elaine. Catholics and the campaign for women’s suffrage in England. *Church History*, v. 73, n. 3, p. 635-665, 2004. Disponível em: www.jstor.org/stable/4146569. Acesso em: 1 fev. 2020.
- COVA, Anne. *Au service de l’Eglise, de la patrie et de la famille: femmes catholiques et maternité sous la IIIe République*. Paris: L’Harmattan, 2000.
- COVA, Anne; DUMONS, Bruno. *Destins de femmes: religion, culture et société, France, XIXe-XXe siècles*. Paris: Letouzey et Ané, 2010.
- DAWES, Helena. The catholic church and the woman question: catholic feminism in Italy in early 1900’s. *The Catholic Historical Review*, v. 97, n. 3, p. 484-526, 2011. Disponível em: www.jstor.org/stable/23052568. Acesso em: 5 fev. 2020.
- DELLA SUDDA, Magali. *Une activité politique conservatrice avant le droit de suffrage em France et en Italie*. Socio histoire de la politisation de femmes catholiques au sein de la Ligue Patriotique des Françaises (1902-1933) et de l’Unione fra le donne cattoliche d’Italia (1909-1919). Tese de doutorado da Ecole des Hautes Etudes em Science Sociales e da Universidade de Roma La Sapienza, 2007.
- SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (org.). *Dicionário das mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- DOM JOSÉ Pereira Alves (1928-1947). Arquidiocese de Niterói, 18 abr. 2012. Disponível em: <http://arqnit.org/arqnit/dom-jose-pereira-alves-1928-1947/>. Acesso em: 24 mar. 2020.
- DUMONS, Bruno. Mobilisation politique et ligues féminines dans la France catholique du début du siècle: la Ligue des femmes française et la ligue patriotique des françaises (1909-1914). *Vingtième siècle: revue d’histoire*, n. 73, p. 39-50, 2002/1. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-vingtieme-siecle-revue-d-histoire-2002-1-page-39.htm>. Acesso em: 15 nov. 2015.
- FAYET-SCRIBE, Sylvie. *Associations féminines et catholicisme: de la charité à l’action sociale, XIXe-XXe. siècle*. Paris: Les Éditions Ouvrière, 1990.
- FOUILLOUX, Étienne. Femmes et catholicisme dans la France contemporaine: aperçu historiographique. *Clio: femmes, Genre, Histoire*, 2, p.1-7, 1995. Disponível em: <http://clio.revues.org/498>. Acesso em: 15 nov. 2015.

- GIORGIO, Michela de. O modelo católico. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (org.). *História das mulheres: o século XIX*. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1994.
- JOSÉ Pereira Alves. Fundação José Augusto, s.d. Disponível em: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC00000000113935.PDF. Acesso em: 24 mar. 2020.
- KÄPELLI, Anne-Marie. Cenas feministas. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (org.). *História das mulheres: o século XIX*. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1994.
- LAMY, Étienne. *La femme de demain*. Paris: Librairie Académique Didier, 1901.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Women's suffrage and class struggle*. Stuttgart, 1912.
- MAHMOOD, Saba. *Politics of piety: the islamical revival and the feminist subject*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2005.
- MAYEUR, Jean-Marie. *Catholicisme social et démocratie chrétienne, principes romains, expériences françaises*. Paris: Cerf, 1986.
- MILL, John Stuart. *The subjection of women*. New York: Dover Publications, 1997.
- OFFEN, Karen. Defining feminism: a comparative historical approach. *Signs*, v. 14, n. 1, p. 119-157, Autumn, 1988.
- PASSOS, Elizete. *Amélia Rodrigues*. Salvador: Editora da UFBA, 2005.
- RIOT-SARCEY, Michèle. *Histoire du féminisme*. Paris: La Découverte, Repères, 2002.
- SARTI, Odile. *The Ligue Patriotique des Françaises, 1902-1933: a feminine response to the secularization of French society*. Bloomington: Indiana University Press, 1984.
- SCHOLZ, Sally J. *Feminism: a beginner's guide*. Oxford: Oneworld Publications, 2012.
- TURMANN, Max. *Initiatives féminines*. Paris: Librairie Victor Lecoffre, 1905. VICOMTESSE D'ADHÉMAR. *La femme catholique et la démocratie française*. Paris: Librairie Académique Didier, 1900.
- ZETKIN, Clara. *Social democracy & woman suffrage*. London, 1906. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/zetkin/1906/xx/womansuffrage.htm>. Acesso em: 1 dez. 2015.

Recebido em 30/9/2019

Aprovado em 24/2/2020

Autonomia e solidariedade no movimento de mulheres negras no Brasil na década de 1980

Autonomy and solidarity in the black women's movement in Brazil in the 1980s
Autonomía y solidaridad en el movimiento de mujeres negras en Brasil en la década de 1980

Bárbara Araújo Machado
Doutora em História Social pela
Universidade Federal Fluminense (UFF)
bepontoaraujo@gmail.com

RESUMO

Este artigo aborda a construção dos primeiros espaços específicos de atuação política de mulheres negras nos anos 1980, no contexto dos “novos personagens” que surgem no cenário político brasileiro. Visa estabelecer características gerais do movimento em sua fase inicial, observando estratégias políticas e a formação de uma identidade – ou consciência – enquanto sujeito político específico.

Palavras-chave: movimento de mulheres negras; mulheres negras; feminismo negro.

ABSTRACT

The article addresses the making of the first specific spaces for black women's political acting in the 1980s. This decade is known as a period in which “new subjects” arise in Brazilian politics. The article aims to establish the core elements of the movement and its initial phase. The research will analyze political strategies and the formation of an identity – or consciousness – of a specific political subject.

Keywords: black women's movement; black women; black feminism.

RESUMEN

El artículo se acerca de la construcción de los primeros espacios específicos de actuación política de mujeres negras en los años 1980, en el contexto de los “nuevos personajes” que surgen en el escenario político brasileño. Tiene como objetivo establecer características generales del movimiento en su fase inicial, observando estrategias políticas y la formación de una identidad – o conciencia – como sujeto político específico.

Palabras clave: movimiento de mujeres negras; mujeres negras; feminismo negro.

Introdução

Este artigo aborda a construção dos primeiros espaços específicos de atuação política de mulheres negras nos anos 1980, que deram origem ao movimento de mulheres negras brasileiro.¹ Ainda que mulheres negras venham se organizando coletivamente no Brasil há centenas de anos (Werneck, 2010), tendo formado associações e organizações ao longo do século XX (Domingues, 2007), utilizo um referencial organizativo contemporâneo, como, similarmente, historiadores classificaram o movimento negro a partir de 1978 (Pereira, 2013; Domingues, 2007). O trabalho propõe entender o surgimento do movimento de mulheres negras no Brasil no contexto dos “novos personagens” que surgem no cenário político nacional a partir dos anos 1970, de acordo com Eder Sader (1988). Além disso, busca estabelecer algumas características gerais do movimento em sua fase inicial, observando suas estratégias políticas e a formação de uma identidade – ou consciência – enquanto sujeito político específico.

Primeiros coletivos específicos de mulheres negras

Para pensar os movimentos no Brasil das décadas de 1970 e 1980, a clássica obra de Eder Sader, *Quando novos personagens entram em cena* (1988), é indispensável. Analisando os novos movimentos sociais de São Paulo naqueles anos, Sader identifica e discute as “novas configurações sociais assumidas” pela parcela dos trabalhadores que constitui os movimentos sociais, “com novos padrões de ação coletiva, que nos permitem falar na emergência de novos sujeitos políticos” (Sader, 1988, p. 17). As derrotas sofridas pelo movimento operário em 1964 e 1968, no contexto da repressão pela ditadura empresarial-militar (Melo, 2014), fizeram com que o Estado deixasse “de ser visto como parâmetro no qual se media a relevância de cada manifestação social” (Sader, 1988, p. 34) e, por consequência, “manifestações incapazes de decidir eficazmente sobre a institucionalidade estatal [...] começaram a ser valorizadas como expressão de resistência, de autonomia e criatividade” (Sader, 1988, p. 32-33). Desse processo,

¹ Como esse movimento continua figurando no cenário político atual, vale demarcar sua diferença em relação ao que Flávia Rios e Regimeire Maciel (2018, s.p.) chamam de “feminismo negro contemporâneo”, que, embora mantenha relações com o feminismo negro “clássico”, como chamam as autoras, tem características que o particularizam, tais como o envolvimento simultâneo de raça e gênero enquanto categorias políticas contenciosas; o uso de tecnologia da informação como ferramenta de protesto político; e o uso das redes sociais como espaço de formação de grupos cuja atuação não se restringe à internet.

surgem novos personagens, ou “um novo sujeito social e histórico”, que, “embora coletivo, não se apresenta como portador da universalidade definida a partir de uma organização determinada que operaria como centro”. Nesse processo, tornou-se central a defesa da “autonomia dos movimentos, tendendo a romper com a tradição sociopolítica da tutela e da cooptação e, por isso mesmo, fazendo a política criar novos lugares para exercitar-se. Lugares onde [...] se efetua a experiência do cotidiano popular” (Chauí, 1988, p. 10-11).

A valorização da autonomia organizativa e do cotidiano como lugar de construção política a partir da base é um ponto bastante significativo na construção dos primeiros espaços específicos de mulheres negras. O primeiro coletivo de mulheres negras surgido a partir dos anos 1970 parece ter sido o Aqualtune,² fundado em 1978 no Rio de Janeiro.³ Teve, entre suas participantes, Azoilda Trindade, Cristina Daniel Cruz, Édila Silva das Virgens, Estela da Costa Monteiro, Irani Maia Pereira, Léa Garcia, Jurema Gomes da Silva, Oir Nascimento de Oliveira, Pedrina de Deus, Shirlei da Silva, Suzete Paiva etc. (Schumacher; Vital Brazil, 2007; Sebastião, 2007, p. 15). A partir do Aqualtune, os anos 1980 e 1990 veem surgir uma série de organizações de mulheres negras por todo o país.

Também no Rio de Janeiro, em 16 de junho de 1983, é criado o Nzinga⁴ – coletivo de mulheres negras. Esse grupo tinha, entre suas fundadoras, mulheres negras “originárias principalmente do movimento de favelas e do

2 Sobre a escolha do nome do grupo, Pedrina de Deus conta que “Aqualtune foi a avó de Zumbi. Trazida como escrava, desembarcou num navio em Recife e foi obrigada a manter relações sexuais com um negro para reproduzir escravos. Ela, que já ouvira falar em Palmares, fugiu da fazenda em que trabalhava e foi pra lá, para que o filho não nascesse escravo. Teve uma filha, que é a mãe de Zumbi. Ela trabalhou na organização política do quilombo de Palmares” (*Nzinga Informativo*, n. 3, ano I, fev./mar. 1986, p. 4). Segundo a pesquisadora da USP Sandra Santos, Aqualtune foi “uma princesa africana, filha do rei do Congo”, tendo ido para a frente de batalha quando sua nação foi invadida por mercenários. Nesse conflito, foi derrotada e vendida como escrava, desembarcando em Recife em 1597. Lá, comandou uma fuga de escravos e ajudou a erguer o Quilombo dos Palmares. Deu à luz três filhos, dentre os quais Sabina, mãe de Zumbi (Santos, 2007, p. 49).

3 O trabalho de Rosália Lemos se refere ao grupo como Reunima (Reunião de Mulheres Aqualtune), conforme depoimento de Suzete Paiva (Lemos, 1997, p. 71).

4 O primeiro volume do *Nzinga Informativo* traz um texto intitulado “Mulheres negras e guerreiras – NZINGA (1582-1663)”, com uma breve biografia da rainha Nzinga, de Ndongo (“uma região de Angola”), afirmando que “seu carisma, independência e inteligência brilhante incentivaram outros vizinhos a combaterem lado a lado com seu povo contra o domínio dos invasores [portugueses]” (p. 2), tendo sustentado “uma guerra desigual durante 35 anos em defesa da preservação do reino e da liberdade de seu povo” (*Nzinga Informativo*, n. 1, ano I, 1985, p.3). Segundo Sandra Santos, NzingaMbandiNgola, a “Rainha Jinga”, subiu ao trono em 1622 e “declarou que bastava de escravidão para seu povo e chegou a exigir que fossem repatriados”. Lutou contra a escravidão de seu povo por meios diplomáticos e por meio de guerra, tendo se tornado uma “figura mítica”, ainda que diversos documentos comprovem sua existência histórica (Santos, 2007, p. 50-51).

movimento negro” (Freitas, 2017, p. 106), dentre as quais Jurema Batista, Lélia Gonzalez, Geralda Alcântara, Helena Maria de Souza, Rosália Lemos, Elizabeth Viana, Jurema Gomes, Regina Coeli, Pedrina de Deus (Schumacher; Vital Brazil, 2007). De acordo com Flávia Rios e Alex Ratts, o Nzinga alcançou “algo singular”:

de um lado, formou-se um grupamento político de mulheres de diferentes posições sociais (moradoras do morro e de bairro de classe média, trabalhadoras manuais com baixa escolaridade e mulheres com formação universitária); de outro, reuniram-se experiências diversas de formação, do movimento negro e dos movimentos de bairro e de favelas etc. (Ratts; Rios, 2010, p. 98)⁵

Rosália Lemos afirma que “o Nzinga alcançou uma enorme expressão, atingindo, inclusive, outras partes do país”, participando, por exemplo, de encontros estaduais de mulheres negras em outros estados (Lemos, 1997, p. 74). O primeiro volume do *Nzinga Informativo* traz, em um texto intitulado “O que é o Nzinga? Um coletivo de mulheres negras”, um item que enumera alguns dos objetivos centrais do grupo (“Para que viemos?”):

Para ser um serviço em defesa da mulher negra, da conquista de seus direitos, numa perspectiva democrática e visando à justiça social;

Para exercer este serviço junto à comunidade negra enquanto setor marginalizado e explorado da população;

Para exercer este serviço junto aos grupos, organizações populares e entidades, no esforço de elevar seu nível de consciência, assim como, e principalmente, junto às organizações negras, fortalecendo-as no que se refere à maior elucidação quanto à articulação racismo e sexismo.⁶

Nesse trecho, fica bastante evidente uma priorização da relação com organizações ligadas ao movimento negro, embora o mesmo texto de apresentação destaque a luta contra o sexismo e o fato de o Nzinga ser um “coletivo de mulheres”.⁷

⁵ No item “Um pouquinho da nossa caminhada” do texto “O que é o NZINGA? Um coletivo de mulheres negras”, no primeiro volume do *Nzinga Informativo*, lê-se: “O 1º encontro foi na sede da Associação dos Moradores do Morro dos Cabritos, na Ladeira dos Tabajaras, em Copacabana, Rio de Janeiro. Éramos oito mulheres: do Movimento de Favelas, do Movimento Negro e do Movimento de Bairros” (*Nzinga Informativo*, op. cit., p. 2-3).

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem.

Para observar características gerais dessas entidades pioneiras, há uma fonte bastante interessante, que coloca em diálogo direto mulheres do Aqualtune e do Nzinga: uma entrevista registrada no *Nzinga Informativo*, veículo de divulgação da segunda organização, formada por componentes do Aqualtune.⁸ Participaram da entrevista Jurema Gomes, Beth, Cláudia, Valéria, Bárbara, Carmem Lúcia (Nzinga), Pedrina, Vera Lúcia, Suzete (Aqualtune) e Joana Angélica (Cemufp – Centro de Mulheres de Favela e Periferia).⁹

Suzete conta de sua experiência nas reuniões do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) e da ausência de discussões sistemáticas sobre mulheres negras, além de problemas relacionados ao machismo nas reuniões: “as meninas que apareciam eram todas cantadas...”. Ela diz que a participação de mulheres em espaços como o IPCN e a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) não garantiam o debate sobre o assunto, porque

naquele momento elas não estavam pensando a questão da mulher negra. Estavam discutindo outras coisas. Não se tinha pensado em mulher negra numa forma organizada. O que havia era um lamento aqui, uma discussão ali, uma coisa isolada. Inclusive, eu tive uma discussão com a Lélia [Lélia González – socióloga], porque ela afirmava num depoimento que já se falava sobre a mulher na época em que o IPCN se reunia na Cândido Mendes. A imagem que ela [Lélia] me passava era a de feminista, e eu tentei mostrar que o que havia em termos de reivindicação dentro do conjunto de mulheres organizadas eram reivindicações feministas.

Segundo Suzete, a ideia do Aqualtune surgiu para “reunir mulheres que participavam ou tinham participado de várias entidades para discutir, sem formar mais um grupinho”. Sua narrativa dá a entender que o objetivo do Aqualtune era mais ser um espaço de reunião de mulheres negras de diversas organizações do que uma organização política de mulheres negras em termos formais. Por outro lado, Pedrina afirma que: “Queríamos discutir a questão da mulher negra especificamente. [...] Estávamos inclusive pensando em registro, estatuto etc...”.

⁸ *Nzinga Informativo*, n. 3, ano I, fev./mar. 1986, p. 3-6. Todas as citações entre aspas a seguir, até indicação em nota de rodapé, foram retiradas dessa fonte.

⁹ *Ibidem*, p. 3. As participantes estão indicadas na maioria por seu primeiro nome conforme a fonte, não sendo possível ter certeza dos respectivos sobrenomes. Mantenho assim a citação dos nomes conforme o original.

A princípio, o Aqualtune se reunia no mesmo espaço do IPCN, até “o dia do incidente”, nas palavras de Pedrina:

Fomos para a nossa reunião [...] e o Paulo Roberto, Pres. do IPCN na época, nos disse: “você se reúnam em outro lugar, porque nós temos uma reunião muito importante”. Em 1979, reunião de mulheres negras era uma coisa nova, eles não nos tratavam com a devida importância. O incidente gerou uma crise interna. A Suzete, que era uma das que achavam que devíamos brigar pelo espaço do IPCN, ficou lá, e nós saímos e passamos a nos reunir na casa de alguém.

Assim, o Aqualtune passou a funcionar tanto no espaço do IPCN, com a atuação de Suzete, por exemplo, quanto fora dele. Suzete diz que “as pessoas não estavam entendendo o que era ser Aqualtune – não era fazer parte de outro grupo”. Em depoimento a Rosália Lemos, ela chega a afirmar que “não era grupo, era uma ancestralidade, era uma questão de articulação, de um espírito, então todo mundo se considerava Aqualtune” (Lemos, 1997, p. 71). Essa indefinição em relação ao grupo, em termos tanto de espaço quanto de estatuto – ser um lugar de reunião ou uma entidade constituída –, levou à criação de outro grupo, o GMN (Grupo de Mulheres Negras), fundado em 1980 (Schumacher; Vital Brazil, 2007).

Suzete afirma que as Aqualtunes ligadas ao IPCN se definiam como “um grupo de agitação”, mas em um formato diferente do tradicional, baseado nas técnicas de Paulo Freire:

Não acreditávamos em atos públicos, em manifestações convencionais (esse negócio de palanque, discurso etc.). Daí fazíamos pesquisa diária de campo e a gente ocupava um local estratégico – geralmente uma praça – com impressos, megafone e cartazes sobre a questão racial. As pessoas passavam, viam os desenhos e se manifestavam contra ou favor. A partir daí se iniciava o processo de discussão.

Já o grupo de mulheres que saiu do IPCN continuou aberto

a todas as mulheres que quisessem participar sem ter que optar por um grupo. Elas poderiam se reunir conosco, não como representantes de entidades, mas como mulheres discutindo a questão da mulher negra. Passamos a ser um Grupo de Reflexão. Neste momento, nós tiramos uma Carta de Princípios que definia nossa situação. Formaríamos a Remunea – Reunião de Mulheres Negras Aqualtune –, um grupo de combate ao racismo e ao machismo, com o objetivo de preparar suas participantes para a ação política, cuja atuação fosse voltada

para o fim dessas duas ideologias. Dispensaríamos o registro oficial como entidade e não seríamos uma organização negra a mais.

É curioso notar que a “Remunea – Reunião de Mulheres Negras” aparece em trabalhos como os de Sebastião (2007) e Schumacher e Vital Brazil (2007) como sendo a primeira organização específica de mulheres negras, sendo que esse grupo rejeitou o estatuto de “organização”. A Aqualtune, fundada a partir do IPCN, foi anterior à Remunea e tinha estatuto confuso. Já a Remunea, que chegou a ter uma carta de princípios, como Pedrina afirma na entrevista, não se considerava como organização, mas como uma “reunião”, um “grupo” que comportava diversos grupos ou mesmo mulheres negras independentes de grupos. A entrevista no *Nzinga Informativo* me faz inferir que Remunea foi um grupo que se formou a partir de Aqualtune, grupo mais amplo que se dividiu em outros.

O documento que cria a Remunea data de 22 de setembro de 1979. Vera Lúcia afirma que sua proposta “era preparar mulheres para discutir a questão da mulher e do negro em seu local de atuação. Nós escolhíamos um tema, discutíamos, debatíamos, levávamos para casa, refletíamos... Reuníamos outra vez e escrevíamos um texto. Esse texto era impresso e distribuído”.

Pedrina afirma que a negação do estatuto de entidade tinha relação com o objetivo do grupo, que era criar um espaço de reflexão para que “cada mulher que participasse do Aqualtune levasse a discussão para o seu grupo”, em um “trabalho de formiguinha”.

Apesar dessa negação de estatuto de grupo, Suzete afirma que: “Uma contribuição do Aqualtune foi a organização das mulheres negras, que até então [...] não havia, e o surgimento de grupos”. Ela faz ainda um adendo interessante, lembrando as discussões feitas anteriormente neste capítulo em relação ao “movimento social como um todo” no Brasil na década de 1970:

Uma outra [contribuição] é o fortalecimento das entidades do Movimento Negro e sua articulação com o Movimento Social como um todo no Rio de Janeiro, no desenvolvimento de mecanismos eficazes no combate à discriminação no mercado de trabalho, por exemplo.

Pedrina faz uma observação bastante relevante em relação à conjuntura histórica de abertura da ditadura e a esses “novos personagens” que surgiam no movimento social:

Antes dessas discussões eu sabia da exploração social, sabia da luta contra o racismo, mas não tinha claro como solucionar isso. Porque a gente achava que se o país mudasse de regime estariam resolvidos os nossos problemas, já que mudariam as leis etc., etc... É preciso incomodar racialmente e sexualmente. Depois das reflexões do Aqualtune está claro para mim que sem mulheres e sem negros não se faz a revolução nesse país.

Na visão de Rosália Lemos (1997), as duas correntes do Aqualtune, lideradas, respectivamente, por Suzete Paiva e Pedrina de Deus, definiram os rumos que o movimento de mulheres negras viria a tomar: por um lado, a defesa da necessidade de que as mulheres negras disputassem espaços mistos do movimento negro, como o IPCN, e, por outro, o entendimento de que era preciso deixar esses lugares para construir organizações específicas. De acordo com Lemos, essa divergência criava

uma divisão de tendências, na qual uma achava que a criação de grupos e instituições políticas de mulheres iria dividir o Movimento Negro e a outra, entendia que o Feminismo Negro deveria ser incentivado como uma organização autônoma. (Lemos, 1997, p. 72)

Vale observar ainda a experiência das mulheres negras de São Paulo na constituição de seu primeiro coletivo específico – o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo –, considerada por alguns como um marco no movimento nacional de mulheres negras. Edna Roland, intelectual envolvida no processo, parte dessa experiência não apenas por ser este o lugar em que se situa, mas também “pelo impacto que os acontecimentos de São Paulo têm tido na história do movimento no nível nacional” (Roland, 2000, p. 237).

Essa trajetória de São Paulo tem uma relação muito próxima com o Estado, diferentemente do que foi visto até agora. Em 1982, ocorriam as primeiras eleições estaduais diretas desde o golpe de 1964, com vitória de Franco Montoro, do MDB. Segundo Edna Roland, Montoro “tinha como um dos seus compromissos garantir a participação da sociedade civil na gestão estadual, através dos chamados conselhos, órgãos híbridos, de governo, mas com representação da sociedade” (Roland, 2000, p. 238). Nesse período, conselhos da condição feminina foram criados em todos os níveis, federal, estadual e municipal (Sarti, 2004, p. 42). Dentre esses, o governo Montoro criou o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF-SP) – composto unicamente por mulheres brancas, indicadas pelo estado. Essa configuração levou à mobilização das militantes

negras de São Paulo no sentido de mudar a composição do Conselho, e foi nesse processo que se constituiu o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, que indicou Thereza Santos e Vera Saraiva para ocuparem cadeiras no CECF-SP. Cristiano Rodrigues e Marco Aurélio Prado afirmam que

a entrada das mulheres negras no CECF [Conselho Estadual da Condição Feminina] de São Paulo e, em seguida, no CNDM [Conselho Nacional de Direitos das Mulheres], abrindo espaços de participação institucional, propiciou o início de um processo de consolidação de um movimento autônomo de mulheres negras. (Rodrigues; Prado, 2010, p. 450)

Grupos de mulheres negras dentro de organizações mistas

Dentre as primeiras formas de organização de grupos específicos de mulheres negras, podem-se considerar também grupos de mulheres dentro de entidades mistas – notadamente do movimento negro. Retomando o contexto do MNU de Salvador do início dos anos 1980, a militante Valdecir Nascimento mencionou a Cláudia Cardoso “o desejo [das mulheres] de dar um salto em relação ao nosso posicionamento no Movimento [Negro] Unificado”, obtido por meio “do investimento e fortalecimento das integrantes, que passaram a assumir atividades de destaque e de direção no grupo, tradicionalmente realizadas pelos homens” (Cardoso, 2012, p. 172). Valdecir e outras companheiras de Salvador criam o grupo de mulheres do MNU, “cuja primeira ação foi: *denunciar os caras do MNU que se apropriavam das coisas do MNU*” (Nascimento apud Cardoso, 2012, p. 172, grifo do autor). Cardoso afirma que

o Grupo de Mulheres tinha por objetivo o empoderamento político das integrantes para que exercessem uma atuação proativa no interior do MNU, assumindo o lugar de protagonistas no movimento negro. A estratégia passava pela troca de experiências para expor as fragilidades, para dividir os medos alimentados pelo racismo, pelas imagens negativas depreciativas, os estereótipos, que acabavam solapando a autoestima e a capacidade de falarem em seu próprio nome. (Cardoso, 2012, p. 172)

Cardoso diz ainda que essa reunião de mulheres configurava um grupo de estudos, no sentido de qualificar as intervenções das mulheres nas reuniões mistas, umas fortalecendo as outras.

No contexto do Maranhão, Marta Andrade contou a Cláudia Cardoso sobre processo semelhante de formação de um grupo de mulheres dentro de uma organização mista do movimento negro, o Centro de Cultura Negra (CCN). Segundo Cardoso, esse grupo “não foi bem aceito por parte dos militantes”, que diziam, conforme o depoimento de Marta, que: “Se tinha o grupo de mulheres deveria ter o grupo de homens... na cabeça deles era: ‘Minha mulher não vai ficar nesse grupo. Se quer namorar comigo tem de largar essas meninas. Essas meninas são mal-amadas, são sapatão’” (Cardoso, 2012, p. 174). O coletivo de mulheres negras do CCN foi nomeado Grupo de Mulheres Negras Mãe Andressa, tornando-se independente em relação à instituição de origem (Cardoso, 2012, p. 175).

O programa de mulheres do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap) também se constitui como um desses espaços específicos de mulheres construídos no interior de organizações negras mistas. Na entrevista que concedeu a mim, Neusa Pereira conta de sua experiência no Ceap e no grupo de mulheres:

Eu, em 1989, fui trabalhar no Ceap e fiquei lá por três anos [...]. Foi um projeto que eu acreditei, de uma ONG em que eu acreditei. Era uma ONG que tinha tudo pra dar certo e tinha um grupo de mulheres negras que me atraiu e tinha um grupo de... uma comissão pra trabalhar com crianças. Com meninas, outra com crianças, outra com negro, outra com a religião dos orixás, outra com jornalistas, aliado ao jornal *Majoria Falante*... Enfim, uma organização muito grande. (Pereira, 2017, s.p.)¹⁰

Pela fala de Neusa, percebe-se que o grupo de mulheres do Ceap era um dentre tantos outros grupos – ou comissões, como ela diz – com temáticas específicas. Neusa identificava limitações no acesso a decisões e informações de cunho financeiro, centralizadas no Ceap na figura de uma liderança masculina, Ivanir dos Santos.

Segundo a entrevista de Neusa e conforme consta no folheto sobre esterilização publicado pelo Ceap, o Programa de Mulheres era composto por cinco integrantes: Geni de Oliveira Mattos Silva, Jurema Pinto Werneck, Neusa das Dores Pereira, Joselina da Silva e Josina Maria

¹⁰ O jornal *Majoria Falante* foi um veículo de imprensa alternativa com linha editorial voltada para o combate ao racismo e à discriminação que circulou entre 1987 e 1996, com sede no Rio de Janeiro. Ver: <http://culturadigital.br/mnupe/2017/04/27/jornal-maioria-falante/>. Acesso em: 20 dez. 2019.

da Cunha.¹¹ O folheto da campanha contra a esterilização é aberto com uma apresentação do grupo:¹²

NÓS... MULHERES... NEGRAS...

Uma entidade. Um programa. Cinco projetos.

É nova a entidade. Novo o programa e novíssimos são os projetos. Todos, porém, sérios, consequentes, respeitosos, e com penetração direta nas camadas populares. A Mulher, A Mulher Negra, o ser Mulher e Negra nesta sociedade, constituem a grande discussão.

Inserção, articulação, apoio, fortalecimento, formação, estímulo, reflexão, conscientização, denúncia, luta, organização e autonomia não são meras palavras, são atitudes reais e políticas de um grupo composto por cinco mulheres que hoje lança mais um de seus trabalhos.

Retomando as questões trabalhadas a partir de Eder Sader, chama atenção a referência à “penetração direta nas camadas populares” e a importância da “autonomia”, entre outras palavras norteadoras das atitudes do Programa de Mulheres do Ceap. A própria organização traz no nome a ideia de “populações marginalizadas”, expandindo o escopo para além da negritude, abrangendo outros grupos socialmente excluídos, embora fosse uma organização do movimento negro.¹³

Vale notar, ainda, que as cinco mulheres que compunham o programa não eram as únicas do Ceap. Neusa Pereira comenta a questão:

P: Ah, tá, então tinham [sic] outras mulheres que não estavam no projeto...

R: Tinham [sic]. Mas não se reconheciam como mulheres. Até atendiam o telefone: “Alô? É pro grupo de mulheres? Mulheres, estão chamando vocês!” [risada] É muito interessante isso. (Pereira, 2017, s.p.)

A fala de Neusa demonstra um distanciamento de mulheres que integravam o movimento negro, mas não se engajavam diretamente com as questões específicas das mulheres negras, o que se dava, na análise

11 Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (1990).

12 O debate sobre uma possível política de esterilização em massa de mulheres negras no Brasil marcou o fim da década de 1980 e início da década de 1990, tendo se constituído em uma das pautas centrais do movimento de mulheres negras. Ver: Damasco (2009).

13 Neusa Pereira contou que o Ceap se organizava em comissões que abordavam diferentes setores sociais e/ou campos de atuação, como uma comissão que lidava com crianças, outra com religiões de matriz africana etc. (Pereira, 2017, s.p.).

de Neusa, porque “não se reconheciam como mulheres”. Daí se pode depreender que a identidade política de “mulher” ou “mulher negra”, ou uma perspectiva feminista, não era absoluta entre as mulheres do movimento negro na virada dos anos 1980 para os 1990.

Além desse distanciamento de algumas mulheres, havia ainda outra questão que as militantes negras em grupos mistos tiveram que enfrentar. Segundo Luiza Bairros, em depoimento a Cláudia Cardoso, havia um embate político entre militantes negras em torno dos limites de atuação delas em organizações mistas. De acordo com Bairros, “as mulheres negras de grupos mistos eram criticadas pelas próprias companheiras do movimento de mulheres negras, estas pertencentes a grupos exclusivos de mulheres” (Cardoso, 2012, p. 198). Em suas palavras,

nós éramos em primeiro lugar muito discriminadas pelas outras mulheres negras, que eram do movimento de mulheres negras, porque nós éramos do MNU, que era uma organização mista, mulher de organização mista sempre foi uma coisa assim, meio menor no processo todo. (Bairros apud Cardoso, 2012, p. 198)

A análise de Cardoso em relação a essa desconfiança das militantes de organizações específicas de mulheres negras diante daquelas que atuavam em espaços mistos indica três aspectos principais:

o receio de que o sexismo dos homens negros fosse acobertado pelas companheiras dos grupos mistos; a suposta tolerância das mulheres negras com a invisibilidade da opressão sexista enquanto agenda política nos grupos mistos; e a ideia de que o movimento de mulheres negras poderia se fortalecer ainda mais se contasse com a participação das mulheres que estavam no movimento negro. (Cardoso, 2012, p. 198)

Encontros de mulheres negras

Se muitas mulheres negras continuariam atuando em organizações mistas – não apenas no movimento negro, mas em movimentos de favelas, na área da cultura etc., os espaços específicos de mulheres negras que surgiram desde fins da década de 1970 foram crescendo e se diversificando. Alguns acontecimentos muito importantes na formação desse movimento não se deram sob a forma de fundação de organizações, mas na construção de fóruns de discussão e reunião de mulheres negras em âmbitos estadual e nacional. O I Encontro Nacional de Mulheres Negras

aconteceu em 1988, em Valença, no Rio de Janeiro, mas antes disso houve outros eventos regionais, como o I Encontro Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, que ocorreu em 1987. A experiência da construção desses espaços pode ser contada de maneiras diferentes, dependendo da perspectiva de quem a conta, e a questão local tem impacto importante aí. Neste artigo, me concentro nas experiências do Rio de Janeiro e de São Paulo.¹⁴

Ainda que não tenha tido acesso aos relatórios finais do I e do II Encontro Nacional de Mulheres Negras, recolhi alguns depoimentos sobre eles durante a relatoria da reunião de Avaliação dos 30 anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado no âmbito do Fórum Permanente de Mulheres Negras no 13º Fórum Social Mundial, que ocorreu em 14 e 15 de março de 2018, em Salvador, Bahia.¹⁵ O Fórum Permanente é realizado pela Articulação Nacional de ONGs de Mulheres Negras (ANMB) e outras entidades que compõem o Comitê Mulheres Negras Rumo ao Planeta 50-50 em 2030.¹⁶ Além disso, uso diferentes fontes secundárias que analisam documentos ligados ao encontro, citados adiante.

Joselina da Silva afirma que falar do I Encontro Nacional de Mulheres Negras “a partir de uma perspectiva das mulheres negras do Rio de Janeiro [...] é, antes de tudo, abordar o I Encontro Estadual de Mulheres Negras, ocorrido em 1987” (Silva, 2014, p. 18).¹⁷ Segundo a autora,

14 O trabalho de Cláudia Pons Cardoso (2012) traz perspectivas de intelectuais envolvidas no movimento de mulheres negras com um recorte regional mais diverso. Também aparecem depoimentos com boa diversidade regional no livro *Histórias do movimento negro* (Pereira, 2013). Um número cada vez maior de trabalhos de pós-graduação têm se dedicado aos movimentos de mulheres negras com recortes regionais diversos, com destaque para trabalhos sobre o movimento de mulheres negras da Bahia, dos quais o trabalho de Silvana Bispo (2011) é um bom exemplo.

15 Fórum Permanente de Mulheres Negras (2018).

16 Segundo a ONU Mulheres, o Comitê Mulheres Negras Rumo ao Planeta 50-50 em 2030 integra uma parceria de “desenvolvimento de estratégia de comunicação e *advocacy* público para a priorização das mulheres negras na resposta do Brasil aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e à Década Internacional de Afrodescendentes, tendo como referência o Marco de Parceria para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021”. Integram esse comitê: Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), Agentes da Pastoral Negra (APNs), Coordenação Nacional de Quilombos, Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), Fórum Nacional de Mulheres Negras, Movimento Negro Unificado (MNU), entidades negras do Grupo de Assessor da Sociedade Civil Brasil da ONU Mulheres, Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas (ANJF), Criola, Geledés (Instituto da Mulher Negra) e Ìrohìn. Ver: <http://www.onumulheres.org.br/mulheresnegras/comite-mulheres-negras/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

17 Entre as organizadoras do I Encontro Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro estavam Sandra Belo, Joana Angélica, Antonia Nolasco, Joselina da Silva, Maria José da Silva e Neusa das Dores Pereira. O encontro ocorreu no Centro de Formação de Líderes, em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro (Silva, 2014, p. 19).

uma das principais características do I Encontro Estadual de Mulheres Negras do Estado do Rio de Janeiro foi garantir, pela primeira vez no país, que apenas mulheres afrodescendentes pudessem participar. Os homens – negros ou brancos – e as mulheres brancas foram vetados de partilhar do evento. Dito de outra forma, embora recebendo aportes financeiros oriundos de entidades, parlamentares e organizações feministas brancas, aquela se constituía numa oportunidade de *introspecção organizativa*. (Silva, 2014, p. 18-19, grifo nosso)

A análise de Joselina tem um caráter ambivalente: ela se coloca tanto como intelectual no sentido tradicional, pesquisadora do movimento de mulheres negras, quanto como intelectual orgânica desse movimento, conforme o conceito de Antonio Gramsci (2001), tendo, inclusive, sido membro da comissão organizadora do I Encontro Nacional de Mulheres Negras. Ela afirma que, apesar das tensões oriundas da construção de um espaço específico em relação ao movimento feminista e ao movimento negro, “autonomia era a palavra de ordem” (Silva, 2014, p. 19). Como visto com Eder Sader (1988), autonomia era uma questão chave para os “novos personagens” que entravam na cena pública brasileira a partir da década de 1970; autonomia não apenas em relação aos mecanismos do Estado, mas, no caso das mulheres negras, autonomia política em relação a outros sujeitos que compunham os grupos subalternizados – mulheres brancas e homens negros. Se Sader se refere aos anos 1970, esses encontros ocorrem já em fins dos anos 1980, quando, de fato, o cenário já se transformou um tanto. O “novo sujeito coletivo” ou o novo movimento social como um todo, incluindo-se o novo sindicalismo, os movimentos comunitários e de favelas, entre outros, já estavam estabelecidos na cena pública – em 1989 haveria, até mesmo, uma liderança sindical do ABC Paulista concorrendo às eleições diretas para presidente.¹⁸ Contudo, as “novas configurações” do movimento social surgidas na década anterior ainda informavam muito da atuação desses movimentos e de suas preocupações centrais. Além disso, a negação de uma lógica de tutela e vanguardismo estimulou estratégias de valorização do cotidiano popular como lugar político (Sader, 1988).

Nesse sentido, a metodologia de preparação do I Encontro Estadual do Rio de Janeiro é digna de nota. Segundo Joselina da Silva,

¹⁸ Luís Inácio “Lula” da Silva, torneiro mecânico e liderança sindical nas greves de 1978-80, concorreu à presidência nas eleições de 1989, tendo passado ao segundo turno e ficado em segundo lugar, perdendo para Fernando Collor de Mello, do Partido da Renovação Nacional (PRN).

a preparação do encontro, que durou quase um ano, realizou reuniões, debates, seminários, festas, oficinas, mesas-redondas e minicursos em diferentes bairros da cidade e em municípios diversos do estado do Rio de Janeiro. Por vários meses, em comunidades e cidades periféricas da capital, as integrantes foram sendo inseridas no decorrer de reflexões e grupos de estudos [...]. Essa performance fez alargar, consideravelmente, o número de integrantes nas várias comissões, garantindo mais de duas centenas de participantes durante o conclave.

Vê-se, na fala de Joselina, que a construção do encontro se dá a partir da ida às bases do movimento: atividades de diversos formatos eram realizadas em regiões diversas do estado, entre elas zonas periféricas. Não apenas reuniões políticas “tradicionais”, mas festas e oficinas foram a fonte por meio da qual as próprias comissões de construção do encontro foram se constituindo e engrossando suas fileiras.

Outra estratégia ligada a essas “novas configurações” aparece em mais uma fala de Joselina da Silva, sobre a importância de uma experiência vivida por mulheres negras que estavam presentes do IX Encontro Nacional Feminista, em Garanhuns, Pernambuco, que ocorreu no mesmo ano de 1987. De acordo com ela, de início foi perceptível a ausência de debates sobre raça e racismo na pauta do evento, o que acabou levando a que Sandra Belo, por sugestão de Joselina, organizasse uma oficina com a técnica da linha da vida, “muito utilizada pelo movimento feminista” (Silva, 2014, p. 21), para reunir as mulheres negras presentes no evento:

Paulatinamente e nos dias sucessivos, mulheres negras, oriundas das cinco regiões do país, começaram a se assomar ao grupo. A técnica da linha da vida pressupõe depoimentos divididos por momentos diferentes das etapas existenciais de cada participante.

Chocava-nos perceber que faixa etária, posição geográfica, lugar social, formação acadêmica, ou mesmo tom de pele (mais claras ou mais escuras), enfim, nada obstaculizava a ação dos racismos e sexismos sobre cada uma de nós. As histórias eram muito assemelhadas. Mesmo quando se referiam a tenras idades. Lágrimas de tristeza, contentamento, emoção ou revolta foram vertidas em grande quantidade [...]. (Silva, 2014, p. 22)

Nesse ponto, é interessante pensar a formação de uma consciência de grupo social – ou de uma *identidade* de grupo que se formava nesse momento. Para isso, observa-se a forma como a questão da “*identidade*” das mulheres negras aparece em algumas discussões relacionadas

aos encontros. Segundo uma militante negra entrevistada por Núbia Moreira, “a principal questão desses encontros de mulheres negras sempre foi uma afirmação de identidade. As mulheres negras se afirmando como mulheres negras, como pessoas, como facção política, como sujeito político” (Moreira, 2018, p. 82).

Como mencionado, quando Joselina da Silva afirma que a construção de um Encontro Estadual de Mulheres Negras envolveu tensões com os movimentos feminista e negro, que não participaram do evento, ela ressalta que “autonomia era a palavra de ordem” (Silva, 2014, p. 19). Há, portanto, nesses primeiros encontros, um movimento de construção de autonomia do sujeito político “mulheres negras” em relação a outros grupos subalternizados com os quais se relacionavam e dividiam organizações políticas mistas.

Como dissemos, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras ocorreu na cidade de Valença, interior do estado do Rio de Janeiro, em 1988, e contou com a participação de 450 militantes de 17 estados brasileiros (Moreira, 2018, p. 80). Aquele ano foi particularmente importante para o movimento negro brasileiro: a abolição da escravidão no país completava seu centenário e as tentativas de celebração oficial foram respondidas com protestos por diversas entidades (Alberti; Pereira, 2007, p. 252-270).¹⁹ A avaliação de Kátia Melo, registrada no *Nzinga Informativo* n. 5, de 1989, revela que o I Encontro Nacional de Mulheres Negras também se integrou a essa onda de protestos contra as comemorações do centenário da abolição:

A razão fundamental da realização desse Encontro, ou pelo menos a ideia geradora deste, foi a partir da constatação de que “nos 472 anos de opressão da raça negra no Brasil, nós mulheres negras temos lutado para resgatar a nossa participação ativa no processo de transformação da Sociedade Brasileira, desde o momento da nossa chegada ao Brasil”, e que no ano do Centenário da falsa Abolição nós teríamos o dever de nos organizarmos Nacionalmente, para manifestarmos a nossa visão da “Abolição” e analisarmos as consequências desta no homem e mulheres negros, devolvendo para a percepção da sociedade através do Encontro, na tentativa de identificarmos as nossas

¹⁹ Um dos principais eventos realizados no país foi a Marcha contra a Farsa da Abolição, em 11 de maio de 1988: “essa Marcha do Rio de Janeiro acabou ganhando repercussão nacional e internacional, em função do grande aparato militar disponibilizado pelo Exército brasileiro para impedir a passagem dos militantes negros pelo busto de duque de Caxias” (Pereira, 2013, p. 305-306).

variadas formas de luta contra o racismo e o sexismo e apontar para uma ação efetiva de combater estas chagas sociais. (Nzinga Informativo apud Cardoso, 2012, p. 192)

Núbia Moreira, com base no relatório do I Encontro, resume seus objetivos da seguinte forma:

a) denunciar as desigualdades sexuais, sociais e raciais existentes, indicando as diversas visões que as mulheres negras brasileiras têm em relação ao seu futuro; b) fazer emergir as diversas formas locais de luta e autodeterminação face às formas de discriminação existentes; c) elaborar um documento para uma política alternativa de desenvolvimento; d) encaminhar uma perspectiva unitária de luta dentro da diversidade social, cultural e política às mulheres presentes no Encontro; e) realizar diagnóstico da mulher negra; f) discutir as formas de organização das mulheres negras; g) elaborar propostas políticas que façam avançar a organização das mulheres negras, colocando para o mundo a existência do movimento de mulheres negras no Brasil de forma unitária e de diferentes vertentes políticas. (Moreira, 2018, p. 80)

Compunham a Comissão Executiva do I Encontro: Wânia Sant'Anna, Sandra Helena Torres Belo, Jurema Gomes, Hildésia Alves Medeiros, Helena Maria de Souza, Maria Lúcia de Carvalho (Malu), Maria José Lopes da Silva (Zezé), Neli Adelaide Gonçalves, Maria Helena Fuzer, Neusa das Dores Pereira, Agnes Consula Joseph Rodrigues, Jurema dos Santos Baptista, Judith dos Santos Rosário e Joselina da Silva.²⁰

As falas presentes na Avaliação dos 30 anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras em referência a esse primeiro encontro buscam caracterizá-lo como um marco inicial no movimento de mulheres negras da década de 1980. Segundo Kátia Melo,

o I Encontro se refere a um ato de ousadia, sabedoria e da possibilidade de apontar um caminho novo para a questão civilizatória no Brasil. As mulheres negras entendiam que precisavam se colocar, enquanto organização, apontando e mexendo naquela ferida que os brasileiros, de alguma maneira, queriam jogar para debaixo do tapete. Era um racismo velado, que se colocava como que para sustentar o mito da “democracia racial”.²¹

²⁰ Fórum Permanente de Mulheres Negras (2018, p. 16).

²¹ *Ibidem*, p. 10.

Centrada no confronto ao racismo, sob a forma particular que assumira no Brasil, a posição de Kátia busca localizar o encontro – na verdade, o surgimento do movimento de mulheres negras na cena pública brasileira – como fundamental para uma transformação social profunda no país.

Consta também no relatório que “Lúcia Dutra afirmou que a autonomia e a estrutura política do movimento de mulheres negras brasileiras nasceu, de fato, com a realização do I Encontro em 1988, [...] sob o tema ‘A mulher negra e a sua organização’”.²² A militante ressalta, assim, a centralidade desse encontro para toda a lógica organizativa que viria a se estabelecer no movimento de mulheres negras. É importante levar em conta o contexto dessas falas: um momento institucionalizado de avaliação, mas também de celebração dos trinta anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras. Há que se considerar os objetivos políticos das participantes, da organização e a própria razão de ser desse evento.²³ Segundo seu relatório, o encontro “constituiu-se em momento especial de avaliação da trajetória de organização das mulheres negras brasileiras nessas últimas três décadas”.²⁴

Defendendo que as mulheres negras, desde o I Encontro Nacional, têm “reivindicado o estabelecimento de um novo Pacto Civilizatório para o Brasil”, “propondo uma sociedade com base na dignidade humana, no desenvolvimento humano, social e equitativo”, o relatório traz a pergunta: “‘Se fomos vitoriosas?...’ Os debates apontaram que, parcialmente, sim, mas que ainda tem-se muito a percorrer”.²⁵

Essa visão muito positiva do I Encontro – ainda que considerando a manutenção de uma série de desafios ainda a enfrentar – é matizada por depoimentos dados a Cláudia Cardoso. Neusa das Dores Pereira, intelectual que também pude entrevistar, contou à historiadora que o rumo organizativo tomado pelo I Encontro divergiu do que havia sido planejado pela comissão executiva, da qual participava. A proposta da Comissão era uma metodologia de “discussões em pequenos grupos para garantir a participação de todas as mulheres”, como era feito em atividades do movimento feminista branco (Cardoso, 2012, p. 207). Entretanto, nas

²² Ibidem, p. 11.

²³ Cabe ressaltar que o evento de 2018 contou com o apoio da ONU Mulheres Brasil, da Embaixada do Reino dos Países Baixos, da Fundação Ford e do Heinrich BöllStiftung (ibidem, p. 3). O apoio dessas organizações também pode influenciar de alguma forma o teor das discussões e do material de avaliação produzido.

²⁴ Ibidem, p. 3.

²⁵ Ibidem, p. 4.

palavras de Neusa, “Qual não foi a nossa surpresa que, quando chegamos ao Encontro, a primeira discussão foi regimento interno. E a gente perdeu um dia discutindo regimento interno e nós não estávamos preparadas para aquilo, justamente porque éramos feministas. E dentro do feminismo não tinha essa discussão” (Pereira apud Cardoso, 2012, p. 207). A visão de Neusa, portanto, era de que a rejeição da metodologia se relacionava com uma recusa ao feminismo branco e seus procedimentos. Contudo, Fátima Oliveira, ligada ao movimento feminista, atuando na União Brasileira de Mulheres (UBM), considerou o modelo proposto pela comissão como “inadequado para atender eficientemente a um grande número de mulheres” (Cardoso, 2012, p. 208). Na visão de Cardoso, “essas divergências refletiram, por um lado, a diversidade das mulheres negras e suas diferentes formas de organização política, realidade que, até então, ainda era percebida como problema. Por outro lado, diferentes concepções de feminismo” (Cardoso, 2012, p. 208). A presença dessa divergência de estratégias e metodologias é abordada como um aspecto interessante do evento na avaliação de Helena Maria Souza, publicada no quinto volume do *Nzinga Informativo*:

Pela primeira vez, nós organizamos um evento, onde estavam presentes mulheres oriundas de Partidos Políticos, das Comunidades de Base, dos Sindicatos, dos Grupos Religiosos, do Movimento de Mulheres e de todas as correntes do Movimento negro onde foi garantido a todas elas, espaço para discordar de todos os encaminhamentos [...].

[...] Foi possível a reunião de mulheres de grupos distintos, com estratégias diferenciadas, para acima das divergências políticas e partidárias –, criar as condições para que outras 500, pudessem, num ambiente acolhedor, tranquilo e confortável, [...] refletir sobre o significado de ser uma mulher negra, numa sociedade que duplamente nos discrimina. (*Nzinga Informativo* apud Cardoso, 2012, p. 209)

Assim, ainda que houvesse uma busca por um sentido de identidade conjunto do sujeito social “mulheres negras”, isso não significa de modo algum que esse sujeito constitua um grupo homogêneo. Dessa forma, a análise de Núbia Moreira sobre o “desmantelamento da identidade feminina negra” é bastante interessante. A autora traz o seguinte depoimento de uma de suas informantes:

No feminismo em geral, achava-se que todas as mulheres eram iguais. As mulheres negras achavam que todas nós éramos iguais. Taí que deu briga. Nós

não éramos... [...] Eu era favelada, mas isso não quer dizer que eu não tenha muita diferença com alguma mulheres que têm a mesma origem favelada que eu e continuo. São as demandas. As demandas cotidianas são diferentes. As mulheres negras que permanecem vivendo na favela têm uma demanda cotidiana diferente de quem está vivendo fora da favela, por exemplo, para dar um exemplo, a violência. (Moreira, 2018, p. 83)

Núbia Moreira analisa esse depoimento dando ênfase às “demandas de localização da zona de moradia” (Moreira, 2018, p. 84). Indo além, pode-se observar a heterogeneidade do sujeito “mulheres negras”, evidenciada no trecho pela especificidade de demandas de mulheres negras faveladas, como uma expressão do caráter contraditório da categoria classe social. Muito além de um conceito descritivo sobre renda e consumo, a classe social é uma categoria histórica (Thompson, 2001), que deve ser entendida como uma unidade contraditória, constituída não só por relações econômicas *stricto sensu*, mas também por relações raciais e de gênero (Ferguson, 2017).

Há diversos elementos que caracterizam as relações sociais no capitalismo, relações estas que se expressam sob formas de opressão, alienação e exploração (Bakan, 2016), mas igualmente de solidariedade. Assim, tanto o sujeito social “mulheres negras” guarda particularidades como grupo intraclasse na classe trabalhadora, como apresenta diversidade e aspectos contraditórios em si próprio. Isso porque existe uma pluralidade de experiências, subjetividades e relações sociais que conformam os diferentes sujeitos sociais englobados no grupo “mulheres negras”. Essa diversidade, entretanto, não significa impossibilidade de ação coletiva – afinal, o movimento de mulheres negras organizou-se e expandiu-se, como se sabe. No entanto, reconhecer a heterogeneidade tanto da classe trabalhadora quanto do próprio sujeito social “mulheres negras” é fundamental para uma análise aprofundada e acertada do processo histórico ora estudado, bem como para a construção de laços de solidariedade e resistência coletiva dos subalternos.

Conclusões

A partir do breve panorama desenvolvido neste artigo, busquei abordar os primeiros espaços específicos de mulheres negras e algumas de suas estratégias organizativas. Com base nesse panorama, é possível identificar algumas características gerais do movimento de mulheres negras dos anos 1980. São elas: a busca de autonomia perante outras organizações

políticas e o Estado; a aproximação de sua “base” social; a manutenção da relação com o movimento social como um todo, principalmente o movimento negro (eventualmente, destaca-se também o movimento feminista).²⁶

Além disso, neste texto buscou-se traçar um panorama do surgimento do movimento de mulheres negras no contexto dos novos sujeitos políticos que entravam em cena no Brasil na década de 1970. Aquilante, o primeiro coletivo de mulheres negras do período, tem início em 1978 e, a partir de então, uma série de novos espaços específicos de mulheres negras se estabelece na década de 1980. Se essas mulheres, com base em suas experiências vividas e compartilhadas em diversos movimentos sociais mistos nas décadas anteriores, de organizações de resistência à ditadura a espaços dos movimentos negro e feminista, decidiram sobre a necessidade de criar espaços específicos que garantissem a defesa de suas pautas, isso não significou um distanciamento do movimento social em geral. A criação de espaços específicos de mulheres negras de fins dos anos 1970 a meados dos 1980, que inaugurou o movimento de mulheres negras contemporâneo do Brasil, foi caracterizado pela busca de formas de auto-organização autônomas que garantissem a luta por suas demandas, com a manutenção de relações de solidariedade com outros grupos subalternizados.

Fontes

CENTRO DE ARTICULAÇÃO DE POPULAÇÕES MARGINALIZADAS. Esterilização – Do controle da natalidade ao genocídio do povo negro. [Folheto] Rio de Janeiro: Ceap, 1990.

FÓRUM PERMANENTE DE MULHERES NEGRAS. Avaliação dos 30 anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras. [Relatoria] Salvador, 13º Fórum Social Mundial, 14 e 15 mar. 2018. Disponível em: http://blogueirasnegras.org/wp-content/uploads/2018/03/Relatorio_Final_FPermanente_30-anos_e_Anexos.pdf.

org/wp-content/uploads/2018/03/Relatorio_Final_FPermanente_30-anos_e_Anexos.pdf. Acesso em: 15 dez. 2019.

PEREIRA, Neusa das Dores. Depoimento. Entrevista concedida a Bárbara Araújo Machado. Rio de Janeiro, 9 jun. 2017.

NZINGA Informativo, n. 1, ano I, 1985.

_____, n. 3, ano I, fev./mar. 1986.

²⁶ Segundo Flávia Rios e Regimeire Maciel, “sustentaram forte interdependência em relação às organizações feministas e antirracistas, além de outras bases como as eclesiais, as sindicais e as comunitárias” (Rios; Maciel, 2018, s.p.).

Referências

- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo (org.). *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.
- BAKAN, Abigail. *Marxismo e antirracismo: repensando a política da diferença*. Outubro, n. 27, p. 45-76, nov. 2016.
- BISPO, Silvana Santos. *Feminismos em debate: reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978-1997)*. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- CARDOSO, Cláudia Pons. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- CHAUÍ, Marilena. Introdução. In: SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- DAMASCO, Mariana Santos. *Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1996)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.
- DOMINGUES, Petrônio. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Tempo, Rio de Janeiro, n. 23, p. 100-122, 2007.
- FERGUSON, Susan. *Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa*. Cadernos Cemarx, n. 10, p. 13-38, 2017.
- FREITAS, Viviane Gonçalves. *De qual feminismo estamos falando?: construções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- LEMOS, Rosália. *Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- MELO, Demian Bezerra. *O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão*. In: _____(org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MOREIRA, Núbia Regina. *A organização das feministas negras no Brasil*. 2. ed. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2018.
- PEREIRA, Amílcar Araújo. *O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; Faperj, 2013.
- RATTS, Alex; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- RIOS, Flávia; MACIEL, Regimeire. *Feminismo negro em três tempos. Labrys études féministes/ estudos feministas*, v. 1, 2018. Disponível em: https://www.labrys.net.br/labrys31/black/flavia.htm#_ftnref5. Acesso em: 8 jan. 2019.
- RODRIGUES, Cristiano S.; PRADO, Marco Aurélio M. *Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro*. Psicologia & Sociedade, v. 22, n. 3, p. 445-456, 2010.
- ROLAND, Edna. *O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas*. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio; HUNTLEY, Lynn (org.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Sandra. *Brincando e ouvindo histórias*. v. 9. São Paulo: Ministério da Educação, 2007. (Coleção Percepções da diferença – Negros e brancos na escola).
- SARTI, Cynthia. *O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória*. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, mai./ago. 2004.
- SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico. *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.
- SEBASTIÃO, Ana Angélica. *Memória, imaginário e poder: práticas comunicativas e de resignificação das organizações de mulheres negras*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Joselina da. I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980. In: _____; PEREIRA, Amauri Mendes (org.). *O movimento de mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da ABPN*, v. 1, n. 1, p. 8-17, mar./jun. 2010.

Recebido em 30/9/2019
Aprovado em 19/2/2020

Poetisas e escritoras fora da ordem

Out of bounds poetess and women writers / Poetisas y escritoras fuera de la orden

RESUMO

A documentação produzida pelo Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo possibilita a reconstrução da história das mulheres classificadas como “fora da ordem” pelo regime autoritário de Getúlio Vargas. Este artigo traz à luz as ações de um grupo de mulheres que subverteram a ordem através de rimas e de escritos críticos, uma “arma” carregada de sutilezas que toca as mentes e os corações.

Palavras-chave: história das mulheres; polícia política; censura.

ABSTRACT

The documentation available in the Department of Political and Social Order of the State of São Paulo makes it possible to reconstruct the history of women classified as "out of bounds" by the authoritarian regime of Getúlio Vargas. This article brings to light the actions of a group of women who subverted the order through rhymes and critical writings, a "weapon" loaded with subtleties that touch minds and hearts.

Keywords: women's history; political police; censorship.

RESUMEN

La documentación producida por el Departamento de Orden Político y Social del Estado de São Paulo permite reconstruir la historia de las mujeres clasificadas como "fuera de orden" por el régimen autoritario de Getúlio Vargas. Este artículo saca a la luz las acciones de un grupo de mujeres que subvirtieron el orden por medio de rimas y escritos críticos, una "arma" cargada de sutilezas que toca mentes y corazones.

Palabras clave: historia de las mujeres; policía política; censura.

Simele Soares Rodrigues

Doutora em História Contemporânea pela Université de Strasbourg/ Universidade de São Paulo. Professora titular na Université Jean Moulin (Lyon 3) e professora temporária na Université Paris-Sorbonne (Paris 4)
similerodrigues@gmail.com

Por uma nova história das mulheres

Entendemos que este ensaio insere-se nos estudos de história social que, a partir dos anos 1970, ampliaram seus temas, métodos, fontes e objetos, proporcionando novas abordagens para a história das mulheres. A chamada “história vista de baixo” eleva o homem comum a outro patamar de interesse, no qual as narrativas histórias dos oprimidos, do cotidiano, dos objetos, dos operários, das minorias e, principalmente, das mulheres foram inseridas na historiografia como objeto de análise

Michelle Perrot foi uma das primeiras historiadoras a estudar as mulheres e a reconhecer a dívida que a história possui em relação a esse objeto. Em 1973, Perrot, então docente na Universidade Paris VII, ao lado de Fabienne Bock e Pauline Schmitt, abriu o primeiro curso que interrogava a própria existência da história das mulheres. No Brasil, sua notoriedade surge com a obra *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*, referência para todos os estudiosos de gênero. Um dos objetivos desse livro, nas palavras de Perrot, consiste em “substituir a representação dominante de uma dona de casa, insignificante, negligenciável, oprimida e humilhada, pela de uma ‘mulher popular rebelde’, ativa e resistente, guardiã das subsistências, administradora do orçamento familiar, no centro do urbano” (Perrot, 1988, p. 172).

Andréa Lisly Gonçalves (2006), por sua vez, destaca a importância da releitura dos documentos ditos oficiais e a valorização do uso de novas fontes, antes desprezadas, como ações de divórcios, canções, provérbios, iconografia, crônicas, jornais, revistas femininas, dentre outros registros. É nesse contexto que os acervos policiais emergem recheados por uma multiplicidade de fontes que, confiscadas como provas do crime político, configuram um verdadeiro “armazém da memória” ou uma “caixa de Pandora” (Carneiro, 2002). Analisando esses registros, descobrimos o mundo subversivo das mulheres.

Poetisas e escritoras que, através de seus escritos, subverteram a ordem imposta pelos governos de Getúlio Vargas e de Eurico Gaspar Dutra, entre 1930 e 1954. Atuando como agentes sociais, essas ativistas romperam com o perfil idealizado de mulher submissa e restrita ao espaço privado do lar. Como sujeitos históricos, transformaram suas ideias em libelos contra o autoritarismo. Enquanto a historiografia oficial silenciava

sobre a história dessas mulheres, as autoridades policiais e políticas tinham plena consciência da importância, ou melhor, do perigo das anarquistas, comunistas, socialistas, sionistas, dentre outros tantos segmentos rebeldes da sociedade brasileira. Rotuladas de agitadoras e/ou subversivas, tornaram-se alvo da repressão institucionalizada pelo Estado brasileiro.

Assim, reafirmamos que a documentação produzida pelo Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (Deops/SP) – cujo acervo dá sustentação a este texto – possibilita a reconstrução da história das mulheres classificadas como “fora da ordem” e que, como agentes sociais atuantes, estiveram na linha de frente no combate aos regimes ditatoriais (1937-1945 e 1964-1983). Optamos por concentrar nossa análise no período da ditadura varguista, momento em que a população brasileira foi intensamente vigiada e censurada. Analisando os registros produzidos pela polícia política¹ do estado de São Paulo, trazemos à luz as ações de um grupo de mulheres que subverteram a ordem através de rimas e de escritos críticos, uma “arma” carregada de sutilezas que toca as mentes e os corações. O acervo do Deops permite, assim, resgatar uma das faces dos movimentos de mulheres, aquela que reflete a luta pela liberdade de expressão da mulher na escrita e na crítica social.

Aparatos repressivos: de olho na mulher literata

A série Prontuários, um dos segmentos do fundo Deops/SP, evidencia que, entre 1924 e 1983, o Estado brasileiro sustentou uma política autoritária idealizada para o controle do cidadão e das instituições que pudessem comprometer a ordem instituída. Para os casos dos suspeitos de crimes políticos detalhavam-se dados como filiação, sexo, data e local de nascimento, nacionalidade e ideologia. Atentas às ideias divergentes, as autoridades policiais acabaram por formar um dos mais completos “arquivos gerais da subversão”, aqui definidos como um verdadeiro tabuleiro de ideias políticas, de tramas e de negociações entre os diferentes grupos étnicos, políticos, religiosos e culturais. No que se refere às mulheres “fora da ordem” – neste artigo as escritoras engajadas em projetos incompatíveis com a manutenção da ordem nacional –, o controle e a repressão se

¹ O termo “polícia política” é utilizado para designar uma modalidade especial de polícia, dedicada a funções preventivas e repressivas aos grupos indesejáveis. Para as autoridades políticas, apresentava-se a necessidade emergente de conhecer e mapear a sociedade sobre a qual se dava sua ação, criando, assim, leis dedicadas a combater o “crime político”.

deram por meio de práticas violentas e ilegais, como confisco de provas, prisão, tortura e cárcere privado.

Dois aparatos repressivos do Estado atuavam como “vigilantes da ordem e repressores da desordem”: o Departamento de Ordem Política e Social (Dops), em nível federal e estadual, e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).² Com o intuito de identificar os indícios de rebeldia, esses aparatos repressivos dirigiram suas atenções para as mulheres que estavam “fora da ordem” e, principalmente, àquelas que tinham o dom da escrita. Parte da literatura confiscada pelo Deops, aqui considerada como literatura de resistência, foi produzida por escritoras que tinham o talento de seduzir pela palavra, traduzir os sentimentos e provocar rebeldia. As poetisas, ao se pronunciarem, pretendiam tocar a sensibilidade do leitor e, sobretudo, encontrar novos adeptos para sua ideologia e/ou causa.

Constatamos, através de um inventário junto ao fundo Deops/SP, que a poesia, os contos e os romances foram empregados pelas mulheres como instrumentos de luta social e “conversão” política entre as décadas de 1920 e 1950.³ Do ponto de vista da interpretação da polícia política, eram considerados como ações capazes de gerar distúrbios entre os trabalhadores. Quando confiscados, serviam de provas do crime político e expressão do ato de subversão, ou seja: eram testemunhos de rebeldia. Assim, os libelos produzidos por essas escritoras deveriam ser submetidos a uma espécie de saneamento ideológico. Procurava-se “purificar” a sociedade, impedindo a circulação das ideias rotuladas como perigosas, postura que fortalecia os mitos políticos e a ordem autoritária.⁴

Consideramos que a literatura pode ser utilizada como um instrumento político, contribuindo para conscientizar alguns segmentos da

2 O DIP foi criado por decreto presidencial em dezembro de 1939 com o objetivo de difundir a ideologia do Estado Novo ao povo, aos “novos brasileiros e brasileiras ideais”. Organizado em setores de divulgação, radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa, o departamento coordenava a propaganda interna e externa, fazendo censura, organizando manifestações cívicas e dirigindo o programa de radiodifusão oficial do governo. Vários estados possuíam órgãos filiados, os chamados Deips. Essa estrutura altamente centralizada permitia ao governo exercer o controle da informação, assegurando-lhe o domínio da vida cultural do país e do comportamento social. Na imprensa, a uniformização das notícias era garantida pela Agência Nacional, enquanto o DIP as distribuía gratuitamente ou como matéria subvencionada, dificultando assim o trabalho das empresas particulares e monopolizando o noticiário. Também realizava concursos de monografias e reportagens sobre temas nacionais. O setor de divulgação editou várias coleções e divulgou as obras em bibliotecas, escolas, quartéis, hospitais e sindicatos. A censura institucional não ficou apenas sob a responsabilidade do DIP, os vários Deops (estaduais) e o Dops (federal) somaram forças no sentido de anular as diversidades políticas.

3 Sobre a literatura confiscada, ver: Rodrigues (2009).

4 Sobre essa questão, ver: Carneiro (2002).

população sobre a ordem instituída. É o caso das poesias e textos literários, que, marcados por um teor crítico, eram escritos por partidárias e simpatizantes do comunismo, do anarquismo e do antifascismo. O governo varguista, consciente da importância de intelectuais para construir a identidade nacional e legitimar o seu projeto autoritário, procurava cooptar cidadãos capazes de criar e/ou patrocinar a arte nacional, vigiando-a de perto. Em um movimento contrário, aqueles que se configuravam fora da ordem eram considerados criminosos.

É importante ressaltar que criminalidade e delinquência, segundo o ponto de vista sociológico, são noções construídas em função da organização social e de valores que orientam uma dada sociedade. Para Durkheim, o crime é um ato reprovado pelo corpo social e passível de repressão penal. É um fenômeno normal, ligado às condições de toda a vida coletiva e na qual é definido em relação a uma cultura (Echaudemaison, 1998, p. 102). Assim, as autoridades políticas, ao construir as noções de “desordeiros” e de “periculosidade” social, justificavam sua ação repressiva por meio do Deops. As leis criadas nessa época, como a lei n. 38 e o decreto-lei n. 38, legitimavam o crime político, a censura, a repressão e a punição dos cidadãos perigosos, dentre os quais estavam as mulheres.

Em se tratando da mulher “fora da ordem”, a intelectual fugia da imagem da “nova brasileira” promovida pelo DIP. Durante a Era Vargas (1930-1945), a mulher era incentivada a se dedicar ao papel de “dona de casa”, “boa mãe” e “esposa” ou, no máximo, uma “ótima professora” (Nahes, 2007, p. 18).

As autoridades políticas tinham plena consciência de que era preciso inserir a figura da mulher no espaço público e, com moldes e objetivos bem definidos, controlá-la e colocá-la a serviço do governo. O discurso educacional construído pelo Ministério da Educação, tendo à frente Gustavo Capanema, unia a idealização da carreira de “mestre” à figura da mulher. Segundo Maria Helena Bastos, era veiculada a ideia de que o magistério seria ainda o lugar ideal de realização da mulher, onde ela poderia cumprir a mais alta e sublime missão que uma mulher pudesse almejar:

Como cidadã, mãe e professora, a mulher era coadjuvante do processo de nacionalização e modernização da sociedade brasileira, através da educação e da escola, formando o homem integral – cidadão patriota, isto é, no exemplo de sua vida de virtudes, forma, plasma, aperfeiçoa, corrige caracteres, cria e estimula bons hábitos. [...] O papel da mulher, como responsável pela educação das crianças, tanto na família quanto na escola, era enaltecido. A atuação da

professora tinha de refletir uma maternidade espiritual voltada aos seus filhos – alunos na escola-lar. (Bastos, 1994)

Mulheres perigosas, segundo o Deops

Como podemos constatar, todas as mulheres que fugiam desse “modelo ideal” apregoado pelo Estado deveriam, segundo a lógica das autoridades policiais, ser reprimidas e pressionadas a não “invadirem o espaço público”. A documentação do fundo Deops atesta a censura e a perseguição a essas bravas mulheres, que não se calaram diante da repressão estatal. Os prontuários recheados de informes, termos de declarações, atos de busca e apreensão, termos de qualificação, entre outros, trazem à luz os enfrentamentos assumidos por essas mulheres rebeldes.

Na capital paulista dos anos 1930, várias mulheres romperam com as adjetivações “frágil”, “sexo fraco” e “gentil”, ditadas pelo Estado. Engajadas em algum segmento político, criaram associações e/ou filiaram-se a grupos ideológicos. Algumas instituições e associações femininas foram vigiadas cuidadosamente pela polícia política, conforme atestam os prontuários policiais: União Feminina do Brasil,⁵ Sociedade Feminina Beneficente e Religiosa Israelita,⁶ Federação das Mulheres do Estado de São Paulo,⁷ entre outras.

Neste artigo, temos o objetivo de recuperar alguns casos ilustrativos da rebeldia das mulheres que, através de textos literários, lutaram pela liberdade e pela justiça social.

Vale lembrar que alguns segmentos da literatura dos anos 1930 e 1940 romperam com os padrões convencionais literários, com a preocupação de trazer para as letras brasileiras um tema praticamente desconhecido: o cotidiano dos pobres e oprimidos. Foi essa a origem do “romance proletário”, inspirado na temática da miséria urbano-industrial. O estilo dessas obras se aproximava do chamado “realismo socialista”, centrado no relato fiel dos fatos. As escritoras e poetisas analisadas nesse artigo endossavam essa proposta literária protestatória, sendo então perseguidas pelos aparatos repressivos do governo Vargas.

5 Apesp. Deops/SP. Prontuário 320 – União Feminina do Brasil, v. 1-4.

6 Apesp. Deops/SP. Prontuário 48.122 – Sociedade Feminina Beneficente e Religiosa Israelita.

7 Apesp. Deops/SP. Prontuário 108.021 – Federação das Mulheres do Estado de São Paulo.

A escritora “felina”

Dentre as poetisas revolucionárias estava Haydé Nicolussi (1905-1970).⁸ Na fotografia anexada à sua ficha de identificação policial, observamos uma mulher de cabelos loiros, de rosto fino, frágil, digna de uma imagem angelical. Nasceu em Alfredo Chaves, estudou no tradicional Colégio do Carmo, seguindo para o Rio de Janeiro, onde estudou inglês e museologia no Museu Histórico. Aperfeiçoou seus conhecimentos de artes em Paris e, ao retornar ao Brasil, ingressou como funcionária no Museu Nacional de Belas Artes. Ao mesmo tempo, escrevia para jornais e revistas, sendo premiada em 1929 em um concurso de contos da revista *O Cruzeiro*. Traduziu Buckarin, Gladkow e Lin-Yu-Yang e teve seus poemas traduzidos para o espanhol e o francês. Em 1943, Haydé Nicolussi, então com 38 anos de idade, publicou um único livro de poemas, *Festa na sombra*, em estilo neo-simbolista. Seus versos livres e soltos identificam-se com a tendência modernista pós-simbolista desenvolvida a partir de 1927, ao redor da revista *Festa*.⁹

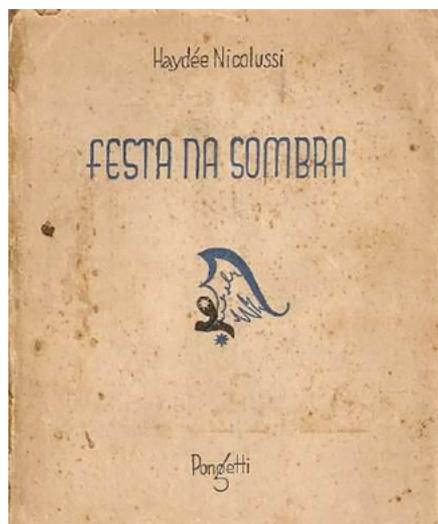


Figura 1 – *Festa na sombra*, de Haidée Nicolussi, único livro de poemas publicado pela autora, em 1943.
Fonte: Acervo Tucci (SP)

Sua produção literária mais ampla somente poderá ser conhecida através de pesquisas junto ao fundo Deops/SP, guardião do seu histórico como ativista política. Os primeiros registros datam de 1932, momento em que

⁸ Apesp. Deops/SP. Prontuário 1.494 – Haydé Nicolussi.

⁹ Deste movimento fizeram parte Adelino Magalhães, o crítico Nestor Vitor, Murilo de Araújo, Gilka Machado, Andrade Muricy, Barreto Filho, Cecília Meireles e Tasso da Silveira.

foi identificada como “perigosa comunista” por portar “numerosos escritos agitadores e subversivos que bem provavam as suas ideias extremas”.¹⁰ Segundo informe policial, Haydée já havia sido presa em setembro do mesmo ano, na residência do comunista Nute Goifman, elemento participante do III Congresso do Partido, realizado no Rio de Janeiro, em 1929. Nesse local costumavam se reunir “elementos nocivos à ordem social e política”, como Manoel Ribeiro – destaque da Federação da Juventude Comunista – e Sylvia Regina, membro do “comitê feminino” do Socorro Vermelho Internacional.

O conto “Pedagogia...” evidencia o caráter subversivo de Haydée, apreendido e anexado ao seu prontuário como prova de crime político. Nele, Nicolussi descreve “um tempo em que a flecha e a palmartória ainda eram deuses tabus da vida da escola...”. Com um olhar crítico, a escritora contrapõe duas personagens: uma estudante rica, que tinha todas as honrarias, e uma pobre, zombada e maltratada pela professora. A narrativa gira em torno do seguinte fato: um dia, ao não conseguir cantar o hino da bandeira brasileira, paralisada pelo medo da professora, a aluna pobre [Terezita] urinou na classe, sendo expulsa da escola. Revoltada, a menina Terezita declarou que preferiu apanhar do seu pai embriagado a frequentar a escola que continuava “a ser luxo para quem pode!”.¹¹ Assim termina este conto.

Através de outros textos de sua autoria, constatamos que Haydée tinha todos os atributos para ser classificada como uma “mulher indesejável”: intelectual, comunista e anticlerical. Numa das vezes em que foi convidada a depor, a polícia encontrou em sua posse um “caderno de pensamentos” extraídos de vários autores, entre eles Lenine e Marx, além de notas anticlericais.¹²

Entre 1932 e 1940, paira um grande silêncio no prontuário de Nicolussi, que recebeu apenas duas informações: a primeira, de que em 1935 havia sido novamente detida por envolvimento com o levante comunista, dividindo a cela com Olga Benário; e a segunda, quando as autoridades policiais identificaram uma poesia de sua autoria no suplemento feminino do

¹⁰ Apesp. Deops/SP. Prontuário 1.494 – Haydeé Nicolussi. Informe sobre Haydée Nicolussi da Superintendência de Ordem Política e Social, Delegacia de Ordem Social, São Paulo, 2 de dezembro de 1937.

¹¹ Apesp. Deops/SP. Prontuário 1.494 – Haydeé Nicolussi. Conto “Pedagogia”, sem data.

¹² Apesp. Deops/SP. Prontuário 1.494 – Haydeé Nicolussi. Caderno de citações e pensamentos, manuscrito, São Paulo, sem data.

jornal *Diário de São Paulo*, em junho de 1940.¹³ Ainda que essa poesia não abordasse nenhuma questão política ou religiosa, o impresso foi confiscado e enviado ao Deops. O perigo desses versos? O fato de uma mulher defender uma relação amorosa baseada na igualdade de sentimentos, dirigindo-se a outras tantas mulheres. Enfim: Nicolussi reunia em si o anti-modelo de mulher ideal. Apesar de honrada com um diploma universitário, não cumpria seus deveres “divino” e de “cidadã”, praticando funções perigosas e sediciosas como escritora, jornalista e intelectual. Assim, suas atividades profissionais deveriam ser vigiadas de perto.

Em seu conto “Profissionais da renúncia”, Haydée ataca a igreja católica. Felina, a autora afirma que é mais fácil combater a lepra, a polícia ou até as próprias leis dos códigos civis do que a religião. Argumenta que existe um verdadeiro profissionalismo religioso para praticar o terror cósmico, em que a renúncia apresenta as garras e outras formas de compensação no jogo de riquezas e vaidades humanas. E explica:

O baixo, o vil que enodoa o espírito de renúncia não é o fato do indivíduo, sentindo-se falhar diante das volúpias do mundo oficial dos homens, ir a busca de outras volúpias (Deus, a outra vida... Através desta...)

Todos nós estamos mais do que informados de que entre centenas de sacerdotes e freiras que se “diplomam” em renúncia todos os anos, nas almas penas doloridas: outras simplórias ou iludidas que saem combatendo comunistas, convencidíssimas que estão servindo a uma verdade, enquanto meia dúzia por cento, inteligente, cultíssima, sagacíssima, sobe aos cardinalatos e aos papados para guardar o “cofre da rainha Maria Teresa” como conta a lenda tão bem escrita pela subtilíssima Selma Lagerlöff.

Sim.

[...]

O mundo está mal feito?

Quem é que sustenta a fome e a miséria... À custa de esmolas animalizadoras do caráter humano?

Quem é que sustenta o pecado à custa de perdões?

Quem é que sustenta a vaidade à custa de ofícios eclesiásticos espetaculosos?

A religião

– Ah! Se não fizer assim, a humanidade não aceita... Não quer a religião...

Logo a religião como política [...], que usa das mesmas armas como os seus

¹³ Apesp. Deops/SP. Prontuário 1.494 – Haydée Nicolussi. Boletim de informações de Carlos Marques, da Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo, 22 de julho de 1940.

adversários, não tem bases para convencer. É fraca. É falsa. É vulnerável!

E se é preciso usar de tais armas para a humanidade obedecer e há dois mil anos que essa humanidade esperneia e desobedece é porque os processos têm sido detestáveis infelizmente (para ela)... Apesar de todas as suas diplomacias e da sua intransigência aparente, os homens já descobriram que a Igreja é uma verdadeira estátua de borracha oca, inchando-se ao sabor dos vendavais dos séculos, toma todas as formas, apropriando-se de todas as orientações das consciências livres para se manter de pé.

[...]

E tal qual Cristo a sonhou.

Sem regalias de classe...

Sem precisar matar a fome dos seus moradores com missas pelos defuntos, batizados e casórios...

Sem vender (a tostão o bentinho) escapulários com [...] de preces, porque não existirão mais do lado de cá exploradores e explorados tristes contra o mal de sofrer e de fazer sofrer os outros...

Sem se vingar da desgraça individuais dos seus membros (desorientando inocentes à custa dos pecadores)

Então, os monges espontâneos poderão se isolar na Igreja de Cristo, cultivando hortaliças com o abade de guerra Junqueira, e comendo tranquilamente [...] com arroz sem precisar iludir a humanidade à custa de deuses de ouro e de prata, nem de báculos carregados de pedras preciosas...¹⁴

A escritora critica não só o clero, aqui representantes da Santa Sé, mas a própria imagem institucional da Igreja Católica, acusada de discursar seus sermões em nome da fé católica, retratando-se como justa, sagrada e defensora da pátria e da família. Esse conteúdo autenticava o caráter “subversivo e criminoso” dos versos segundo a lógica da polícia política varguista. É necessário ressaltar que, na década de 1930, o governo de Vargas e a Igreja Católica estabeleceram relações de colaboração recíproca. A Igreja passou a compartilhar do poder político junto ao Estado. Segundo Maria das Graças Ataíde de Almeida, o pacto temporal-religioso no Brasil se legitimava pela convergência de interesses e pelo inimigo comum:

O Estado tinha para si a incumbência de resolver os problemas do operariado, o qual torna-se a “menina dos olhos” de Getúlio Vargas. Os comunistas são

14 Apep. Deops/SP. Prontuário 1.494 – Haydeé Nicolussi. Prosa “Profissionais da renúncia”, manuscrito. São Paulo, sem data. doc.1, f. 1-9. Grifo da autora. Os trechos ilegíveis foram assinalados com “[...]”.

eleitos como o inimigo objetivo do Estado (...), e para destruir este inimigo, a Igreja oferecia ao Estado seu discurso catequético, o qual apontava os comunistas como inimigos da religião, da família e da pátria. (Almeida, 2002, p. 576)

Obviamente que esse conto foi confiscado para justificar o perigo de Haydée para a sociedade brasileira, sendo a maioria católica e fiel da Santa Sé. Como o Estado e a Igreja tinham inimigos em comum, por exemplo, os judeus e os comunistas, as duas instituições se apoiavam mutuamente com a finalidade de manter a ordem e combater as ideias exóticas.

A encíclica “Divini Redemptoris” (1937), mais conhecida como “Sobre o comunismo”, evidenciava a preocupação de Roma com o catolicismo nas Américas e a abominação católica em relação ao comunismo. Nesse texto, o papa Pio XI (1922-1939) fazia advertências contra as táticas de desinformação empreendidas pelos comunistas soviéticos, alertava para o fato destes se infiltrarem nas associações e publicações católicas com a finalidade de espalhar seus erros. Pio XI afirmava que o comunismo se esforçava para aliciar as multidões, enganando-as de várias formas, escondendo os seus reais propósitos por trás de ideias boas e atraentes. Assegurava também que os comunistas estimulavam a luta de classes, com consequências desastrosas como a “derrama de rios de sangue, não garantindo nenhuma paz interna, tentando perfidamente cavar seus túneis por entre os que professam a fé católica e entrar nas organizações religiosas” (Almeida, 2002, p. 576). A Igreja, pautada pela encíclica, alertava os “irmãos fiéis” para não se deixarem enganar, pois o comunismo era intrinsecamente um erro e ninguém salvaria a civilização cristã colaborando ou se comprometendo com o “credo vermelho”.

Ainda sobre o comunismo, o texto “Curto-circuito”, de Haydée, mostra a capacidade de persuasão e convencimento da escritora referente às dúvidas de um indivíduo sobre a igualdade comunista. Sob um humor audacioso, a autora conta essa pequena história:

Quando o moço me disse que duvidava do valor da igualdade pregada pelo comunismo, fiquei radiante e não pude deixar de aprová-lo: nota dez...

– Muito bem, caro colega! Onde é que se viu igualdade? Imagine você a gente ser obrigada a nascer da mesma cor, do mesmo tamanho, com a mesma idade e morrer ao mesmo tempo em que os outros?

O governo passando uma vassoura por todos os lados, de todas as pessoas para que ninguém tenha o direito de [...] um topete gracioso como do sr. Epitácio ou um [...] como o de Gandhi. Não é absurdo?

(e o moço acreditou...)

Ouvi dizer que temos [...] vestidos todos iguais?!

Claríssimo, respondi prontamente.

Um só uniforme para a Terra inteira: o nudismo, álcool... A mendicidade...

Sossegue, disse-lhe eu! Já há um sábio que está estudando o processo [...] existir um só sexo futuramente... Não é preciso cogitar de eugenia...

E o moço nem pestanejou...

E o problema da moradia coletiva?

Ouvi dizer... Que vão ser abolidas as paredes? Sem dúvida! Pra que gastar com paredes se todos somos iguais? Hoje em dia, por exemplo, [...] vê essas casinhas de [...] de longe e pensa que são de zinco, de lata velha, um só e único compartimento, com crianças famintas dormindo no [...] e pais analfabetos que não trabalham nem vão a academia em franca promiscuidade com os filhos. Infâmias! A [...] civilização é a [...] perfeição: todos têm hoje o que quiser, é só trabalhar... As casas são feitas de chocolate. [...]

Eles pregam essa verdade que eu disse. Eu já li [...]: igualdade absoluta.

Ora! Claro que isso de esconder os livros debaixo da cama é monopólio da igreja católica que está de posse da verdade absoluta só para uso privado do papa e seus cardeais... O comunismo prega a mentira, está traduzido e disseminado em todas as línguas por todo o mundo, prova como ele está errado... [...]

E o moço concordou... E riu...

Quá! Quá! Quá! Quá!

Essa nossa humanidade é inteligente juda...¹⁵

Outra prosa classificada pelo Deops como “criminosa” foi anexada ao prontuário de Haydeé Nicolussi. O texto trata da luta de classes, do regime burguês e critica as posturas do Estado e da Igreja Católica com relação à situação da mulher. Nesse texto sem título, Haydeé evoca o desemprego de milhares de “famintos substituídos pelas máquinas”, a substituição de homens por mulheres e crianças nas fábricas, e critica a exploração de mulheres em trabalho penoso e miseravelmente pago. Afirma que a aliança burguesia-Igreja é um dos pilares da condição vergonhosa em que se encontra a mulher na época:

Criam associações católicas e agremiações de qualquer caráter religioso para iludir as mulheres com a cantarola do bem pago no outro mundo... Enquanto os patrões burgueses engordam nesse... Já ouvi um escritor bastante canalha

¹⁵ Apesp. Deops/SP. Prontuário 1.494 – Haydeé Nicolussi. Prosa “Curto-circuito”, manuscrito. São Paulo, sem data. doc. 2, f. 11-13. Os trechos ilegíveis foram assinalados com “[...]”.

e um juiz de órfãos dizerem que o rico vai a Igreja para ensinar o pobre a obedecer, fingindo crer em Deus para dar o exemplo... Mas que o verdadeiro Deus que rege o mundo é o Prazer, o Dinheiro. Também a classe burguesa é bastante ordinária para dizer a toda hora: pobre não sente... Gente pobre já está acostumada a sofrer! Companheiras!

Haydée convoca suas companheiras para a luta, convidando-as para “a nossa gargalhada para o dia de amanhã!”. Justificava a sua postura de mulher engajada, promovendo os ideais de uma sociedade igualitária e justa: a sociedade socialista.

É preciso que aprendamos a nos unir e a estudar os meios de luta desde já porque a hora de queda do burguês está próxima e o operário precisa saber o que faz. É preciso reagir contra todas as espécies de explorações: contra exploração da criança no trabalho e nas organizações reacionárias e fingidas, mascaradas de militarismo ao escotismo. É preciso reagir contra a exploração da mulher no campo, condenada ao lado dos maridos colonos a serviço de fazendeiros feudais, a morrerem ambos na miséria, [...] e minados de febres. É preciso reagir contra a exploração das mulheres no lar.¹⁶

De um ponto de vista sociológico, vale lembrar que todas as sociedades categorizam as pessoas e estabelecem os atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Segundo Goffman, existem três tipos de estigma nitidamente diferentes: referem-se às abominações do corpo – as deficiências físicas; às de raça, nação ou religião – que podem ser transmitidas através da linhagem familiar; e às culpas de caráter. Este último tipo é percebido como “vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical” (Goffman, 1998).

No caso de Haydée, é possível constatar o apelo policial à “trilogia do estigma” de mulher, judia e comunista, conforme análise de Tucci Carneiro (1995). Um documento, datado de 1946, nos comprova essa abordagem policial quando o gabinete de informações elaborou algumas

¹⁶ Apesp. Deops/SP. Prontuário 1.494 – Haydée Nicolussi. Prosa sem título, manuscrita. São Paulo, sem data. f. 14-19. A própria autora numerou as páginas de 2 a 7, sendo que a primeira página não se encontra no prontuário. Os trechos ilegíveis foram assinalados com “[...]”.

fichas de identificação: Haydée Nicolussi foi a única mulher a ser citada, ao lado de 11 homens perigosos. Segundo a biografia escrita por Francisco Aurélio Ribeiro, Haydée faleceu em 1970, no Rio de Janeiro.¹⁷

A musa dos modernistas

Mais conhecida pelo apelido Pagu, Patrícia Galvão também transgrediu a ordem oficial e os códigos da época.¹⁸ Escritora, jornalista, militante comunista no Brasil e na Europa, foi casada com dois grandes nomes da literatura brasileira: Geraldo Ferraz e Oswald de Andrade, ambos fichados pela polícia política. Os estudos do Centro de Estudos Pagu da Universidade Santa Cecília¹⁹ e os artigos publicados no jornal *A Tribuna*, de Santos,²⁰ colaboram para reconstruir o percurso e a história dessa escritora rebelde. Suas ideias e as várias prisões nos ajudam a compreender o perigo representado por essa mulher, segundo a lógica policial.

Patrícia Galvão nasceu em São João da Boa Vista, São Paulo, em 1919, e passou sua infância no bairro operário do Brás, na capital. O apelido Pagu lhe foi dado pelo poeta Raul Bopp, que a aproximou do grupo modernista frequentado também pela pintora Tarsila do Amaral e pelo escritor Oswald de Andrade. Patrícia Galvão começou sua vida militante aos 20 anos, durante uma viagem a Buenos Aires, onde encontrou o líder comunista Luís Carlos Prestes. De volta ao Brasil, então com 21 anos, aderiu ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e iniciou sua atuação na imprensa, posicionando-se contra a ditadura de Getúlio Vargas. Pagu encontra-se entre as principais mulheres presas por motivos políticos no Brasil ao longo do século XX. Em 1931, foi detida pela primeira vez, quando participava de uma reunião do PCB, e levada ao “casarão da praça dos Andradas”,²¹ onde ficou na cela n. 3, “a pior cela do continente”, segundo o general e secretário da segurança de São Paulo, Miguel Costa. Dois anos depois, foi detida em flagrante pela polícia política quando distribuía panfletos subversivos no bairro da Saúde, em São Paulo, sendo considerada pelas autoridades policiais como “propagandista política e agitadora subversiva”. Nesse

17 Esses elementos sobre a vida de Haydée podem ser encontrados em Ribeiro (2005).

18 Apesp. Deops/SP. Prontuário 1.053 – Patrícia Galvão.

19 Para saber mais: www.pagu.com.br. Acesso em: 11 out. 2015.

20 Para saber mais: www.novomilenio.inf.br/cultura. Acesso em: 11 out. 2015.

21 O local desta prisão se transformou no Centro Cultural Patrícia Galvão, hoje um importante complexo cultural na cidade de Santos.

mesmo ano de 1933, lançou *Parque industrial*, descrevendo a vida e a luta dos operários, divididos entre não-militantes e politizados.

Como jornalista, Pagu viajou por vários países da Europa, chegando a Paris em 1934. Na Cidade Luz, estudou na Sorbonne e colaborou com o jornal *L'Avant-garde*, além de trabalhar como tradutora de filmes para os estúdios da Billancourt. Com o pseudônimo de Léonie, ingressou no Partido Comunista francês e, como não podia ser diferente, participou das manifestações comunistas nas ruas de Paris. Foi presa três vezes pela polícia francesa, sendo indiciada como militante comunista estrangeira. O governo Laval decidiu submetê-la ao Conselho de Guerra, mas o embaixador brasileiro Souza Dantas conseguiu a sua repatriação para o Brasil. De volta ao país, Pagu ainda enfrentou outras prisões: em 1935, durante sua participação na Intentona Comunista, em 1937 e 1938, quando o Tribunal de Segurança Nacional a condenou por mais dois anos de detenção. Em decorrência dos avanços do comunismo no Brasil, o governo Vargas ampliou os aparatos repressivos legitimados por lei, principalmente a de n. 38, conhecida como Lei de Segurança Nacional (LSN), promulgada em 4 de abril de 1935.²²

As atividades de jornalista, escritora e militante se fundem em uma só mulher. Pagu teve suas obras censuradas pela Delegacia de Ordem Política e Social e vários livros apreendidos.²³ Foi presa mais de vinte vezes e torturada nos porões do Dops. Sempre que era presa, a fotografia de Pagu aparecia estampada nos jornais, acompanhada de comentários da polícia: “terrorista comunista é presa”, “mulher imoral e perigosa” etc. Incontrolável e convicta de suas ideias, Patrícia Galvão sempre voltava às atividades “proibidas”. Assim continuou até 1940, data da sua última prisão, em uma cadeia na cidade de Santos, que quase colocou fim à sua vida. Ao ser liberada, a militante estava muito doente, pesando 44 quilos. Nesse momento, Pagu rompeu com o comunismo e, a partir dos anos 1950, dedicou-se às artes dramáticas e à literatura. De volta a Santos, projetou-se como crítica literária, teatral e de televisão junto ao jornal *A Tribuna*.

²² Essa lei definia os crimes contra a ordem política e social, sendo sua principal finalidade transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com o abandono das garantias processuais. Em setembro de 1936, a aplicação da LSN foi reforçada com a criação do Tribunal de Segurança Nacional. Esse órgão era subordinado à Justiça Militar e composto por juízes civis e militares escolhidos diretamente pelo presidente da República, devendo ser ativado quando o país estivesse sob o estado de guerra (Lei..., 1997; Godoy, 2007).

²³ Apeesp. Deops/SP. Prontuário 1.053 – Patrícia Galvão. Auto de exibição e apreensão. Delegacia de Ordem Social. São Paulo, 23 de janeiro de 1936.

Engajada, liderou a campanha para a construção do Teatro Municipal, fundou a Associação dos Jornalistas Profissionais e criou a União do Teatro Amador de Santos. Pagu faleceu em Santos, em 12 de dezembro de 1962, deixando a sua marca na literatura, no jornalismo e na história política do Brasil, projetando-se como uma mulher engajada, extrapolando as figuras de “musa dos modernistas”, “musa antropofágica” e visionária.²⁴

Uma rede clandestina de escritoras fora da ordem

A trajetória política de um conjunto de mulheres “fora da ordem” traz à luz a inserção desse grupo nas frentes de resistência contra o autoritarismo, a violência e a intolerância institucionalizadas. Até mesmo sem se conhecerem, fortaleceram uma rede clandestina de ações políticas, abrindo caminhos para a implementação dos ideais democráticos no Brasil a partir de 1950. Dentre os nomes mais conhecidos da historiografia brasileira, temos as escritoras e poetisas Maria Lacerda de Moura, Patrícia Galvão e Haydée Nicolussi; e tantas outras ainda “anônimas”, como Jurema Yara Ferreira, Marilena, Lia Lah, Mary, Terezinha de Almeida. Mulheres que criaram meios de fazer escutar suas angústias valendo-se de poesias, contos, crônicas e livros. Mulheres que se posicionavam na linha de frente do combate, enfrentando o sexismo, desmentindo o mito do sexo frágil e legitimando sua capacidade de pensar.

Eram mães, esposas, namoradas, filhas, jornalistas, educadoras, desenhistas, artistas plásticas e/ou donas de casa. Sem abrir mão de suas funções já “estabelecidas”, não se prostraram diante do autoritarismo político do Estado brasileiro: foram vigiadas e presas. Mostraram-se fortes: burlaram a ordem, resistiram às torturas, e, apesar de terem suas obras confiscadas e destruídas, não permitiram que calassem suas vozes. Fizeram valer seus ideais e a caneta no papel. Lutaram por uma sociedade mais justa, pelos oprimidos, pelos direitos do povo, como também pelos direitos da mulher.

Por suas ideias e ações subversivas, as escritoras “desordeiras” que atuaram nas décadas de 1930 e 1940 foram marginalizadas do mercado de bens culturais “oficializados” pelo Estado. Assim como Haydée Nicolussi, a produção literária de Pagu divergia dos projetos político-culturais do governo Vargas, identificados com os paradigmas fascistas em voga na Europa. Durante o Estado Novo – segundo Maria Helena Rolim Capelato,

24 Ver: Andreucci (2006).

em *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo* –, o artista (em geral) deveria cumprir a missão de testemunho do social, exprimindo os sentimentos sociais e nacionais, inspirando-se em temas e em motivos reais. Para o governo Vargas, a produção artística e literária que estivesse fora do âmbito oficial e nacionalista era considerada subversiva, cabendo aos aparatos repressivos do Estado sanear e purificar a sociedade dessas “ideologias exóticas” (Capelato, 1998, p. 127).

Diante da intensa vigilância policial, a solução encontrada pelas frentes de resistência foi driblar a ordem instituída. As mulheres que participavam dos movimentos femininos e feministas formavam uma complexa e invisível rede de produção literária. Escreviam para jornais e revistas clandestinas, participavam de concursos literários, proferiam palestras e editavam suas obras por meio de editoras clandestinas. Dessa forma, muitas vezes improvisada, conseguiam levar suas ideias para um público maior de homens e mulheres das mais distintas profissões e idades. “Saíram dos seus lares e invadiram o espaço público”, como afirmou Marcela de Oliveira em seu mestrado sob o tema (Morente, 2015).

Entre os documentos confiscados e anexados ao prontuário do Partido Comunista Brasileiro, identificamos a *Revista Literária Nordestina Cadência*. Editada e administrada em Araçatuba, São Paulo, recebia poemas do Brasil inteiro, desde o Pará ao Rio Grande do Sul, sobre diversos temas: amor, saudade, angústia, entre outros. Uma dessas poesias, sem título, foi escrita por Lia Lah, cujo lamento clama por uma casa, um lar: “Tantas casas/ e eu sem um lar”. No decorrer das rimas, sua poesia é composta por elementos emocionais e angustiantes que se colocam no lugar de tantas mães, órfãs, sem teto e sem família:²⁵

Tantas casas
e eu sem um lar.

Tantas mães
e eu pela distância
órfã.

Tanto jardim
tantos amores

²⁵ Apeesp. Deops/SP. Prontuário 6.899 – Partido Comunista do Brasil. Poesia de Lia Lah, publicada em *Revista Literária Nordestina Cadência*, ano 6, n. 23, maio de 1951.

tantas crianças
e o meu ventre vazio.

Tanto riso
tanto cristal
tanta carícia
e meu corpo vestido.

Tanta lágrima
rolando pelo mundo
dos meus olhos.

...

Canta no meu corpo
A repetição do descobrimento.
Bacante, santa
ou mulher
A minha pureza se fez tua
no aclarado mistério.

Virgem novamente
Aconteceu
Depois de tantos pecados.
Ontem, hoje,
Quando não sei
Aconteceu.

... E escorrem lírios dos meus dedos.

Ainda nos autos do PCB, identificamos o recorte “Nosso poema”, de Terezinha de Almeida, produzido em Santos, em 1952, e publicado no jornal *Notícias de Hoje*, em 25 de outubro de 1953. As rimas são carregadas de angústias expressando os sentimentos do povo faminto, desolado, ainda que trabalhador:

Não falarei
de olhos cativos e paisagens mortas.
Nem falarei de mãos que morreram
como asas abatidas de pássaros encarcerados
Nem falarei de mim

nem falarei de ti
que trazes noites encobertas
na abóbada de tuas pálpebras.

Ah! extenso foi o grito do vento
cavalgando entre nuvens, entre névoas,
entre montanhas desertas,
e no côncavo dos sonhos.
Mas largo e profundo
é o grito do homem de uma pátria grande
onde pequeno e furtivo é o pão
diante dos lábios que se estendem.

Onde buscar palavras
para contar a história de um homem;
do homem desolado que ler e escrever não sabe
e entre os astros céu, uma vez,
procurou a sorte de seu filho pequeno?
Mas tão poucas estações passaram,
a chuva ainda nem caiu,
somente a fome cresceu.
As árvores nem floresceram
Ai, a sorte enganou, os astros vivem,
mas a criança nunca mais chorou.

Eu compreendo
e nós compreendemos
a terra que é nossa, a estrela que é nossa,
e que estranhos não nos podem roubar.
O rio cantou, eu ouvi, nós ouvimos,
o rio veio de longe, faz poesias com o mar.
Na lousa da praia
ficaram os poemas vivos,
da nossa gente, dos nossos heróis,
poemas tão belos, tão sentidos,
que nem o vento pode levar.

Nesta hora que as ondas rolam
em que pálpebras despertam,
diante de ti, diante deles,

que buscais desencantos na vida,
não nos podemos deter.
Seguimos.
Sem mágoas, sem desilusões,
nem crepúsculos inquietos,
pois a luz já se infiltra
entre os dedos espalmados
ante o riso do futuro.

E o poema que levamos,
amigos, irmãos,
é o teu poema, é o meu, é o nosso,
nós juntos o fizemos nascer.
É como o rio que canta,
que eu ouço, que nós ouvimos,
e faz poesias com o mar.²⁶

O uso de metáforas (abóbada de tuas pálpebras) e de prosopopeias (grito do vento; riso do futuro) colaboram para criar maior impacto emocional no leitor. A persistência e a recorrência de palavras que conotam morte evidenciam a dramatização poética da autora. A partir da terceira estrofe, percebemos a caracterização do ser para quem a autora dirige a sua fala: um homem que não sabe ler e nem escrever, que sonha com um futuro melhor para seus filhos e que tem consciência de que a natureza também lhe pertence. O sofrimento do início do poema aos poucos vai se convertendo na possibilidade de libertação do ser, fazendo-nos perceber que é este sofrimento e a tomada de consciência que irão libertar os homens no dia em que todos poderão recitar poemas comuns à humanidade (é o teu, é o meu, é o nosso).

Outras poesias escritas por mulheres subversivas foram identificadas em jornais clandestinos, principalmente de caráter comunista. Esses periódicos encontram-se anexados aos prontuários do médico Quirino Pucca²⁷ e da Delegacia Regional de Presidente Prudente, São Paulo.²⁸ No prontuário da delegacia, os jornais confiscados pela polícia política

²⁶ Apesp. Deops/SP. Prontuário 6.899 – Partido Comunista do Brasil. “Nosso poema”, poesia de Terezinha de Almeida, publicada no suplemento dominical do jornal Notícias de Hoje. São Paulo, 25 de outubro de 1953. Grifo da autora.

²⁷ Apesp. Deops/SP. Prontuário 1.332 – Quirino Pucca.

²⁸ Apesp. Deops/SP. Prontuário 550 – Delegacia Regional de Presidente Prudente.

faziam propaganda comunista e divulgavam ideias subversivas no interior do estado de São Paulo. Constatou-se, pelos registros, que os comunistas vivenciaram certa liberdade de expressão em Presidente Prudente até o início da década de 1940, quando a região passou a ter controle policial sistemático, em decorrência do recrudescimento da política autoritária do Estado Novo. Dentre os exemplares dos jornais confiscados, encontramos o jornal *A Notícia*, de 13 de março de 1938, que traz dois contos: “Recordando”, de Marilena, e “O prisioneiro”, de Mary. Os nomes completos (ou corretos) das autoras foram, possivelmente, omitidos com o objetivo de evitar represálias a elas que, mesmo assim, conseguiram colocar suas mensagens em circulação.

No prontuário do médico Quirino Pucca, acusado de prestar serviços ao Socorro Vermelho e ser simpatizante do ideário comunista, identificamos algumas poesias publicadas no jornal *Roteiro*, de 5 de maio de 1939. Entre elas está a poesia “Eu partirei, amor...”, de Jurema Yara Ferreira, que não foi registrada pela polícia política. Mesmo assim, conseguimos identificar um rol de autoras anônimas cujas trajetórias e produção perderam-se na trama dessa cultura política amordaçada. Constatamos que muitas dessas escritoras fechavam acordo com algumas editoras clandestinas, que corriam risco ao publicarem seus escritos. É o caso do Editorial Pax que, em 1931, lançou um concurso literário, em colaboração com o jornal *Diário da Noite*. O tema mobilizador foi a “caridade”, induzido por um conjunto de perguntas: “Por que existe a miséria?”, “Resolve a caridade o problema da miséria?”. Como prêmio, além de um terreno, os vencedores receberiam livros, dentre os quais os de algumas mulheres editadas pela Pax: *Homens e máquinas*, de Larissa Leisner, *O amor na sociedade comunista*, da russa Alexandra Kolontai, e *Virineia*, da novelista Lídia Sefulina.²⁹

Em uma investigação policial sobre a Editora Nacional Lux, as autoridades policiais identificaram a obra, ainda no prelo, *Civilização, elo de escravidão*, de Maria Lacerda de Moura.³⁰ Segundo o relatório do policial Antonio Gioffi, a obra “parecia ser contra a guerra e fazia afirmações de sua doutrina individualista, tomada da escola do anarcoindividualismo espiritualista, do filósofo francês Hans Ryner”.³¹ Importante ressaltar que

²⁹ Apesp. Deops/SP. Prontuário 864 – Editorial Pax. Panfleto “Concurso Literário”, sem data.

³⁰ Apesp. Deops/SP. Prontuário 857 – Maria Lacerda de Moura.

³¹ Apesp. Deops/SP. Prontuário 864 – Editorial Pax. Relatório de Antônio Gioffi ao delegado de Ordem Política e Social, Ignacio da Costa Ferreira, São Paulo, 2 de junho de 1931.

a escritora Maria Lacerda é considerada uma das pioneiras na luta pela emancipação da figura da mulher. Em 1920, fundou, no Rio de Janeiro, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher e, um ano depois, em São Paulo, colaborou com a imprensa operária, publicando em jornais como *A Plebe*, *O Combate* e *A Opinião do Povo*, entre outros. Outras obras de Maria Lacerda de Moura também foram apreendidas durante um auto de busca junto à sede da Editora Unitas. Na lista de livros confiscados, a escritora é a única mulher entre autores como André Malraux, Lenine, Paulo Torres e Karl Marx. Na relação dos exemplares apreendidos, encontramos 568 unidades do livro *Hans Ryner e o amor plural*, e 107 de *Ferer, o clero romano e laical*, ambos de autoria de Maria Lacerda de Moura.³²

Conclusões

Com uma mulher sendo retirada da Presidência da República brasileira em 2016 e um retorno escancarado do autoritarismo de lá para cá, terminaremos esse artigo evocando uma poesia de Carlos Drummond de Andrade dedicada à Mietta Santiago, estudante de direito que, em 1928, impetrou um mandado de segurança para obter o direito de votar, atingindo seu objetivo. Essa homenagem pode ser estendida a cada uma das escritoras e poetisas citadas nesse artigo, como também a todas as mulheres que nunca se calaram diante da censura e da repressão. Mietta Santiago foi uma esperança. Os movimentos de mulheres atuais são uma necessidade.

Mietta Santiago
loura poeta bacharel
conquista, por sentença de juiz,
direito de votar e ser votada
para vereador, deputado, senador,
e até presidente da República.
Mulher votando?
Mulher, quem sabe, chefe da nação?
O escândalo abafa a Mantiqueira,
faz tremerem os trilhos da Central
e acende no bairro dos Funcionários,

³² Apesp. Deops/SP. Prontuário 828 – Editorial Unitas. Lista de livros apreendidos, São Paulo, 6 de março de 1936.

melhor: na cidade inteira funcionária,
a suspeita de que Minas endoidece,
já endoideceu: o mundo acaba. (Coelho; Vilalva, 2011, p. 135)

Fontes

Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo de Deops/SP.

Referências

- ALMEIDA, Maria das Graças de. A recristianização da política: pactos e tramas entre o Estado e a Igreja no Brasil (1937-1945). *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 23, p. 575-610, 2002.
- ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes; OLIVEIRA, Valeria Garcia de. *Cultura amordaçada: intelectuais e músicos sob a vigilância do Deops*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa oficial, 2002.
- _____. *Risco das ideias: intelectuais e polícia política (1930 -1945)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BASTOS, Maria Helena Camara. *Professorinhas da nacionalização: a representação do professor rio-grandense na Revista do Ensino (1939-1942)*. Em *Aberto*, Brasília, ano 14, n. 61, p. 135-146, jan./mar. 1994.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Trilogia dos estigmas*. In: STRAUSS, Dieter (org.). *Não olhe nos olhos do inimigo: Olga Benário – Anne Frank*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 39-50.
- _____. *Livros proibidos, ideias malditas*. 2. ed. ampliada. São Paulo: Ateliê Editorial; Fapesp, 2002.
- COELHO, Moira Pinto; VILALVA, Mário. *A questão do gênero hoje em dia: uma visão da situação em Portugal e no Brasil. Mundo afora: políticas de promoção de igualdade de gênero*, Fundação Alexandre Gusmão, Brasília, n. 7, p. 135-142, jun. 2011.
- DE GIORGIO, Michela. *Michelle Perrot, les femmes ou les silences de l'histoire*. *Clio*. *Femmes, genre, histoire*, Paris, n. 12, 2000. Disponível em: <http://clio.revues.org/200>. Acesso em: 16 fev. 2012.
- ECHAUDEMAISON, Claude-Danièle (org.). *Dictionnaire d'économie et de sciences sociales*. 4. ed. Paris: Edition Nathan, 1998.
- GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. *Direito e literatura: Vargas, o Estado Novo, a Lei de Segurança Nacional e o habeas corpus em favor de Olga Benário Prestes*. A história entre foices, martelos e togas. *Jus*, Teresina, ago. 2007. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/10245/direito-e-literatura-vargas-o-estado-novo-a-lei-de-seguranca-nacional-e-o-habeas-corpus-em-favor-de-olga-benario-prestes>. Acesso em: 11 mar. 2012.
- GOFFMAN, Erwing. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- LEI de segurança nacional (LSN). In: *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1997. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/LeiSegurancaNacional>. Acesso em: 31 mar. 2020.
- MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. *Inuadindo o mundo público: movimentos de mulheres (1945-1964)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- NAHES, Semiramis. *Revista Fon-Fon: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

- PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- RIBEIRO Francisco Aurélio. Haydée Nicolussi: poeta, revolucionária e romântica. Vitória: Academia Espírito-Santense de Letras; Prefeitura Municipal de Vitória, 2005.
- RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Justiça. Arquivo Público do Estado. DOPS: a lógica da desconfiança. Rio de Janeiro, 1996.
- RIPA, Yannick. Michelle Perrot, les femmes ou les silences de l'histoire. *Annales, Histoire, Sciences Sociales*, 54^e année, n. 1, p. 145-147, 1999.
- RODRIGUES, Símele Soares. *La police politique contre le monde littéraire: censure et répression à São Paulo (1924-1945)*. 2009. Mémoire (Master en Histoire des Sociétés Occidentales Contemporaines) – Université Panthéon Sorbonne Paris 1, Paris, 2009.

Recebido em 30/9/2019
Aprovado em 18/2/2020

Mulheres no acervo de uma instituição científica O Instituto Oswaldo Cruz (1930-1970)

Women in the holdings of a scientific institution: the Instituto Oswaldo Cruz (1930-1970) / Mujeres en la colección de una institución científica: el Instituto Oswaldo Cruz (1930-1970)

RESUMO

O artigo analisa o acervo de uma instituição científica com o objetivo de dar visibilidade aos silêncios das mulheres nos arquivos. Foram analisadas categorias de atividades profissionais em que encontramos a presença feminina na assistência, na administração, na biblioteca, na pesquisa e no serviço doméstico. Enfatizamos a análise em três grupos: bibliotecárias, enfermeiras e pesquisadoras durante o período de 1930 a 1970.

Palavras-chave: arquivo; instituição científica; mulheres; Instituto Oswaldo Cruz.

ABSTRACT

The article analyzes the holdings of a scientific institution in order to give visibility to women's silences in archives. Categories of professional activities were analyzed in which we find the female presence in care, administration, library, research and domestic service. We emphasize the analysis in three groups: librarians, nurses and researchers from 1930 to 1970.

Keywords: archive; scientific institution; women; Instituto Oswaldo Cruz.

RESUMEN

El artículo analiza la colección de una institución científica para dar visibilidad a los silencios de las mujeres en los archivos. Se analizaron categorías de actividades profesionales en las cuales encontramos la presencia femenina en los cuidados, la administración, biblioteca, investigación y servicio doméstico. Destacamos el análisis en tres grupos: bibliotecarios, enfermeras e investigadores de 1930 a 1970.

Palabras clave: archivo; institución científica; mujeres; Instituto Oswaldo Cruz.

Nara Azevedo

Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)
narafiocruz@gmail.com

Luiz Otávio Ferreira

Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da COC/Fiocruz
ulume2@gmail.com

Daiane Silveira Rossi

Doutora em História das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Pesquisadora bolsista na COC/Fiocruz
daiane.rossi@fiocruz.br

Apresentação

Ao se evocar a presença de mulheres cientistas no Instituto Oswaldo Cruz (IOC), o primeiro, e talvez único, nome que vem à lembrança é o de Bertha Lutz.¹ É curioso, no entanto, que essa recordação esteja vinculada à vida profissional do pai, Adolfo Lutz, eminente pesquisador da instituição, reconhecido internacionalmente pelos trabalhos realizados em medicina tropical, e à sua memória, uma vez que, após a sua morte, em 1940, a filha se dedicou a organizar e a preservar as numerosas coleções científicas por ele legadas (Benchimol, 2003, p. 210). A militância feminista, assim como o curto mandato de deputada federal (1936-1937), constitui também outra fonte de evocação de seu nome. Porém, pouco se conhece de sua longa trajetória de pesquisa e ensino, realizada no Museu Nacional, onde ingressou por concurso em 1919 e permaneceu até o final dos anos 1960, exercendo atividades como naturalista, botânica e museóloga. Fala-se mais da posição que ocupou no laboratório do pai como auxiliar de pesquisa do que sobre as suas possíveis contribuições científicas ao longo de duas décadas. Desde que retornou ao Brasil em 1918, após se formar em ciências naturais pela Faculdade de Ciências da Universidade de Paris (Sorbonne), ela assumiu essa função, e frequentou a instituição até os anos 1960.²

Embora notória, a naturalista do Museu Nacional não foi a única mulher e, tampouco, a única pesquisadora do instituto fundado por Oswaldo Cruz no início do século XX. Em um primeiro momento, a própria configuração assumida pela instituição permitiu o exercício de várias funções reconhecidas como femininas. No final dos anos 1930, contudo, o instituto passou a receber as jovens egressas dos cursos de ciências das faculdades de filosofia para treinamento nos laboratórios de pesquisa, o que representou uma inflexão na história do próprio órgão, cujo corpo técnico-científico era exclusivamente masculino.

Nas duas décadas seguintes, a instituição apresentou um crescimento contínuo, com a criação de novos serviços, ampliação das atividades e aumento do quadro de pessoal, tanto do corpo técnico-científico, quanto dos serviços administrativos, técnicos e auxiliares. Em 1926, o número de chefes de serviço aumentou de seis para sete, e o de assistentes, para 24 (passaram a ser chamados de chefes de laboratório). Por sua vez, a área

¹ Sobre Bertha Lutz, ver principalmente: Soihet (1974), Lopes et al. (2004), Sombrio (2007) e Sousa (2009).

² No IOC, ela foi contratada como tradutora entre 1919-1922. Depois disso, exercia atividades de forma oficiosa, sem vínculo e remuneração formais.

administrativa passou a compreender: secretaria, tesouraria, zeladoria, almoxarifado e arquivo. Já os serviços auxiliares se expandiram para 13 seções: biblioteca, museu, desenho, fotografia e microfotografia, tipografia,³ esterilização e preparo de meios de cultura, distribuição de vacinas e soros, biotérios e cavalariças, mecânica e eletricidade, carpintaria, conservação de imóveis e estradas, oficina de encadernação e oficina de preparação de ampolas e aparelhos de vidro (Benchimol, 1989, p. 65).⁴

Esse arranjo organizacional marcado pela realização de várias atividades diferentes – pesquisa, ensino, produção de imunobiológicos, assistência hospitalar – requeria não apenas uma infraestrutura extensa e diversa, de que poucas instituições científicas dispunham na época, como também um quadro de pessoal com múltiplas especializações, embora não fosse tão expressivo quantitativamente. Nesse sentido, a instituição gerou muitas oportunidades de trabalho não apenas para os médicos, principal grupo profissional que compunha o corpo técnico-científico da pesquisa de laboratório, mas também para diferentes tipos de ofícios e profissões. Embora os homens predominassem em todas as categorias funcionais – pessoal técnico-científico, burocrático, auxiliar –, as mulheres estavam presentes desde os anos 1910. Elas eram empregadas em ocupações tipicamente femininas, como serviços domésticos e de costura, mas também naquelas novas ocupações fora do lar – secretária, telefonista, datilógrafa – que emergiram com o aumento da escolarização feminina e o desenvolvimento industrial e urbano nos anos 1920 (Maluf; Mott, 2008, p. 402). Nas décadas seguintes, a ampliação do acesso de mulheres ao ensino superior lhes permitiu alcançar o espaço nobre da instituição – o laboratório, no qual se organizavam a pesquisa científica e o ensino.

A partir da reflexão proposta pelo dossiê temático acerca da preservação de documentos que remetam à complexidade dos feminismos, nos propomos a dialogar com essa temática a partir da investigação sobre a presença de mulheres que trabalharam no IOC entre 1930 e 1970,⁵ desempenhando diversas atividades nos vários campos de atuação institu-

³ Em 1912, a tipografia passou a imprimir a revista Memórias do Instituto Oswaldo Cruz e outros itens como rótulos, embalagens, papel timbrado etc. (Benchimol, 1989, p. 12).

⁴ À medida que foram concluídas as construções de Manguinhos, muitos dos operários especializados – pintor, pedreiro, eletricista, bombeiro hidráulico, mecânico – foram aproveitados para compor os serviços auxiliares relacionados à conservação dos imóveis, do campus e dos maquinismos (Benchimol, 1989, p. 5).

⁵ Pelo decreto n. 66.624, de 22 de maio de 1970, foi estabelecida a Fundação Instituto Oswaldo Cruz, na qual foram incorporados o Instituto Oswaldo Cruz e outras instituições ligadas ao Ministério da Saúde.

cional – assistência hospitalar, pesquisa e ensino, produção de imunobiológico –, além de outras ocupações ligadas à administração, aos serviços de infraestrutura, apoio técnico e produção de insumos, como cozinheiras, arrumadeiras, copeiras, costureiras, entre outras.

Para tanto, recorreremos às fontes arquivísticas do IOC e da Fiocruz. O maior desafio foi explorar a documentação disponível para descobrir os rastros deixados por dezenas de mulheres que, ao contrário de Bertha Lutz, eram quase ou totalmente anônimas e, por isso mesmo, invisíveis ao olhar de quem não as procura. Dentre essas, selecionamos três tipos de profissionais: pesquisadoras, bibliotecárias e enfermeiras.

Os arquivos de uma instituição científica e a história das mulheres nas ciências

Escrever a história das mulheres, assinala Michelle Perrot (2017), significa retirar as mulheres do silêncio imposto pelo devir das sociedades e pelo próprio relato historiográfico. Dentre outras razões para tanto, figura o *silêncio das fontes*, seja porque as mulheres deixam poucos vestígios de si, escritos e materiais, seja pela “ausência de informações precisas e circunstanciadas” (p. 17). Como, então, alcançá-las, indaga a historiadora; como quebrar o silêncio e os estereótipos que as envolvem? Embora as fontes existam em diversos lugares de memória – arquivos públicos e privados, bibliotecas, jornais, museus –, elas nem sempre são visíveis à primeira vista, com frequência se misturam as dos homens (p. 36).

A ciência ilustra bem as circunstâncias que envolvem as fontes relacionadas às mulheres. Nos arquivos científicos, confundem-se com frequência o arquivo de laboratório e o arquivo pessoal do cientista, em particular quando esse exerce a função de chefe e/ou líder do grupo de pesquisadores e estudantes que atuam no laboratório (Santos, 2012, p. 35).⁶ Como se sabe, a atividade científica se instituiu historicamente enquanto um território com predomínio masculino, que se expressa tanto em termos quantitativos, quanto na distribuição de poder e de prestígio nas hierarquias das organizações e disciplinas científicas (Schiebinger, 2001, 2004). Nesse sentido, é comum encontrar os papéis pessoais de pesquisadoras em meio à documentação do laboratório e dos arquivos pessoais de homens – colegas, chefes, e até mesmo parentes que exerciam a mesma atividade,

⁶ Arquivos científicos compreendem todas as fontes arquivísticas que permitem estudar a evolução das políticas de ensino e pesquisa, de uma disciplina, e do papel de um cientista no desenvolvimento do conhecimento (Santos, 2012, p. 34).

como pais e maridos. Por outro lado, os arquivos pessoais nem sempre existem ou foram preservados de modo a permitir o acesso público.

Nesse sentido, os acervos institucionais passam a oferecer uma alternativa interessante para identificar as mulheres nas instituições científicas. Esse é o caso do acervo arquivístico da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que reúne documentos institucionais e pessoais referentes aos campos das ciências biomédicas e da saúde pública brasileira desde fins do século XIX até a atualidade. Ele nos ofereceu a possibilidade de identificar a presença de mulheres em diversos campos de atividade no antigo IOC, embora, a princípio, a tarefa não tenha sido fácil. Primeiro, pela pouca informação a respeito das mulheres, em cuja maioria dos registros consta apenas o nome e a atividade exercida. A exceção a esse padrão é o grupo de pesquisadoras, que dispõe de um número maior e variado de registros, como currículos, notícias de jornal, publicações, fotografias, documentos textuais, obituários, e até mesmo entrevistas. Em segundo lugar, a dificuldade também reside na relativa dispersão dos documentos pertencentes a mulheres quando eles não se apresentam reunidos sob um mesmo fundo pessoal. Esses totalizam apenas sete, mas é possível encontrar referências a elas, principalmente nos fundos pessoais cujos titulares são homens, que somam 81, e nos fundos institucionais (19), entre os quais se encontra o do Instituto Oswaldo Cruz, o maior do acervo, composto principalmente por documentos textuais, iconográficos e cartográficos.⁷ Além disso, constam, em menor volume, oito coleções: duas de homens; uma de uma família; uma de um casal de cientistas; três de instituições; uma de documentos avulsos, com séries pessoais de homens (sete) e séries institucionais (seis).

Diante desse vasto conjunto documental, selecionamos os fundos pessoais de homens e mulheres relacionados ao Instituto Oswaldo Cruz, e o próprio fundo da instituição, que constitui o objeto da análise. Vale dizer que essa escolha não esgota as possibilidades de pesquisa do acervo, representando apenas uma estratégia para visualizar de forma preliminar as mulheres que trabalharam na instituição. Quantas eram? Quais as atividades que desenvolveram e onde estavam? Quanto tempo permaneceram?

Essas foram as indagações que orientaram inicialmente a pesquisa na documentação selecionada. A pesquisa permitiu estabelecer uma primeira identificação da população feminina baseada na descrição das atividades

⁷ A classificação documental do acervo se baseia nas categorias fundo e coleção, ambas subdivididas em pessoal e institucional. O fundo reúne documentos de uma mesma proveniência, ao passo que a coleção constitui um conjunto documental com características comuns, reunidos intencionalmente (Arquivo Nacional, 2005). O acervo totaliza 105 fundos e oito coleções.

executadas e na distribuição do quantitativo de ingressantes por período. O Quadro 1 e a Tabela 1 mostram os resultados obtidos com base nessas classificações.

Quadro 1 – Categorias de atividades e funções exercidas pelas mulheres no IOC (1919-1970)⁸

Categorias de atividades	Funções
Assistência	Enfermeira, atendente, auxiliar de enfermagem e servente
Administração	Armazenista, auxiliar de encadernação, auxiliar de escritório, datilógrafo, escrevente, escriturário, secretário, taquígrafo e tradutor
Biblioteca	Chefe de biblioteca e bibliotecário auxiliar
Pesquisa, produção, ensino	Auxiliar de laboratório, auxiliar acadêmico, assistente de bioquímica, artífice, biólogo, desenhista, entomologista, laboratorista, professor e pesquisador
Serviço doméstico	Arrumadeira, copeira, costureira, engomadeira, servente e serviçal

Fonte: Fiocruz COC/DAD, fundo IOC

Tabela 1 – Mulheres no IOC, segundo categorias de atividade e período de ingresso

Categoria/ Década de ingresso	1910- 1920	1921- 1930	1931- 1940	1941- 1950	1951- 1960	1961- 1970	Total
Assistência	1	13	4	11	2	1	32
Administração	2	0	2	14	2	1	21
Biblioteca	0	0	0	5	2	0	7
Pesquisa, produção, ensino	0	3	6	13	11	1	34
Serviço doméstico	1	8	2	19	6	0	36
Total	4	24	14	62	23	3	130

Fonte: Fiocruz COC/DAD, fundo IOC

⁸ Destacamos que essas denominações sofreram variações ao longo do período analisado, em função de mudanças do regime jurídico estatutário que regia os cargos e salários do quadro de pessoal do Ministério da Saúde. Apesar disso, elas expressam as áreas finalísticas (pesquisa, ensino, produção) e as de administração e de serviços, que permaneceram estáveis no tempo.

Entre os anos 1910 e 1970, contabilizamos 130 mulheres contratadas como funcionárias efetivas ou temporárias, que atuavam em diferentes espaços institucionais relativos às áreas de atuação finalística – laboratórios de pesquisa, ensino e produção de vacinas e soros; hospital de doenças tropicais, originalmente denominado Oswaldo Cruz –, e as áreas de administração e de serviços e apoio técnico, como a biblioteca.

Do ponto de vista do ingresso, observa-se uma mudança significativa entre as décadas de 1910 e 1920, quando o número total de mulheres saltou de quatro para 24. Nos anos 1930, esse movimento é contínuo, mas o maior afluxo total de ingresso ocorreu nas duas décadas seguintes. Nos anos 1940, o quantitativo aumentou em todos os campos, chamando a atenção a importância dos contingentes de ingressantes nas atividades administração e serviço doméstico. Quanto à primeira atividade, o dado obtido é coerente com a tendência segundo a qual o desenvolvimento da economia urbana e a elevação da escolarização feminina promoveram a emergência de novas ocupações para as mulheres a partir dos anos 1920. As oportunidades de trabalho surgiram principalmente com a evolução do setor terciário, no qual as mulheres foram incorporadas como telegrafistas, telefonistas, escriturárias, secretárias, datilógrafas (Mattos; Borelli, 2013, p. 134; Maluf; Mott, 2008).

No caso da atividade de serviço doméstico, que registrou o maior número de ingressantes durante os anos 1940, vale assinalar que as funções exercidas recebiam a menor remuneração, comparativamente aos salários de outras funções. De acordo com o quadro comparativo dos técnicos do IOC de 1952,⁹ o salário de um biólogo¹⁰ variava, conforme o nível, entre 3.620 e 7.230 cruzeiros; já o salário de uma costureira variava entre 1.440 e 1.580 cruzeiros. Por sua vez, a atividade de assistência, que surge com o terceiro maior grupo de ingressantes, também se caracteriza pelos salários mais baixos. Em 1952, a remuneração das funções que a envolviam era equivalente a 1.720 cruzeiros. Naquele momento, portanto, a maior remuneração estava ligada às atividades de pesquisa, ensino e produção, nas quais se incorporou o contingente de pesquisadoras.

Em um segundo momento da pesquisa realizada no acervo, foi possível avançar na caracterização do grupo de mulheres relacionado às atividades de pesquisa, ensino e produção, em virtude das possibilidades oferecidas

⁹ Fiocruz, COC/DAD, fundo IOC, seção Serviço Administrativo, série Administração Geral, caixa 7, maço 2.

¹⁰ Nesse cargo enquadravam-se as funções exercidas nas atividades de pesquisa, ensino e produção.

pelos registros documentais. Como referido anteriormente, esse grupo é o que apresenta o maior e mais diverso conjunto documental. Além disso, utilizamos a ferramenta de busca oferecida pela Base Arch – sistema eletrônico que permite acesso on-line ao acervo arquivístico da Fiocruz.¹¹ A base disponibiliza também a forma de organização dos arquivos pessoais, baseada no método funcional, de acordo com o qual o primeiro nível de classificação dos documentos retrata as funções e atividades do produtor do arquivo,¹² o que facilita o conhecimento do âmbito da atuação do cientista e de suas relações profissionais (Santos, 2005).¹³

O grau de detalhamento oferecido por esse instrumento permitiu extrapolar os fundos e coleções selecionados inicialmente, buscando identificar as mulheres desse grupo de atividade no acervo em sua totalidade, de modo a ampliar a sua visibilidade. A título de exercício metodológico, configuramos uma rede de relações pessoais e profissionais, baseada nas inter-relações dos conjuntos documentais referentes a elas e àqueles nos quais aparecem citadas.

O primeiro procedimento do exercício consistiu em buscar nominalmente as 34 pesquisadoras que foram identificadas na fase inicial da pesquisa no acervo. Foram encontrados 21 nomes que aparecem em diversos níveis de classificação arquivística: três fundos; um subgrupo; uma coleção; 68 dossiês; uma subsérie; 31 itens.¹⁴ Esses registros tratam diretamente das mulheres pesquisadas ou as mencionam. Eles referem-se à vida pessoal, profissional e acadêmica, abrangendo uma gama variada de documentos: fotografias, cartas, artigos científicos, memorandos, depoimentos orais, telegramas, currículos, relatórios de expedições científicas, cadernos de anotações, entre outros.

A partir da localização dessa documentação foi possível elaborar um diagrama de rede (Figura 1) para demonstrar em qual nível de descrição arquivística podemos encontrar os documentos referentes a elas ou

11 Sobre a base, ver: <http://arch.coc.fiocruz.br/>.

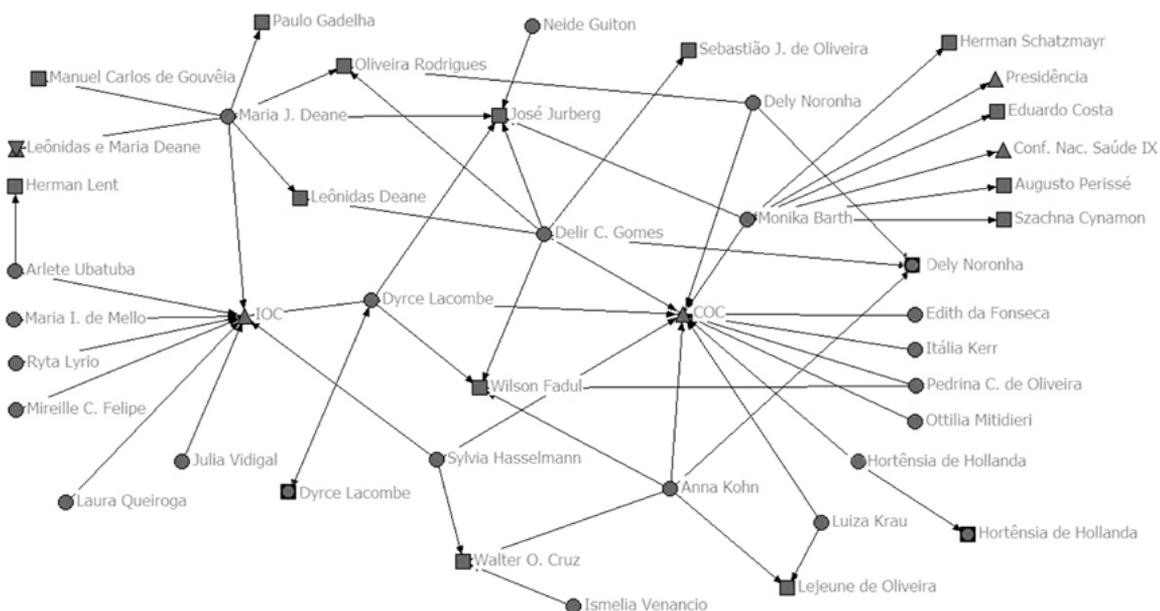
12 Sobre esse método e sua aplicação à organização de arquivos pessoais, ver: Santos (2005).

13 O primeiro nível de classificação orientado por essa abordagem é denominado de grupo, e corresponde às grandes funções desenvolvidas pelo produtor do arquivo. Esse pode ser dividido em subgrupo, remetendo às atividades exercidas pelo produtor em uma determinada função. Os níveis seguintes são dossiê e item, remetendo, respectivamente, a ações, eventos, pessoas etc., e a um tipo de documento, como, por exemplo, um negativo fotográfico (Departamento de Arquivo e Documentação/COC/Fiocruz, 2015).

14 De acordo com o Manual de Organização de Arquivos da Fiocruz, o nível mínimo de descrição recomendado para documentos textuais é o dossiê, ao passo que, para outros tipos de documentos, é passível a descrição no nível de item (Departamento de Arquivo e Documentação/COC/Fiocruz, 2015, p. 31).

àqueles que as mencionam. Em segundo lugar, o diagrama sugere um universo possível de relações pessoais e profissionais por elas cultivadas na época, por meio do entrecruzamento de referências a seus nomes em diferentes conjuntos documentais. Os sentidos das setas indicam qual o fundo/coleção em que elas aparecem citadas. Os quadrados localizam os fundos de homens, os quadrados com círculos dentro, os de mulheres. Já as circunferências pequenas representam as citações em dossiês, subséries, subgrupos ou itens. O triângulo diz respeito a fundos institucionais, e dois triângulos sobrepostos indicam uma coleção de um casal de pesquisadores.

Figura 1 – Diagrama de rede de mulheres na Base Arch¹⁵



À primeira vista, nota-se que os fundos institucionais do IOC e da Casa de Oswaldo Cruz (COC) concentram relações mais densas, o que se explica por dois motivos. Primeiro, o IOC era a instituição em que elas atuavam, reunindo um volume significativo de informações sobre suas trajetórias profissionais, tais como fotografias, publicações e relatos de expedições. Por sua vez, a COC é um centro de história e memória das

¹⁵ As referências aos fundos Paulo Gadelha, Conferência Nacional de Saúde IX, Eduardo Costa e Presidência dizem respeito a vínculos estabelecidos por Maria Deane e Mônica Barth após 1970, extrapolando o período selecionado para a análise.

ciências e da saúde pública, que desenvolveu vários projetos sobre a história das ciências biomédicas na Fiocruz, incluindo um programa de depoimentos orais que contou com entrevistas de várias pesquisadoras. Assim, as setas direcionadas a esse fundo remetem à documentação acumulada por essa instituição desde sua criação, em 1985.

Do ponto de vista das pesquisadoras, o diagrama mostra três fundos pessoais – Dirce Lacombe, Dely Noronha, Hortênsia de Hollanda, os quais foram doados por seus familiares.¹⁶ No fundo Dely Noronha, por exemplo, identificamos a relação com outras duas mulheres, Delir Correia Gomes e Anna Kohn, as quais eram companheiras de laboratório e com quem também publicou algumas vezes em coautoria. Há também uma seta que indica o nome Dely Noronha, o que significa que, além de um fundo, ela também se encontra em dossiê ou item – o mesmo acontece com Dyrce Lacombe e Hortênsia de Hollanda.

Constata-se também a dispersão de referências às pesquisadoras, representadas pelas circunferências que não remetem ao primeiro nível de classificação dos documentos, mas sim aos níveis abaixo, como dossiês, subgrupos, subséries e itens. Isso ocorre também em relação às pesquisadoras que têm fundos próprios – Dely Noronha, Dyrce Lacombe e Hortênsia de Hollanda –, nomeadas em dossiês e itens. Esse tipo de ocorrência se verifica na maioria das referências a elas nos fundos de homens que eram seus chefes ou colegas de laboratório, e com quem compartilhavam alguma atividade e/ou publicavam. Um exemplo desse tipo de vínculo é Anna Kohn, que aparece citada no fundo Walter Oswaldo Cruz, de quem foi colega na Sociedade de Biologia do Rio de Janeiro. Ela também é mencionada nos fundos de Wilson Fadul e Lejeune de Oliveira. Esse último foi chefe da Divisão de Zoologia, onde ela trabalhava.

Essa rede também evidencia uma outra forma de relacionamento entre os cientistas: o casamento. Os laços familiares se replicavam em elos profissionais nos casos de Lejeune de Oliveira e Luiza Krau; Monika Barth e Herman Schatzmayr; Sylvia Hasselmann e Walter Oswaldo Cruz; Maria Deane e Leônidas Deane. Nesses pares, em geral, os homens eram os chefes dos laboratórios onde elas trabalhavam, e com quem publicavam em coautoria.

O uso dessa metodologia apresenta um grande potencial para explorar as fontes documentais. Ela pode ser aplicada a qualquer grupo profissional.

¹⁶ Hortênsia de Hollanda não pertencia ao IOC. No entanto, o seu fundo foi doado por uma pesquisadora dessa instituição.

Mas, nesse caso, foi particularmente útil, pois permitiu a ampliação e o aprofundamento da pesquisa no acervo arquivístico, evidenciando a presença de mulheres além dos três fundos pessoais dos quais são titulares.

Nas próximas seções, trataremos dos três grupos profissionais que selecionamos para analisar, começando com as 21 pesquisadoras. Na sequência, abordaremos as bibliotecárias e as enfermeiras.

A presença de mulheres no laboratório

A profissionalização de mulheres na atividade científica no Brasil está relacionada à expansão da escolarização feminina promovida pelas reformas educacionais dos anos 1920-1930, mas sobretudo pela ampliação do acesso ao ensino superior, propiciada pelo surgimento das faculdades de filosofia, ciências e letras a partir dos anos 1930, notadamente, na Universidade de São Paulo, fundada em 1934, e na Universidade do Brasil, estabelecida na capital federal, em 1939 (Ferreira et al., 2008; Azevedo; Ferreira, 2006, p. 215-234).

O afluxo crescente e maciço de mulheres, em particular oriundas das classes média e alta, nos cursos de ciências foi um fenômeno inédito. Impôs uma inflexão no predomínio do sexo masculino na escolarização em nível superior e nos laboratórios das instituições científicas existentes. As faculdades de filosofia contribuíram efetivamente para a superação de um padrão de recrutamento que, *a priori*, excluía as mulheres das profissões de nível superior. As tradicionais faculdades e escolas profissionais foram concebidas como territórios destinados à educação masculina, em que a participação de mulheres era restrita a casos esporádicos e onde elas enfrentavam severas barreiras morais e intelectuais (Rago, 2000, 2002). Nesse sentido, as faculdades de filosofia representaram uma inovação institucional com repercussão ampla do ponto de vista das relações de gênero na vida científica e intelectual do país.

Esse novo padrão de recrutamento para o ensino superior possibilitou seu acesso às instituições científicas. No caso do Instituto Oswaldo Cruz, o maior afluxo ocorreu durante as décadas de 1940 e 1950: do total de 34 mulheres, 24 ingressaram nesse período. A coleta de dados funcionais, conjugada com informações sobre a vida pessoal de algumas dentre as 21 pesquisadoras localizadas no acervo institucional, possibilitaram um esboço preliminar do perfil do grupo.

Notamos que elas eram representantes de diferentes gerações. A primeira geração é composta por sete mulheres que nasceram entre 1910-

1920, e ingressaram na instituição durante as décadas de 1930-1940.¹⁷ A segunda, é formada por 14 pesquisadoras, nascidas entre 1930 e 1940; elas entraram no IOC nas duas décadas seguintes, principalmente durante os anos 1950.¹⁸

Na primeira geração, identificamos três pesquisadoras formadas em farmácia, duas em medicina e uma em química. No IOC elas adquiriram capacitação no leque das especialidades relacionadas à pesquisa biomédica: patologia, endocrinologia, virologia, bioquímica, microbiologia e imunologia. Vale assinalar o envolvimento de duas delas com áreas tecnológicas: Arlete Ubatuba, médica formada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1942, atuava em um laboratório de produção de vacina bacteriana da Divisão de Microbiologia e Imunologia do IOC. Já Laura Queiroga se dedicou à cultura de tecidos, técnica que, no início dos anos 1950, começava a se desenvolver no país e cuja principal referência era o Laboratório de Cultura de Tecidos da Universidade do Brasil.¹⁹ Laura frequentou esse laboratório entre 1957 e 1959. Ali, obteve o treinamento inicial nessa técnica, que aperfeiçoaria nos Estados Unidos, onde esteve em um estágio de dois meses em 1959, como bolsista da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). No Brasil, em 1962, a pesquisadora, que também era especialista em virologia, se envolveu com o programa de vacinação contra a poliomielite em João Pessoa. Ela retornou aos Estados Unidos com bolsa da Opas entre 1964 e 1966, vindo a falecer em 1970.

Os estágios no exterior constituem um elemento comum a outras três pesquisadoras dessa geração. Em 1953, duas farmacêuticas se dirigiram aos Estados Unidos: Julia de Vasconcelos, especializada em virologia, fez estágio sobre técnicas de cultivo de vírus e rickettsias (gênero de bactéria); Maria Isabel Melo, especialista em endocrinologia, realizou estudos sobre diagnóstico precoce de câncer e distúrbios hormonais nas universidades norte-americanas de Cornell e da Pensylvania. Por sua vez, a

¹⁷ A primeira geração era composta pelas seguintes pesquisadoras: Rita Alves Cardoso; Maria Isabel Melo; Julia Vasconcelos; Laura Maria Queiroga; Arlete Ubatuba; Clelia de Paiva e Mireille Isaacson Carneiro Felipe.

¹⁸ As pesquisadoras dessa geração foram: Dirce Lacombe; Otilia Mitidieri; Ismélia Lyrio Alves de Almeida; Itália Kerr; Ortud Monica Schatzmayr; Pedrina Oliveira; Ana Kohn; Luiza Krau Oliveira; Delir Correa Serra Freire e Dely Noronha Magalhães Pinto.

¹⁹ Esse laboratório foi pioneiro na técnica de cultura de tecido, notabilizando-se pela aplicação ao cultivo de protozoários patogênicos, entre os quais o *Trypanosoma cruzi*, agente causador da doença de Chagas. Chefiado pela pesquisadora Hertha Meyer, alemã de origem judaica que imigrou para o Brasil em 1939, esse laboratório integrava a cátedra de física biológica, criada por Carlos Chagas Filho na Faculdade Nacional de Medicina, que se transformaria em Instituto de Biofísica em 1945 (Azevedo; Lima, 2010).

médica Arlete Ubatuba residiu na Escola de Medicina da Universidade de Pittsburgh entre 1964 e 1966.

Outro traço compartilhado por cinco pesquisadoras é o vínculo com a docência. Inicialmente, atuavam como assistente da disciplina conduzida pelos chefes de divisão, seção e laboratório, e depois passaram a atuar como professoras. Em grande medida, essa função constituiu uma oportunidade aberta com a implementação de vários tipos de cursos de especialização, que substituíram o Curso de Aplicação, extinto em 1949, e nos quais várias delas tinham sido alunas.

Vale mencionar que essas novas modalidades de cursos representaram uma fonte relevante de recrutamento feminino para os laboratórios do IOC. Eles atraíram uma nova clientela, bem diferente do tradicional público do Curso de Aplicação, que era oriundo das escolas médicas e do sexo masculino. Os jovens (homens e mulheres) recém-formados, principalmente os das faculdades de filosofia, estavam interessados nesses cursos que ofereciam especialização em técnicas e conhecimentos recentes, como a eletromicroscopia, bioquímica, química de proteínas. Atrativos adicionais desses cursos residiam na concessão de bolsa de estudo e na possibilidade de fixação na instituição concedida aos diplomados que conseguissem a autorização do diretor para continuar os estudos ou iniciar investigações como estagiários nos laboratórios (Azevedo; Ferreira, 2012, p. 600-603).

Do ponto de vista da ascensão funcional, sabe-se que Rita Lyrio Alves de Almeida e Maria Isabel Melo ocuparam cargos de chefia. Em 1957, a primeira era chefe do Laboratório de Patologia Fetal e Infantil. Já a segunda aparece na chefia do Laboratório de Bioquímica em 1960, e na chefia da Seção de Endocrinologia em 1968.

Do ponto de vista pessoal, não há registro disponível sobre as mulheres dessa geração. Sabe-se apenas que Arlete Ubatuba foi casada com Fernando Ubatuba, pesquisador com quem trabalhava na Seção de Endocrinologia.²⁰ Já Mireille Isaacson Carneiro Felipe dos Santos era filha do renomado cientista José Carneiro Felipe, que ingressou no IOC durante os anos 1920. Ele trabalhou na Divisão de Química e era professor do Curso de Aplicação, lecionando matemática, física e físico-química.

Entre as 14 mulheres que compõem a segunda geração de pesquisadoras do IOC, duas eram formadas em farmácia, duas em química e sete em

²⁰ Em 1970, Fernando Ubatuba teve os direitos políticos cassados pelo AI-5, constando do grupo de cientistas do IOC que protagonizaram o episódio denominado de Massacre de Manguinhos.

história natural, nas faculdades de filosofia, ciências e letras: cinco na Universidade do Brasil e duas na Universidade do Estado da Guanabara (UEG).²¹ Nessas duas faculdades, sobretudo, elas entraram em contato com professores que eram também pesquisadores do IOC. Eles as convidavam para integrar as equipes de estagiários e assistentes nos laboratórios dos quais eram chefes. Para tanto, era obrigatória a frequência no tradicional Curso de Aplicação e nos cursos de especialização que o substituíram a partir de 1949.²²

Esse grupo detinha diversas especialidades: entomologia, helmintologia, patologia, virologia, micologia, biologia marinha, palinologia, limnologia. Assim como ocorreu com as mulheres da primeira geração, os estudos no exterior também constituíram uma prática adotada. Anna Kohn fez estágio durante três meses, em 1963, na Hebrew University, em Jerusalém, onde se dedicou ao estudo de parasitos de peixes, sob a orientação dos professores G. Wertheim e Ilan Papema. Dirigiu-se depois para Paris, onde estagiou no Musée National d'Histoire Naturelle com os professores Alain Chabaud e Robert Dollfus. Por sua vez, Pedrina Cunha, entre 1967 e 1969, cursou mestrado na Universidade de Sheffield, em Londres, obtendo o título *master of science* pela tese “A study of aspects of heterokaryosis in *Aspergillus nidulans*”. Ao retornar ao IOC, dedicou-se à montagem do Laboratório de Genética do *Aspergillus nidulans*. Dirce Lacombe também estagiou nos Estados Unidos em 1967, no Osborn Laboratories of Marine Science.

As fontes disponíveis mostram ainda que nove pesquisadoras exerciam atividade docente no IOC e em outras instituições de ensino superior e de pesquisa, principalmente a Universidade do Brasil.²³ Um outro aspecto do perfil desse grupo, compartilhado com as pesquisadoras da primeira geração, é a longa carreira que realizaram na instituição. A maioria permaneceu por mais de 25 anos; várias se aposentaram durante

²¹ A Universidade do Estado da Guanabara (UEG) tem origem na Universidade do Distrito Federal (UDF), criada em 1950 pelo agrupamento de instituições e faculdades: Direito, Ciências Econômicas, Ciências Médicas, e a de Filosofia do Instituto LaFayette. Em 1958, a UDF foi rebatizada de Universidade do Rio de Janeiro (RJ), alterando o nome para UEG em 1961. Somente em 1975 foi adotado o atual nome de Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

²² A realização do Curso de Aplicação, criado em 1909, era uma exigência para ingressar no corpo técnico-científico da instituição. Após sua conclusão e um período de estágio não remunerado nos laboratórios, o pesquisador voluntário poderia ser incluído como assistente no quadro de pessoal (Benchimol, 1990, p. 69).

²³ As pesquisadoras docentes são: Dirce Lacombe; Ismélia Lyrio Venancio; Itália Kerr; Ortrud Monica Schatzmayr; Pedrina Oliveira; Ana Kohn; Luiza Krau; Delir Correa Serra Freire e Dely Noronha Magalhães Pinto.

a década de 1990²⁴ e continuaram a trabalhar, algumas até hoje. Por último, vale assinalar, com base em arquivos pessoais e entrevistas, que oito delas foram casadas, pelo menos quatro com colegas de laboratório (Otilia Mitidieri, Luiza Krau, Ortrud Monica Schatzmayr e Delir Freire), e tiveram filhos.

A presença de mulheres na biblioteca de Manguinhos

A biblioteca de Manguinhos foi dirigida por Assuerus Hipolytus Overmeer desde a sua organização, em 1909. Indicado por Oswaldo Cruz, permaneceu como responsável pela biblioteca até seu falecimento, em 1944, quando Hugo Capeto de Câmara, cedido pela Biblioteca Nacional, assumiu interinamente. Até então, a biblioteca dispunha de um pequeno quadro de funcionários. Esse quantitativo cresceu nos anos seguintes, acompanhando a expansão da formação em biblioteconomia.

No Rio de Janeiro, a principal referência era a Biblioteca Nacional, que, em 1911, estabeleceu o primeiro curso, que não se iniciaria devido à desistência dos inscritos.²⁵ Somente em 1915 foi formada a primeira turma e iniciado o curso, cuja duração era de um ano. Funcionou até 1922, quando foi descontinuado, retornando em 1933. Com duração de dois anos, o curso era direcionado exclusivamente para a organização das seções da própria instituição. Essas limitações começaram a ser superadas na década de 1940, quando a Biblioteca Nacional implementou várias mudanças na organização do acervo e no próprio curso de formação de bibliotecário, que passou a se estruturar em três níveis: fundamental, superior e avulsos.²⁶ Vale mencionar que essa reestruturação foi implementada em 1944, por Cecília Roxo Wagley e José Montello, com base no

24 Maria Ferrari Gomes e Neide Guitton Maciel se transferiram, respectivamente, em 1959 e 1970, para o Departamento Nacional de Endemias Rurais. Otilia Mitidieri, junto com seu marido, Emilio Mitidieri, deixou a instituição em 1978 para trabalhar no Instituto Nacional do Câncer (Inca). Nessa época, os funcionários do regime jurídico estatutário, admitidos até então por concurso público, como era o caso do casal de pesquisadores, foram obrigados a optar pelo regime CLT ou a se desligar da instituição, em vista da transformação do IOC em Fundação Oswaldo Cruz em 1970, quando foi estabelecido o regime jurídico da Consolidação das Leis do trabalho (CLT).

25 O segundo curso de biblioteconomia do país foi criado no Instituto Mackenzie, em São Paulo. Ele foi dirigido inicialmente pela norte-americana Dorothy Muriel Guedes, que foi sucedida por Adelpha Rodrigues de Figueiredo (Mueller, 1985).

26 O fundamental não requeria a conclusão do curso secundário completo (ginásio e colegial) e formava profissionais para a execução de serviços técnico-auxiliares. O curso de nível superior exigia o secundário completo e habilitava para administrar a biblioteca e dirigir os técnicos. A terceira modalidade de cursos avulsos tinha como finalidade a atualização de bibliotecários e auxiliares, e apresentava duração variável (Castro, 2000).

projeto da bibliotecária Heloisa Cabral da Rocha Werneck (Castro, 2000, p. 81).

A fonte de inspiração para tais mudanças foi a reforma da biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), que, em 1942, implantara a padronização do sistema de catalogação de acervos, que permitiria a integração e a capacitação das bibliotecas brasileiras. À frente dessa inovação, uma bibliotecária – Lydia de Queiroz Sambaquy – implantou e coordenou o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) (Oddone, 2006; 2013).

São dessa época as referências que localizamos das primeiras bibliotecárias em Manguinhos. A primeira foi Dejanira Guerreiro Pinto, que ingressou em 1942; ela foi contratada como bibliotecária auxiliar, permanecendo até 1944. Nesse ano, uma nova bibliotecária se apresentou: Emilia Bustamante. Quatro anos depois, ela foi efetivada como chefe, e permaneceu à frente da biblioteca por trinta anos.

A documentação disponível no acervo não contempla informações específicas a respeito dessas mulheres. Elas não dispõem de fundos e coleções, tal como as pesquisadoras. As referências a elas foram encontradas em relatórios institucionais e outros tipos de documentos administrativos do IOC e da própria biblioteca. Esses indicam os nomes e descrevem as atividades desse setor, entre as quais é possível deduzir as funções que elas desempenhavam e os cargos de chefia e de auxiliar que ocupavam, para os quais eram requeridos, respectivamente, a formação superior e fundamental.

Além de Emilia e Dejanira, identificamos outras cinco bibliotecárias ao longo do período analisado: Giselda Fonseca; Rosy Bleggi Peix, que atuou apenas por um ano e foi transferida por permuta para a Biblioteca Nacional; Maria Laura da Cunha Lion, também removida para a Biblioteca Nacional; Christiana Ottoni Vieira da Cunha, que teve uma curta passagem de dois meses em 1945; Heloísa Machado de Bustamante, que trabalhou entre 1946 e 1951.²⁷ À exceção de Emilia, as demais exerciam a função de auxiliar. Giselda foi a que permaneceu por mais tempo, atuando diretamente com Emilia, inclusive substituindo-a provisoriamente no cargo de chefe em 1951. Elas promoveram cursos e pesquisas em acervos científicos pertencentes a bibliotecas e institutos de pesquisa do país.

²⁷ Em 1957, do total de 12 funcionários, metade eram mulheres.

A presença de mulheres no “Hospital de Doenças Tropicais”

A categoria assistência compôs o terceiro maior grupo de mulheres presentes nos registros oficiais do IOC, na condição de servidoras. As mulheres classificadas nas categorias laboratório (34), serviço doméstico (36) e assistência (32) constituíam 78% do contingente feminino que ocupou cargos no IOC ao longo de seis décadas (1910 a 1960). As funções incluídas na categoria assistência são as de enfermeira, auxiliar de enfermagem, atendente e servente. A maioria (18) foi registrada no cargo de enfermeira. As restantes (14) são registradas como auxiliar de enfermagem, atendente ou servente.

A demanda por enfermeiras e outras ocupações relacionadas à assistência surgiu quando foi instalado, em 1922, o Hospital Oswaldo Cruz, como um anexo ao IOC. Mencionado na documentação como “Hospital de Doenças Tropicais”, o órgão tinha, conforme o regulamento estabelecido pelo decreto n. 17.512, de 5 de novembro de 1926, uma atribuição peculiar: realizar “pesquisas e estudos experimentais e clínicos das doenças regionais do Brasil”. Por isso, no hospital, deveriam ser internados somente “os doentes que ofereçam assunto para pesquisas científicas, destinadas ao esclarecimento de problemas de patologia, terapêutica, profilaxia etc.”. Nessa configuração, o trabalho de assistência hospitalar, que caberia às enfermeiras, deveria garantir que “nas experiências e intervenções que se façam necessárias, serão observados, rigorosamente, todos os deveres de humanidade e serão respeitados os interesses superiores da saúde e da vida dos doentes”. O “Hospital de Doenças Tropicais” não era uma instituição estritamente dedicada ao tratamento de doentes. Era um “laboratório” que servia para pesquisas clínicas e experimentais que tinham como objeto os corpos de pessoas acometidas de “doenças tropicais”.

O ingresso de enfermeiras no IOC ocorreu a partir da década de 1920, e coincide com a fase inicial do processo de profissionalização da enfermagem no país. A historiografia registra, entre 1890 e 1920, o funcionamento de cursos de enfermagem em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife (Mott, 1999; Mott; Oguisso, 2003; Mott; Tsunehiro, 2002, p. 592). Os cursos de enfermagem eram ministrados em hospitais, hospícios, maternidades, policlínicas e dispensários, a maioria entidades privadas (laicas ou religiosas) de caráter filantrópico. Ainda que se note a contratação de algumas enfermeiras diplomadas nos Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha para atuar como professoras, o corpo docente dos cursos de enfermagem era constituído por médicos que demonstravam estar razoavelmente

atualizados sobre o método moderno (padrão *nightingale*) de formação profissional em enfermagem. No entanto, o pequeno número de enfermeiras efetivamente diplomadas – as turmas quase sempre tinham menos de dez alunas – era um indício de que o acesso à enfermagem profissional se restringia a determinados grupos sociais.

Entre as décadas de 1920 e 1940 o padrão da formação em enfermagem foi escolarizado, com a criação de escolas de enfermagem de nível superior, que reproduziram o “sistema norte-americano”. Oficialmente, esse processo começou a partir de um acordo firmado, em 1921, entre o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) – a primeira agência do governo federal brasileiro responsável por ações contra doenças infectocontagiosas e pela educação sanitária das populações – e a Fundação Rockefeller. Um grupo de enfermeiras estrangeiras, a maioria de nacionalidade norte-americana, conhecido como Missão de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, foi responsável pela criação de três órgãos: 1) Serviço de Enfermeiras do DNSP, especializado em visita domiciliar de saúde pública; 2) Escola de Enfermeiras do DNSP (denominada Escola de Enfermeiras Ana Nery (EEAN) em 1927) e 3) Serviço de Enfermagem do Hospital Geral de Assistência, que funcionava como campo de estágio para as estudantes de enfermagem (Sauthier, 1999; Alcântara, 1963).

O funcionamento do “Hospital de Doenças Tropicais” no IOC deveria garantir não apenas a presença, mas também a permanência das enfermeiras. No entanto, isso não aconteceu. Sua curta permanência nos obriga a cogitar uma explicação relacionada às peculiaridades da formação de enfermeiras profissionais nessa época. Nem todas as mulheres contratadas como enfermeiras ou como auxiliares de enfermagem possuíam formação profissional formal em cursos e/ou escolas de enfermagem. Na época, a enfermagem não era uma profissão plenamente institucionalizada. Conviviam vários tipos sociais que praticavam atividades socialmente consideradas como enfermagem: enfermeiras diplomadas; auxiliares de enfermagem; enfermeiros práticos; práticos de enfermagem ou práticos licenciados e irmãs de caridade.

A maioria das enfermeiras (13) ingressou no IOC na década de 1920. No entanto, apenas três delas – Josepha Araújo Soares, Laura de Oliveira e Maria da Glória Oliveira – permaneceram e realizaram uma longa carreira. As outras ficaram alguns meses ou até mesmo alguns dias.

Foi possível identificar oito mulheres diplomadas como enfermeiras em curso de nível superior. Todas ingressaram no IOC depois de 1930. No caso das auxiliares de enfermagem, supomos tratar-se de mulheres sem

formação profissional. As anotações na documentação mostram que o cargo de auxiliar de enfermagem era equivalente ao de atendente. Uma prática habitual era contratar mulheres para a função de atendente que seriam posteriormente nomeadas como auxiliares de enfermagem, e vice-versa.²⁸ Observa-se o mesmo no caso das serventes, que ao longo do tempo foram promovidas para o cargo de atendente.

As enfermeiras diplomadas (ou sem identificação do tipo de formação profissional) não permaneciam por muito tempo no IOC. Nos registros consultados, há informações que atestam que apenas duas enfermeiras, Cecília Ribeiro dos Santos e Maria da Glória Oliveira, fizeram carreiras relativamente longas. Essa última permaneceu no IOC de 1926 a 1947, tendo ingressado no cargo de enfermeira, o qual foi convertido para o de atendente da classe C em 1936. Mais tarde, em 1944, seu prontuário registra que pertencia ao Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército Brasileiro, condição alcançada por ter integrado o Serviço de Saúde da Força Expedicionária Brasileira (Cytrynowicz, 2000). No caso de Cecília Ribeiro dos Santos, que trabalhou no IOC entre 1961 e 1970, há o registro de enquadramento nos planos de cargos e salários do serviço público que confirma a sua formação em nível universitário.

Outras enfermeiras que atuaram por até cinco anos no IOC foram: Laurinda Souza, Lúcia Ramos Correia, Helena Silva Pontes de Miranda, Alaíde Borges Carneiro e Regina dos Santos. A primeira foi Alaíde Borges Carneiro. Ela ingressou em 1940, cedida pelo Serviço de Assistência a Psicopatas do Distrito Federal, permanecendo apenas quatro meses. Por sua vez, Laurinda Souza e Lúcia Ramos Correia trabalharam no IOC nos anos 1950 por pouco tempo; elas eram enfermeiras vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura²⁹ (provavelmente atuavam em escolas de enfermagem ou hospitais-escola universitários).

Seria de se esperar que as enfermeiras formadas na EEAN aderissem ao cargo no “Hospital de Doenças Tropicais” do IOC, sobretudo quando sabemos que saúde pública era a orientação privilegiada na formação de enfermeiras. Mas isso não aconteceu. Nos registros arquivísticos, são citadas apenas quatro enfermeiras diplomadas na EEAN – Haydée Neves da Cunha, Elisa Werber, Maria José Ximenes e Annita Guanaes Dourado –

²⁸ Essa similaridade se encerrou a partir de 1949, quando os cursos de auxiliar de enfermagem foram oficializados como uma tentativa de suprir o déficit de enfermeiras diplomadas e ampliar o acesso à profissão para mulheres com baixo nível de escolaridade (Santos et al., 2002).

²⁹ Criado em 1953, a partir do desmembramento do antigo Ministério da Educação e Saúde.

que tiveram curta passagem, entre 1934 e 1945. Essas enfermeiras foram contratadas como enfermeiras-chefe, a função mais importante atribuída à formação no âmbito de um hospital. Contudo, elas não completaram um ano no cargo. Todas foram exoneradas, a pedido, meses após a admissão. Os destinos dessas enfermeiras foram, geralmente, a docência na EEAN ou a vinculação a algum órgão do DNSP, posteriormente incorporado ao Ministério de Educação e Saúde.

Considerações finais

A incursão ao acervo institucional da Fiocruz se revelou promissora quanto ao potencial de evidenciar a presença de mulheres atuando em diferentes ramos de atividades no IOC entre 1930 e 1970. Apesar dos esforços empreendidos pelos projetos de pesquisa que visaram retratar a trajetória das cientistas do IOC e de outras instituições de pesquisa do Rio de Janeiro, o “silêncio das fontes” sobre as mulheres permanecia como um problema à procura de uma solução.

Do ponto de vista metodológico, o artigo demonstrou o potencial do acervo arquivístico da Fiocruz, mostrando como é possível dar visibilidade à presença de mulheres, tal como verificamos no IOC. Mesmo nessa instituição científica predominantemente masculina, localizamos 130 mulheres exercendo diversas atividades, desde os tradicionais serviços domésticos até as funções situadas na fronteira da produção do conhecimento científico biomédico em meados do século XX. O exercício metodológico realizado com o auxílio da ferramenta de busca da Base Arch, mostrou as redes de relações profissionais e pessoais das pesquisadoras ao longo de suas trajetórias. Além disso, a identificação do contingente de mulheres revelou a diversidade de funções e as diferentes formas de inserção, remuneração, escolaridade, formação profissional, oportunidade de progressão e duração das carreiras. Quanto mais bem situadas na escala de valores e hierarquias de cargos e funções institucionais, maior é a possibilidade de encontrarmos os registros históricos de sua passagem pelo IOC.

Referências

- ALCÂNTARA, Glete. *A enfermagem moderna como categoria profissional: obstáculos à sua expansão na sociedade brasileira*. 1963. Tese (Livres-docência em Enfermagem) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1963.
- ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- AZEVEDO, Nara; LIMA, Ana Luce. *Carlos Chagas Filho: cientista brasileiro, profissão esperança*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.
- _____; FERREIRA, Luiz Otávio. Os dilemas de uma tradição científica: ensino superior, ciência e saúde pública no Instituto Oswaldo Cruz, 1908-1953. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 581-610, jun. 2012.
- BENCHIMOL, Jaime. *Retratos do cotidiano em Manguinhos*. *Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz*, n. 1, v. 1, p. 19-31, 1989.
- _____. *Manguinhos do sonho à vida*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 1990.
- _____. et al. Bertha Lutz e a construção da memória de Adolpho Lutz. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 203-250, abr. 2003.
- CASTRO, César Augusto. *História da biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica*. Brasília: Thesaurus, 2000.
- CYTRYNOWICZ, Roney. *A serviço da pátria: a mobilização das enfermeiras no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 73-91, 2000.
- DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO. *Manual de organização de arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2015.
- FERREIRA, Luiz Otávio; AZEVEDO, Nara; GUEDES, Moema; CORTES, Bianca. *Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969)*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, suplemento, p. 43-71, jun. 2008.
- LOPES, Maria Margaet; SOUSA, Lia; SOMBRIO, Mariana. *A construção da invisibilidade das mulheres nas ciências: a exemplaridade de Bertha Lutz (1894-1976)*. *Gênero, Cadernos do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero, Niterói*, v. 5, n. 1, p. 97-109, 2. sem. 2004.
- MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do mundo feminino*. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil. República da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 367-421.
- MATTOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. *Espaço feminino no mercado produtivo*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 126-147.
- MOTT, Maria Lúcia; OGUISSO, Taka. *Discutindo os primórdios do ensino de enfermagem no Brasil: o curso de Enfermagem da Policlínica de Botafogo (1917-1920)*. *Revista Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 22, p. 82-92, 2003.
- _____; TSUNECHIRO, Maria Alice. *Os cursos de enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira e o início da enfermagem profissional no Brasil*. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 55, p. 592, 2002.
- _____. *Revendo a história da enfermagem em São Paulo (1890-1920)*. *Cadernos Pagu, Campinas*, v. 13, p. 327-355, 1999.
- MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. *O ensino de biblioteconomia no Brasil*. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 14, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 1985.
- ODDONE, Nanci Elizabeth. *Lydia Sambaquy e a biblioteca do Dasp: contribuições para a constituição do campo biblioteconômico no Brasil*. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 77-91, jul./dez. 2013.
- _____. *O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil*. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2006.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2017.
- RAGO, Elisabeth Juliska. *Medicina e feminismo no início do século XX: Francisca Prager Fróes (Bahia: 1872-1931)*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 163, n. 415, p. 53-66, abr./jun. 2002.
- _____. *A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX*.

- Cadernos Pagu, Campinas, v. 15, p. 199-225, 2000.
- SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização*. São Paulo: ARQ-SP, 2012.
- _____. *Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2005.
- SANTOS, Regina Maria dos et al. Circunstâncias de oficialização do curso de auxiliar de enfermagem no Brasil: estudando as entrelinhas da lei 775/49. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, SP, v. 10, n. 4, p. 552-560, 2002.
- SAUTHIER, Jussara; BARREIRA, Ieda de Alencar. *As enfermeiras norte-americanas e o ensino da enfermagem na capital do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Escola Anna Nery/UFRJ, 1999.
- SCHIEBINGER, Londa. *Tiene sexo la mente? Las mujeres en los origenes de la ciência moderna*. Madrid: Ediciones Catedra, 2004.
- _____. *O feminismo mudou a ciência?* São Paulo: Edusc, 2001.
- SOIHET, Rachel. *Bertha Lutz e a ascensão social da mulher (1919-1937)*. 1974. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1974.
- SOMBRI, Mariana. *Traços da participação feminina na institucionalização de práticas científicas no Brasil: Bertha Lutz e o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (1939-1951)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, 2007.
- SOUSA, Lia. *Educação e profissionalização de mulheres: trajetória científica e feminista de Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1919-1937)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.
- STEPAN, Nancy. *Gênese e evolução da ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1976.

Recebido em 30/9/2019
Aprovado em 7/2/2020

É o que eu vou fazer!

Feminismos possíveis na adaptação cinematográfica de Mulher Maravilha

It's what I'm going to do! Possible feminisms in the film adaptation of Wonder Woman
¡Eso es lo que haré! Posibles feminismos en la adaptación cinematográfica de Mujer Maravilla

RESUMO

Amparado pela teoria feminista do cinema e pela perspectiva de discurso de Foucault, este artigo apresenta uma leitura das possíveis manifestações feministas do filme *Mulher Maravilha* (2017). Adota-se como premissa a afirmação de Zoe Williams, que o entende como um ato feminista. Acredita-se que o filme promova um pequeno rompimento na hegemonia dessas produções, porém ainda está inscrito na lógica de consumo.

Palavras-chave: teoria crítica feminista do cinema; discurso feminista; super-heroína; *Mulher Maravilha*.

ABSTRACT

Supported by feminist theory of cinema and Foucault's perspective of discourse, this article presents a reading of the possible feminist manifestations of *Wonder Woman* (2017). It is premised on the statement of Zoe Williams, who understands it as a feminist act. As result, it is believed that the film promotes a small break in the hegemony of these productions, but it is still inscribed in the logic of consumption.

Keywords: feminist critical theory of cinema; feminist discourse; superheroine; *Wonder Woman*.

RESUMEN

Apoiado por la teoría feminista del cine y la perspectiva del discurso de Foucault, este artículo presenta una lectura de las posibles manifestaciones feministas de *Mujer Maravilla* (2017). La premisa adoptada es la suposición de Zoe Williams, que lo entiende como un acto feminista, es una premisa. Se cree que la película promueve una pequeña ruptura en la hegemonía de estas producciones, pero aún está inscrita en la lógica del consumo.

Palabras clave: teoría crítica feminista del cine; discurso feminista; superheroína; *Mujer Maravilla*.

Lucas do Carmo Dalbeto

Doutorando em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professor do Departamento de Design da Universidade do Oeste Paulista (Unoeste)

lcdalbeto@yahoo.com.br

José Carlos Marques

Livre-docente em Comunicação e Esporte pela Unesp. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unesp

jose.marques@unesp.br

Introdução

Em 2 de junho de 2017, chegou aos cinemas mundiais o filme *Mulher Maravilha*, um dos longas-metragens que iriam compor o universo cinematográfico compartilhado dos personagens da editora DC Comics, o DCEU (DC Extended Universe). O filme estreou em meio à grande expectativa do público e da crítica. Tinha por objetivo estabelecer o controverso projeto do estúdio Warner Bros., que já contava com os filmes *O Homem de Aço* (2013), *Batman vs Superman: a origem da justiça* (2016) e *Esquadrão Suicida* (2016), todos com recepções negativas, inclusive por parte dos fãs. Outro objetivo do longa-metragem era apresentar a origem da personagem na tela grande, algo que no cinema nunca havia sido feito antes.

Ao lado de Superman e Batman, Diana Prince, a *Mulher Maravilha*, faz parte da “trindade da DC”, termo utilizado para designar os personagens mais importantes da editora. Contudo, diferentemente de seus colegas, cujas carreiras no cinema datam de algumas décadas, a guerreira amazona só veio a debutar nessa mídia em 2016, como personagem coadjuvante em *Batman vs Superman: a origem da justiça* (BvsS). Sua participação no filme foi um dos elementos responsáveis pelos poucos elogios tecidos pela crítica a respeito de BvsS, o que aumentou as expectativas a respeito da sua aventura solo. Estrelado pela atriz Gal Gadot, um nome de pouca expressividade no cinema americano até então, e dirigido por Patty Jenkins, *Mulher Maravilha* obteve uma bilheteria inimaginável, com mais de 820 milhões de dólares arrecadados ao redor do mundo, o que o colocava como a segunda maior bilheteria do DCEU (atrás de *Batman vs Superman*) e a maior arrecadação da franquia em solo americano (Box Office Mojo, 2017).

Os números representam uma importante marca na história do cinema. Tratava-se da maior bilheteria e da maior arrecadação de abertura de um filme *live-action* dirigido por uma mulher, a realizadora Patty Jenkins. Também representou a primeira ocasião em que uma diretora foi a única responsável por um *live-action* cujo orçamento ultrapassasse cem milhões de dólares. Além disso, o filme teve a melhor avaliação de público e crítica do DCEU até o último lançamento de 2019.¹ O sucesso

¹ Com base no ranking do site Rotten Tomatoes, que tabula os dados segundo a porcentagem de aprovação de críticos e público. Até 2019, o ranking era o seguinte: 1. *Mulher Maravilha* (93%); 2. *Shazam!* (91%); 3. *Aquaman* (65%); 4. *O Homem de Aço* (56%); 5. *Liga da Justiça* (40%); 6. *Batman vs Superman: a origem da justiça* (28%); 7. *Esquadrão Suicida* (27%) (DC..., s.d).

garantiu a Jenkins o maior salário a ser pago a uma cineasta até então: ela receberá oito milhões de dólares para dirigir, roteirizar e produzir a sequência *Mulher Maravilha: 1984*, prevista para ser lançada em junho de 2020.

Além do inesperado sucesso alcançado por uma produção encabeçada por uma mulher, o filme se destaca devido aos avanços da discussão da representação e representatividade de gênero apresentada em *Mulher Maravilha*. Para a crítica Zoe Williams, não se trata apenas de um filme divertido, mas da apresentação de um mito que se revela um “ato feminista” na forma de uma figura imperfeita que enfrenta e subverte todos os clichês possíveis empregados por Hollywood para depreciar e destituir as mulheres do poder (Williams, 2017, p. 1). Como ressalta Williams, o filme apresenta uma personagem em constante disputa com os valores da sociedade patriarcal, ou seja, uma sociedade regida por homens em que as figuras femininas ocupam os locais de submissão.² Dessa forma, todas as ações narrativas representam atos de combate à submissão feminina, os atos feministas. Diante dessas informações, este trabalho baseia-se nas contribuições da teoria crítica feminista do cinema para desenvolver uma leitura dos possíveis discursos feministas veiculados pelo filme.

Cinema, discurso e super-heróis

De modo geral, os bens culturais do chamado *mass media* são considerados puro entretenimento. Dentre eles, figuram as telenovelas, as histórias em quadrinhos (HQs) e o cinema. Esses produtos midiáticos são constantemente consumidos na sociedade contemporânea, e, dessa forma, não é possível desconsiderar seu comprometimento com determinados interesses comerciais. A produção de subjetividades é afetada pelos discursos vinculados à mídia, em um processo de retroalimentação, no qual tanto a sociedade a consome, quanto os próprios bens consomem questões que estão dispersas no tecido social.

Para Michel Foucault (1996), a produção discursiva é um processo complexo e organizado segundo procedimentos internos e externos, que determinam o que pode ou não ser dito. Segundo o autor, a produção discursiva de toda sociedade “é ao mesmo tempo controlada, selecionada,

² Adota-se aqui a definição de sociedade patriarcal defendida por Laura Mulvey (2015), que compreende o conceito como a submissão das mulheres por meio de uma estrutura de poder que visa à manutenção do *status quo* hegemônico masculino.

organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 1996, p. 8-9). Trata-se, portanto, de controlar o que pode ou não ser dito, por meio de mecanismos que se caracterizam como educativos, contudo, como observa o autor, têm caráter disciplinar.

Em seus estudos, Foucault se debruçou sobre as instituições já estabelecidas na sociedade, como a família, escola, igreja etc. Contudo, é possível acreditar que, devido à sua morte precoce (faleceu em 1984, aos 57 anos), o filósofo francês não teve a oportunidade de estender de maneira sistemática suas reflexões sobre a cultura midiática, um dos mecanismos disciplinadores de maior abrangência da sociedade contemporânea. Cotidianamente a internet, a televisão, o rádio, o cinema e outros veículos de comunicação bombardeiam os sujeitos com discursos sobre como pensar, agir, sentir, existir.

Os super-heróis e o cinema vêm estabelecendo um forte vínculo há algumas décadas, desde o lançamento de *Superman: o filme*, em 1978. A obra foi um grande sucesso de público e crítica, e estabeleceu os parâmetros para as advindas adaptações. Em meados da década de 1990, o gênero passou por uma crise, com filmes pouco expressivos. Entretanto, com o lançamento de *X-Men: o filme*, em 2000, novos padrões cinematográficos foram estabelecidos para essas produções, que culminaram na criação dos universos compartilhados das duas maiores editoras de quadrinhos de super-heróis, a Marvel e a DC Comics.

Ainda que a indústria de Hollywood tenha voltado seus interesses para os personagens das superaventuras das HQs, tal universo era restrito às produções com protagonistas masculinos. Desde o início da década de 2000, nenhum filme protagonizado por uma super-heroína era produzido. *Elektra* e *Mulher-Gato*, respectivamente de 2005 e 2004, traziam as anti-heroínas principais de dois super-heróis que haviam aparecido anteriormente nos cinemas, *Demolidor* e *Batman*, mas resultaram em filmes muito abaixo de suas contrapartes masculinas. As baixas bilheterias e críticas negativas acabaram relegando as super-heroínas a personagens coadjuvantes. Mais de uma década depois, *Mulher Maravilha* rompeu com esse apagamento e com o estigma do fracasso. Teve uma ótima recepção de crítica e sua bilheteria rendeu mais de cinco vezes o custo de produção (como já referido, um faturamento de 820 milhões de dólares para um orçamento de 149 milhões de dólares).

Um olhar sobre o feminino

Para a filósofa feminista Teresa de Lauretis, o cinema, tal qual as demais produções midiáticas, “é produto de diferentes tecnologias sociais” (Lauretis, 1994, p. 208). Representa uma tecnologia de gênero³ e, como tal, corrobora, por meio dos discursos, para reforçar os estereótipos de gênero e o binarismo opositor entre homem e mulher, além de fomentar representações limitantes dos sujeitos. Dessa forma, Lauretis entende que o gênero não é um dado biológico, mas sim uma construção subjetiva influenciada por diversas tecnologias que permeiam a existência social, tais como a televisão, a publicidade e o próprio cinema.

A reflexão acerca do feminino no cinema é intensificada por Laura Mulvey, uma das precursoras da teoria crítica feminista do cinema. Partindo da análise do cinema clássico hollywoodiano, Mulvey (2018) identifica que a mulher, no cinema, não é produtora de significados, e sim portadora destes, a partir de uma lógica simbólica patriarcal na qual sua figura silenciosa é incapaz de exprimir seus próprios desejos. Publicado originalmente em meados dos anos 1970, o texto de Mulvey foi um dos fundadores da teoria crítica feminista do cinema, e sugeria que o olhar cinematográfico é colonizado pela sociedade patriarcal. Assim, as representações femininas se dão segundo os discursos dispersos no tecido social, que compreendem a figura feminina como frágil, indefesa e secundária, em razão de sua oposição à figura masculina.

Baseado nos princípios da psicanálise, o texto sofreu duras críticas, principalmente de leitores que não o contextualizavam diante da produção da pesquisadora. Pautava-se na ideia de que a mulher representa, em essência, a castração, e, nesse sentido, haveria apenas dois caminhos possíveis ao inconsciente masculino para suprir essa falta: o voyeurismo pela mulher em posições subalternas, como vítima indefesa em busca de salvação ou pecadora que deva ser punida, ou a fetichização da figura feminina, que, por meio da beleza física, torna-se algo agradável ao olhar.

Como descreve Mulvey (2018), o cinema sugere um distanciamento que favorece a observação da audiência e constitui o prazer em olhar. Apoiada na psicanálise freudiana, a filósofa compreende que essa contemplação

³ O termo tecnologia de gênero, defendido por Lauretis, se refere aos mecanismos empregados na produção de subjetividades. A autora rompe com a visão binária de gênero ao defender que as marcas biológicas são insuficientes definidores destes. Para Lauretis (1994), os gêneros se constroem segundo práticas e discursos que engendram os sujeitos, por meio de códigos linguísticos e representações culturais.

pode se comparar ao prazer obsessivo infantil em conhecer o proibido, resultando em voyeurismo. Diante disso, restaria às mulheres, tanto à audiência quanto às demais personagens do filme, a impossibilidade de se identificar com a principal figura feminina que, nessa lógica, representaria a perfeição e a existência “em relação à castração e não pode transcendê-la” (Mulvey, 2018, p. 356).

A obra é constantemente revisitada, inclusive pela própria autora. Anos depois, Mulvey (1989) acrescenta novos elementos à sua crítica ao analisar o melodrama *Duelo ao sol*, de 1946. A produção de gênero hollywoodiana tende a favorecer a identificação da audiência com o sujeito ativo da trama, ou seja, a figura masculina em sua maioria. Contudo, quando a figura feminina é apresentada como central da narrativa, tal como a personagem Pearl Chavez do filme citado, novas possibilidades discursivas são produzidas, não mais pela equação simbólica “mulher = sexualidade”, mas iluminando “a ambivalência sexual” do feminino (Mulvey, 1989, p. 36).

Mais recentemente, Mulvey (2015) admitiu que a visão psicanalítica é insuficiente para tratar da complexidade da questão feminina no cinema, porém, essa era a forma pela qual as feministas dos anos 1970 estavam aptas a iniciar essa reflexão. A pesquisadora não descarta sua obra, mas a contextualiza em um momento no qual suas considerações eram fundamentadas. Dessa forma, considera que qualquer apropriação da teoria crítica feminista, hoje, deva considerar as opressões femininas contemporâneas, e que, ainda que os avanços em relação aos direitos da mulher e à igualdade de gêneros sejam inegáveis, ainda há muitas questões sobre as quais refletir.

As representações femininas no cinema de ação e aventura são tema das análises de Yvonne Tasker (1993). A pesquisadora identifica que esse gênero cinematográfico é um espaço masculino em sua quase totalidade. Dessa forma, as questões retratadas tendem a se dar em torno do corpo masculino. Como consequência, as heroínas dos filmes de ação em Hollywood dificilmente serão heroínas de ação. Nesse espaço, tal como identificava Mulvey (2018), os discursos reforçam que as mulheres são figuras passivas de pouca expressividade para a trama, e comumente representam o interesse romântico do protagonista. Apesar de exceções, como a heroína de ação Lara Croft – personagem dos videogames que protagonizou três adaptações para o cinema, em 2001, 2003 e em 2018 –, os números demonstram que a regra é outra. O relatório do Center for the Study of Women in Television & Film, de 2020, indicou que, ainda que tenha acontecido um aumento no número de protagonistas femininas nas cem

maiores bilheterias do ano, elas corresponderam a apenas 34% das personagens com falas e 16% das personagens principais em filmes de ação (Lauzen, 2020).

O cinema de ação seria, portanto, um território de reafirmação da masculinidade hegemônica. Vale lembrar que a produção dos discursos é, conforme Foucault, “controlada, selecionada, organizada e redistribuída” (Foucault, 1996, p. 9). Dessa forma, os discursos cinematográficos não se dão por acaso. Eles são permeados pela vontade de saber, que os legitima como instrumentos disciplinares, orientando o que pode ser dito e como pode ser dito.

Nesse sentido, é possível identificar que os discursos veiculados pela produção cinematográfica não são isentos de ideologia. Em relação às representações da mulher e do feminino nos filmes de super-herói, não seria impróprio afirmar que tendem a normatizar o local secundário do não masculino. Contudo, Tasker tem um posicionamento um tanto crítico sobre a visão acadêmica estabelecida sobre os gêneros de ação e aventura. A autora acredita que as críticas feministas tendem a generalizar essas produções cinematográficas baseadas, principalmente, nas produções dos anos 1980 e início dos anos 1990, as quais popularizaram o protagonista “brucutu”, com atores como Arnold Schwarzenegger, Jean-Claude Van Damme e Sylvester Stallone.

Para Tasker, essa é uma visão reducionista, que limita as possibilidades de análise. Ao mapear a produção do gênero em Hollywood, identifica que diversos filmes de ação, principalmente a partir dos anos 2000, trazem o protagonismo às mulheres, e não devem ser descartados das discussões contemporâneas.

Assim como os escritores envolvidos com o heroísmo do homem durão das estrelas de ação masculinas contemporâneas consideram que essas imagens têm um significado cultural mais amplo, as escritoras feministas têm se empenhado em mapear ideias em evolução sobre mulheres e gênero, por meio de uma discussão sobre mulheres de ação. (Tasker, 2015, p. 68)

Contemporânea de Mulvey, E. Ann Kaplan (1995) defende que existem diversas forças atuando sobre a produção cinematográfica, principalmente em um contexto comercial, tal como se dá a indústria hollywoodiana. No entanto, ainda que os discursos masculinos sejam mais valorizados do que os femininos, não se pode descartar que o olhar da espectadora mulher seja capaz de traçar identificações com uma variedade de personagens.

Kaplan (1995) acredita no potencial transformador do cinema por meio de olhares diversos ao olhar masculino. Para a autora, é necessário questionar os discursos e identificar quais as possibilidades estruturantes que romperiam o posicionamento restritivo e binário, o que acredita acontecer com produções independentes que buscam fugir dos estereótipos e criar novos olhares, não mais colonizados pelo patriarcado, mas diversos, que favoreçam a propagação de discursos menos opressivos e limitantes.

Quem pode nos dizer quem ela é ou de onde ela veio?

A origem da Mulher Maravilha remonta à primeira metade do século XX, 75 anos antes de sua estreia nos cinemas. A personagem foi publicada pela primeira vez em 1941, na edição de dezembro da *All Star Comics*, da editora *All-American Publications*, que posteriormente seria uma das empresas a dar origem à gigante *DC Comics*. Foi criada pelo psicólogo *William Moulton Marston*, sob o pseudônimo *Charles Moulton*, advogado, acadêmico e um dos responsáveis pela invenção do detector de mentiras.

A história leva o leitor à ilha Paraíso, um local mítico no qual amazonas vivem há séculos sem interferência de homens. A ilha tornou-se seu refúgio após *Hércules* – o homem mais forte do mundo – não aceitar ter sido derrotado em duelo por *Hippolyta*, a rainha das amazonas, e escravizá-las. As amazonas são resgatadas pela deusa *Afrodite*, que as isola na ilha, de modo que nenhum homem possa lhes fazer mal novamente. A deusa também pede para que usem os braceletes, que antes as algemavam, para que jamais esqueçam do que os homens são capazes.

Longe da ameaça masculina, a comunidade de amazonas prospera em harmonia. Contudo, *Hippolyta* desejava intensamente uma filha. Sem contato com homens, a rainha esculpe *Diana* em argila. Os deuses gregos abençoam a criança com o dom da vida e com superpoderes. *Diana* cresce e se torna a mais habilidosa e destemida dentre as amazonas. Mas a chegada do militar *Steve Trevor* à ilha rompe a harmonia do local. *Trevor*, que lutava na Segunda Guerra Mundial contra os nazistas alemães, sofre um acidente aéreo e é encontrado desacordado pelas amazonas. Aconselhada pelas deusas *Afrodite* e *Atena*, *Hippolyta* organiza um campeonato para selecionar a mais sábia e forte dentre suas amazonas. Disfarçada com uma máscara, *Diana* é a vencedora, abdica de seu direito à vida eterna e se encarrega de levar o militar em segurança de volta à

Terra dos Homens, a fim de lutar por justiça e combater as forças do ódio e da opressão.

Distante de sua terra natal, Diana se torna a Mulher Maravilha, uma super-heroína incumbida pelas deusas de preservar a liberdade e a independência dos Estados Unidos, o último reduto da democracia e dos direitos iguais para as mulheres, conforme enfatizam as deusas (figura 1).



Figura 1 – Hippolyta é orientada pelas deusas Atena e Afrodite sobre o destino de Steve Trevor. Fonte: Moulton, n. 8, p. 8, 2017

Como apontado pela historiadora Jill Lepore (2017), a Mulher Maravilha não foi a primeira super-heroína a figurar nas páginas das histórias em quadrinhos. Antes dela, houve Scarlet O’Neil (1940), Fantomah (1940), Miss Fury (1941), entre outras; mas certamente nenhuma foi tão longeva.

A personagem agradou ao público e logo passou a ter seu título solo. Wonder Woman foi lançado poucos meses depois, com Marston assumindo a autoria da personagem em um comunicado à imprensa, no qual declarava que “[a] única esperança para a civilização é maior liberdade, evolução e igualdade das mulheres em todos os campos de atividade humana” e que seu objetivo com a personagem era que ela se tornasse “um modelo de feminilidade forte, livre e corajosa; para combater a ideia de que as mulheres são inferiores aos homens, e para inspirar meninas à autoconfiança e às realizações no atletismo, nas funções e profissões monopolizadas pelos homens” (Lepore, 2017). Na historiografia da personagem desenvolvida por Tim Hanley (2014), o autor identifica que, desde sua gênese, Mulher Maravilha refletia os avanços e demandas dos movimentos sociais que permeavam o desenvolvimento das narrativas. Para Hanley, “Mulher Maravilha cresceu diante da evolução das mulheres americanas” (Hanley, 2014, p. 14-15).

Consta que Marston era grande apoiador do movimento feminista e entusiasta das demandas das sufragistas. Em uma entrevista concedida

ao jornal *The New York Times* em 1937, afirmou que as mulheres foram envenenadas por anos para se convencerem a não interferir na política ou economia do país, mas eram a chave para a harmonia (Marston, 1937).

Mulher Maravilha surge então como uma personagem que apresenta o ideal feminino para Marston, e, em alguns aspectos, é possível identificar que o espírito do feminismo que permeava seu contexto de produção se faz presente, por meio da sororidade das amazonas, da sua incrível capacidade física e intelectual, da sociedade igualitária e justa, ainda que criada exclusivamente pelas mulheres. Contudo, apesar de Marston ter recebido os créditos de autoria e pelo posicionamento progressista das HQs, Mulher Maravilha e suas narrativas tiveram muita influência das mulheres maravilhosas que faziam parte da vida do escritor. Sadie Elizabeth Holloway, advogada e psicóloga, casou-se com Marston em 1915. Olivia Byrne, aluna que haviam conhecido em 1925, juntou-se ao casal no ano seguinte, após se formar pela universidade Tufts. Os três possuíam um acordo de união familiar, como identifica Lepore (2017), ao qual se juntava a bibliotecária Marjorie Wilkes Huntley, quando lhe convinha.

Essas mulheres tiveram papel ativo no desenvolvimento da personagem, e não serviram apenas de inspiração. A participação de Wilkes Huntley junto às sufragistas e ao Partido Nacional da Mulher forneceram o embasamento necessário para que ela fosse a pessoa que melhor conhecia a Mulher Maravilha, conforme declarava Holloway. Olivia Byrne era filha de Ethel Byrne, ativista e a primeira pessoa a inaugurar uma clínica para controle de natalidade nos Estados Unidos. Olivia também era sobrinha de Margaret Sanger, ativista e autora de diversos livros sobre controle de natalidade e sexualidade feminina e, declaradamente, a inspiração para a super-heroína (Lepore, 2017).

Em 1992, pouco antes de sua morte, Elizabeth Holloway foi assunto em uma publicação do *The New York Times*. A matéria discutia a influência da psicóloga na criação da personagem. Segundo o jornalista Andrew H. Malcolm, Marston estava interessado em criar um novo Superman que pudesse promover novos valores segundo o poder do amor, ao invés de simplesmente distribuir chutes e socos. Holloway lhe diz: “[então] este super-herói precisa ser uma mulher!” (Malcolm, 1992, p. 6B). Apesar de buscar novas formas para ser super-herói, é possível identificar na fala de Holloway o reforço dos estereótipos binários, homens agressivos e brutalhados, enquanto as mulheres são afáveis e compreensivas, ainda que fortes, ou mesmo superfortes.

Conforme identifica Lepore (2017), a personagem esteve sob a responsabilidade de diversos quadrinistas durante suas décadas de existência,

mas, sob a tutela de Marston, MulherMaravilha era uma representação do feminismo progressista que fervilhava durante os anos 1940. Era “encarregada de enfrentar o mal, a intolerância, a destruição, a injustiça, o sofrimento e até a tristeza em nome da liberdade, da justiça e dos direitos iguais para as mulheres” (Lepore, 2017, p. 261).

Muitas das narrativas protagonizadas pela personagem se baseavam em disputas pelos direitos femininos e igualdade de gêneros. A criação da liga de beisebol feminina, o desfile pelo sufrágio em Washington, em março de 1913, o caso de extorsão do preço do leite, de 1910, em que o político Al Smith esteve envolvido, e a greve das empresas de tecido, em 1912, figuram entre alguns dos temas incorporados aos quadrinhos da personagem. Em sua revista solo, *Wonder Woman*, a cada nova edição, uma mulher proeminente da história era homenageada na sessão “Wonder Women of History... as told by”. Concebida pela editora Alice Marble, os feitos de Florence Nightingale, Clara Barton, Lilian D. Wald, Amelia Earhart, Joana D’Arc, entre outras, foram reconhecidos e quadrinizados nas edições publicadas entre 1942 e 1954.

Maravilhados com Mulher Maravilha

Mulher Maravilha (o filme) foi aguardado com ansiedade pelos fãs. Ainda que a estreia da personagem nos cinemas tenha ocorrido um ano antes, em *Batman vs Superman* (2016), projetos para a produção de um filme solo existiam desde a década de 1990. Atrizes como Sandra Bullock, Megan Fox, Angelina Jolie, Kim Basinger e mesmo a cantora Mariah Carrey tiveram seus nomes vinculados à produção nesse período. Joss Whedon, diretor de *Vingadores*, foi contratado para escrever um roteiro da personagem em 2004, mas o filme, que deveria ser lançado no ano seguinte, nunca chegou a ser produzido (figura 2).

Em meados de 2014, a Warner Bros. anunciou a criação do seu universo cinematográfico. Animada com o sucesso da concorrente Marvel no cinema, a empresa deu início ao seu próprio projeto para reunir os super-heróis da DC Comics nas telas, aproveitando o gancho de *O Homem de Aço*, lançado no ano anterior. Um dos filmes mais aguardados, certamente, seria *Mulher Maravilha*, após tantos projetos cancelados. O estúdio anunciou, em 2015, que procurava uma mulher para ocupar o cargo de direção, e diversas diretoras estiveram relacionadas. Kathryn Bigelow – a primeira e única mulher vencedora do Oscar de direção – era a preferida do público, mas as negociações não vingaram. Mimi Leder e Catherine Hardwicke – acostumadas a grandes produções de estúdios

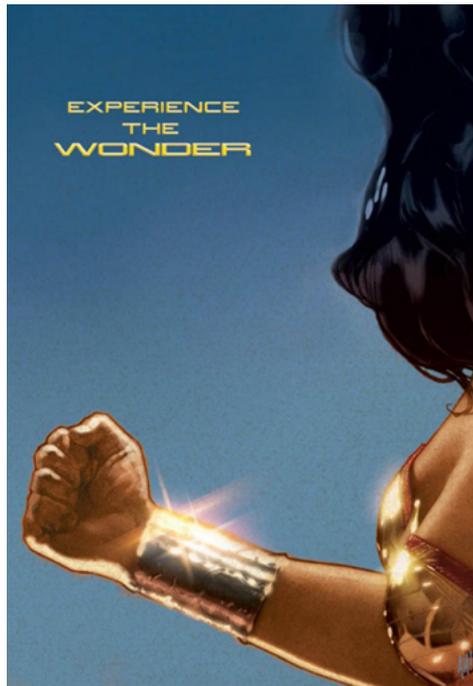


Figura 2 – Teaser poster do filme *Mulher Maravilha*, de Joss Whedon, divulgado em 2004. Fonte: Whedon Info, 2005

e responsáveis pelas melhores bilheterias de filmes dirigidos por mulheres até então – também foram sondadas, mas o filme ficou a cargo de Michelle MacLaren, diretora de séries de sucesso como *The Walking Dead* e *Breaking Bad*. Poucos meses depois, MacLaren deixou o projeto alegando diferenças criativas com o estúdio, e Patty Jenkins assumiu a direção (Hughes, 2014).

Jenkins possuía uma carreira de poucas oportunidades no cinema. Estreou com *Monster: desejo assassino* (2003), premiado filme que lhe rendeu indicações em diversas premiações, tais como Berlin Film Festival e Film Independent Spirit Awards, mas passou a se dedicar exclusivamente às produções televisivas, principalmente após o nascimento do filho, em 2013. Por alguns meses, esteve envolvida em *Thor: mundo sombrio*, mas não chegou a acordos criativos com a Marvel e abandonou o projeto.

A diretora não seria a primeira mulher a assumir a direção de uma adaptação de quadrinhos. Rachel Talalay já havia recebido este fardo 22 anos antes, com *Tank girl: detonando o futuro*, que trazia para as telas a personagem pós-apocalíptica criada por Alan Martin e Jamie Hewlett. O filme foi um fracasso, e Jenkins sofria a pressão por ocupar um lugar em que mulher alguma havia estado, com 150 milhões nas mãos para traduzir uma personagem popular e amada para as telas. O *The Hollywood*

Reporter publicou, em 31 de maio de 2017, alguns dias antes da estreia do filme, uma matéria na qual questionava a capacidade da diretora em lidar com um projeto tão grande diante de sua parca experiência. Ainda que considerasse as raras oportunidades para as mulheres na indústria, o texto, assinado por Tatiana Siegel, gerou diversas controvérsias. Contudo, Jenkins foi firme ao ser questionada sobre a pressão de ser responsável pelo destino de “todas as diretoras de Hollywood que almejam o sucesso”, e defendeu-se dizendo que “não poderia ser responsabilizada pela história de 50% da população somente por ser mulher”. Ressaltou ainda que seu desafio era apenas “contar a história de uma mulher e fazê-la ser universal” (Siegel, 2017).

Na trama apresentada no cinema, Diana, a Mulher Maravilha, observa uma fotografia que a faz lembrar os acontecimentos que a levaram a atuar na Primeira Guerra Mundial.⁴ Antes de se transformar na poderosa super-heroína, Diana era a princesa de Themyscira, uma ilha escondida da civilização pelos antigos deuses gregos e habitada exclusivamente por mulheres guerreiras, as amazonas. O local é governado pela rainha Hippolyta, que, receosa, acompanha o desenvolvimento das habilidades de combate da filha. Quando o espião Steve Trevor acidentalmente chega à ilha, Diana parte ao seu lado para deter quem ela acredita ser responsável pela guerra, Ares, deus da guerra e principal inimigo das amazonas. Armada com o laço da verdade, com um escudo e a espada “matadora de deuses”, única arma capaz de destruí-lo, Diana descobre seus superpoderes e seu verdadeiro destino.

Mulher Maravilha não foge dos clichês ou dos estereótipos. Diana é uma linda mulher, inscrita nos padrões de beleza perpetuados por anos e anos no cinema norte-americano. É magra, com um corpo esguio e musculoso, tem os lábios carnudos e olhar enigmático. Seus cabelos estão sempre impecáveis, mesmo depois de participar de uma batalha em que um vilarejo inteiro foi destruído. Mas também é sagaz, inteligente, justa e muito mais poderosa do que qualquer outra pessoa – ou que um deus, conforme demonstra o desfecho do filme. É uma personagem paradoxal: ao mesmo tempo em que é uma embaixadora da paz e da justiça na terra, é também uma deusa da guerra.

4 Nos quadrinhos, a origem da Mulher Maravilha está vinculada aos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial. No cinema, sua origem foi antecipada para aumentar o intervalo entre seu ressurgimento e a última aparição pública.



Figura 3 – Mulher Maravilha empunha suas armas para enfrentar Ares. Fonte: WarnerBros.com

Em um discurso proferido durante a premiação da revista *Glamour*, Patty Jenkins declarou que, em sua concepção, a Mulher Maravilha é o tipo de personagem que precisamos nesse momento, “um super-herói forte e poderoso o bastante para derrotar os vilões, mas que também acredita no amor e na ponderação, e em formas diferentes de fazer as coisas” (Jenkins apud Erbland, 2017, p. 1).

A visão de Jenkins ressalta os valores apresentados na produção, que permeiam a personagem desde sua criação, em 1941. Dessa forma é possível compreender que Mulher Maravilha, tanto filme quanto personagem, marca uma ruptura nos discursos estabelecidos acerca da figura feminina nas narrativas de super-heróis, sejam elas quadrinhos ou cinema. Pode não se tratar de um rompimento total com a forma como a figura feminina é retratada, contudo, novos discursos passaram a emergir da produção.

Uma deusa na Terra de Ninguém

Na cultura pop, os super-heróis aceitam seu destino após algum evento traumático. No caso do Homem Aranha, trata-se da morte de seu tio Ben. Para o Batman, o assassinato de seus pais. Para Diana, esse momento é a chegada de Steve Trevor a Themyscira. O primeiro contato com um homem é

também a descoberta do infortúnio do mundo externo. Diversas amazonas são mortas pelos soldados do Eixo, incluindo a general e tia de Diana, Antíope. O julgamento do espião, promovido pelas amazonas, e as informações obtidas nele, encorajam a princesa a deixar o paraíso, agora maculado, buscar justiça e trazer a paz ao mundo novamente.

Embora esse seja o chamado de Diana, o surgimento da Mulher Maravilha é posterior. Após se unir à equipe de Steve Trevor, Diana viaja com seus aliados pelos territórios europeus devastados pela guerra. Sua concepção do conflito é alterada quando percebe que civis inocentes estão sendo afetados pelas batalhas. Inicialmente, a amazona acreditava em uma visão maniqueísta, com os lados do bem e do mal claramente definidos. O grupo chega então à “Terra de Ninguém”, um campo tomado pelo conflito em que nenhum dos exércitos, Aliados ou Eixo, consegue avançar. O plano inicial seria apenas contorná-lo, mas, ao conversar com uma mulher cujos filhos foram mortos, Diana decide agir. Nesse momento, a audiência é apresentada à super-heroína. Mesmo sob os gritos de protesto de Steve, Diana adentra o terreno e abre o caminho para que os Aliados avancem e derrotem os soldados da trincheira inimiga.

A cena é a preferida de Patty Jenkins e foi premiada como melhor cena de ação na edição de 2018 do MTV Movie & TV Awards. Em entrevista ao *ComicBook.com*, Jenkins contou que essa cena era o equivalente a Christopher Reeves mostrando o “S” de Superman no primeiro filme do personagem, e salvando Lois Lane do helicóptero em queda. Segundo a diretora,

quando eu procurei o significado da Terra de Ninguém, havia algumas pessoas que estavam profundamente confusas, imaginando “Bem, o que ela irá fazer? Quantas balas ela consegue evitar?”, e eu dizia “Não é sobre isso. Esta é uma cena diferente. Esta é uma cena sobre ela se tornando a Mulher Maravilha. (Jenkins apud Anderson, 2018, p. 1)

A premiada cena supracitada, “Terra de Ninguém”, inicia-se com Diana e seus companheiros percorrendo a trincheira dos Aliados, em meio a refugiados feridos e soldados esgotados e sem recursos. Diana quer ajudar, Steve não permite, pois quer avançar para o esconderijo dos alemães. A amazona não admite que tantas vidas inocentes sejam perdidas na batalha, tira o pesado casaco que a protege do frio, veste sua tiara e parte para a trincheira inimiga. Steve tenta dissuadi-la: “Esta é a Terra de Ninguém, Diana. Ninguém pode atravessá-la. Não é o que viemos fazer”. Ao que Diana responde: “Não, mas é o que eu vou fazer!” (figura 4).

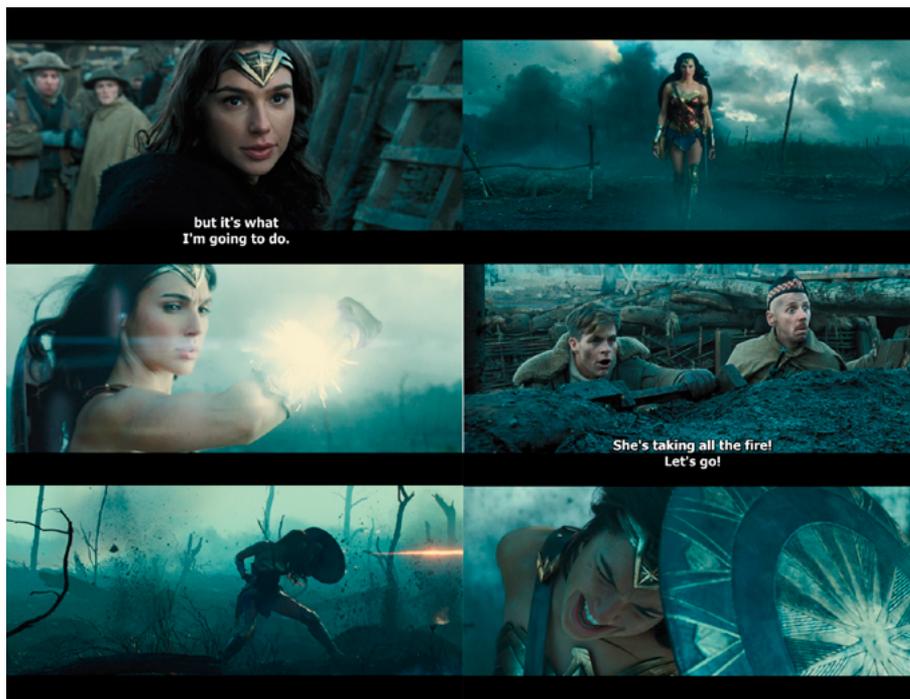


Figura 4 – Frames da cena “Terra de Ninguém”. Fonte: *Wonder Woman*, 2017

Aliando os elementos do discurso cinematográfico – diálogos, enquadramento, som, imagem –, Patty Jenkins constrói uma cena que tanto denuncia o papel relegado às mulheres na sociedade, como propõe um empoderamento da figura feminina representada pela Mulher Maravilha. Diana se nega a ser passiva diante da situação. Quer fazer o que acredita – ajudar as pessoas –, e não apenas o que seria o certo – dirigir-se para o esconderijo dos soldados do Eixo. Sob protestos e “nãos”, ela sobe as escadas da trincheira e o espectador a contempla, pela primeira vez no filme, como a Mulher Maravilha, símbolo de justiça, força e amor.

É possível ler o filme como uma guinada rumo a produções com olhares descolonizados, como sugere Kaplan. *Mulher Maravilha* retoma o protagonismo feminino dos filmes de super-heroínas perdido na década passada. Porém, diferentemente de *Elektra* ou *Mulher-Gato*, a sensualidade da personagem não é o foco principal da trama. Em *Elektra*, a ninja assassina é assombrada pelo amor perdido de Demolidor. *Mulher-Gato* apresenta uma Patience Phillips que, após receber os poderes, descobre-se uma espécie de *femme fatale*. O filme se inicia e se encerra com uma cena de Halle Berry rebolando enquanto caminha. A câmera faz questão de enquadrar seus glúteos.

Como aponta Zoe Williams, o maior benefício de *Mulher Maravilha* não é apresentar uma mulher guerreira. Isso já havia sido feito anteriormente nos filmes citados, por exemplo. Contudo, não se trata mais de uma mulher guerreira apresentada como um objeto sexual. Segundo a crítica, “se você está fazendo o filme para o olhar masculino, a mulher guerreira se torna um objeto sexual, e a luta, curiosamente, é aleatória, como uma dança no *pole dance* – movimento que só faz sentido como exibição, e nada mais” (Williams, 2017, p. 1).

É provável que o olhar de Patty Jenkins para a produção – uma diretora mulher que teve o aval do estúdio para imbuir questões caras ao feminismo – tenha feito a diferença nos discursos que circundam o filme. A diretora opta por não explorar o corpo da protagonista como uma arma de sedução. Apesar de ser sensual, sua beleza não implica suas habilidades para vencer as batalhas. Ela sabe que seus poderes são o suficiente para derrotar o inimigo. A personagem oferece um rompimento com o discurso sobre a mulher, ao se recusar a submeter-se aos desejos masculinos e a ser secundária. *Mulher Maravilha* é a principal ferramenta para que os Aliados vençam a guerra, e ela sabe disso. Mesmo que esteja em um novo universo no qual não entenda como se comportar, ela tem a visão crítica de como essa realidade inibe a ascensão das potencialidades das mulheres. Além da cena apresentada, em diversos outros momentos a personagem é questionada e subjugada por homens na trama. Na reunião do parlamento, por exemplo, Diana invade a sala – onde a entrada de mulheres era proibida – para confrontar os líderes dos Aliados. Mediante o espanto de todos, Steve a apresenta como sua secretária. Mesmo que Diana seja a única pessoa no ambiente capaz de desvendar o código utilizado pelas potências do Eixo no diário roubado por Steve, é afastada da sala.

Mais adiante, quando o grupo de espiões consegue se infiltrar no esconderijo do Eixo, Diana se aproxima de Ludendorff, o homem que ela acredita ser Ares e o responsável pela guerra, mas Steve tenta dissuadi-la de matá-lo. Apesar da relação de cumplicidade estabelecida no decorrer do filme e de terem se relacionado sexualmente momentos antes, Diana não aceita a intervenção e responde “O que eu faço não depende de você” (figura 5).

Apesar dos avanços nos discursos, é impossível desconsiderar que os atributos físicos de Gal Gadot são elementos que compõem a personagem. O cabelo sempre impecável e os lábios carnudos semiabertos fazem parte da construção da *Mulher Maravilha* enquanto ideal de justiça e, também, de beleza. Patty não explora a sua sensualidade como ponto

fundamental para a trama apresentada, mas ela está presente em cada momento projetado na tela.

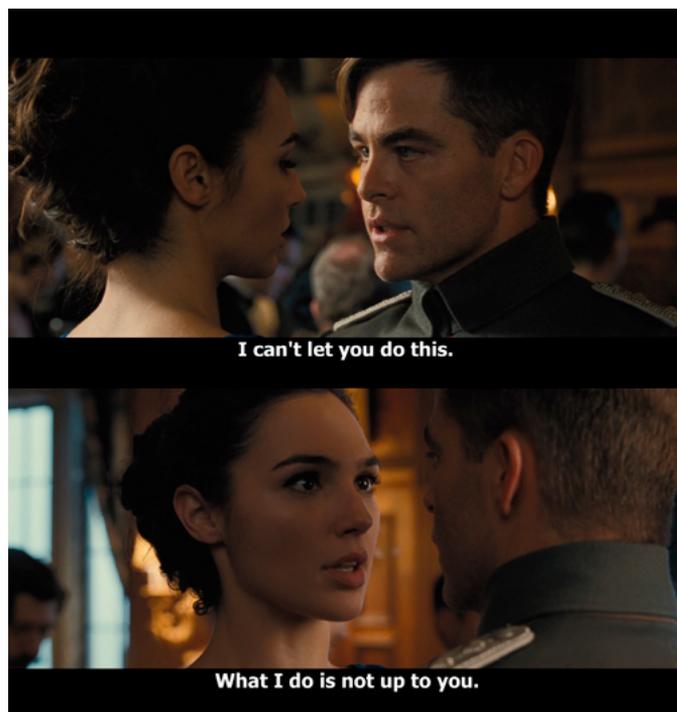


Figura 5 – Frames da cena “Gala”. Fonte: *Wonder Woman*, 2017

Considerações finais

O discurso cinematográfico não se estabelece apenas segundo as falas dos personagens. Ele se vale de uma série de técnicas desenvolvidas e aprimoradas por mais de um século de existência da mídia, que podem tanto refutar quanto atestar o que é dito. O cinema, portanto, tal como os bens midiáticos, é capaz de vincular as “verdades” estabelecidas acerca dos femininos, masculinos, desejos, sexualidades, amor, justiça, dentre outros. Esses discursos estão dispersos nas sociedades e são reiterados constantemente pelas instituições. Logo, sua análise ajuda na compreensão, tal como oferece possibilidades de subjetivação mais amplas e inclusivas dos sujeitos.

Nesse sentido, a teoria crítica feminista do cinema volta suas atenções às sub-representações das figuras femininas e propõe um novo cinema, capaz de incluir discursos que sejam mais abrangentes e criar outras possibilidades de subjetivação, não mais pautadas pelo olhar masculino, mas por diferentes formas de ser, estar, existir. Em resumo, propõe-se uma

recusa das normas binárias que determinam o que é homem e o que é mulher.

Este trabalho teve como objetivo identificar os discursos do feminismo que permeiam o filme *Mulher Maravilha*. Compreendendo o filme como uma possibilidade de ruptura dos discursos hegemônicos de exaltação da figura masculina, foram apresentadas algumas cenas, nas quais a trama demonstra indícios de mudança na forma como a figura feminina é representada nas produções cinematográficas contemporâneas, vinculadas aos anseios das propostas da teoria crítica feminista do cinema.

Mulher Maravilha, portanto, oferece um novo discurso sobre a mulher nas adaptações cinematográficas de super-heróis. Apresenta a mulher guerreira sob um viés não apenas sexual, que extrapola as barreiras nas quais essas personagens costumam ser desenvolvidas. Porém, é importante ressaltar que muitas das marcas do gênero ainda estão presentes na produção.

Diana/*Mulher Maravilha*, assim como a maioria das mulheres presentes e com alguma importância na trama, enquadra-se em padrões de beleza amplamente perpetuados no mundo ocidental. Com exceção da secretária Etta – a quem é relegado o papel cômico –, todas as personagens mulheres em destaque são magras e brancas. Não deve ser desconsiderado, também, que o filme é um *blockbuster* e, como tal, tem o objetivo de gerar lucros, instigando o consumo. Esses novos discursos, dessa forma, são estimulados por questões dispersas na sociedade, mas orientados pelas demandas de mercado.

Sua bondade, força, liderança, coragem e senso de justiça são valores universais, capazes de despertar a identificação em todos os gêneros, e não apenas na audiência feminina. Tendo em vista a relação estabelecida entre discursos midiáticos e sociedade, e os interesses mercadológicos envolvidos, é possível acreditar que *Mulher Maravilha* possa vir a se tornar um marco na representação feminina no cinema e influenciar nas futuras produções cinematográficas, pavimentando o caminho para o surgimento de novas super-heroínas não mais pautadas pela objetificação sexual, mas ativas nas tramas e agenciando subjetividades diversas.

Referências

- ANDERSON, Jenna. “Wonder Woman” wins best fight for “No Man’s Land” scene at MTV Movie & TV Awards. *ComicBook.com*, 18 jun. 2018. Disponível em: <https://comicbook.com/dc/2018/06/19/mtv-movie-and-tv-awards-best-fight-wonder-woman-no-mans-land/>. Acesso em: 19 set. 2018.
- DC Comics Extended Universe. In: *BOX Office Mojo*. [s.l.]: IMDb, 2017. Disponível em: <https://www.boxofficemojo.com/showdown/sd1178400260/>. Acesso em: 23 set. 2019.
- DC Extended Universe Movies. In: *ROTTEN Tomatoes*. [s.l.]: Fandango, s.d. Disponível em: https://www.rottentomatoes.com/franchise/dc_comics/. Acesso em: 25 set. 2019.
- ERBLAND, Kate. Patty Jenkins: “Wonder Woman” is more than just a superhero film, it’s a call to action. *IndieWire*, 14 nov. 2017. Disponível em: <https://www.indiewire.com/2017/11/wonder-woman-patty-jenkins-legacy-1201897246/>. Acesso em: 19 set. 2018.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- HANLEY, Tim. *Wonder Woman unbound: the curious history of the world’s most famous heroine*. Chicago: Chicago Review Press, 2014.
- HUGHES, Mark. Warner Bros. sets sights on female directors for “Wonder Woman”. *Forbes*, 24 out. 2014. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/markhughes/2014/10/24/warner-bros-sets-sights-on-female-directors-for-wonder-woman/>. Acesso em: 27 ago. 2019.
- JOSS Whedon – “Wonder Woman” movie good quality teaser poster. In: *WHEDON info*. Disponível em: http://www.whedon.info/Joss-Whedon-Wonder-Woman-Movie,8825.html?id_document=44817. Acesso em: 30 set. 2019.
- KAPLAN, E. Ann. *A mulher e o cinema: os dois lados da câmera*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: *HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- LAUZEN, Martha M. *It’s a man’s (celluloid) world: portrayals of female characters in the top grossing films of 2019*. San Diego: Center for the Study of Women in Television & Film, 2020. Disponível em: https://womenintvfilm.sdsu.edu/wp-content/uploads/2020/01/2019_Its_a_Mans_Celluloid_World_Report_REV.pdf. Acesso em: 26 fev. 2020.
- LEPORE, Jill. *A história secreta da Mulher Maravilha*. Rio de Janeiro: Best Selles, 2017.
- MALCOLM, Andrew H. Our towns. She’s behind the match for that man of steel. *The New York Times*, p. 6B, 18 fev. 1992. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1992/02/18/nyregion/our-towns-she-s-behind-the-match-for-that-man-of-steel.html?searchResultPosition=1>. Acesso em: 27 ago. 2019.
- MARSTON advises 3 l’s for success: “live, love and laugh” offered by psychologist as recipe for required happiness. *The New York Times*, 11 nov. 1937. Disponível em: <https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1937/11/11/94457731.html>. Acesso em: 25 set. 2019.
- MOULTON, Charles. Apresentando a Mulher Maravilha. *All Star Comics: Millennium Edition*, v. 1, n. 8, p. 1-10, 2017.
- MULVEY, Laura. Prazer visual e cinema narrativo. In: *XAVIER, Ismail (org.). A experiência cinematográfica*. Antologia. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2018. p. 355-370.
- _____. Introduction: 1970s feminist film theory and the obsolescent object. In: *MULVEY, Laura; ROGERS, Anna Backman (org.). Feminisms: diversity, difference, and multiplicity in contemporary film cultures*. Amsterdam: Amsterdam University Press B.V., 2015. p. 17-26.
- _____. Afterthoughts on “visual pleasure and narrative cinema” inspired by King Vidor’s *Duel in the Sun* (1946). In: *MULVEY, Laura. Visual and other pleasures*. London: The Macmillan Press Ltd, 1989. p. 29-38.
- SIEGEL, Tatiana. The complex gender politics of the “Wonder Woman” movie. *The Hollywood Reporter*, 31 maio 2017. Disponível em: https://www.hollywoodreporter.com/features/complex-gender-politics-wonder-woman-movie-1008259?utm_source=Sailthru&utm_medium=email&utm_campaign=THR%20Breaking%20News_2017-05-31%2007:00:00_

- MJang&utm_term=hollywoodreporter_breakingnews. Acesso em: 26 ago. 2019.
- TASKER, Yvonne. *The Hollywood action and adventure film*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2015.
- _____. *Spectacular bodies: gender, genre and the action cinema*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 1993.
- WILLIAMS, Zoe. Why Wonder Woman is a masterpiece of subversive feminism. *The Guardian*, Women, 5 jun. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/lifeandstyle/2017/jun/05/why-wonder-woman-is-a-masterpiece-of-subversive-feminism>. Acesso em: 19 set. 2018.
- WONDER Woman. Direção: Patty Jenkins. Los Angeles: Warner Bros., 2017. Digital (141 min).
- WONDER Woman gallery. In: Warner Bros, 2017. Disponível em: <https://www.warnerbros.com/movies/wonder-woman/#gallery>. Acesso em: 30 ago. 2019.
-
- Recebido em 30/9/2019
Aprovado em 18/2/2020

ACERVO

Artigos livres

Articles / Artículos libres

História e memória das resistências negras na Bahia a partir do Acervo Nivalda Costa

History and memory of black resistences in Bahia based on the Nivalda's Costa Collection / Historia y memoria de la resistencia negra en Bahia con base en la Colección Nivalda Costa

RESUMO

No lugar teórico da filologia, considerando sua prática disciplinar interativa com outros saberes, por meio dos atos de construção e de interpretação do Acervo Nivalda Costa e dos documentos que o compõem, propomos uma leitura crítica acerca da atuação dessa intelectual negra no que tange à história e à memória das resistências negras na Bahia.

Palavras-chave: filologia; acervo; resistências negras; Nivalda Costa.

ABSTRACT

In the theoretical place of philology, considering its interactive disciplinary practice with other knowledges, based on the acts of construction and interpretation of the Nivalda's Costa Collection and the documents which compose it, we propose a critical reading about the performance of this black intellectual in relation to the history and memory of the black resistance in Bahia.

Keywords: philology; collection; black resistance; Nivalda Costa.

RESUMEN

En el lugar teórico de la filología, teniendo en cuenta su práctica disciplinar interactiva con otros saberes, por medio de los actos de construcción e interpretación de la Colección Nivalda Costa y de los documentos que lo componen, proponemos una lectura crítica acerca de la actuación de esta intelectual negra en lo que se refiere a la historia y la memoria de las resistencias negras en Bahia.

Palabras clave: filología; colección; resistencias negras; Nivalda Costa.

Débora de Souza

Doutora em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). Professora assistente do Instituto de Letras da Ufba
deboras_23@yahoo.com.br

Rosa Borges

Doutora em Letras e Linguística pela Ufba. Professora titular do Instituto de Letras da Ufba
borgesrosa66@gmail.com

Considerações iniciais

A filologia é um procedimento crítico de leitura de textos no qual cruzamos as perspectivas material, sociopolítica e histórico-cultural (Almeida; Borges, 2017) e tecemos diálogos com diferentes saberes, a depender do objeto e da proposta de estudo, tais como paleografia, história cultural, arquivologia, sociologia dos textos, ciência da informação, para uma leitura do material em sua relação com outros, analisado em sua singularidade e diversidade, enquanto parte de uma teia que evidencia os sentidos produzidos na trama do tecido textual e do arquivo. A partir da pesquisa de fontes em diferentes arquivos, visando construir a história dos textos, examinamos e interpretamos tradições textuais, descrevemos escritos em sua materialidade, analisamos movimentos de criação e caracterizamos processos de produção e de transmissão textuais (Borges, 2012), propondo diferentes orientações de leitura, por meio das edições acadêmicas produzidas pelo filólogo-editor.

Em práticas filológicas editoriais e interpretativas (ecdótica e hermenêutica), temos nos ocupado da preservação, da transmissão e da edição crítica de textos, colocando em cena documentos/monumentos (Le Goff, 1994) que testemunham a vida de um povo, as manifestações histórico-culturais e políticas de diferentes sujeitos, participando do movimento de atualização de sentidos e de (re)construção do patrimônio, da memória e da identidade culturais pelo viés do tecido-texto. “Texto” (*tēxtūs/tēxtŭm*), do latim *texere*, tecido, trama composta de elementos distintos, compreende “datos verbales, visuales, orales y numéricos en forma de mapas, impresos y música, archivos de registros sonoros, de películas, vídeos y la información computerizada” (McKenzie, 2005, p. 31).¹

Nesse lugar teórico da filologia, por meio dos atos de construção do Acervo Nivalda Costa (ANC) – um dos acervos digitais que integra o Arquivo Textos Teatrais Censurados (ATTC), vinculado ao Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (Ufba) – e de interpretação dos mais de trezentos documentos que o compõem, e que foram organizados pelo Grupo de Edição e Estudo de Textos (GEET), Equipe Textos Teatrais Censurados (ETTC), no período de 2015 a 2019 (Souza, 2019), propomos neste artigo uma leitura crítica acerca da atuação da intelectual negra,

¹ Tradução nossa: “dados verbais, visuais, orais e numéricos em forma de mapas, impressos e música, arquivos de registros sonoros, de filmes, vídeos e a informação computadorizada”.

amadora² e múltipla³ soteropolitana, Nivalda Costa, no que tange à história e à memória das resistências negras na Bahia.

Filologia, história e memória: os atos de construção e de interpretação do Acervo Nivalda Costa

Filologia, crítica textual em sentido estrito, é compreendida como “um feixe de práticas de leitura, interpretação e edição que, a um só tempo, consideram como objeto, de modo indissociável, *língua, texto e cultura*” (Borges; Souza, 2012, p. 21, grifo dos autores), e o filólogo-editor, como sujeito que “se esforça por penetrar no epistema que decidiu estudar, procurar a voz dos textos” (Picchio, 1979, p. 234), desenvolve uma leitura humanística e ativa (Said, 2007), constrói, interpreta e difunde arquivos, acervos, dossiês e documentos, todos examinados como textos.

Considerando as práticas/habilidades filológicas descritas por Gumbrecht (2007), ao organizar e ler o ANC, nós empreendemos diferentes tarefas de 1) identificar documentos; 2) editar textos; 3) escrever comentários históricos, como exercício e discurso inconclusos, a partir dos quais podemos fornecer um conhecimento suplementar acerca de Nivalda Costa e do teatro baiano, principalmente; e 4) fazer história, prática e atitude de historiar, promovendo a mediação entre distintos contextos culturais.

Nessas atividades, ações críticas, o filólogo-editor assume distintos papéis, o que implica diferentes tipos de construções subjetivas, de (inter)mediações culturais, de estilos de prática filológica, em meio a vestígios e a resíduos nos/dos arquivos, pessoais e públicos. Compreendemos arquivo, em uma tendência sociológica, “como metáfora do cruzamento entre memória, saber e poder; como construto político que produz e controla a informação, orientando a lembrança e o esquecimento” (Heymann, 2012, p. 24) e, desse modo, isso implica pensarmos na nossa função de produtor e intérprete ao atuar na construção e interpretação

2 Segundo Said (2005), para atuar com certa liberdade de opinião e de expressão, e, em condições propícias, “falar a verdade ao poder”, o intelectual, em quaisquer atividades que desempenhe, deve se posicionar como amador e exilado, o que envolve muitos desafios. “[O] amadorismo significa uma opção pelos riscos e pelos resultados incertos da esfera pública [...] em vez do espaço para iniciados, controlado por especialistas e profissionais” (p. 91). Nesse sentido, qualificamos Nivalda Costa como amadora.

3 De acordo com Hoisel (2012, p. 161), “a expressão intelectual múltiplo define a diversidade de lugares de produção de discursos (ou de escritas), onde estes sujeitos se inscrevem e se produzem”.

do ANC, ao fazermos escolhas, intervenções e mediações, e termos a possibilidade de propagar narrativas e discursos a partir do estudo da massa documental que constitui o referido acervo, em forma de dossiês, preparados pelo pesquisador, para cada texto a ser editado.

Tradicionalmente, em suas atividades de identificar, editar e comentar material escrito, a filologia contribuiu para o processo de canonização de textos, principalmente no século XIX, quando o editor se manteve empenhado na busca do escrito original e representativo da vontade autoral, ocupando-se da eleição, do estabelecimento e da difusão de um conjunto de textos ditos autorizados, modelares. A mediação editorial, então, caracteriza-se como prática sociocultural de construção de sentidos que corrobora o processo de (re)construção da história da literatura, do cânone literário e do mercado editorial.

Em fins do século XX, contudo, após reflexões acerca de tendências dicotômicas, hierárquicas e elitistas, a filologia tem-se desenvolvido a partir de um reposicionamento quanto aos paradigmas de cientificidade em vigência nos séculos XVIII e XIX, no que tange, sobretudo, ao princípio de objetividade e ao caráter determinista, condizente com a reformulação epistemológica pós-estruturalista. Nesse sentido, reavaliamos nosso papel de filólogo, mediador e intérprete, que toma decisões críticas, interpela documentos e produz monumentos (Le Goff, 1994), assumindo nossa função também como sujeitos do mundo, que se revisitam, se questionam e se (re)inscrevem em suas leituras.

Por meio do enlace entre filologia e outros saberes, temos atuado, ao longo de mais de dez anos, na constituição e organização do ANC a partir das tarefas de sistematização, catalogação e inventariação de vasta massa documental, a fim de dar a conhecer e a ler Nivalda Costa e sua produção intelectual, em meio digital.⁴ Esse processo de construção resulta de uma prática de pesquisa coletiva, a partir de diferentes atividades de registro dos documentos; de digitalização, após consulta e captura das imagens em diversas instituições de guarda; de organização do acervo; e de ampliação da possibilidade de circulação e de (re)inserção como parte da memória social.

Na atividade de catalogação dos documentos que compõem os diferentes acervos do ATTC, dentre eles o ANC, respeitamos sua proveniência

4 Disponibilizamos, em um arquivo hipertextual composto por documentos e edições, parte da produção dramaturgica censurada de Nivalda Costa, acessível por meio do domínio www.acervonivaldacosta.com. Este site compõe o segundo volume da tese de doutoramento intitulada *Série de estudos cênicos sobre poder e espaço, de Nivalda Costa: arquivo hipertextual, edição e estudo crítico-filológico*, desenvolvida por Souza (2019) no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da Ufba.

e funcionalidade, e, para tanto, organizamos os conjuntos documentais a partir de um quadro de arranjo que leva em conta as seguintes séries: 1) Produção intelectual; 2) Publicações na imprensa e em diversas mídias; 3) Documentação censória; 4) Esboços, notas e rascunhos; 5) Documentos audiovisuais e digitais; 6) Correspondência; 7) *Memorabilia*; 8) Adaptações e traduções; 9) Estudos; 10) *Varia*,⁵ propiciando, desse modo, a realização de uma leitura em rede.

Conforme a especificidade dos acervos, cada item documental é identificado por um código construído de informações quanto à série, subsérie, número do item e ano. Para cada documento codificado, elaboramos *ficha-catálogo* com referência, procedência, descrição e resumo, disponibilizada em arquivo PDF (*portable document format*), contendo o *termo de responsabilidade*, em que o usuário declara estar ciente do disposto nas leis n. 9.610/1998 e n. 12.527/2011, quanto aos direitos autorais e ao acesso a informações, e o *fac-símile*. Esses documentos são catalogados e organizados em pastas de arquivos no computador.

Em relação ao ANC, reunimos, até o momento, 339 documentos digitalizados (texto teatral, poema, conto, matéria de jornal, documentação censória, folhas manuscritas e datiloscritas avulsas, cartaz, croqui, ingresso, entre outros), datados de 1973 a 2016, provenientes do acervo do Centro de Estudos Afro-Orientais da Ufba, dos arquivos pessoais de Deusimar Pedro, de Freddy Ribeiro e de Nivalda Costa, do próprio ATTC, da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, da Biblioteca da Universidade do Estado da Bahia, da Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa da Ufba, da Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal – fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), série Teatro –, do Núcleo de Acervo do Espaço Xisto Bahia, da Fundação Casa de Jorge Amado, da Fundação Nacional de Artes, do Instituto Nacional de Artes Cênicas, do Nós, por exemplo – Centro de Documentação e Memória do Teatro Vila Velha e de diferentes sites da internet.

Esse trabalho de sistematização provoca reflexões quanto à dispersão dessa produção intelectual, considerando o perfil do sujeito, as redes de sociabilidade, os processos de circulação e recepção e o papel do pesquisador. Essa dispersão pode ser lida como expressão do sujeito descen- trado e móvel, da própria vida da artista multifacetada, que transitou

⁵ Para essa organização, tomamos por base o *Manual de organização do acervo literário de Érico Veríssimo*, de Maria da Glória Bordini (1995), e construímos um tutorial (Borges; Fagundes; Souza, 2016) para uso dos integrantes da ETTC na organização de outros acervos que integram o ATTC.

por diferentes lugares. Reflexo do sujeito ativo, plural e criativo, das formações acadêmicas, das atuações profissionais e das funções sociais desempenhadas no teatro, na literatura e na televisão, do envolvimento em movimentos sociopolíticos e culturais da época, nos centros, grandes palcos e nas periferias de Salvador, Bahia.

As estruturas de sociabilidade variam conforme épocas e grupos intelectuais e podem ser usadas para pensar sobre a trajetória, o papel e o poder de um intelectual em meio a ideologias e mentalidades coletivas. Aquelas instituições de guarda nos permitem pensar sobre as redes e os “espaços de sociabilidade”, os lugares “de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro” (Sirinelli, 1996, p. 249), que dão testemunho das tendências ideológicas e estéticas de Nivalda Costa, das alianças e dos caminhos escolhidos, bem como dos trânsitos, dos deslocamentos e das tramas de determinado grupo social, do qual ela fazia parte.

Na leitura da dispersão, é posta em relevo ainda nossa atuação enquanto pesquisadores, ao reforçarmos a necessidade de atualizar um passado, darmos a ler testemunhos de determinado momento histórico, (re)construirmos a memória de um grupo social, ratificarmos o gesto de organização de um arquivo pessoal empreendido por Nivalda Costa, ao longo de sua vida, adotado como fonte de pesquisa, “figura epistemológica” (Marques, 2007), instância de produção de imagens de si e artefato crítico, construto sociopolítico, prática de resistência (Artières, 1998).

Embora possamos pensar o ANC como um conjunto de documentos que versa sobre um único titular, atentamos também para o caráter social do acervo, em uma visão não dissociativa dos espaços público e privado e das práticas de leitura e de escrita. Considerando as redes de sociabilidade de Nivalda Costa, sua relação com outros sujeitos, seu envolvimento em movimentos e em atividades socioculturais e políticas, entendemos que o material reunido no referido acervo nos fornece elementos para construir um conhecimento acerca das resistências negras na Bahia.

Nivalda Costa e práticas de resistências negras na Bahia pelo viés do tecido-texto

Nivalda Silva Costa, filha de Nair Silva Costa e Manoel Edvaldo Costa, nasceu no dia 4 de maio de 1952, em Salvador, e morreu no dia 9 de julho de 2016, vítima de um infarto fulminante, quando viajava a trabalho para Feira de Santana, interior da Bahia, em mais uma ação de formação cultural e

política por meio da promoção de cursos e oficinas.⁶ Comprometida socialmente, ao longo de sua vida, essa mulher negra desempenhou funções de pesquisadora, escritora – poetisa, contista, dramaturga, roteirista (na criação de roteiros de especiais e programas televisivos) –, diretora, assistente de direção, atriz, autora, antropóloga, professora (de roteiro e de arte cênica), coordenadora pedagógica (de projetos de extensão e de centros culturais), assessora de comunicação social, *videomaker*, redatora de publicidade, produtora e consultora de programa televisivo (Costa, 2014).

Nas redes sociais e sites⁷ nos quais se divulgou sua morte, Nivalda Costa é lembrada por sua atuação como intelectual, antropóloga, líder religiosa, educadora e artista, mediadora social que contribuiu no que tange à cultura, arte, religiosidade e memória afro-brasileira. É ressaltada a figura da estudiosa que, a partir de pesquisas e estudos, mecanismos de produção discursiva, colaborou com um processo de (des)articulação de determinada representação estética e ideológica. A Assembleia Legislativa da Bahia emitiu uma moção de pesar, n. 19.587/2016, no dia 3 de agosto, em razão do seu óbito, caracterizando-a como “líder religiosa e intelectual de grande influência nos estudos da cultura, arte e religiosidade africana, atriz, poetisa, diretora teatral, dramaturga e contista” (Bahia, 2016).

Na rede social do Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, em 10 de julho de 2016, noticiou-se o falecimento, registrando informações quanto ao envolvimento e à contribuição de Nivalda Costa nesse terreiro de candomblé, principalmente, no que diz respeito à sua função de Ajoíê, equivalente a “equede” e a “arobá” (Campos, 2003).

O Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, localizado no bairro do Cabula, em Salvador, é um centro de formação, preservação e difusão da história, da cultura e da memória afro-brasileira, tombado em 2000 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e constituído de um templo religioso, uma área habitacional, um museu (Museu Ilê Ohum Lailai), uma biblioteca e uma escola (Escola Municipal Eugênia Anna dos Santos) (Ilê..., 2016). Nesse espaço, Nivalda Costa, entre outras atividades, nos anos 1990, desenvolveu oficinas de teatro, com crianças e jovens, e apresentações, durante uma atividade anual, a Feira de Cultura Afonjá, em relação à qual ela nos explicou:

6 Informação obtida por Anderson Spavier, durante o seminário “Vozes do teatro em tempos de ditadura militar: Equipe Textos Teatrais Censurados”, realizado em outubro de 2016, no Instituto de Letras da Ufba.

7 Ver: Ilê... (2016), Bahia (2016) e Associação... (2016).

vem [...] um momento em que eu começo a estudar mitos da religiosidade negro-africana, no Brasil, [por]que eu sou uma mulher negra e sempre fui identificada com minhas raízes, com meus princípios [...], e sempre estudava isso. Então no período quando eu saio da série poder e espaço, [eu estou] trabalhando justamente com mitos, mitos e lendas das mitologias africanas.

[...] Num terreiro de Salvador chamado Ilê Axé Opô Afonjá, eu desenvolvi, durante quatro ou cinco anos, diversos estudos com adolescentes e crianças [...], normalmente, todos vinculados ao terreiro, [...] numa mesma faixa etária, de sete, oito anos de idade, [...] até vinte e poucos anos, e eu trabalhei durante algum tempo com esse pessoal, inclusive foi muito gratificante, foi um grande exercício de vida para mim, de aprendizado de vida.

[...] Nesta época do Ilê Axé Opô Afonjá, tinha uma Feira de Cultura Afonjá, [...] tinha shows musicais, [...] feira de roupa, de comidas, e, sobretudo, palestras, conferências, [...] inclusive essas minhas apresentações. Então, todo ano, na Feira de Cultura Afonjá, o grupo sempre tinha um trabalho a apresentar. E aí a gente fez “Prelúdio[s] para a liberdade”, nós fizemos “[Suíte:] o quilombola” [...], e daí nasceu “[Passagem para] o encanto”. (Costa, 2010)⁸

Na referida comunidade religiosa de matriz africana, Nivalda Costa participou ativamente de um processo de construção sociocultural, trabalho desenvolvido por agentes que promove(ra)m práticas de conhecimento por meio do diálogo entre saberes, em uma política de ação. Essa prática constrói-se na articulação entre formas de aquisição de saber, de modo dialógico e engajado, considerando suas origens e identidades, suas pesquisas de mitos e lendas africanas, suas interpretações do saber científico e adaptações/apropriações à realidade vivenciada, seus encontros e ensaios, momentos de troca com crianças e jovens. Foi nessa ocasião que elaborou a série *Estudos sobre etnoteatro negro brasileiro*, da qual fazem parte os textos “Prelúdio[s] para a liberdade”, “Suíte: o quilombola” e “Passagem para o encanto”.

No site da Associação dos Professores Licenciados do Brasil (APLB) – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia, em texto publicado no dia 12 de julho de 2016, Nivalda Costa e Luiza Bairros são lembradas pelas ações que desempenharam na sociedade baiana em defesa de causas importantes relativas a movimentos sociais (Associação..., 2016).

⁸ Informação obtida em entrevista que nos foi concedida por Nivalda Costa, em outubro de 2010, na Biblioteca do Ceao/Ufba, em Salvador.

A causa em defesa da igualdade racial, a luta pelos direitos da negritude, perde Nivalda Costa (morta, sábado, 9 de julho) e Luiza Bairros (morta na manhã desta terça-feira, 12). *Ambas personificaram a mulher negra forte, inteligente e comprometida com a luta por um mundo melhor, sem intolerância e movido pela ética, honestidade e princípios civilizatórios.*

Para os movimentos sociais, sobretudo os de mulheres e negros, Nivalda Costa e Luiza Bairros deixam reflexões fundamentais para compreensão e ação política pela igualdade de gênero e raça. (Associação..., 2016, grifo nosso)

APLB colocou em primeiro plano a atuação e a produção de Nivalda Costa, em paralelo à de Luiza Bairros, na luta contra as relações desiguais de poder e de desrespeito aos direitos humanos, contra toda e qualquer forma de desigualdade, considerando o inerente enlace entre as instâncias étnico-racial, sexual, de gênero, econômica, social, cultural e política. Esse posicionamento da intelectual negra fica explícito em suas produções e enunciações, nas quais tais questões são tecidas e discutidas de forma imbricada e engajada.

Nivalda Costa, em depoimento concedido à ETTC, em 2011, comentou sobre sua postura, sua visão de ser e de estar no mundo, como membro do Movimento Negro Unificado (MNU-Bahia), no ano de 1978:

havia uns setores muito radicais dentro do movimento negro que achavam, por exemplo, que eu deveria concentrar todos os meus trabalhos, especificamente, com personagens negros, causas negras, enfim, criar uma suprarrealidade [...]. As minhas crenças enquanto antropóloga [...] vão de constatações, [...] antes de sermos negros, pertencemos [...] a uma raça pressupostamente humana. [...] O homem é quem cria os preconceitos [...], as invasões, as escravizações. [...] Eu parto do homem em seu estado de liberdade, [...] antes de ser negra e mulher, eu sou um ser humano. [...] Discutimos muito isso com o movimento negro [...]. Todas as questões ligadas à conscientização racial eu acho que parte [...] por uma célula chamada educação, isso aí é essencial. (Costa, 2011)⁹

Em uma edição de abril de 1988 do *Nêgo*¹⁰ – jornal nacional do Movimento Negro Unificado, um periódico alternativo produzido em Salvador, “imprensa negra autônoma, livre e independente”, com conselho editorial

⁹ Informação obtida em entrevista concedida por Nivalda Costa, em fevereiro de 2011, à ETTC, na Biblioteca do Ceao/Ufba, em Salvador.

¹⁰ Periódico arquivado no Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV), sediado em São Paulo. Ver: <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PNEGOBA041988014.pdf>.

formado por membros do movimento de diferentes cidades do país (MNU..., 1988, p. 2) –, em especial na matéria intitulada “MNU – 10 anos de luta!”, há informações sobre as manifestações que sacudiram o país a partir de 1976, no que tange à configuração da organização.

Fundado em 18 de junho de 1978, em contexto de efervescente contestação social, o MNU foi

lançado publicamente em 7 de julho de 1978, num ato público realizado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo [...]. Este ato de protesto foi, sobretudo, uma resposta ao assassinato do negro, operário, pai de família, Robson Silveira da Luz, preso e torturado selvagememente até a morte numa delegacia de polícia em São Paulo. Mais de 3.000 negros se reuniram contra o racismo, contra o desemprego e a falta de moradia, contra a violência policial que se abate sobre nós de forma massacrante. O dia 7 de julho, então, foi transformado no *Dia Nacional de Luta contra o Racismo*. (MNU..., 1988, p. 2, grifo do autor)

Quatro grupos do Movimento Negro de Salvador – Malê-Arte e Cultura Negra; Nego – Grupo de Estudos da Problemática do Negro Brasileiro; Palmares Inãron, Teatro Raça, Posição e Cultura; e Núcleo Cultural Afro-Brasileiro – manifestaram-se por meio de uma *moção de solidariedade* àquele ato público antirracista realizado em São Paulo,¹¹ posicionando-se contra a discriminação e a violência à comunidade afro-brasileira, assim como discutindo a situação do negro na Bahia (Maria, 1978). Leiamos um trecho do documento publicado no *Jornal da Bahia*, em 16 de julho de 1978:

Nós, grupos integrantes do movimento negro de Salvador, viemos tornar pública a nossa solidariedade ao ato público antirracista, convocado pela comunidade negra de São Paulo, e denunciarmos a opressão sofrida pelo negro baiano, que não difere da situação geral da comunidade afro-brasileira [...].

Diante destes fatos, a comunidade afro-brasileira em Salvador exige “liberdade de crença, de cultura, direitos de vivermos e desenvolvermos plenamente o nosso potencial como cidadãos afro-brasileiros, bem como o direito de mobilização social através de setores profissionais inacessíveis ao negro, pelo preconceito atuante no país, impedindo a sua participação na vida da nação. (Maria, 1978)

¹¹ “Quando a entidade se articulou – com o ato público nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo e assembleias nacionais no Rio e na Bahia –, havia importantes novidades, nesta seara, entre nós, além do impacto do *black power*, com brasileiros atentos para palavras e atos de personalidade como Luther King e Eldridge Cleaver [...]. Aquele foi um momento de projeção de novos países africanos no sistema internacional. A hora e a vez de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique. Da África de língua portuguesa” (Risério, 2007, p. 372).

Há, nesse sentido, um enlace intrínseco entre política e atividade cultural, firmada na iniciativa e no ato artístico-militante dos supracitados grupos, estando imbricadas nas resistências negras na Bahia as instâncias sociopolítica, étnico-racial e artístico-cultural. Ao mesmo tempo em que se firmava o movimento negro, na segunda metade da década de 1970, na Bahia, “começou a surgir um novo teatro negro”, composto por amadores e por profissionais provenientes da Escola de Teatro da Ufba, “[à] exceção do grupo Tenha (Teatro Negro da Bahia), criado por Lúcia de Sanctis, em 1969” (Douxami, 2001, p. 347).

Como integrante do MNU, a dramaturga-diretora negra Nivalda Costa,¹² engajada nas causas sociais, contra o racismo e quaisquer formas de preconceito, mas contrária às vertentes que propagavam uma “suprarrealidade” (Costa, 2011), em agosto de 1978, participou do evento Negro – Movimenta, e apresentou, juntamente com o grupo de experiências artísticas, grupo Testa – que tinha como principais objetivos denunciar injustiças sociais, promover uma renovação estética e reivindicar a posição do negro no teatro e na sociedade –, a peça teatral *Anatomia das feras*, na Praça Municipal de Salvador (Costa, 1999 apud Douxami, 2001) e no Solar do Unhão (Negro..., 1978, p. 11).

O Negro – Movimenta ocorreu em concomitância com o encerramento do I Festival de Arte e Cultura Negra, do qual participaram poucos artistas baianos (Arte..., 1978a). Três daqueles grupos do MNU-Bahia, Malê-Arte e Cultura Negra, Nego – Grupo de Estudos da Problemática do Negro Brasileiro e Núcleo Cultural Afro-brasileiro, e o Diretório Central dos Estudantes da Ufba, insatisfeitos com a situação, promoveram o referido evento local, de 10 a 13 de agosto, na Praça Municipal de Salvador. Nesse espaço, negros e negras, brasileiros e norte-americanos, artistas, intelectuais, estudantes e outros, desenvolveram atividades e apresentações (Negro..., 1978, p. 11), em um diálogo entre culturas, linguagens e saberes, aberto à participação da comunidade soteropolitana.

No I Festival de Arte e Cultura Negra, ocorrido em Salvador, de 7 a 10 de agosto de 1978, por meio de um intercâmbio artístico-cultural entre Brasil e Estados Unidos, realizaram-se mostras de arte e ciclos de conferência sobre a história, a cultura e a arte negra, dos quais participaram, principalmente, artistas norte-americanos, no Teatro Castro Alves e no Teatro Vila Velha (Artistas..., 1978, p. 13). Problemas financeiros e impasses

¹² O nome de Nivalda Costa está fixado na linha do tempo do teatro negro na Bahia, elaborada por Márcio Meirelles, em comemoração aos vinte anos do Bando de Teatro Olodum, que homenageou o teatro negro da Bahia. Ver: <http://bandodeteatro.blogspot.com>.

políticos afetaram o desenvolvimento do evento, que iria ocorrer no período de 6 a 11 de agosto, com a contratação de artistas e grupos baianos (Arte..., 1978b).

Inserida nessa luta social, Nivalda Costa posicionou-se a favor da igualdade de direitos, contra posturas radicais e preconceituosas, militando, como uma intelectual negra, em defesa de uma racionalidade mais ampla, de uma visão do homem em perspectiva histórica e sociológica, de uma ampliação do acesso à educação e à cultura para todos. Em depoimento à ETTC, em 2011, ela comentou:

estava ensaiando [...] a primeira parte de *Anatomia das feras*, [...] no cemitério Sucupira [na Praça Municipal de Salvador], e também lá aconteciam [...] reuniões do movimento negro, que não tinha espaço, [...] era muito malvisto nessa época. Então [...], vários artistas [...] fizeram uma amostra pública [...] para dar visibilidade ao movimento. [...]. Então todos nós nos entregamos a essa ação e [...] eu apresentei *Anatomia das feras*, fiz uma redução [...], e fizemos [o Testa] uma apresentação especial. (Costa, 2011)¹³

Em *Anatomia das feras*, composto por seis atos, I – Pré-idade ou O caos da liberdade, II – Gênese, III – A colonização, IV – O esmo, V – A ruptura e VI – A história de não liberdade, e doze cenas (Costa, [1978]), a teatróloga traçou, em perspectiva antropológica e linguagem simbólica, “a evolução histórica do homem, desde o homem-animal da pré-história, até [a] ferra-urbanizada de nossos dias [1978] [...]”, para discutir e refletir sobre a sociedade moderna, “tecnicizada e repressiva, dentro de uma visão afro-latino-americana” (*Anatomia...*, 12 jun. 1978, p. 11).

Na configuração cênica, há uma alusão à Revolta dos Malês,¹⁴ visando despertar o público baiano para a necessidade de luta contra o regime ditatorial (Costa, 1999 apud Douxami, 2001). Na Revolta dos Malês, eles não obtiveram êxito em seu propósito, contudo, no levante do Testa, o grupo revolucionário vence o ditador. Aludir àquela revolta é retomar o passado com vistas à análise do presente, buscando despertar a sociedade para os acontecimentos de outro tempo, mas que repercutem na atualidade; é revalidar um episódio da história brasileira, de luta do

¹³ Informação obtida em entrevista concedida por Nivalda Costa, em fevereiro de 2011, à ETTC, na Biblioteca do Ceao/Ufba, em Salvador.

¹⁴ A Revolta dos Malês, movimento político, ocorreu em 25 de janeiro de 1835, em Salvador, quando africanos muçulmanos, na condição de escravos urbanos, organizaram-se e planejaram um levante contra o governo, a escravidão e a intolerância religiosa (Reis, 1986).

povo africano, como um exemplo que pode ser seguido, em uma lógica temporal interativa.

No texto teatral – um dos textos-peças-manifestos da Série de Estudos Cênicos sobre Poder e Espaço (SECPE), composta por seis textos escritos¹⁵ para o palco, a partir de pesquisas, como manifestos nos quais se denunciavam abusos, ao tempo que incita o público a transformar a realidade (Souza, 2019) –, a dramaturga-diretora reescreveu a história, de forma cênica, revisitando alguns dos acontecimentos: a prisão, a cilada, o armamento usado pelos negros e o final do levante.

Para endossar o discurso teatral, foram usados textos de Oswald de Andrade (1943), a crônica *O coisa*; de Pablo Neruda (1950), a obra *Canto general*; de Jorge Luis Borges (1969), o livro *Elogio de la sombra*; de Langston Hughes (1926), o poema *I, too, sing America*; além de livros bíblicos, *Gênesis e Êxodo* (Souza, 2012). A escolha desses autores e a apropriação de suas obras nos dizem muito sobre as tendências estéticas e éticas de Nivalda Costa, uma vez que aqueles foram sujeitos engajados na esfera pública, ligados a movimentos de vanguarda e ao partido comunista, comprometidos, predominantemente, com um projeto ideológico.

Esse posicionamento militante é reafirmado no que tange ao programa televisivo *Afro-memória* (1988), produzido pela TV Educativa da Bahia (TVE Bahia), voltado para a história e a memória afro-brasileira, com foco em aspectos ligados a cultura, arte e realidade social da comunidade negra. O programa teve “autoria, direção e roteiro da socióloga e teatróloga baiana Nivalda Costa, a qual “pretend[ia] mostrar a contribuição que o negro deu à cultura brasileira, enfatizando também este aspecto no presente”, em fins de 1980 e início de 1990. “[A] partir de um enfoque histórico e sociológico, pretendemos informar a brancos e negros sem qualquer forma de preconceito” (*A memória...*, 1988).

O programa era exibido mensalmente, às 21h30, e somente para a Bahia, contudo, após repercussão do primeiro episódio, decidiu-se apresentá-lo em todo o país, e realizar edição semanal. O jornalista Chico Bruno, em uma matéria de jornal, evidenciou a ideologia da emissora e a grade de programas, destacando o *Afro-memória*, “único programa da TV brasileira dedicado a discutir os problemas da comunidade negra e [com] a chancela do Ministério da Cultura” (Bruno, [1988]), por sua relevância para a formação do povo brasileiro, a fomentação e difusão da cultura do

¹⁵ A SECPE, produzida de 1975 a 1980, é composta pelos textos teatrais “Aprender a nada-r”; “Ciropédia ou A iniciação do príncipe, O pequeno príncipe”; “Vegetal vigiado”; “Anatomia das feras”; “Glub! História de um espanto” e “Casa de cães amestrados”.

estado e a valorização dos costumes, das tradições e dos artistas locais. Os interesses dessa emissora televisiva se coadunam com as propostas de Nivalda Costa que, em diferentes momentos, utilizou a educação como meio de difusão de saberes, prática de conhecimento e produção de poder.

Nos documentos reunidos no ANC, há indícios de um trabalho social e político de validação da arte e da cultura, empreendido por Nivalda Costa, como principal procedimento de luta social, como prática de cidadania, de natureza micropolítica, inscrita em sua trajetória, direcionada às camadas populares. Nesse projeto de vida, realizado junto a movimentos, associações, centros e grupos sociais, ela, como intelectual negra, apresentou propostas e promoveu atividades culturais de intervenção na sociedade baiana, impactando outras práticas. Intelectual negro é

aquele que indaga a ciência por dentro e problematiza conceitos, categorias, teorias e metodologias clássicas que, na sua produção, esvaziam a riqueza e a problemática racial ou transformam raça em mera categoria analítica retirando-lhe o seu caráter de construção social, cultural e política. E ainda, é aquele que coloca em diálogo com a ciência moderna os conhecimentos produzidos na vivência étnico-racial da comunidade negra. (Gomes, 2009, p. 426)

Esse grupo de intelectuais, que tem um perfil distinto, principalmente quanto à natureza do seu discurso e a seu posicionamento nas lutas sociais, sempre existiu, mas, no Brasil, é a partir dos anos 1990 que “passa a assumir uma especificidade no campo do conhecimento acadêmico” (Gomes, 2009, p. 422). No caso de Nivalda Costa, e de uma geração de baianos e de baianas, seu posicionamento político em práticas socioculturais configurou-se, oficialmente, a partir dos primeiros anos da década de 1970, no curso de formação de atores¹⁶ ofertado pela Ufba, de 1972 a 1974 (Costa, 2014), momento de articulação sociopolítica e cultural, de movimentos de contracultura, de afirmação dos valores de matriz afrodescendente e popular.

Esses intelectuais, produtores e mediadores que reconhecem e defendem a cultura como um direito, posicionam-se, em certa medida, de modo autônomo e engajado, denunciando privilégios e manipulações, como amador e exilado, o que envolve muitos desafios (Said, 2005). Desenvolvem práticas de conhecimento contrárias a formas de dominação, à relação desigual de saber-poder, herança do colonialismo reforçada na economia capitalista

¹⁶ Nivalda Costa atuou em pouquíssimos espetáculos como atriz, sendo inexpressiva nesse papel, ao contrário do que ocorre como diretora e dramaturga.

(Santos, 2009), contribuindo para a “descolonização do saber, articulando, de forma consistente, diferentes perspectivas críticas à epistemologia moderna” (Santos; Meneses, 2009, p. 18), defendendo o reconhecimento da diversidade epistemológica, ontológica e cultural (Santos, 2008).

Nas décadas de 1980 e 1990, Nivalda Costa participou de relevantes iniciativas, em ações afirmativas, dentre as quais ressaltamos sua atuação no projeto de pesquisa Afro-memória: 100 anos de abolição, de 1988 a 1992; na série Arte/Literatura, editada pelo Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao/Ufba), de 1982 a 1990; e na montagem do espetáculo *Paixão – Caminho do ressurgir da Catedral ao Pelourinho*, em 1980.

O projeto de pesquisa Afro-memória: 100 anos de abolição,¹⁷ coordenado e desenvolvido por Nivalda Costa de 1988 a 1992, financiado pelo Ministério da Cultura, contou com a participação de Eliana Ornelas, Lívia Calmon, Sergio Brandão e Wanda Cavaliere (Costa, 2014). Ao almejar como objetivos “o resgate, a identificação e a catalogação das manifestações culturais de origem negro-africana no estado da Bahia” para, em seguida, “produzir material audiovisual capaz de subsidiar o ensino de disciplinas que tratavam de assuntos concernentes ao estudo das etnias negras no Brasil” (Costa, 2014), Nivalda Costa propôs agendas de discussões e atividades voltadas para o ensino da história e da cultura afro-brasileiras, antecipando-se quanto à necessidade de produzir material didático e, por conseguinte, de incluir essa temática, de forma significativa, na formação dos cidadãos baianos e brasileiros. Oficialmente, somente em 2003, a partir da lei n. 10.639/2003, alterada pela lei n. 11.645/2008, tornou-se obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileiras, nos níveis fundamental e médio, no Brasil.

O desenvolvimento do supracitado projeto de pesquisa condiz com as discussões tecidas no Ceao/Ufba,¹⁸ a partir das quais também se planejou e executou, no início da década de 1980, a série Arte/Literatura, na qual Nivalda Costa participou ativamente e contribuiu com suas produções escritas nos números um, três e cinco. O conhecimento desses livros,

¹⁷ Esse projeto, que tem como resultado a produção de um material audiovisual (Costa, 2014), provavelmente subsidiou a criação e o desenvolvimento do programa televisivo *Afro-memória*.

¹⁸ “Órgão [...] da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da [...] [Ufba] voltado para o estudo, a pesquisa e ação comunitária na área dos estudos afro-brasileiros e das ações afirmativas em favor das populações afrodescendentes, bem como na área dos estudos das línguas e civilizações africanas e asiáticas. Foi criado em 1959, em um momento de efervescência política e cultural, no qual o Brasil inaugurava uma política de presença diplomática e cultural na jovem África que se libertava do colonialismo” (Centro..., 2017).

Capoeirando, *Da cor da noite: poemas dramáticos* e *Para rasgar um silêncio*, respectivamente, propiciam uma reflexão acerca da contribuição do referido centro para a promoção e a resistência de um movimento de produção artística afrodescendente na sociedade baiana, nas décadas de 1980 e 1990, apesar das dificuldades inerentes ao órgão público.

A série Arte/Literatura foi idealizada após um encontro organizado pela professora doutora Yeda Pessoa de Castro, quando ela abriu as portas da instituição para artistas/escritores baianos vinculados a uma literatura de matriz negra, emergente e marginal,¹⁹ e estes adotaram o centro como um lugar de diálogo, de construção de si, espaço de sociabilidade.

Em uma matéria veiculada no jornal *A Tarde*, do dia 14 de dezembro de 1990, intitulada “Contistas baianos rasgam o silêncio”, sobre o lançamento de *Para rasgar um silêncio*, quinto e último livro da série, no Espaço Cultural Cantina da Lua, Nivalda Costa, organizadora desse número, explicou que, ao reunir textos de variados conteúdos e estruturas, a ideia foi “criar uma diversidade, mostrando outros caminhos e novos estilos”, que convergem quanto a um “feeling negro, o soul negro que perpassa todos os contos” (Contistas..., 1990). Comentou ainda sobre sua constante preocupação com a linguagem e seu processo de criação a partir de suas referências existenciais e da livre criação.

Jaime Sodré, um dos contistas do referido livro, abordou, na matéria, as possibilidades do gênero literário “conto” e as dificuldades enfrentadas por artistas baianos para editar e publicar suas produções, assim como o trabalho empreendido quanto à edição. Nessa ocasião, o escritor teceu comentário sobre o lançamento do *Versos e Prosas*, uma publicação mensal sobre temas negros, ressaltando que “embora dedicado ao negro, o periódico não veicula só textos de autores negros, mas também de brancos que tratem do tema” (Contistas..., 1990).

Em relação à peça teatral *Paixão – Caminho do ressurgir da Catedral ao Pelourinho*,²⁰ encomendada e financiada pela Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia, diferentemente do roteiro apresentado todo ano, realizou-se uma apresentação movimentada, uma vez que os artistas envolvidos, Walter Smetak, Luiz Marfuz, Nivalda Costa,

¹⁹ Informação obtida durante a palestra “Para rasgar o silêncio: a literatura baiana nas vozes de escritoras negras contemporâneas”, em homenagem a Nivalda Costa e Aline França, realizada pela professora Yeda Pessoa de Castro, em 8 de março de 2018, na Academia de Letras da Bahia, em Salvador.

²⁰ Arquivo Nacional – Distrito Federal, fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), peças teatrais. MARFUZ, Luiz. *Paixão – Caminho do ressurgir da Catedral ao Pelourinho*, 1980, 18 folhas.

Reginaldo Flores e Leda Muhana (Correio..., 1980), inovaram, ao menos, em três aspectos: a escolha dos atores que interpretaram Nossa Senhora e Cristo, a representação da morte de Cristo e a nudez desse personagem dentro da Catedral Basílica de Salvador.

Do grande elenco, cerca de quarentas pessoas, formado por bailarinos e atores, a atriz Vera Pita, uma mulher negra, e o ator Freddy Ribeiro, um homem mulato, que na época usava cabelo *black power* (Ribeiro, 2018), foram escolhidos para interpretar Nossa Senhora e Cristo, que morria de três formas, flechado, chicoteado e fuzilado (Douxami, 2001), contextualizando-se a peça naquele momento ao regime militar. Luiz Marfuz confirmou a veracidade desse registro e atribuiu a Nivalda Costa essa “ousadia”, além de comentar a respeito da recepção conservadora e preconceituosa do público baiano, que manifestou estranhamento e indignação, principalmente, quanto ao fato de Nossa Senhora ser representada por uma mulher negra.²¹

Destacamos, também, a participação de Nivalda Costa como membro do conselho consultivo da Sociedade Amigos da Cultura Afro-Brasileira (Amafro), fundada em 2002, cujo principal projeto foi a criação e a implantação do Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira (Muncab), em Salvador, por meio de parceria com o Ministério da Cultura e de apoio do Ceao/Ufba, responsável pelo Museu Afro-Brasileiro da Ufba (Mafo), este último inaugurado na década de 1980. Na Amafro, Nivalda Costa atuou, em 2008, como produtora e coordenadora do projeto Diálogos Afro-Brasileiros e, em 2007, como coordenadora pedagógica do projeto Êres do Museu. Participou, também, do projeto educativo Reconstruindo o quilombo, no qual se desenvolveram, em 2007, seminários, exposições, oficinas e shows, principalmente, nos espaços do terreiro Ilê Axé Apô Afonjá.

Por meio de ações coletivas, a intelectual negra buscou construir, em todas as atividades nas quais esteve envolvida, espaços de discussão, condições sociais e perspectivas de mudança. Nivalda Costa, nesse sentido, junto a outros baianos, assumiu um papel significativo, de resistência, na sociedade soteropolitana, como intelectual negra, amadora e múltipla, construindo saberes e transformando as gentes e os espaços por onde passou.

²¹ Informação obtida por Luiz Marfuz, durante o Seminário *Vozes do teatro em tempos de ditadura militar: Equipe Textos Teatrais Censurados*, realizado em outubro de 2016, no Instituto de Letras da UFBA.

Considerações finais

A pesquisa filológica dos e/nos documentos do ANC possibilita ler a produção e o sujeito Nivalda Costa, mas também as resistências negras na Bahia, e construir um conhecimento acerca de práticas/atividades sociais, artísticas e políticas desenvolvidas, ao longo dos anos, de forma aguerrida, subversiva e experimental, por artistas, intelectuais, estudantes, membros da sociedade soteropolitana e de cidades do interior do estado, que se reuniam e se reúnem no terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, no Ceao/Ufba, no Espaço Cultural Cantina da Lua e na Amafro, espaços de sociabilidade, de crítica e de criação.

O ato de construção do ANC possibilita-nos ler, em alguma medida, o MNU-Bahia, atravessado por instâncias sociopolíticas e culturais, bem como investigar acerca de diferentes grupos: Malê-Arte e Cultura Negra; Nego – Grupo de Estudos da Problemática do Negro Brasileiro; Palmares Inãron, Teatro Raça, Posição e Cultura; Núcleo Cultural Afro-Brasileiro; grupo Tenha (Teatro Negro da Bahia) e grupo Testa. Todos ligados à arte e à cultura, sobretudo ao teatro, que na década de 1970, em tempos de ditadura militar, funcionou, muitas vezes, como frente militante, espaço de discussão de questões sociais e de luta por igualdade étnico-racial, sexual, de gênero, econômica, social, cultural e política.

No ANC, dentre as muitas atividades artístico-culturais, verdadeiras práticas de conhecimento e de resistência realizadas em Salvador, há vestígios quanto à Feira de Cultura Afonjá, à série *Estudos sobre etnoteatro negro brasileiro*, ao *Nêgo*, jornal nacional do Movimento Negro Unificado, ao I Festival de Arte e Cultura Negra, ao evento Negro – Movimenta, à série de Estudos Cênicos sobre Poder e Espaço, em especial ao texto-peça-manifesto *Anatomia das feras*, à série *Arte/Literatura* e ao periódico *Versos e Prosas*.

Há ainda referência a alguns projetos que merecem a atenção de investigadores interessados no tema em questão. São eles: projeto de pesquisa Afro-memória: 100 anos de abolição, Diálogos afro-brasileiros, Êres do Museu e Reconstruindo o quilombo, bem como o programa *Afro-memória*. Além disso, é prudente pensarmos sobre a implantação e o funcionamento do Muncab e do Mafro, ambos instalados em Salvador, parte relevante do patrimônio, da memória e da identidade do povo brasileiro.

No trabalho com textos, documentos e acervos, adotamos a filologia como construção ética de leitura, gesto de interpretação, também prática de saber-poder, “um modo de participação ativa e deliberada na esfera mundana textual, política, cultural” (Sacramento; Santos, 2017, p. 135),

e assumimos, como filólogos, nosso papel no processo de atualização de sentidos e de ressignificação de textos. Desse modo, a partir da investigação que realizamos com os documentos/monumentos que integram o ANC, colocamos em evidência lugares de memória e de resistências negras no estado da Bahia, ao tempo que colaboramos para o desenvolvimento de reflexões no que tange à memória e ao legado das resistências dos grupos negros no Brasil.

Referências

- ALMEIDA, Isabela Santos de; BORGES, Rosa. Edição e crítica filológica do texto teatral censurado. *Revista da Abralín*, Curitiba, v. 16, n. 3, p. 19-49, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/52301>. Acesso em: 10 set. 2017.
- A MEMÓRIA do negro alcança a telinha. *A Tarde*, Salvador, ago. 1988.
- ANATOMIA das Feras será levada em julho no Solar do Unhão. *Jornal da Bahia*, Salvador, p. 11, 12 jun. 1978.
- ARTE negra dá início a festival. *Jornal da Bahia*, Salvador, p. 3, 7 ago. 1978a.
- ARTE negra não recebe ajuda da prefeitura. *Jornal da Bahia*, Salvador, 3 ago. 1978b.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/287>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- ARTISTAS norte-americanos farão shows em Salvador. *Diário de Notícias*, Salvador, p. 13, 15 jul. 1978.
- ASSOCIAÇÃO do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia. Defesa da igualdade racial perde dois de seus ícones: Nivalda Costa e Luiza Bairros, Salvador, 12 jul. 2016. Disponível em: <https://www.aplb-sindicato.org.br/defesa-da-igualdade-racial-perde-dois-de-seus-icone-nivalda-costa-e-luiza-bairros/>. Acesso em: 16 jul. 2016.
- BAHIA. Assembleia Legislativa. Moção n. 19.587/2016, de 3 de agosto de 2016. Moção de pesar referente ao falecimento de Nivalda Costa. Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/proposicao/MOC-19.587-2016>. Acesso em: 16 fev. 2017.
- BORGES, Rosa; FAGUNDES, Carla; SOUZA, Débora. Tutorial sobre a metodologia de organização do fundo Textos Teatrais Censurados. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2016. 22 p.
- _____. Entre acervos, edição e crítica filológica. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 16., 2012, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2012. v. XVI, p. 515-524.
- _____; SOUZA, Arivaldo Sacramento de. Filologia e edição de texto. In: BORGES, Rosa et al. *Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012. p. 15-59.
- BRUNO, Chico. *Claro que não*. [Salvador]: [s.n.], [1988].
- CAMPOS, Vera Felicidade de Almeida. Mãe Stella de Oxóssi: perfil de uma liderança religiosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=BXys54g2lW8C>. Acesso em: 14 set. 2018.
- CENTRO de Estudos Afro-Orientais. Apresentação. 2017. Disponível em: <http://www.ceao.ufba.br/apresentacao>. Acesso em: 14 out. 2018.
- CONTISTAS baianos rasgam o silêncio. *A Tarde*, Salvador, p. 10, 14 dez. 1990.
- CORREIO da Bahia, Salvador, 2 abr. 1980. Seção Teatro.
- COSTA, Nivalda Silva. Currículo lattes. 6 maio 2014. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3278285296716471>. Acesso em: 18 ago. 2015.

- _____. Os roteiros teatrais *Aprender a nada-r e Anatomia das feras*. Entrevistadora: Débora de Souza. Salvador: Biblioteca do Centro de Estudos Afro-Orientais – Ceao/Ufba, fev. 2011. 1 CD.
- _____. *Série de estudos cênicos sobre poder e espaço*. Entrevistadora: Débora de Souza. Salvador: Biblioteca do Centro de Estudos Afro-Orientais – Ceao/Ufba, out. 2010. 1 CD.
- _____. *Teatro negro na Bahia*. Entrevistadora: Christine Douxami. Salvador: Instituto Cultural Brasil Alemanha – Icba, 23 abr. 1999.
- _____. (org.). *Para rasgar um silêncio*. Salvador: Ceao, 1990. *Série Arte/Literatura*, n. 5.
- _____. *Anatomia das feras*. [s.l.]: [s.n.], [1978]. 12 p.
- DOUXAMI, Christine. *Teatro negro: a realidade de um sonho sem sono*. *Afro-Ásia*, Salvador, p. 313-363, 2001. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/770/77002609.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2010.
- GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina/CES, 2009. p. 419-441.
- GUMBRECHT, H. U. Los poderes de la filología: dinámicas de una práctica académica del texto. Tradução A. Mazzucchelli. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 2007 (1.ed., 2003).
- HEYMANN, Luciana Quillet. O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contracapa; Faperj, 2012.
- HOISEL, Evelina. Questões biográficas na rede de escritas do intelectual múltiplo. In: TELLES, Célia Marques; SANTOS, Rosa Borges dos (org.). *Filologia, críticas e processos de criação*. Curitiba: Appris, 2012. p. 161-173.
- ILÊ AXÊ OPÔ AFONJÁ. *O Opô Afonjá chora a partida da intelectual [...]*. Salvador, 10 jul. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/opoafonja/photos/a.323455097802291/655469517934179/?type=3&theater>. Acesso em: 16 jul. 2016.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1994.
- MARIA, Linalva. Negros baianos despertam contra racismo. *Jornal da Bahia*, Salvador, 16 jul. 1978.
- MARQUES, Reinaldo. O arquivo literário como figura epistemológica. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 21, p. 13-23, jul./dez. 2007.
- MCKENZIE, D. F. *Bibliografía y sociología de los textos*. Tradução Fernando Bouza. Madrid: Akal, 2005 (1.ed., 1991).
- NEGRO – *Movimenta faz suas apresentações no Sucupira*. *Tribuna da Bahia*, Salvador, p. 11, 11 ago. 1978.
- MNU – 10 anos de luta! *Nêgo: jornal Nacional do Movimento Negro Unificado*, Salvador, n. 14, abr. 1988.
- PICCHIO, Luciana Stegagno. O método filológico: comportamentos críticos e atitude filológica na interpretação de textos literários. In: _____. *A lição do texto*. *Filologia e Literatura*. I – Idade Média. Tradução Alberto Pimenta. Lisboa: 70, 1979. p. 211-235.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RIBEIRO, Freddy Assis. *O grupo Testa: teatro baiano sob censura*. Entrevistadora: Débora de Souza. Salvador, mar. 2018. Formato MP3, software Whatsapp.
- RISÉRIO, Antonio. *Movimentos negros hoje*. In: _____. *A utopia brasileira e os movimentos negros*. São Paulo: Editora 34, 2007. p. 353-387.
- SACRAMENTO, Arivaldo; SANTOS, Lucas de Jesus. A filologia como ética de leitura. *Revista da Abralin*, Curitiba, v. 16, n. 2, p. 129-168, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/abralin/article/download/52291/32218>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- SAID, Edward. O regresso à filologia. In: _____. *Humanismo e crítica democrática*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 (1.ed., 2004). p. 80-109.
- _____. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 (1.ed., 1994).
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: _____. MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina/CES, 2009. p. 23-71.
- _____. MENESES, Maria Paula. Introdução. In: _____. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina/CES, 2009. p. 9-19.

- _____. A ecologia de saberes. In:_____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2008 (1.ed., 2006). p. 137-165.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 231-269.
- SOUZA, Débora de. *Série de estudos cênicos sobre poder e espaço, de Nivalda Costa: arquivo hipertextual, edição e estudo crítico-filológico*. 2019. 443f. 2 v. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29881>. Acesso em: 18 dez. 2019.
- _____. *Aprender a nada-r e Anatomia das feras, de Nivalda Costa: processo de construção dos textos e edição*. 2012. 251 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Tradução Sandra Regina G. Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 (1.ed., 1985).

Recebido em 30/4/2019
Aprovado em 20/12/2019

ACERVO

Resenha
Review / Reseña

A enorme força expressiva da explosão feminista

The huge expressive strength of the feminist explosion / La enorme fortaleza expresiva de la explosión feminista

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Paulo Brito do Prado

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

paulobritogo@yahoo.com.br

Sou uma feminista da terceira onda. Minha militância foi feita na academia, a partir de um desejo enorme de mudar a universidade, de descolonizar a universidade, de usar, ainda que de forma marginal, o enorme capital que a universidade tem.

O coro de vozes em ressonância tem, em si, uma enorme força expressiva.

Talvez somente agora, a partir de modos de fala e uso de vozes individuais em rede, o feminismo tenha conseguido encontrar um modelo de comunicação efetivamente contagioso.

Percebo que hoje, para uma feminista branca, é antes de mais nada importante promover um tipo de escuta na qual, sem abrir mão de seu próprio “lugar de fala”, sejam possíveis formas inovadoras de empatia e de troca que gerem novas perspectivas de reflexão e ação. A formulação de Hannah Arendt, quando afirma que “sem diálogo não há política”, volta agora como uma referência forte no meu posicionamento diante do que estou chamando aqui de feminismos da diferença.

As epígrafes que inauguram esta resenha predizem o ritmo da leitura e a ressonância das reflexões produzidas pela professora doutora e feminista Heloisa Buarque de Holanda em seu mais novo livro *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*, lançado em novembro de 2018.

Contagiada e empolgada pelos movimentos de mulheres e pelos feminismos que tomaram as ruas do Brasil entre os anos de 2013 e de 2015, Heloisa Buarque escreveu um “livro-explosão”. A obra é um estrondo de vozes, de experiências e de subjetividades de mulheres e de feministas. Suas páginas, linhas e letras são espaços em que se encontram tecnologia, arte, cultura, política e universidade convergindo para novas perspectivas de gênero, de sexualidade, de reflexão e de ação no campo da luta por igualdade e por cidadania.

Em seu interior, a escrita de tantas feministas promovendo uma narrativa compartilhada forma um coro de vozes em ressonância. Os vários feminismos articulados nos múltiplos e sonoros capítulos montam uma espécie de “corpo-político”, uma ferramenta fundamental na materialidade do *boom* feminista de 2015 e de 2016.

O espírito revolucionário presente entre as mulheres que falam neste livro – e que se denominam feministas – opera por mudanças nas estruturas que regem a sociedade. No livro, “o coro de vozes em ressonância” percorre culturas femininas, artesanias de gênero, corporeidades, performances, tecnologias e intervenções produzidas por mulheres muito interessadas em visibilizar as suas experiências e as suas diferenças.

É do “vozerio, das marchas, dos protestos, das campanhas na rede e das meninas na rua”, aglomerando-se em praças, “gritando diante da ameaça de retrocesso que representava a aprovação do projeto de lei n. 5.069/2013, [aquele] que dificultava o acesso de vítimas de estupro ao aborto legal” (Hollanda, 2018, p. 11), que nos fala Heloisa Buarque em seu *Explosão feminista*.

Recomenda-se a sua leitura para todas(os) aquelas(es) que desejam uma cultura filógena¹ e de apreço pelo que se compreende por “feminino”, conforme apontou Margareth Rago (2001) em “Feminizar é preciso”. *Explosão feminista* é um “livro solidário, um corpo que se estende como ponte para suas companheiras” (Hollanda, 2018, p. 17). É um “livro ressonante” que traz a lume uma explosão de vozes e o entrecruzamento de afinidades em lemas como “mexeu com uma, mexeu com todas”. É um livro essencial para a transformação social pleiteada pelos feminismos – desde seus primórdios, no século XIX –, por meio das feministas do

¹ Margareth Rago utiliza o significado trazido pelo dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa, que entende filoginia como oriunda do grego *philos*, amigo + *gyne*, mulher – amor às mulheres, e antônimo de misoginia, aversão às mulheres. Nesse texto, propõe refletir sobre o lugar do feminino na sociedade e observar as reações “ante a ideia de que as mulheres passem a pensarem-se com autonomia, como podendo figurar por conta própria na história, recusando-se a girar, como auxiliares ou sombras, em torno dos homens” (p. 59).

século XX – como a própria autora – e pelas da “nova geração política”, do século XXI.

Antecedendo seu percurso pelos feminismos em explosão Brasil afora, Heloisa Buarque se explicou “como feminista, ou seja, de que lugar [falava] [e] como [se] encontrou com as feministas de hoje” (Hollanda, 2018, p. 13). Nesse exercício de lembrança e de escrita de si, ela se reconheceu como uma “feminista de terceira onda”, uma acadêmica e teórica-ativista muito interessada na transformação da universidade, da sociedade e de sua cultura através do feminismo.

Só depois de concluir esse exercício autoetnográfico, a pesquisadora se juntou a tantas outras mulheres em uma espécie de livro-performance/experimento, ou, mais bem caracterizado por ela, como um “livro-ocupação”, feito com a nova geração de feministas.

Explosão feminista foi feito a muitas mãos e por diferentes vozes, por isso é explosivo, musical, barulhento e transformador. É um livro que resulta das expectativas da pesquisadora em narrar a “potência coletiva e horizontal” (Hollanda, 2018, p. 12) das vozes feministas na contemporaneidade em contato com as de outras temporalidades. Ao tecer essa relação entre diferentes gerações de feministas, Heloisa Buarque conectou a potência do feminismo contemporâneo com o de sua geração. Na verdade, esse exercício foi efetivado por muitas das mulheres colaboradoras na obra, ou que publicaram seus testemunhos e falaram de suas trajetórias.

É a partir de suas experiências como professora, pesquisadora e feminista – um feminismo construído no tempo e atravessado por diferentes concepções de gênero – que Heloisa Buarque propôs ver e ouvir os novos feminismos como nunca se fizera antes. Ela se posicionou horizontalmente para ouvir as demandas das feministas negras, indígenas, asiáticas, transexuais, lésbicas, radicais, protestantes e a memória das veteranas.

Esse exercício de escuta proporcionou um modelo de escrita original. Entre encontros e desencontros, diferenças e semelhanças, predominou por todo o livro uma conjunção de vozes que se fundiram e juntas fizeram/reverberar a sua sonoridade: o feminismo em explosão. No processo de construção da obra, Heloisa Buarque conectou as ondas e as diferenças entre os feminismos, de modo que fossem reveladas relações entre uns e outros. Isso provavelmente proporcionou a ela narrar sua própria história e a de tantas outras feministas que também se interessaram em fazer propagar as ondas de lutas extremamente legítimas.

É expectativa da autora que seu livro fale ao passo em que também faz política, marcada pelas demandas das mulheres, pela transformação nas relações de gênero, pelo combate ao machismo, ao sexismo, ao racismo,

à misoginia e à homofobia. O “livro-explosão/ocupação” é um ponto de intersecção para diferenças e para vozes. Ele é “fator de aproximação e criação de laços” (Hollanda, 2018, p. 37).

Nas várias parcerias de escrita tecidas no livro, a metáfora – muito – sonora de “explosão” deu forma à multiplicidade de vozes que se conectaram por conta de interesses em comum, pela luta em defesa da cidadania e pela vida das mulheres. Tantas vozes feministas depois de “explodirem” em vozerios e “palavras fortes” se reagruparam em uma grande rede de solidariedades virtual e/ou real. Essa rede operou para converter diferenças em afinidades.

A metáfora do “microfone humano” funcionou como ação narrativa e performativa, uma estratégia útil para a reunião de múltiplas e polifônicas vozes em um movimento-ocupação, em ações horizontais e profundamente contagiosas. Por todas as páginas do livro percebeu-se que o fator tecnologia e suas relações com diferentes signos da cultura foram decisivos para a criação de formas atualizadas de mobilização política.

A tecnologia nesse livro não é mera facilitação da vida doméstica, cotidiana e comunicativa. A tecnologia é a ferramenta para a revolução, para a explosão, para a mobilização nas redes sociais e para se permear o universo social com as questões feministas. Daí o peso de campanhas na internet trazendo por lema frases como “desculpem o transtorno, estamos mudando o país” e as *hashtags* #AgoraÉQueSãoElas ou #NãoMereçoSerEstuprada.

É por acreditar na efetividade de frases e de *hashtags* como as mencionadas que a pesquisadora escreveu esse livro e tem mobilizado o capital contido na universidade para promover debates em torno das questões de gênero, do feminismo e da sexualidade no âmbito das relações acadêmicas e intelectuais. Não é à toa que criou, em parceria com outras mulheres, o Fórum de Mulheres da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) denominado *Phodonas* – uma relação com o termo *PhD*, título semelhante ao de doutor em outros países. Também é por essa razão que a autora tem investido em publicações tematizando as epistemologias feministas e o pensamento feminista brasileiro.

Heloisa Buarque de Hollanda deseja discutir a misoginia e o machismo latente nos espaços acadêmicos. Ela quer instrumentalizar as mulheres para lutar contra violências diretamente relacionadas a sua presença na universidade – uma provável reação/resistência masculina/machista ao exercício intelectual de mulheres. Docente universitária, a pesquisadora tem trabalhado para generificar o espaço acadêmico, tornando-o mais feminino e transformando antigas e cristalizadas concepções de gênero aí persistentes.

Professora emérita de Teoria Crítica da Cultura da Escola de Comunicação da UFRJ e coordenadora do Programa Avançado de Cultura Contemporânea, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura na mesma universidade, Heloisa Buarque de Hollanda tem uma trajetória acadêmica e de luta marcada pela defesa da ampliação da cidadania, por justiça social e de gênero.

Graduada em letras clássicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), mestra e doutora em letras pela UFRJ, com pós-doutorado em sociologia pela Columbia University, sua trajetória acadêmica se entrecruza com os mais variados movimentos sociais que explodiram Brasil afora ao longo da segunda metade do século XX e pelo século XXI.

Em plenos anos 1960, *pari passu* à sua formação acadêmica, Heloisa Buarque se viu envolvida com os movimentos sociais contrários à ditadura militar brasileira. Em seu percurso pelos longos anos de autoritarismo no país (1964-1985), testemunhou a opressão de classe, de raça e de gênero imposta às diferentes pessoas e grupos (militantes de esquerda, da juventude, do feminismo e LGBTs) que também lutaram pela ampliação do conceito de cidadania.

Em um passeio por sua vasta obra intelectual, identifica-se um grande interesse pela poesia marginal dos anos 1960 e 1970, pelos movimentos culturais de oposição à ditadura militar, pelo entrecruzamento da cultura, da tecnologia e da política, por movimentos da “quebrada”, pelo feminismo e relações de gênero, pela descolonização do pensamento no interior da universidade e pelo trabalho literário de mulheres, a exemplo do de Rachel de Queiroz – a primeira mulher e escritora a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras.

Foi no ritmo do *slogan* “o pessoal é político”, termo cunhado pela feminista Carol Hanisch em 1969, que Heloisa Buarque se formou como professora, pesquisadora e militante em diferentes frentes contrárias à ditadura militar brasileira. Todavia, foi somente em 1982, no ritmo dos debates em torno das epistemologias feministas, dos estudos pós-coloniais, das questões de raça, gênero, orientação sexual e interseções que se “descobriu feminista”.

Nesse contexto, Heloisa Buarque vivia nos Estados Unidos e se viu tomada de assalto pela explosão de um feminismo que articulava fortes relações “com instituições políticas e organizações não governamentais” na expectativa de, por esse canal institucional, “pressionar a criação e a aprovação de políticas públicas que favorecessem as mulheres” (Hollanda, 2018, p. 15). Ao percorrer sua história de vida, ela explicou as

razões que a mantiveram distante do movimento feminista dos anos 1960 até a década de 1980:

Como muitas mulheres da década de 1960 que participaram dos movimentos estudantis, da UNE, dos CPCs e da cultura de oposição à ditadura, militei em várias frentes, mas, inicialmente, não me identifiquei diretamente com as lutas feministas, que surgiam na Europa e nos Estados Unidos levantando a bandeira “o pessoal é político” e defendendo o direito ao corpo, ao aborto, à liberdade sexual e ao fim das desigualdades no trabalho e no contexto familiar. No Brasil, a coisa foi diferente. A maioria dessas bandeiras confrontavam, diretamente, vários dogmas da Igreja, uma das principais instituições progressistas na época. Assim mesmo, as iniciativas feministas conseguiam se articular com a Igreja ou com o Partido Comunista que, da mesma forma, era um parceiro importante na luta contra o regime militar, mas se tornava um complicador para o movimento de mulheres. A Igreja, por sua recusa ao aborto e à liberdade sexual, e o Partido Comunista, pela insistência numa luta mais ampla na qual não cabiam as demandas singularizadas das feministas. (Hollanda, 2018, p. 13-14)

Enunciando a experiência de gênero de seu tempo, a autora não escondeu sua falta de identidade com o feminismo importado da Europa e dos Estados Unidos naqueles anos muito marcados pelo terror de Estado. Suas memórias e seus testemunhos aproximam-se muito do que argumentou Rachel Soihet (2013) em torno das várias conotações do feminismo e do quanto isso dependia de “uma série de variáveis, como tempo, lugar, classe social, etnia” (p. 191).

Entre os anos de 1960 até 1980, Heloisa Buarque e tantas outras mulheres envolvidas em movimentos sociais falavam de contextos políticos diferenciados entre si. Seus “lugares de fala” partiam da posição subalterna do Brasil e da América Latina em relação ao mundo globalizado e de suas posições de classe, de raça, de etnia, de gênero, de região e de orientação sexual.

As dificuldades em assumir-se feminista entre os anos 60 e 70 foram mencionadas pela professora no instante da explosão do feminismo contemporâneo. Tomada de assalto pelas passeatas, campanhas virtuais, músicas e vídeos, a autora admitiu que, no tempo em que vivemos, “ninguém menor de dezoito anos precisava disfarçar seu feminismo, como era a tônica das simpatizantes do movimento [em seu] tempo” (Hollanda, 2018, p. 11). Essa mesma dificuldade de identificação apareceu nos testemunhos e memórias de Sueli Carneiro, Schuma Schumacher e Branca Moreira Alves. O feminismo dos anos 1960 era tomado por movimento

polêmico e tinha fortes marcações de classe e raça que impediam o reconhecimento e a identificação de novas adeptas.

Pontua-se que, mesmo destacando um lugar marcado pela experiência colonial, o feminismo dos anos 1960 até 1990 por vezes silenciou as lutas das mulheres negras, indígenas e de tantas outras. Essas só tomaram maior visibilidade por intermédio da representativa política de Lélia Gonzalez, Luiza Bairros e Sônia Guajajara. Heloisa Buarque e suas colaboradoras merecem enorme respeito por permitirem ao leitor dessa grande explosão narrativa e feminizada enxergar os conflitos que atravessaram a luta das mulheres ao longo dos anos. Tal exercício denotou grande integridade intelectual e deixou ver como o feminismo, ao longo dos anos, se converteu em um campo em disputa, atravessado por tantos marcadores sociais da diferença quanto possível. Todavia, mais que visibilizar conflitos, o livro foi capaz de mostrar a capacidade dos feminismos modernos de se transformar, de criar redes de solidariedades muito potentes e de propor transformações sociais interseccionais.

No tempo presente, os feminismos branco, negro, indígena, lésbico, transexual e outros “feminismos da diferença” têm usufruído de grande representatividade nas figuras de Maria Bogado, Giovana Xavier, Djamila Ribeiro, Sandra Benites (Ará Reté), Helena Vieira, Érica Sarmet, entre outras mulheres. E mesmo que as “políticas de silenciamento” tenham impedido diferentes personagens de falar ao longo da história, essas feministas, em suas contribuições para a obra em questão, insistiram no destaque da luta das mulheres no tempo, independentemente de suas posições e diferenças sociais. Elas não invalidaram a produção branca sobre o feminismo, mas propuseram uma busca por afinidades e por solidariedades. Nessa *Explosão feminista*, Heloisa Buarque de Hollanda e tantas outras mulheres exercitaram uma escrita em conflito e muito valiosa para a transformação social que pleiteiam. Algo muito próximo daquilo que apontou Djamila Ribeiro quando lembrou, em seu testemunho, que não se podem negar tantas questões e que a presente efervescência do feminismo é algo positivo e transformador.

Referências

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOIHET, Rachel. *Feminismo e antifeminismo: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

RAGO, Margareth. *Feminizar é preciso*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 58-66, 2001.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

Recebido em 27/9/2019
Aprovado em 28/1/2020

1/2 de Fil
Photographia tirada
na

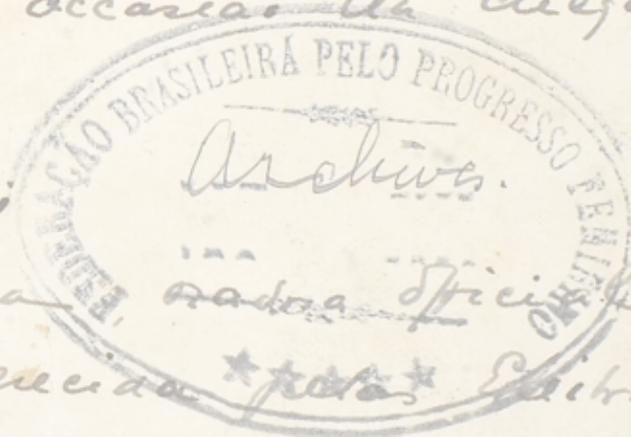
Villa Cicciato

Presidencia Official do presidente
onde se acham hospedados os
A. Luz e Bertha Luz)

Da Esquerda para a direita:

Elzevira Emerenciano, que promueve
a saude na occasião da chegada
do arão;

Bertha Luz;



Documento

Document / Documento

Camara
... para a
no Palacio Presidencial
Carlos Wandrley, outra dos
reos de saude



Biblioteca de ...

ADMICRA VEEFOT3

O fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no Arquivo Nacional

The record group Brazilian Federation for Women's Progress in Arquivo Nacional
El fondo de Federación Brasileña para el Progreso Femenino en Arquivo Nacional

Carolina Calixto

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
carolina_calixto@ymail.com

Viviane Gouvêa

Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora do Arquivo Nacional
viviane@an.gov.br

RESUMO

A associação feminista Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que teve a liderança da bióloga Bertha Lutz, desenvolveu importante atuação na luta pela emancipação feminina no Brasil. Neste artigo analisamos o fundo arquivístico que leva o seu nome e investigamos a trajetória da organização durante o período do regime civil-militar brasileiro.

Palavras-chave: Bertha Lutz; arquivo; história; ditadura.

ABSTRACT

The feminist association Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (Brazilian Federation for Women's Progress), which was led by biologist Bertha Lutz, played an important role in the struggle for women's liberation in Brazil. In this article we analyze the record group that bears its name and investigate the trajectory of the organization during the period of the Brazilian civil-military regime.

Keywords: Bertha Lutz; archives; history; dictatorship.

RESUMEN

La asociación feminista Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (Federación Brasileña para el Progreso Femenino), dirigida por la bióloga Bertha Lutz, jugó un papel importante en la lucha por la emancipación femenina en Brasil. En este artículo analizamos los antecedentes del fondo que lleva su nombre e investigamos la trayectoria de la organización durante el período del régimen civil-militar brasileño.

Palabras clave: Bertha Lutz; archivo; historia; dictadura.

Dionísia Gonçalves Pinto, escritora e educadora brasileira, nascida em 1810, que se tornou conhecida pelo nome de Nísia Floresta, publica, aos 22 anos, um livro intitulado *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, tradução da obra *A vindication of the right of woman*, de Mary Wollstonecraft, lançada 40 anos antes, na Inglaterra. O livro é uma defesa acirrada do direito das mulheres à educação e à participação na vida pública do seu país, contribuindo para seu engrandecimento. Ao mesmo tempo, a obra enfatiza que a suposta incapacidade de a mulher agir como agente político racional é consequência da educação que recebe e do tratamento que lhe é dispensado pelos homens. Esse mesmo posicionamento foi sustentado por Nísia ao longo da sua vida, defendendo com afinco o direito à educação feminina como forma de integrar a mulher à sociedade e à vida política, um direito que lhes pertencia.

O movimento sufragista – em prol do direito de voto das mulheres – começou a se articular no final do século XIX e logo suas discussões ultrapassaram questões eleitorais. Embora a participação efetiva na arena política fosse essencial para que as mulheres pudessem defender seus direitos mais amplos, ela não bastaria por si só, e o movimento feminista que nasceria a partir daí dedicou-se a demandas relativas a mercado de trabalho, educação, independência jurídica da mulher. No Brasil, as sufragistas começaram a se organizar no início do século XX, e a fundação do pequeno Partido Republicano Feminino, em 1910, por Leolinda Daltro e Gilka Machado, representou um marco em termos de organização e disseminação das propostas sufragistas, embora sem ganhos práticos.

Em 1919, é criada a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, por iniciativa da cientista brasileira Bertha Lutz, juntamente com Júlia Lopes de Almeida, Maria Lacerda de Moura e outras mulheres, influenciadas pelo movimento sufragista europeu. Em 1922, depois da Conferência Pan-Americana de Mulheres, a entidade é extinta e, em seu lugar, nasce a Liga Brasileira para o Progresso da Mulher, afiliada à Associação Pan-Americana de Mulheres. A liga, que logo seria rebatizada como Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, teve como sócias fundadoras Berta Lutz, Jerônima Mesquita, Stela Guerra Duval, Carmem Portinho e Maria Amália Bastos.

A entidade compunha-se basicamente de mulheres da elite, que faziam uso das suas relações pessoais e, em alguns casos, profissionais, para articular campanhas em defesa das suas bandeiras e arremeter defensores para suas causas. Logrou criar raízes em todo o território nacional, através das suas entidades filiadas, e estabeleceu fortes laços com o movimento feminista internacional.

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) destacou-se na campanha pelo voto feminino, que alcança sua primeira vitória em 1927, quando o governador do Rio Grande do Norte, Bezerra de Medeiros, reconhece o alistamento eleitoral feminino. O direito de voto para as mulheres foi regulamentado no código eleitoral de 1932 e garantido na Constituição de 1934. Além do voto feminino, outras pautas se destacavam nas campanhas da FBPF: acesso das mulheres à educação e ao mercado de trabalho, direito à creche para mulheres que trabalhavam, assistência ao menor, campanhas pela paz. Com o Estado Novo, a federação diminuiu suas atividades formais, e não voltaria a ocupar o mesmo papel central no movimento feminista nacional, embora tenha funcionado até 1986. Apesar do declínio da federação, algumas das suas ativistas continuaram a desempenhar um papel importante na luta feminista, em especial Bertha Lutz, cuja atuação na Conferência de São Francisco marcaria a carta fundadora da Organização das Nações Unidas com um preâmbulo que defendia explicitamente a igualdade entre homens e mulheres.¹

O fundo privado Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, sob a guarda do Arquivo Nacional, foi constituído através de doações realizadas em 1976, por Maria Sabina Albuquerque, então presidente da FBPF, após a morte de Bertha Lutz; em 1985, por Ilka Duque Estrada Bastos, então presidente da federação; e em 1986, por Renée Lamounier e Aída Mendonça de Souza, associadas da organização, após a extinção da entidade. Em 2006, uma doação pontual de Maria Luiza Carvalho de Mesquita acrescenta ao fundo um passaporte que pertenceu a Bertha Lutz. Dividido em três seções – Bertha Lutz, administração e produção intelectual de terceiros –, o conjunto de documentos revela a atuação pioneira da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino na luta pelos direitos da mulher, especialmente entre os anos 1920 e 1940, mas cobrindo também as décadas seguintes. O fundo conta com documentação manuscrita, iconográfica, sonora, bibliográfica e cartográfica, e ainda publicações atribuídas à federação, que atualmente encontram-se sob a guarda da biblioteca do Arquivo Nacional (Biblioteca Maria Beatriz Nascimento). São 25 metros lineares de documentação textual, 16 fitas eletromagnéticas, duas plantas cartográficas, 537 itens iconográficos,

¹ Duas pesquisadoras da London School – Elise Dietrichson e Fatima Sator – concluíram, após leituras exaustivas de relatórios de época e de memórias das poucas mulheres que participaram da Conferência de São Francisco, em 1945, que a insistência de Bertha Lutz e o apoio de outras diplomatas latino-americanas foram essenciais para a inclusão da igualdade de gênero como direito fundamental, apesar da franca oposição norte-americana e europeia. Ver: *Evento...* (2018).

entre fotografias, cartazes, cartões-postais, desenhos e gravuras, e nove itens bibliográficos. O fundo encontra-se totalmente organizado, e em processo avançado de digitalização.

A seção administração contém as subseções: correspondência, campanhas, entidades afins, entidades filiadas, estrutura e organização e eventos. As cartas, boletins, pareceres, fotografias, documentação administrativa e financeira desvelam as pautas e estratégias da federação na defesa das suas ideias. Destaca-se também sua integração com organizações de todo o mundo – International Alliance of Women Voters, Consejo Nacional de Mujeres de la Republica Argentina, American Association of University Women, International Woman Suffrage Alliance – e com feministas de vários países: Harriet Chalmers Adams, Caroline H. Childs, Carrie Chapman Catt, Alice Stone Blackwell.

A intensa correspondência trocada entre membros da federação e políticos, como os senadores Adolpho Gordo e Juvenal Lamartine, e mesmo Getúlio Vargas (entre muitos outros), demonstra a forma como ocorriam as articulações com políticos de peso para que apoiassem as causas defendidas. Também na subseção “correspondência”, as cartas trocadas com feministas de outros países mostram a internacionalização do movimento feminista e sua influência no Brasil, bem como a participação das brasileiras no movimento internacional. Esse aspecto cosmopolita também pode ser percebido na subseção entidades afins, que reúne documentação de outras organizações, com as quais a federação se articulou em campanhas e eventos, nacionais e internacionais. Nas cartas trocadas com outras feministas brasileiras, como Nathércia da Cunha Silveira e Maria Lacerda de Moura, podemos perceber as divergências de posicionamento dentro do próprio movimento feminista brasileiro.²

As subseções “entidades afins”, “entidades filiadas” e “campanhas” revelam como a federação se articulava com instituições dos mais diversos perfis,³ a forma como se espalhou pelo Brasil através de organizações

² A escritora Maria Lacerda de Moura, mineira nascida em 1887, pouco se identificava com o feminismo de elite da federação, que considerava limitado em suas lutas, optando por seguir um feminismo que também acompanhasse o movimento sindical e que expusesse a condição subalterna da mulher em todas as esferas da vida. Já a advogada Nathércia da Cunha Silveira afastou-se da federação no início dos anos 1930, por divergências quanto ao envolvimento direto da entidade na política partidária. Também acabou por seguir um rumo mais próximo do movimento sindical.

³ Associação cristã feminina, Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, Associação Comercial do Rio de Janeiro, Associação Sanatórios Santa Clara, Comitê USA de Socorro às Vítimas da Guerra, International Fellowship of Reconciliation, The Inter-American Federation of Education Associations, Sindicato de Datilógrafos, Taquígrafos e

a ela vinculadas, o tipo de campanha na qual se engajava e as causas que considerava fundamentais: educação (infantil e feminina), participação na constituinte, direitos civis, saúde pública, paz, mercado de trabalho. A subseção “eventos” é rica em documentação iconográfica, registrando os seminários, congressos, assembleias, reuniões e encontros que contavam com a presença das ativistas da federação. Em “estrutura e organização”, através da documentação textual, percebemos detalhes de como a entidade se estruturava formalmente, seu funcionamento, finanças, estatutos.

Toda a documentação do fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino mostra que é difícil separar Bertha Lutz, a cientista, da ativista e da deputada suplente que assumiu sua vaga no Congresso em 1936. Mas a seção Bertha Lutz buscou reunir documentação específica das atividades daquela que foi presidente da entidade por muitos anos, além de fundadora: registros sonoros, anotações de campo, fotografias pessoais e profissionais, cartas, cartões, discursos. As subseções “atividades profissionais” e “produção intelectual” trazem documentação relativa a sua atuação como cientista do Museu Nacional, participação em congressos e eventos científicos, registros de campo, relatórios. “Deputação” é uma subseção que se refere especificamente a suas atividades como candidata a deputada e como deputada atuante.⁴ “Correspondência” reúne a documentação trocada com familiares, amigos, cientistas, e “pessoal” apresenta fotografias, textos, homenagens e outros registros da sua vida particular.

A última seção, “produção intelectual de terceiros”, possui 138 itens – poemas, artigos, teses, discursos relativos às lutas e questões enfrentadas pela entidade – que não foram criados pelas ativistas da federação ou congêneres.

Os documentos do fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino são testemunhas de anos de extrema mudança no cenário político nacional. Do Movimento de 1930 à implantação do Estado Novo em 1937, passando pela Constituinte de 1934, o acervo demonstra o quanto a entidade

Secretários são algumas das entidades não diretamente relacionadas com a luta feminista que, no entanto, faziam parte do escopo de interesse da federação.

4 Bertha Lutz candidatou-se, em 1933, a uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte de 1934 pelo Partido Autonomista do Distrito Federal, mas não conseguiu se eleger. Em outubro de 1934, uma nova tentativa resultou em mais um fracasso, mas, com a suplência, ocupou uma cadeira no Congresso a partir de julho de 1936, depois da morte do titular. Atuando como representante do movimento feminista, defendeu alterações na legislação trabalhista referente à mulher, propondo igualdade salarial e licença de três meses à gestante.

encontrava-se vinculada à política nacional. Também revela a situação da mulher no Brasil e em outros lugares do mundo, e as transformações que ocorreram ao longo do período nas esferas doméstica, política, produtiva, educacional.

O trabalho pioneiro de Bertha Lutz, Maria Lacerda de Moura, Jerônima Mesquita, Alzira Soriano, Amélia Bastos, Nathércia da Silveira e muitas outras brasileiras que, mesmo antes da criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, mas principalmente a partir dela, lutaram com afinco para que as mulheres pudessem votar e ser votadas, para que pudessem ocupar cargos elegíveis e participar do processo decisório, deve ser sempre lembrado não apenas como exemplo, mas também como chave para compreender os caminhos percorridos na defesa da igualdade de direitos entre os gêneros até os dias de hoje.

O fundo compôs a candidatura “Feminismo, ciência e política – o legado Bertha Lutz”, inscrita no registro nacional do programa Memória do Mundo em 2018, juntamente com o Centro de Memória da Unicamp, o Arquivo Histórico do Itamaraty e o Centro de Documentação da Câmara dos Deputados. O programa foi criado pela Unesco, em 1993, com o objetivo de incentivar ações de preservação da herança documental mundial, apoiar o acesso universal a essa documentação e atrair a atenção para sua existência e significado.

A atuação da FBPF em tempos de ditadura civil-militar

Dentre as múltiplas formas pelas quais o fundo da FBPF pode ser aproveitado como fonte de pesquisa, nos interessou investigar a documentação que ajudasse a esclarecer o papel desempenhado pela federação durante o período da ditadura civil-militar brasileira.⁵ Se a organização se destacou historicamente pelo seu papel na luta pela ampliação de direitos das mulheres, como o fez em um momento marcado pela supressão de muitos direitos civis?

Com essa finalidade, investigamos os relatórios periódicos (anuais, bienais e quinquenais) produzidos pela organização entre os anos 1964

⁵ Adotamos aqui a noção de “ditadura civil-militar” tal como concebida por Daniel Aarão Reis em seu estudo sobre as reconstruções da memória sobre o período. Compartilhamos do entendimento de que, longe de ter sido uma experiência histórica imposta exclusivamente por um grupo de militares, muitos setores civis apoiaram o golpe de 1964 e serviram de base de apoio para o regime ditatorial ao longo dos anos seguintes (Aarão Reis Filho, 2004, p. 29-52).

e 1980,⁶ que se encontram digitalizados e disponíveis no site do Arquivo Nacional, na seção “administração”, do fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, nas subseções “estrutura e organização”, “secretaria” e “documentos textuais”. Nesses relatórios, encontramos resumos das principais atividades desenvolvidas pela organização que nos forneceram fortes indícios sobre o posicionamento ativo que foi assumido na luta pela emancipação das mulheres.

Sobre os objetivos da federação naquele tempo, vale ressaltar que a entidade esteve em campo divergente em relação ao movimento feminista internacional conhecido como *women's lib*, que, entre os anos de 1960 e 1980, foi marcado pela defesa da chamada “revolução sexual”. A FBPF entendia a sexualidade como assunto de foro íntimo e, nesse sentido, centrou seus esforços no sentido de propiciar às mulheres brasileiras elementos que as levassem a sua realização como membro ativo da sociedade (Soihet, 2000, p. 116).

Partimos da hipótese de que o feminismo “bem-comportado” (Pinto, 2003), “tático” (Soihet, 2006) e/ou liberal (Miguel; Biroli, 2013, p. 10) adotado por Bertha Lutz e a FBPF, que buscava alcançar seus objetivos através da negociação com os grupos políticos institucionalizados no poder, foi fundamental para que a organização conseguisse exercer certa pressão sobre o governo e obter significativas conquistas. Assim, enquanto muitas associações feministas partiram para o enfrentamento ao regime e caíram na clandestinidade, a federação permaneceu atuante.

Mas, para além de um jogo tático, é importante destacar que, no contexto pré-golpe, a FBPF se aproximou de associações como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) na luta contra o comunismo e em apoio às articulações que levaram os militares ao poder. A organização manteve um bom relacionamento com os sucessivos governos do período, o que pode ser constatado não só pelos relatórios como também por suas atas. Desse modo, Bertha Lutz e suas companheiras da FBPF não apenas tiveram significativo poder de barganha, como estiveram algumas vezes no próprio poder, através daqueles e daquelas que representavam diretamente seus interesses.

⁶ Escolhemos esse recorte cronológico tendo em vista o ano do golpe civil-militar (1964). A data limite (1980) foi escolhida por ter sido o ano do último relatório disponível no fundo, no período do regime civil-militar.

Algumas formas de atuação e tipos de atividades desenvolvidas

A relação de constante diálogo da entidade com o governo pode ser observada pelo envio de correspondências, telegramas – muitos dos quais eram respondidos – e pela realização de reuniões com autoridades governamentais. Essa forma de atuação parece ter contribuído sobremaneira para algumas conquistas relativas ao movimento feminino e também, particularmente, para a federação, como, por exemplo, a obtenção de local para a sede da organização em Botafogo, logo após o golpe de 1964.⁷ Essa conquista é atribuída à contribuição financeira de algumas associadas e especialmente à intervenção da diretora do Departamento do Patrimônio do Estado da Guanabara, Ilka Bustamante C. Aranha.⁸

É possível identificar, não raramente, o contato travado, direta e pessoalmente, com autoridades governamentais e até mesmo com a Presidência da República. Em relatório bienal de 1966, por exemplo, registrou-se encontro de uma delegação da federação com o então presidente Castello Branco: “Sua Ex. o Sr. Presidente Castello Branco recebeu com grande fidalguia uma delegação nossa, prometeu auxílio e autorizou-nos a solicitar as medidas que julgássemos úteis.”⁹ Dentre elas, destacou-se a criação, sem ônus para o Estado, de uma Assessoria para Assuntos Femininos junto à Presidência.¹⁰ Certa cortesia ou bom trato com o governo também pode ser percebido em correspondências de pesar, como, por exemplo, a enviada a Yolanda da Costa e Silva, esposa do então presidente da República, marechal Artur da Costa e Silva, quando do falecimento de seu marido, tendo sido respondida.¹¹

Era de praxe telegrafar às autoridades que iniciavam seus mandatos enviando, junto às felicitações, a reivindicação de maior participação de mulheres em cargos de destaque,¹² além de frequentemente solicitar audiências, cobrar esforços no atendimento a demandas e parabenizar

⁷ Resumo das atividades da FBPF, de agosto de 1961 a agosto de 1964. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.2, p. 25.

⁸ Relatório de 11 de outubro de 1966. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.2, p. 33.

⁹ Relatório de 11 de outubro de 1966. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.2, p. 33.

¹⁰ Resumo das atividades da FBPF, de 9 agosto de 1964 a 8 de agosto de 1966. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.2, p. 35.

¹¹ Relatório da FBPF, de 3 de setembro de 1968 a 31 de dezembro de 1969. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.3, p. 10-11.

¹² Relatório da FBPF, de 10 de agosto de 1970 a 8 de agosto de 1971. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.3, p. 23; Relatório da FBPF, de 9 de agosto de 1974 a 8 de agosto de 1976. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.4, p. 41.

por medidas tomadas que fossem ao encontro de algumas de suas aspirações.

Além da interlocução com o Poder Executivo, a organização buscou dos demais poderes o atendimento de suas reivindicações, como pudemos observar pelo intenso envio de correspondência dirigida, por exemplo, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, à Assembleia Legislativa Estadual e diretamente a políticos e candidatos a cargos legislativos sobre assuntos de interesse da mulher.

Outra forma de atuação foi a participação e realização de congressos, conferências e eventos relacionados ao movimento feminista nacional e internacional, com destaque para a organização do Ano Internacional da Mulher, cujo programa reuniu muitas pautas de interesse feminino, com o objetivo de pressionar as autoridades.¹³

Observamos ainda intensa troca de correspondência de congratulações ou “de cortesia” para mulheres e autoridades, de diferentes partes do mundo, pela ascensão a postos de trabalho ou de poder que historicamente eram ocupados exclusivamente por homens. A organização enviava, com frequência, circulares aos governadores, ministros de Estado e outras autoridades solicitando a relação de mulheres em cargos de destaque. Muitas dessas informações eram compartilhadas em seus boletins.

A federação também desenvolveu assídua troca de correspondência com outras organizações femininas nacionais e internacionais, tais como a Comissão Interamericana de Mulheres, a Aliança Internacional de Mulheres, a Liga de Mulheres Eleitoras,¹⁴ além da participação em conferências, seminários, congressos e reuniões dentro e fora do país. O diálogo permanente com essas instituições permitiu a troca de experiências, notícias e documentos sobre conquistas relacionadas à mulher que eram levadas às autoridades brasileiras.¹⁵ A federação chamava frequentemente a atenção dos governantes e entidades civis, especialmente para a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres e para a Declaração de Bogotá, no mesmo sentido, tendo recebido repetidamente respostas “quase todas mais ou menos vagas”.¹⁶

13 Ano Internacional da Mulher. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.4, p. 45.

14 Resumo das atividades da FBPF, de 9 agosto de 1964 a 8 de agosto de 1966. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.2, p. 35.

15 Relatório da FBPF, de 3 de setembro de 1968 a 8 de agosto de 1969. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.3, p. 1.

16 Relatório da FBPF, de 10 de agosto de 1970 a 8 de agosto de 1971. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.

Reforma do Código Civil

Uma das principais demandas da federação junto ao governo dos militares era a reforma do Código Civil, no sentido da ampliação dos direitos das mulheres. Foram constantes as reuniões, com a participação de advogadas, para tratar de assuntos relacionados ao tema.

É interessante notar que, em maio de 1969, num contexto de grandes ameaças aos direitos civis, a presidenta da federação, Bertha Lutz, enviou ao vice-presidente, Pedro Aleixo, a solicitação de inclusão, no novo texto da Constituição, de dispositivos que garantissem a igualdade entre os dois sexos. Pediu ainda o atendimento a certas declarações de princípios que haviam sido conquistadas na Carta de 1934, tendo em vista, especialmente, que, naquele contexto, alguns estavam sendo mantidos, mas todos estavam ameaçados de passarem aos “subtendidos”. Bertha teria argumentado que aquela seria uma boa oportunidade de eliminar, do texto da Constituição, dispositivos de direito civil e familiar que, “embora muito respeitáveis”, não podiam ser considerados como direito constitucional.¹⁷

Algumas conquistas no âmbito legislativo foram atribuídas à solicitação de membros da FBPF, como vemos no seguinte caso: “O consultor geral da República deu parecer favorável à dispensa de outorga marital para os atos de comércio da mulher casada, o que constituiu uma vitória da dra. Ruth Goulart, que assim havia requerido à Diretoria de Registro e Cadastro do Departamento Nacional do registro do Comércio”.¹⁸

Entre 1972 e 1973, no contexto de apresentação do anteprojeto do Código Civil, solicitou a intercessão dos senadores Filinto Muller e Nelson Carneiro, do deputado Nina Ribeiro, de outras autoridades e da Comissão de Estudos Legislativos do Ministério da Justiça para que não fossem aprovadas restrições em detrimento da mulher casada. Nesse sentido, Bertha Lutz esteve ainda na sede dessa comissão para entrevista com Jarder Burlamaqui, secretário executivo daquela comissão, a quem entregou sugestões relativas à situação da mulher casada em face da reforma do Código Civil. Essas sugestões podem ser encontradas de maneira detalhada em documento disponível no fundo da federação, onde

SEC,TXT.4.v.3, p. 22.

¹⁷ Relatório da FBPF, de 3 de setembro de 1968 a 8 de agosto de 1969. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.3, p. 4.

¹⁸ Resumo das atividades da FBPF, de 9 agosto de 1964 a 8 de agosto de 1966. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.2, p. 34

identificamos trecho em que se destaca que as propostas de reforma realizadas pela FBPF não eram muito numerosas e quase todas abordavam o mesmo ponto:

a preferência nítida dada sempre pelo anteprojeto pelo cônjuge masculino sobre a cônjuge feminina e ao fato de que sempre que houver conflito de opinião entre o marido e a mulher, ou entre pai e a mãe, a preferência é dada invariavelmente ao pai sobre a mãe e à família paterna sobre a família materna.¹⁹

Essa resolução era considerada profundamente injusta para com a mulher e muito fácil de se resolver, desde que houvesse equidade e se dissesse que em todo conflito grave haveria recurso para o juiz, a única solução razoável. Sobre o assunto, registrou-se em relatório da federação que o secretário da comissão comunicou à organização que quase todas as sugestões de Bertha haviam sido aproveitadas e, logo que os trabalhos estivessem concluídos, daria o resultado final.²⁰

Posteriormente, em reunião da diretoria, Bertha Lutz apresentou as sugestões enviadas ao Ministério da Justiça, discorreu sobre as reformas incorporadas ao anteprojeto e sobre a conveniência de as associações femininas analisarem os dispositivos de direito da família que interessavam à mulher, indicando que esses representavam para elas, até certo ponto, um retrocesso sobre a legislação em vigor. Foram lidas, então, a mensagem do ministro da Justiça à Comissão Elaboradora do Anteprojeto do Código Civil e ao autor do capítulo sobre direito da família, e as sugestões de emendas a vários artigos.²¹

Participação na administração pública e em cargos de poder

Foi uma constante demanda da FBPF um maior aproveitamento das mulheres na administração pública, pois, uma vez que ocupassem altos cargos, seriam alçadas a outras posições por meio de promoções, e não

¹⁹ Cartas, ofício e transcrições de gravações referentes à alteração do Código Civil Brasileiro, no que se refere aos direitos civis da mulher. BR RJANRIO Qo.ADM, CPA. DCV,TXT.3, p. 22.

²⁰ Relatório da FBPF, de 10 de agosto de 1972 a 9 de agosto de 1973. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.4, p. 3.

²¹ Relatório da FBPF, de 10 de agosto de 1972 a 9 de agosto de 1973. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.4, p. 4.

de livre escolha.²² Reivindicava-se a presença de elementos femininos capazes nas secretarias de Estado e nos cargos da alta administração pública, assim como nas carreiras judiciárias, que dependiam de nomeação e não de concurso.

Entre 1973 e 1974, solicitou-se apoio do presidente da Arena para a candidatura da deputada Lygia Maria Lessa Bastos para o cargo de deputada federal nas eleições.²³ Sua candidatura foi apoiada por Bertha Lutz em mensagem ao eleitorado feminino. Nesse aspecto, a federação pediu a essa deputada que representasse a organização em Brasília, o que foi aceito.²⁴ A deputada foi elogiada pela federação por seu trabalho à frente da CPI da Mulher.²⁵ De modo geral, oficiou-se tanto à Arena quanto ao MDB, naquele contexto, pedindo apoio para “boas candidaturas femininas”.²⁶

A maior participação feminina em altos postos da administração era especialmente solicitada quanto a cargos ligados à educação e ao abastecimento. Essa preferência esteve relacionada a algumas limitações no que tange ao alcance do objetivo final da federação, a liberação feminina. Tal como Rachel Soihet chama atenção em seu estudo sobre a organização,

continuava-se a aceitar o exercício de certas atividades como mais adequadas à mulher, por extensão de suas funções maternas. Fato que continuava a reproduzir a concepção acerca da inclinação de cada gênero para as tarefas compatíveis com sua natureza. Sem esquecer que aquelas consideradas mais adequadas ao gênero feminino eram as menos remuneradas. Mantinha-se, em grande medida, a força das representações e práticas que impõem a divisão das atribuições entre os gêneros, comprometendo radicalmente a total emancipação feminina. (Soihet, 2000, p. 115)

Nesse sentido, a federação esteve envolvida no projeto Minerva,²⁷ um grande projeto de ensino a distância do governo militar através da

²² Relatório da FBPF, de 10 de agosto de 1970 a 8 de agosto de 1971. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR. SEC,TXT.4.v.3, p. 22.

²³ Relatório da FBPF, de 9 de agosto de 1973 a 8 de agosto de 1974. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR. SEC,TXT.4.v.4 p. 19 e 20.

²⁴ Relatório da FBPF, de 9 de agosto de 1974 a 8 de agosto de 1976. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR. SEC,TXT.4.v.4, p. 41.

²⁵ Relatório de 1978. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.4, p. 58.

²⁶ Relatório da FBPF, de 9 de agosto de 1973 a 8 de agosto de 1974. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR. SEC,TXT.4.v.4, p. 21.

²⁷ Relatório das principais atividades da FBPF, de 9 de agosto de 1976 a 8 de agosto de 1978. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.4, p. 39.

radiodifusão, e registrou em seus relatórios e boletins muitas conquistas como, por exemplo, a ascensão de mulheres a cargos como juíza federal; assessora para assuntos relativos aos índios; diretora da Escola Superior de Desenho Industrial; em posições no setor de relações públicas e diplomacia,²⁸ inclusive de membros da própria federação, e na diretoria do Instituto Nacional do Livro.²⁹

CPI da mulher

Na luta em defesa da emancipação das mulheres, a federação participou ativamente da chamada CPI da Mulher. De março a outubro de 1977, foi criada uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para Examinar a Situação da Mulher em Todos os Ramos de Atividades, conhecida como CPI da Mulher. O colegiado promoveu estudos e audiências públicas, para verificar até que ponto a legislação vigente na época contribuía para manter a posição de inferioridade atribuída à mulher e em que pontos deveria ser alterada.

Naquela ocasião, os senadores Gilvan Rocha – presidente daquela CPI –, Jarbas Passarinho e Nelson Carneiro mostraram interesse em receber qualquer subsídio da federação. Nesse sentido, a então presidente da FBPF, Maria Sabina de Albuquerque, se prontificou a depor, assim como outras mulheres do quadro da federação.

As contribuições de algumas delas constam nos relatórios. Dentre os pontos levantados por Maria Sabina, destacou-se a necessidade de creches nos próprios locais de trabalho e a questão do planejamento familiar, além de outros problemas relacionados à mulher naquele contexto. Ela entregou àquela CPI documentos elaborados pela doutora Mariana de Brito Franco e pelas professoras Moema Toscano e Samira Khury de Andrade. Registrou-se que, além da questão da creche, outros temas levantados foram a criação de uma instituição cívica feminina, a situação jurídica da mulher brasileira e a conveniência de haver maior participação das mulheres nos cargos públicos, diplomáticos e de comando.³⁰

²⁸ Relatório das atividades da FBPF, de 9 de agosto de 1966 a 8 de agosto de 1967. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.2, p. 39; Relatório da FBPF, de 3 de setembro de 1968 a 8 de agosto de 1969. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.3, p. 1.

²⁹ Relatório da FBPF, de 9 de agosto de 1969 a 8 de agosto de 1970. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.3, p. 11.

³⁰ Relatório do ano de 1977. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.4, p. 33-34.

Ao final dos trabalhos, a CPI da Mulher concluiu que era “indisfarçável a existência da discriminação contra a mulher em quase todos os setores de atividade humana que compõem o mecanismo da sociedade brasileira” (Pioneira..., 2007). O relatório final propôs alterações legislativas nos mais diversos âmbitos, especialmente no trabalhista, para garantir a igualdade de tratamento entre homens e mulheres.

Conclusão

Apesar de serem muitos os estudos que se debruçam sobre a trajetória de Bertha Lutz e a FBPF nos anos 1930, especialmente no que se refere aos embates em torno da conquista do voto feminino, pudemos concluir, pela análise dos relatórios, que a federação permaneceu atuante até mesmo próximo de seu fim, em 1986.

A organização se empenhou em obter mudanças no Código Civil, nas leis trabalhistas, mas também em proporcionar, de fato, a conquista do espaço público pelas mulheres, o fim das discriminações de gênero, a equiparação de direitos entre os sexos e a implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil.³¹

Observamos que algumas aspirações e reivindicações foram conquistadas através da interlocução com os poderes institucionalizados, mas também por meio da militância no próprio campo feminista e nos debates para que o Brasil assinasse convenções internacionais que reconheçam direitos às mulheres. A federação se engajou para que resoluções fossem adotadas na prática, denunciando e fiscalizando tanto setores públicos como privados.

³¹ Sobre este assunto, ver: Santos (2006).

Referências

- AARÃO REIS FILHO, D. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois (1964-2004)*. 1. ed. Bauru: Edusc, 2004. p. 29-52.
- COSTA, Nailda Marinho. A educação das mulheres no pensamento da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922-1931). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: UFU, 2006.
- EVENTO lembra brasileira Bertha Luz e outras mulheres pioneiras na criação da Carta da ONU. *ONU News*, 22 maio 2018. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/05/1624222>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- KARAWAJCZYK, Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. *Estudos Ibero-Americanos*, Rio Grande do Sul, v. 40, n. 1, p. 64-84, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/15391/12462>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- _____. *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2013.
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *Bertha Lutz*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/30679>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- _____. A ideia de igualdade na diplomacia pan-americana, 1928 a 1945. In: FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1-10.
- MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia (org.). *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Horizonte, 2013.
- SANTOS, Yumi Garcia. A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. *Cadernos Pagu*, n. 27, p. 401-426, jul./dez. 2006.
- SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.
- _____. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*, n. 15, p. 97-117, set./dez. 2000.
- PINTO, Célia Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PIONEIRA na defesa do esporte feminino, Maria Lenk foi presença marcante na CPI da Mulher, em 1977. *Senado Notícias*, 20 abr. 2007. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2007/04/20/pioneira-na-defesa-do-esporte-feminino-maria-lenk-foi-presenca-marcante-na-cpi-da-mulher-em-1977>. Acesso em: 26 set. 2019.

Diretrizes para autores

Foco e escopo

Acervo é a revista do Arquivo Nacional, de periodicidade quadrimestral, publicada desde 1986. Tem por objetivo divulgar estudos e fontes nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, especialmente arquivologia e história.

A revista é composta pelas seções:

Dossiê Temático – cada número da revista apresenta um conjunto de artigos sobre o tema selecionado. Até 20 laudas (cerca de 40 mil caracteres com espaços);

Artigos Livres – textos resultantes de estudos e pesquisas, concernentes a temas de interesse da revista, adequados ao foco e ao escopo da publicação. Até 20 laudas (cerca de 40 mil caracteres com espaços);

Resenha – texto crítico sobre obra – livro ou filme – lançada até dois anos antes da chamada para o número da revista. Até cinco laudas (cerca de 10 mil caracteres com espaços);

Documento – textos técnicos ou análises sobre o acervo do Arquivo Nacional, com documentos transcritos parcial ou integralmente, ou reproduzidos como fac-símiles, relevantes para a pesquisa nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas. Os autores são convidados pelos editores de cada dossiê. Até 15 laudas (cerca de 30 mil caracteres com espaços). Não avaliada por pares;

Entrevista - um especialista é entrevistado pelos editores convidados. A seção debate a temática abordada pelo dossiê. Não avaliada por pares.

Os originais apresentados para publicação nas seções Dossiê Temático, Artigos Livres e Resenha são submetidos ao processo de avaliação cega por pares.

Normas para apresentação dos originais

A revista Acervo publica somente trabalhos inéditos em português, espanhol e inglês, submetidos por meio do sistema Open Journal Systems (OJS).

Os textos devem ser assinados por autores com doutorado ou ter doutores como coautores. A qualificação mínima para a coautoria é estar cursando o mestrado.

Os artigos expressam única e exclusivamente as opiniões e conclusões de seus autores. O envio de originais implica a cessão de direitos autorais e de publicação à revista, por um ano, a partir da data de submissão.

Para preservar o sigilo na avaliação cega por pares, os dados sobre autoria devem ser indicados nos metadados, no passo 3 da submissão pelo

OJS, e não devem constar no corpo do texto. Da mesma forma, as informações sobre autoria que constem nas propriedades dos arquivos devem ser apagadas.

Todo artigo enviado à revista *Acervo* deve ser acompanhado de até quatro palavras-chave e de um resumo com, no máximo, 60 palavras (400 caracteres com espaços). Título, resumo e palavras-chave devem ser encaminhados com versões em inglês e em espanhol.

Os textos deverão ser submetidos em .doc, .docx ou .rtf, fonte Times New Roman, corpo 12, espaço 1,5, formato de página A4. As margens devem seguir o padrão de 3 cm para superior e esquerda e 2 cm para inferior e direita.

Imagens – Cada artigo pode conter até cinco imagens, com as respectivas legendas e referências, e a indicação de sua localização no texto. As imagens devem ter resolução mínima de 300dpi no formato .tif e ser submetidas como documento suplementar, no passo 4 da submissão pelo OJS.

Caso o artigo reproduza documentos, imagens e/ou material legalmente protegido, cabe ao autor obter as autorizações e direitos de reprodução. É igualmente do autor a responsabilidade pelos danos decorrentes da ausência dessa medida.

Tabelas, quadros e gráficos – Tabelas e quadros podem ser compostos em Word e inseridos no próprio arquivo do artigo; os gráficos, preferencialmente em Excel.

Notas e remissões bibliográficas – As notas explicativas devem constar no rodapé das páginas, em algarismos arábicos, e ter no máximo cinco linhas. As remissões bibliográficas não devem ser feitas em notas e sim no corpo do texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome separado por vírgula do ano de publicação: (Bessone, 1997). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: Bessone (1997). Quando houver necessidade de indicar a página, esta deverá vir separada por vírgula e precedida de “p.”: (Bessone, 1997, p. 25). Quando o autor possui mais de uma obra no mesmo ano, discrimina-se por letra minúscula após a data, sem espaçamento: (Bessone, 1997a) ou (Bessone, 1997b). Para obras com dois autores, ambos serão indicados, usando “;”: (Bessone; Cabral, 1998). Se possuir mais de dois autores, inclui-se somente o primeiro seguido de “et al.”: (Bessone et al., 1999).

Referências bibliográficas – Devem constituir lista única ao final do artigo, em ordem alfabética, seguindo as normas estipuladas pela ABNT na NBR 6023: 2002.

As fontes documentais devem constar em notas de rodapé, com as informações necessárias para a localização dos documentos (instituição custodiadora, fundo/coleção, notação etc.).

A revista *Acervo* poderá adequar os originais às suas normas editoriais e projeto gráfico.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade do original apresentado em relação aos itens a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários para o editor”.

O arquivo da submissão está em formato .doc, .docx ou .rtf.

Links para as referências foram informados quando possível.

O texto segue as normas para apresentação dos originais descritas em “Diretrizes para autores”.

Para seções com avaliação por pares (Dossiê Temático, Artigos Livres e Resenhas), as instruções disponíveis em “Garantindo o blind review”, no passo 2 da submissão pelo OJS, foram seguidas.

Todos os autores contribuíram significativamente para a pesquisa.

Ao submeter o artigo, automaticamente o autor declara ser inédito e autoriza o Arquivo Nacional a publicá-lo na revista *Acervo* impressa e eletrônica, sob a licença CC-BY, e a divulgá-lo nos meios que considerar convenientes com a diretriz de livre acesso ao público. Se não for publicado no prazo de um ano a partir da data de submissão, o autor poderá livremente dar outros usos ao artigo.

Author guidelines

Focus and scope

Acervo is the journal of Arquivo Nacional, published since 1986. Its numbers are quarterly. The journal aims to disseminate studies and sources in the areas of social and applied human sciences, especially history and archivology.

The journal consists of the sections:

Thematic Dossier – each issue of the journal features a set of articles on the selected topic. Up to 20 pages (about 40 thousand characters with spaces);

Articles – texts resulting from studies and research, concerning topics of interest to the journal, appropriate to the focus and scope of the publication. Up to 20 pages (about 40 thousand characters with spaces);

Review – Critical text about work – book or film – released up to two years before the call to the journal number. Up to five pages (about 10 thousand characters with spaces);

Document – technical texts or analyzes of the Arquivo Nacional collection, with partially or fully transcribed documents or reproduced as facsimiles, relevant for research in the areas of applied human and social sciences. Authors are invited by the editors of each dossier. Up to 15 pages (about 30 thousand characters with spaces). Not evaluated by peers;

Interview – An expert is interviewed by the invited editors. The section discusses the topic addressed by the dossier. Not evaluated by peers.

Originals submitted for publication in the Thematic Dossier, Articles and Review sections are submitted to the blind peer review process.

Rules for submissions

Acervo journal publishes only unpublished works in Portuguese, Spanish and English, submitted through the Open Journal Systems (OJS).

The texts must be signed by authors with a doctorate or have doctors as co-authors. The minimum qualification for co-authoring is to be studying for the master's degree.

The articles express solely and exclusively the opinions and conclusions of their authors. Submission of originals implies assignment of copyright and publication to the journal for one year from the date of submission.

To preserve confidentiality in blind peer evaluation, authorship data should be indicated in the metadata in step 3 of submission by the OJS and should not be contained in the body of the text. Similarly, authorship information in file properties should be deleted.

Every article submitted to the journal Acervo must be accompanied by a list of up to four key words to identify the main issues and a summary with a maximum of 60 words (400 characters with spaces). Title, abstract and keywords must be submitted with English and Spanish versions.

The texts must be submitted in .doc, .docx or .rtf, Times New Roman font, body 12, space 1.5, A4 page format. The margins should follow the pattern of 3 cm for upper and left and 2 cm for lower and right.

Images – Every article can contain up to five images with their captions and references, and an indication as to its location in the text. The images must have a minimum resolution of 300 dpi in tif format and be submitted as a supplementary document in step 4 of submission by OJS.

If the article reproduces legally protected documents, images and / or material, it is up to the author to obtain the authorizations and rights of reproduction. It is also the responsibility of the author for damages resulting from the absence of such a measure.

Tables, charts and graphs – tables and charts can be composed in Word and inserted into the own article file; graphic, preferably in Excel.

Notes and bibliographic references – The notes appear in the page footer, in Arabic numerals, and should have a maximum of five lines. The bibliographical references should not be made in notes but in the text. The author must be cited in brackets with surname separated by comma of the publication date: (Bessone, 1997). If the author's name is cited in the text, it is stated only with the date in parentheses: Bessone (1997). If you must indicate the page, this should come separated by commas and preceded by, as "p.": (Bessone, 1997, p. 25). When the author has more than one work in the same year, it is discriminated by lowercase letter after the date without spacing: (Bessone, 1997a) or (Bessone, 1997b). In the case of the work of two authors, both are indicated using ";": (Bessone; Cabral, 1998). When the work has more than two authors, indicate only the first followed by "et al.": (Bessone et al., 1999).

References – should be a single list at the end of the article, in alphabetical order, following the standards set by ABNT NBR 6023: 2002.

Documentary sources should be included in footnotes, with the necessary information for the location of the documents (custodial institution, fund / collection, notation, etc.).

Acervo journal may adapt the originals to their editorial standards and graphic design.

Submission preparation checklist

As part of the submission process, authors are required to check off their submission's compliance with all of the following items, and submissions may be returned to authors that do not adhere to these guidelines.

The contribution is original and unpublished, and is not being evaluated for publication by another journal; otherwise it must be justified in "Comments for the editor".

The submission file is in doc., docx. or rtf.

Links for the references have been indicated when possible.

The text adheres to the requirements outlined in the “Author guidelines”.

In case of submission to a section with peer review (Thematic dossier, Articles and Review), the instructions available in “Ensuring blind peer review”, in step 2 of OJS, were followed.

All authors contributed significantly to the research.

By submitting the article, the author declares it to be unprecedented and authorizes Arquivo Nacional to publish it in printed and electronic Acervo journal, under a CC-BY license, and to disclose it in such media as it deems appropriate with the free access directive. If Arquivo Nacional does not publish it within one year from date of submission, the author can freely give it other uses.

